

**LÚCIA HELENA MOREIRA DE MEDEIROS
OLIVEIRA**

**EDUCAÇÃO SCALABRINIANA NO
BRASIL**

**Universidade de Campinas
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

EDUCAÇÃO SCALABRINIANA NO BRASIL

Autor: Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira
Orientador: Dr. José Claudinei Lombardi

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira e aprovada pela
Comissão Julgadora.

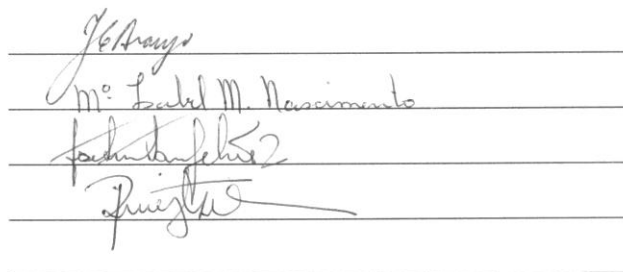
Data: 20/09/2009

Assinatura:.....



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



M^o Luiz M. Nascimento

2009

© by Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, 2009.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Oliveira, Lúcia Helena Moreira de Medeiros
OL4e Educação Scalabrinian no Brasil / Lúcia Helena Moreira de Medeiros
Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador : José Claudinei Lombardi.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas . 2.
História da educação. 3. Educação – Brasil – História. 4. Igreja – História. 5.
Ensino religioso. 6. Instituição escolar. I. Lombardi, José Claudinei. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-113/BFE

Título em inglês : Escalabriniana education in Brazil

Keywords : Congregation of São Carlos Borromeo's Scalabrinianas Sisters ; History of education ; Education – Brazil – History ; Church – History ; Religious education ; School institutions.

Área de concentração : Filosofia e História da Educação

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (Orientador)

Prof. Dr. José Carlos De Araújo

Profª. Drª. Maria Isabel Moura Nascimento

Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Prof. Dr. René José Trenti Silveira

Data da defesa: 20/02/2009

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : lhmmo@bol.com.br

**À Jessequinha, Vinicinho e Dudu,
O conhecimento é a esperança de um mundo melhor. Acreditem!**

AGRADECIMENTOS

De modo muito especial, agradeço ao meu orientador professor, Dr. José Claudinei Lombardi, pelas orientações, pela calorosa acolhida no grupo de pesquisa HISTEDBR – UNICAMP e pela contribuição para a concretização de um sonho: este.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa que possibilitou exclusiva dedicação aos estudos.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela concessão da licença para estudos, de 2005 a 2008, período em que elaborei o texto de qualificação e defendi a tese.

Aos professores Dr. José Carlos Araújo (UFU) e José Luís Sanfelice (UNICAMP), leitores atentos do texto de qualificação e grandes colaboradores durante o processo de redação do texto final..

À Diretora e vice-diretora do Centro de Estudos Migratórios – CESEM -, Ir. Carmem Lucci e Ir. Teresinha Santin, pelo o apoio e pela acolhida e, também, pela abertura de o todo acervo da Congregação Scalabriniana, não só do arquivo de Brasília, mas de todas as instituições visitadas.

À Ir. Oneide Helena Potrick, Provincial Superiora da Casa provincial em São Paulo, pela disponibilidade e pelo interesse em colaborar com o andamento da pesquisa.

Ao Diretor do Orfanato Cristóvão Colombo (Ipiranga), Pe. Carlos, pela atenção a mim dedicada durante a estada no Orfanato e pela forma tranquila como conduziu o acesso ao acervo daquela instituição.

À Diretora do Orfanato Cristóvão Colombo (Vila Prudente), Ir. Jaira Oneide Mendes Garcia, pela forma carinhosa com que me acolheu em São Paulo e pelo incentivo à pesquisa sobre a Congregação Scalabriniana.

À Diretora e à Vice-diretora do Colégio Santa Teresa, em Ituiutaba, Ir. Vicentina Roque dos Santos e Ir. Kelisane Aparecida Noratto, não só pelo apoio e pelo incentivo, sobretudo, pelas longas conversas que resultaram em muitas informações esclarecedoras sobre a história da Congregação.

Ao professor Dr. José Carlos de Araújo (UFU), em especial, não só pelo apoio na etapa de qualificação, mas também pelas contribuições ao longo da pesquisa: pelas informações; pelas

indicações de leituras e, sobretudo, pela disponibilidade com que discutiu a temática proposta nas tantas vezes solicitadas.

À Nadir Camacho, secretária da Pós-graduação, pelas orientações, pelo encaminhamento das declarações e, sobretudo, pelo cuidado e pelo zelo com que conduziu a minha vida burocrática.

Aos meus queridos amigos, companheiros de todas as horas, professores Marcus Satto e Maria Aparecida Augusto Satto Vilela, que, sempre disponíveis e colaboradores, contribuíram com discussões valiosas a respeito da pesquisa, disponibilizaram material para leitura e, por fim, responderam pela formatação, pela organização gráfica do texto e pela revisão das normas em consonância com a ABNT.

À professora Lúcia Helena Ferreira Lopes, pelo carinho e pelas grandes contribuições na revisão final da tese.

Ao meu marido, Orcion, pelo companheirismo e pelo apoio incondicional.

Aos meus filhos, Jéssica Maria, Marcus Vinicius e Paulo Eduardo, um agradecimento especial, pela compreensão infinita nos momentos de muito cansaço, de muito estresse, sobretudo, nas ausências física e humana.

À minha mãe, D. Maria, exemplo de perseverança, pois, mesmo com a saúde fragilizada e expressando com dificuldades o seu sentimento, esperava, continuamente, meu retorno com um leve sorriso na face. Ela sabia que eu conseguiria e voltaria.

À minha irmã, Alessandra, amiga e companheira sempre.

A todos os meus amigos que, direta e indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho... Muito obrigada.

RESUMO

O tema central desta pesquisa é a educação scalabriniana no Brasil, desde o final do século XIX até as quatro primeiras décadas da República. Buscou-se analisar, historicamente, o projeto educacional da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, seu princípio fundante e, em uma perspectiva mais abrangente, apreendê-lo junto ao movimento ultramontano no final do séc XIX. Objetivou-se, também, estudar a ação dessa congregação religiosa no interior do movimento restaurador católico e sua inserção no Brasil, nas primeiras décadas republicanas, e compreender como o ideário católico scalabriniano materializou-se e concretizou-se na sociedade capitalista. Além disso, intentou-se historicizar as instituições escolares da Congregação, no período em evidência, com vistas a apreender a contribuição de cada uma para a formação do homem republicano, moderno e cristão. O levantamento do acervo documental existente, como fontes oficiais, iconográficas, imprensa, orientações pedagógicas, documentos pontifícios, documentos históricos da fundação, bem como a produção historiográfica específica, dentre outros, permitiram entender a vinda dessa Congregação para o Brasil, como instrumento do movimento de romanização e restauração católica, ocorrido no modo capitalista de produção.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, História da educação brasileira, história da Igreja, Ensino Confessional, Instituições escolares católicas, Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

ABSTRACT

The central theme of this research is the escalabriniana education, since the ending of the 19th century to the first four decades of the Republic. It was searched for analyzing, historically, the educational project of the Congregation of São Carlos Borromeo` Scalabrinianas Sisters, its original principle and, in a broader perspective, apprehending it in the ultramontano movement at the end of the 19th century. The aims of this work were to study the action of that religion order in the interior of the catholic restoring movement and its introduction in Brazil, in the first republic decades, and understand how the scalabriniano catholic ideal was materialized and took place in the capitalist society. It was tried to historicise the schools of the Congregation, in the period of evidence, aiming to understand the contribution of each one to the formation of the republican, modern and christian man. The survey of the existing documental heritage, as official sources, iconographic ones, the press, pedagogical orientation, pontifical documents, the specific historical production, among others, allowed the understanding of the arrival of the Congregation in Brazil, as an instrument of the movement of Romanization and catholic restoration, occurred in the capitalist way of production.

KEY-WORDS: The History of Education, The history of Brazilian education, The history of the Church, Confessional teaching, Catholic school institutions, Congregation of São Carlos Borromeo's Scalabrinianas Sisters

LISTA DE SIGLAS

APP – Atividades Práticas de Pesquisa

CERIS – Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais

CESMI – Centro de Estudos Migratórios

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

ESI – Educação Scalabriniana Integrada

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MT – Mato Grosso

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

RS – Rio Grande do Sul

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNICAMP – Universidade de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Orfanato Cristóvão Colombo – Ipiranga.....	148
Figura 2	Orfanato Cristóvão Colombo – Vila Prudente.....	150
Figura 3	Meninos do Orfanato Ipiranga.....	156
Figura 4	Oficina de Alfaiataria.....	158
Figura 5	Oficina de Marcenaria.....	158
Figura 6	Meninas no Orfanato Vila Prudente.....	161
Figura 7	Oficina Corte e Costura.....	163
Figura 8	Oficina de Lavanderia.....	163
Figura 9	Primeiro prédio Colégio N.S. Medianeira.....	175
Figura 10	Pátio Colégio N.S. Medianeira.....	179
Figura 11	Biblioteca do Colégio N.S. Medianeira.....	179
Figura 12	Professores e alunas Colégio N.S. Medianeira.....	184
Figura 13	Colégio Scalabriniano Medianeira.....	185
Figura 14	Primeira casa funcionamento Colégio Santa Teresa.....	191
Figura 15	Prédio adaptado Colégio Santa Teresa.....	192
Figura 16	Primeiro Pavilhão Colégio Santa Teresa.....	193
Figura 17	Alunas internas Colégio Santa Teresa.....	197
Figura 18	Séries Iniciais anos 40.....	199
Figura 19	Celebração Corpus Cristi anos 40 Santa Teresa.....	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Imigração para o Brasil (1820-1850).....	28
Quadro 2	Imigração para o Brasil (1860-1939).....	29
Quadro 3	Imigração Subvencionada (1888-1915).....	32
Quadro 4	Imigrantes / Gênova – Brasil (1890-1905).....	33
Quadro 5	População Italiana em Municípios Paulistas (1906).....	34
Quadro 6	Brasil: Imigração total no país e em São Paulo por períodos (1884-1920).	36
Quadro 7	Imigração italiana - Períodos Decenais (1884-1893 a 1924-1933).....	39
Quadro 8	Escolas e Colégios Protestantes (1870-1914).....	62
Quadro 9	Colégios/Escolas/Institutos - Congregações Femininas (1890-1920).....	71
Quadro 10	Congregações Religiosas (1890-1930).....	75
Quadro 11	Colégios/Escolas/Institutos - Congregações Femininas (1921-1940).....	86
Quadro 12	Emigração Italiana.....	100
Quadro 13	Emigração Italiana para a América.....	104
Quadro 14	Fundações Scalabrinianas fora do Brasil (1936-1995).....	129
Quadro 15	Expansão Congregação das Irmãs São Carlos Borromeo (1895-1940).....	133
Quadro 16	Resumo matrícula/nacionalidade - Orfanato Cristóvão Colombo (1904)....	164
Quadro 17	Resumo matrícula/idade no Orfanato Cristóvão Colombo (1904).....	164
Quadro 18	Resumo matrícula/internos Instituto Cristóvão Colombo – Ipiranga e Vila Prudente (1909-1940).....	167
Quadro 19	Resumo Matrícula – Colégio Nossa Senhora Medianeira (1915-1950).....	174
Quadro 20	Resumo / Matrícula Colégio Santa Teresa (1939-1950).....	198

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I -	
A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO CARLOS BORROMEO NO BRASIL...	13
1.1 A produção cafeeira e a inserção do Brasil no mercado internacional.....	15
1.2 Imigração – impulso para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.....	28
1.3 A imigração italiana – um olhar especial.....	38
1.4 A visão scalabriniana sobre o processo imigratório italiano e o trabalho nos cafezais no Estado de São Paulo	42
1.5 As primeiras manifestações industriais no Brasil.....	44
CAPÍTULO II	
O PROJETO ROMANIZADOR E RESTAURADOR DA IGREJA.....	57
2.1 A Igreja: um projeto restaurador-reformador.....	57
2.2 O projeto da Igreja e a expansão das Congregações.....	69
2.3 As cartas encíclicas – relação com as congregações femininas.....	84
2.4 As cartas encíclicas e as ações restauradoras.....	87
CAPÍTULO III	
O PROJETO SCALABRINIANO.....	99
3.1 O projeto inicial-atendimento às necessidades materiais e morais dos emigrantes....	99
3.2 Os opúsculos – diretrizes de uma ação restauradora.....	101
3.3 Expansão da ação católica scalabriniana – uma ação recatolicizadora.....	120
3.4 As Províncias e suas instituições.....	128
CAPÍTULO IV	
INSTITUIÇÕES ESCOLARES- EDUCANDO AS CRIANÇAS CATÓLICAS.....	139
4.1 Orfanato Cristóvão Colombo – primeira obra scalabriniana no Brasil.....	141

4.2 O Colégio São Carlos, atual Colégio N.S. Medianeira- um recorte pelo Estado do Rio Grande do Sul.....	168
4.3 A presença scalabriniana em Minas Gerais.....	186
NOTAS CONCLUSIVAS.....	203
REFERÊNCIAS.....	211
SITES ACESSADOS.....	223
DOCUMENTOS	225
JORNAIS E PERIÓDICOS.....	229
ANEXOS	231
ANEXO A - Jornal Diário Oficial 1897.....	232
ANEXO B - Decreto de criação do Instituto Cristovão Colombo.....	233
ANEXO C - Regulamento do Orfanato Cristovão Colombo.....	234
ANEXO D - Regulamento da Escola Profissional do Orfanato Cristovão Colombo.....	236
ANEXO E - Jornal Avante Colégio Nossa Senhora Medianeira.....	237
ANEXO F - Primeira turma de alunos do Colégio Nossa Senhora Medianeira.....	238
ANEXO G - Folha de Ituiutaba nº 556.....	239
ANEXO H - Folha de Ituiutaba nº 718.....	240

INTRODUÇÃO

O principal teor da tese é a educação scalabriniana no Brasil, circunscrita ao período de 1895 até as quatro primeiras décadas da República. Em primeiro lugar, é preciso aclarar os motivos que instigaram essa temática e esclarecer que o interesse pelo tema emergiu a partir de investigações concluídas, em 2003, sobre o Colégio Santa Teresa, Ituiutaba, Minas Gerais, objeto de estudo da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – na área específica de História e Historiografia. Ensejou-se aprofundar as investigações no âmbito da ação educacional scalabriniana, efetivamente consolidada pela Congregação¹ das Irmãs de São Carlos Borromeo² Scalabrinianas³ no Brasil, no período de 1895 até os dias atuais, dada a relevância e a solidez de suas instituições. O cômputo dos documentos pesquisados e analisados, preliminarmente, possibilitou entrever a proeminência da atuação educacional da Congregação, consolidada em seus institutos, colégios e escolas, em vários estados brasileiros, justificando assim, o tema tratado neste texto.

No percurso de elaboração do estudo, muitas indagações surgiram e, dentre todas, talvez a mais pertinente seria: quais razões ou motivos engendrariam a vinda da Congregação Scalabriniana para o Brasil? Teria a Congregação uma finalidade específica? Cristianizar? O conjunto de suas instituições cumpriria com os mesmos objetivos? Qual princípio fundante dessa

¹ As congregações em geral, são organizações religiosas que devem buscar promover a educação católica, objetivando preservar os princípios fundamentais, disseminá-los cada vez mais, aprofundá-los e torná-los conhecidos pelo povo de Deus; sobretudo, devem-se cultivar as vocações, oferecer aos alunos educação catequética e trabalhar no serviço pastoral (DICIONÁRIO DE DIREITO CANÔNICO, 1993).

² Dom João Batista Scalabrini escolheu São Carlos Borromeo como patrono e protetor da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas porque a vida humilde, pobre e comprometida do mesmo devia inspirar seus filhos e filhas. São Carlos nasceu em Arona, Itália, em 2 de outubro de 1538. De origem nobre e muito rica, a exemplo de grandes santos, fez uma opção radical em sua vida: abdicou de tudo para viver em contato com o povo. Com os pobres, partilhou o pão dos pobres. Dias havia, em que não tomava senão pão e água. Distribuiu todos os seus bens para a construção de hospitais e obras de assistência aos necessitados. Orientou sua vida sob o lema do “Humiliter”, humildade. Sobrinho do Papa Pio IV, ainda muito jovem foi ordenado sacerdote e sagrado bispo. Logo depois se tornou secretário de Estado do Papa, cardeal e arcebispo de Milão, com a responsabilidade sobre 15 dioceses. Inacessível à adulação, de uma vigilância prudente e rigorosa, e ao mesmo tempo, condescendente, São Carlos, apesar de muito jovem, deu exemplo de um homem perfeito, cumpridor de seus deveres. São Carlos teve decisiva influência na conclusão e na aplicação do Concílio de Trento, do qual foi um dos principais articuladores. Celebrou 11 sínodos diocesanos, fundou quatro colégios e diversos abrigos, para acolher doentes e pobres (REVISTA DO CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS, 1995, p.25).

³ As Irmãs foram nomeadas Scalabrinianas por evidenciar o pensamento o fundador da Congregação, o bispo João Batista Scalabrini, o Apóstolo dos Migrantes (Ibidem, p.28).

rede de escolas tão proeminente no Brasil? Houve um pensamento único para todas as instituições? Que tipo de sociedade e de homem a Congregação ensejava formar? O propósito era educar quem e para quem? Educar ou Instruir? Assim sendo, o estudo de apenas uma instituição não seria suficiente para responder, satisfatoriamente, tantas indagações. Foi nesse sentido que se sentiu a necessidade de aprofundar as investigações para tentar respondê-las. Com essa intenção, iniciou-se a elaboração do projeto de pesquisa para o doutorado tendo como objetivo, à princípio, investigar, do ponto de vista histórico, as instituições escolares scalabrinianas e, a partir do acervo encontrado, entrecruzado a outras fontes, perfilar a concepção de educação scalabriniana e sua contribuição para a formação do homem republicano e cristão brasileiro. Ao longo das leituras, em contato com o acervo de cada instituição, entrecruzado ao referencial teórico escolhido, notou-se intrínseca relação entre a vinda da Congregação e outras questões de caráter mais amplo e, de certo modo, contraditório a respeito da história da Igreja no Brasil.

Porém, à medida que se discutiu a temática, principalmente nos encontros das Atividades Práticas de Pesquisa – APP, na Universidade de Campinas – UNICAMP, reescreveu-se o projeto ampliando esta visão, considerando que o processo que impulsionou a vinda da Congregação para o Brasil configurava-se em uma dimensão mais abrangente e complexa, exigindo, assim, aprofundamento nos estudos sobre a história da Igreja e das idéias religiosas no Brasil.

Sem dúvida, foram as questões mais complexas e contraditórias que instigaram o aprofundamento da pesquisa no âmbito da história das idéias religiosas, objetivando compreender o movimento da Igreja e, paralelamente, a materialização do ideário católico, recorrendo-se, portanto, à análise das cartas encíclicas, escritas no período de 1878-1939, pelos papas Leão XII, Pio X, Bento XV e Pio XI, respectivamente. A análise buscou entender o princípio fundante e norteador da ação da Igreja, permitiu perceber o ideário tecido pela Igreja, a concepção de sociedade, de história, de homem, de ciência; sobretudo, percebeu-se as ações indicadas para consubstanciar o orbe cristão e reafirmar a idéia de mito fundante como Providencial, Divino e Criador. Partilhando, assim, a concepção de que essas ideias não são a-temporais, nem tão pouco a-históricas, mas produtos, ações dos sujeitos nela envolvidos. Em função disso, os Papas escreveram as cartas encíclicas acordados às necessidades que a Igreja tinha para agir em um tempo real, existente, material, sobre o mundo moderno, a ciência, o capitalismo.

Nesse mesmo processo, parte de um mesmo todo, entreviu-se o projeto – ideário, diretrizes e ações – de João Batista Scalabrini⁴, idealizador e fundador da Congregação, expresso em oito opúsculos. Esses escritos analisados possibilitaram entrecruzar o movimento ultramontano com a ação de religiosos e de religiosas em vários continentes, considerando, nessa discussão, a situação da Itália frente às consequências da revolução industrial, da urbanização e de todo o sistema de produção capitalista e imperialista que assolava o mundo.

Nessa perspectiva, o projeto scalabriniano materializou-se no Brasil por meio de suas instituições e Scalabrini idealizou, criou proposta e estabeleceu algumas metas para a Congregação a partir das reais necessidades que vivenciava na Itália, como a urbanização, o progresso, o desemprego, o êxodo rural, a situação mísera do camponês; enfim, a partir das questões materiais nas quais o país se encontrava, justificando, assim, o pressuposto teórico de que as idéias são produtos da ação dos homens.

Após ter compreendido as questões de maior fôlego, mais abrangentes, sustentáculos à materialização do ideário católico e scalabriniano, retomou-se, metodologicamente, a ideia inicial de historicizar quatro instituições do período (1895-1940), dada a relevância delas no contexto educacional até os dias atuais, para tentar compreender um pouco mais esse processo, sobretudo, o princípio fundante, a finalidade, os objetivos, as diretrizes, a concepção de homem, de sociedade, de ciência; enfim, compreender, o processo de gênese e de consolidação, respectivamente, do Orfanato Cristóvão Colombo (1895/SP) – seções masculina e feminina, Colégio São Bernardo (1913/SP), Colégio N.S. Medianeira (1915/RS), Colégio Santa Teresinha (1926/SP) e Colégio Santa Teresa (1939/MG) e suas possíveis contribuições para a formação da sociedade brasileira e, nesse sentido, as reflexões de Lombardi (2006, p.4) são muito pertinentes

⁴ João Baptista Scalabrini (1839-1905) nasceu em Fino Mornasco, Província de Como (Itália), no dia 8 de Julho de 1839. Terminado o curso de Filosofia e Teologia no Seminário de Como, recebeu a Ordenação sacerdotal em 30 de Maio de 1863. Nos primeiros anos de sacerdócio foi professor e depois reitor do Seminário; em seguida, assumiu a paróquia de S. Bartolomeu. Com apenas 36 anos de idade, foi consagrado Bispo de Placência, no dia 30 de Janeiro de 1876. A sua actividade pastoral e social foi bastante vasta: realizou pessoalmente cinco visitas pastorais às 365 paróquias da diocese, muitas delas localizadas longe e em situações de difícil acesso; celebrou três Sínodos, um deles dedicado ao culto eucarístico para incentivar a adoração perpétua; reorganizou os Seminários, cuidando da reforma dos estudos eclesiásticos; foi infatigável na administração dos sacramentos, na pregação e na educação do povo ao amor activo à Igreja e ao Papa, no culto da verdade, da unidade e da caridade. Nessa virtude, em particular, desvelou-se na assistência aos doentes de cólera, na visita às famílias empobrecidas e na generosidade ao perdão. Definido por Pio IX "apóstolo do catecismo", quis que esse fosse ensinado em todas as paróquias, incentivando a catequese dos adultos; fundou a primeira revista catequética italiana. Impressionado, desde o início do seu episcopado, pelo desenrolar dramático da emigração italiana, D. Scalabrini fez-se apóstolo dos milhões de italianos que abandonavam a própria pátria. Com a aprovação de Leão XIII, no dia 28 de Novembro de 1887, fundou a Congregação dos Missionários de São Carlos (scalabrinianos), para a assistência religiosa, moral, social e legal dos emigrantes. Em 1895 fundou, com esta mesma finalidade, a Congregação das Irmãs Missionárias (VATICANO, 2008).

para a questão, “compreender a história das instituições é também, um caminho para compreender a história da educação como um todo, portanto, compete ao historiador superar a visão fragmentada e buscar compreender a relação do singular com o geral, do particular com o todo”.

Importante pontuar o contexto histórico, político e econômico do Brasil Império acolhendo a chegada de muitas congregações européias, inclusive da Congregação Scalabriniana, em 1895, que, após instalar-se na grande São Paulo, expandiu para outros estados e também para outros países na forma organizacional de províncias⁵. Atualmente, a Congregação constitui-se em seis províncias – Província Nossa Senhora Aparecida (SP) – a primeira delas –, Província Imaculada Conceição (RS), Província Nossa Senhora de Fátima (EUA), Província São José (Itália), Província Cisto Rei (RS) e Província Mãe dos Migrantes (MT). Em um primeiro momento, a Congregação desenvolveu suas atividades no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo (1895), em suas respectivas seções, masculina e feminina, dentro das orientações da instrução pública e dos princípios religiosos, conforme apresenta o planejamento de ensino da instituição – o ensino das primeiras letras, a civilidade e a profissionalização, sobretudo, os princípios da ordem republicana. Ainda no estado de São Paulo, a Congregação funda o Colégio São Bernardo (1913), em São Bernardo, instituição cujos documentos não foram encontrados, o que impediu o estudo da mesma.

Logo, expandiu-se para outros estados desenvolvendo suas atividades em consonância com a instrução pública brasileira, como apresentam os documentos do Colégio Scalabriniano Medianeira, 1915, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Em princípio, a instituição objetivou-se acolher e manter a fé das famílias imigrantes italianas, atendendo tanto meninas quanto meninos. A propagação do ideário católico, naquele momento, era indispensável, segundo as orientações romanas e, também, porque, naquela região, faziam-se presentes muitos padres scalabrinianos com o mesmo ideário. Essa instituição encontra-se em pleno exercício até os dias atuais atendendo, hoje, a um número expressivo de alunos, dentro das atuais exigências educacionais brasileiras.

⁵ Província pode ser definida como um conjunto de casas, erigido canonicamente pela autoridade legítima, que pode formar parte imediata de um instituto sob as orientações de um mesmo Superior. Não é necessário que as casas estejam num mesmo território. No caso específico da Congregação, cada Província é coordenada por uma Superior e um Governo Geral coordena todas elas (DICIONÁRIO DE DIREITO CANÔNICO, 1993; OLIVEIRA, 2003).

Prosseguindo, em 1926, no intuito de expandir sua obra na grande São Paulo, a Congregação fundou o Colégio Santa Teresinha, no bairro Pari. A escola atendeu, durante oitenta e um anos, filhos de imigrantes de diversos países e migrantes de várias partes do Brasil, comumente filhos de comerciantes que professavam a religião católica. Por falta de documentos não foi possível analisar historicamente essa instituição. Segundo informações colhidas junto à Diretoria de Ensino da Casa Verde, em São Paulo (2007), os documentos se encontram sob seus cuidados, porém, referem-se aos anos mais recentes e foram recolhidos por exigência do encerramento das atividades da instituição no mesmo ano. O inspetor alegou, portanto, que ao fazer o fechamento da escola, os documentos de fundação e da instalação não foram encontrados. Nos documentos que restaram no próprio Colégio⁶, esses dados, também, não foram localizados. Nesse sentido, considera-se uma lacuna deixada por este trabalho e a certeza de que essa investigação faz-se necessária dada a significação de sua ação pedagógica no contexto em que se inseriu, no contexto maior da sociedade brasileira e do próprio movimento de restauração do povo brasileiro.

No final dos anos trinta, meio a efervescentes discussões educacionais, Minas Gerais também foi agraciada com a instalação de uma instituição scalabriniana, o Colégio Santa Teresa. O colégio foi considerado um divisor de águas na educação da cidade e região, visto ser uma instituição confessional, com alto estilo educativo, dentro das exigências da pedagogia moderna, voltada para a formação religiosa e educacional feminina, a qual foi confiada a educação das moças de famílias nobres naquele período. O Colégio Santa Teresa, segundo informações veiculadas pela imprensa local constituiu-se o sonho dourado das meninas moças da cidade.

Compreendendo o significado de cada instituição scalabriniana para seu contexto histórico, como produto de um determinado processo histórico, construído pelos seus próprios sujeitos e parte de um processo mais amplo, objetivou-se “descrever o particular sem perder de vista suas relações com o contexto maior – o econômico, político e social, relacionando assim o particular e o geral” (NOSELLA, 2005, p.357). Nesse sentido, significou “relacionar, articular com a sociedade que o gerou e explicar que é dessa relação que emergem a história e a filosofia das instituições em seu pleno sentido” (NOSELLA, 2005, p.362).

⁶ Atualmente o Colégio Santa Teresinha (alto do Pari) foi adaptado para incrementar as atividades do CESPROM – Centro Scalabriniano de Promoção ao Migrante (MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS, 2008).

No campo específico das instituições escolares, recorreu-se a outros estudos sobre instituições escolares/educativas, sobretudo, aqueles que propõem a reconstrução histórica da instituição pesquisada, vista como uma atividade que implica admitir que “cada instituição tem uma história que necessitamos conhecê-la”, dada sua durabilidade (SAVIANI, 2007a, p.24).

Nesse mesmo sentido, é considerável, nesse tipo de investigação, considerar a fortaleza e a majestuosidade de seus prédios, verdadeiros impérios, somando-se aos materiais didático-pedagógicos que, por sua vez, conferem “às práticas educativas, a sustentabilidade do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2007a, p.25). Em geral, as instituições scalabrinianas seguem o mesmo projeto: trabalham em espaços adaptados e, posteriormente, projetam seus majestosos prédios, atendendo às exigências pedagógicas de seu tempo e às classes sociais para as quais prestam serviço. Seguindo essa perspectiva teórica para o estudo das instituições, foi relevante a análise criteriosa das diretrizes, dos programas, dos planejamentos, dos estatutos/regulamentos que as conduziram até o período investigado, pois, os mesmos contribuíram para compreender o papel e a intenção de cada instituição scalabriniana. Evidentemente, essa “representação traduziria o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição” (SAVIANI, 2007a, p.25). Essas representações, nas suas singularidades, também contribuíram para compreender a ação educacional no Brasil, permitindo confirmar a tese de que, no conjunto, todas as instituições fazem parte de uma intenção maior da Igreja e, por mais paradoxal que seja, contribuíram para consolidação do sistema de produção capitalista no Brasil.

Ainda recorrente à interpretação das instituições educativas, considerou-se importante compreender as práticas pedagógicas, as ações efetivamente elaboradas em cada uma, “mediante as quais se realizam as aprendizagens consolidadas entendidas como incorporação do ideário pedagógico, definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos de vida” (SAVIANI, 2007a, p.5). Desse modo, o olhar mais profundo para as práticas pedagógicas do Orfanato e dos Colégios auxiliou a compreensão do tipo de homem e de sociedade que elas idealizaram formar e, no cômputo dos modelos pedagógicos, delineou-se o perfil da ação educacional scalabriniana no Brasil.

Infere-se, contudo, que as instituições educativas scalabrinianas foram analisadas a partir da tríade – materialidade, representação e apropriação – seguindo análise de Saviani (2007a, p.25) ao interpretar as reflexões teórico-metodológicas de Justino de Magalhães⁷ (2004): a)

⁷ MAGALHÃES, 2004, p.133-169.

materialidade, o Orfanato, os Colégios instituídos em seu aspecto físico, equipamentos, material didático, estrutura organizacional; b) representação, o sentido atribuído ao papel que o Orfanato, os Colégios desempenharam, envolvendo as memórias, as tradições, o planejamento das ações, os modelos, os estatutos, o currículo, o ideário; c) e apropriação, por meio das práticas pedagógicas, das aprendizagens construídas, produzidas em função da identidade dos sujeitos, dos alunos e o seu destino social.

Para dar esse olhar às instituições, as fontes foram imprescindíveis, tanto o acesso quanto a seleção das mesmas. Nem sempre o acervo esteve devidamente preservado, uma vez que algumas instituições não se preocupam com essa questão. Isso não é uma regra, pois no arquivo do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM (Brasília), organizado pela própria Congregação, o acervo está catalogado e disponível de forma a facilitar as pesquisas e as fontes escritas são riquíssimas. Em se tratando de fontes, é importante ressaltar a reflexão elaborada por Sanfelice (2006, p.25) em relação ao alargamento da concepção de fonte e, nesse sentido, essa nova visão permite ao historiador trabalhar também com fotos, filmes, cadernos escolares, livros didáticos, mobiliário escolar, plantas de prédios e outros materiais. Dentre essas fontes, as iconográficas foram disponibilizadas com vastidão e encontram-se distribuídas ao longo do texto, ampliando e ilustrando as informações.

Partindo dos pressupostos teóricos, sumariamente apresentados, tratou-se a diversidade das fontes encontradas – documentais, iconográficas, bibliográficas, imprensa – as quais foram largamente e, uma vez entrecruzadas entre si, possibilitaram a reconstrução histórica das instituições scalabrinianas, auxiliando a construção do objetivo educacional da Congregação. Segundo Lombardi (2004, p.156), considerando-se “que as fontes, são testemunhos que possibilitam entender o mundo e a vida dos homens, todos os tipos de fontes que ajudem a entender o mundo dos homens e suas relações são válidas [...]”. Debruçou-se, portanto, criteriosamente, sobre os arquivos encontrados e, a partir “das fontes, definiu-se e delimitou-se o objeto de estudo, para que as mesmas, de fato, pudessem reconstruí-lo (em pensamento)” (LOMBARDI, 2004, p.156).

Reconsiderou-se, além da consulta aos arquivos do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM em Brasília, no qual estão catalogados os escritos de João Batista Scalabrini e os documentos da Congregação, em geral, o Centro de Estudos Migratórios – CESMI e o Arquivo da Casa Provincial, em São Paulo. Também, visitou-se os arquivos de cada instituição

pesquisada. As demais fontes encontradas tais como: fotos, jornais, revistas, crônicas (que as Irmãs chamam também de Fatos Notáveis) e outras, foram analisadas a partir do pressuposto de que todas elas poderiam auxiliar a entender uma educação que não era abstrata, ao contrário, sendo temporal e histórica sofreu, constantemente, influências da ação concreta dos sujeitos nela envolvidos.

Recorreu-se, também, a significativos estudos sobre a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, elaborados por membros da própria instituição, dentre eles, Ema Bresolini (2001), *Educação: novos tempos, novos caminhos*, obra na qual a autora retoma o carisma scalabriniano como pressuposto básico do trabalho educacional scalabrianiano e Maria Lice Signor (2005), *Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, 1895-1934*, retratando toda trajetória da Congregação na primeira República, evidenciando a consolidação e a expansão de suas instituições no Brasil. Esses estudos contribuíram para convalidar as fontes encontradas no período investigado.

Com efeito, existem outros estudos sobre as instituições educativas confessionais e um deles é de Tereza Canhadas Bertan (1990), apresentado na dissertação *A educação confessional protestante: Instituto Filadélfia de Londrina – 1944 a 1972*, na qual chamou atenção para as práticas pedagógicas autoritárias e centralizadoras do Instituto, espaço educativo no qual prevalecia a ordem, a disciplina, o interesse empresarial, mesmo veiculando o pensamento liberal comungado ao ideário protestante.

Em outro estudo, *Puríssimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro*, a autora Paula Leonardi (2002) enfatizou a gênese do Colégio num momento em que o regime do padroado era extinto e a Igreja empenhava-se em restabelecer-se diante da sociedade brasileira por meio de escolas. Afirmou, também, a importância da prática de formação docente feminina, na década de 30, muito comum em outras escolas confessionais no Brasil.

Nessa mesma perspectiva, M. L. Urban (2002), na dissertação de mestrado *Colégio Rainha dos Apóstolos na Vila Monumento-SP*, discutiu a importância da participação da Igreja na educação brasileira, a partir dos anos 40, além de articular o tripé norteador da instituição – a legislação brasileira, as políticas mantenedoras e as influências da comunidade. Aspectos habituais em instituições de cunho religioso.

Já no âmbito do ensino superior confessional, ressalta-se que a dissertação de Conrado Vessalai (2001), *As universidades confessionais do Ensino Superior*, especificamente, trata do

estudo de duas instituições confessionais, uma metodista e outra católica. O autor também faz um confronto entre as escolas confessionais e não confessionais.

Nessa mesma perspectiva, Márcio Roberto Pereira Tangerino (2004), com a tese *Pontifícia Universidade Católica de Campinas: vicissitudes históricas e busca de uma identidade*, procura compreender as relações da Universidade Católica com a Igreja em função da realidade mercadológica que a instituição atende e, nesse sentido, busca compreender as adequações feitas pela Universidade frente às orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e o documento *Corde Ecclesiae*⁸.

E ainda outro autor Edmilson Nogueira (2004), na dissertação *Missão da Universidade São Francisco: identidade, história, desafios e evangelização*, circunscreve suas preocupações em compreender o tipo de formação que a instituição quer fazer, sua fidelidade à confessionalidade que professa e a opção em evangelizar os jovens e não apenas oferecer cursos de formação.

Há de se ressaltar que as produções sobre instituições educativas confessionais aqui apresentadas muito contribuem para as discussões teórico-metodológicas na área específica da História da Educação brasileira, porém, esse é um campo vastíssimo para novas investigações, haja vista o grande volume de escolas confessionais que ainda não foram estudadas. Ao comparar esses estudos percebe-se certa relação entre os elementos constitutivos das instituições apresentadas e a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, objeto de estudo nesta tese. Existem similitudes e adversidades, sejam em relação à metodologia proposta, ao referencial teórico e aos objetivos. O carisma⁹, as orientações da Igreja e a legislação

⁸ Conforme a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*, do sumo pontífice João Paulo II, sobre as universidades católicas, de que as mesmas nascem do coração da Igreja e insere-se no sulco da tradição que remonta à própria origem da Universidade como instituição, e revelou-se sempre um centro incomparável de criatividade e de irradiação do saber para o bem da humanidade. Pela sua vocação, a *Universitas magistrorum et scholarium* consagra-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, livremente reunidos com os seus mestres no mesmo amor do saber. Ela compartilha com todas as outras Universidades aquele *gaudium de veritate*, tão caro a Sto. Agostinho, isto é, a alegria de procurar a verdade, de descobri-la e de comunicá-la em todos os campos do conhecimento. A sua tarefa privilegiada é « unificar existencialmente no trabalho intelectual duas ordens de realidade que muito frequentemente se tende a opor como se fossem antitéticas: a investigação da verdade e a certeza de conhecer já a fonte da verdade» (VATICANO, 2008).

⁹ O cânone 1339 dispõe, nos apostolados, o Espírito Santo confere dons peculiares aos fiéis (Coríntios, 12,7), de maneira que cada qual, *segundo a graça que recebeu também ponha a serviço de outrem*, ou seja, ao aceitar o carisma, seja mais simples, deve ser exercido para o bem dos homens e a edificação da Igreja no mundo. Desse modo, o carisma scalabriniano é cuidar do migrante, onde estiver precisando de ajuda (COMPÊNDIO VATICANO II, 1967).

brasileira, o contexto histórico, parecem ser os pontos convergentes, situados, dentro de cada período; enfim, dentro das condições materiais em que se insere cada uma delas.

Infere-se, portanto, que ao tentar recuperar, analisar e reconstruir historicamente a ação educacional scalabriniana no Brasil, em uma visão mais abrangente, evidenciou-se dois projetos em uma mesma diacronia – o scalabriniano e o restaurador – ambos com o mesmo objetivo, inseridos no processo do sistema de produção capitalista. Nesse sentido, essa abordagem subjaz os capítulos que se seguem.

No capítulo I, intentou-se, a partir de uma visão mais ampla, versar sobre os aspectos políticos e econômicos que delinearão o período em estudo, ressaltando pontos substanciais para compreender o processo engendrado pelo modo de produção capitalista como a imigração, o cultivo do café e o despontamento do Brasil para o mercado internacional, conseqüentemente, suas relações com o processo educativo confessional, em específico, com o scalabriniano.

No capítulo II, faz-se uma releitura do amplo projeto da Igreja Católica, analisando as diretrizes, o princípio Providencial, o Divino mito fundador, nos quais se baseiam as concepções de homem, de sociedade, de Estado e de ciência. Para essa interpretação, compreender o teor das cartas encíclicas foi indispensável e, ao mesmo tempo, articulá-lo ao contexto histórico e político que o produziu, possibilitou entender o tipo de sociedade a Igreja ensejou formar e, nesse sentido, compreender o papel das congregações de religiosos e de religiosas que chegaram ao Brasil no período elucidado. Nesse caso específico, a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

Já, o capítulo III anuncia o projeto específico de João Batista Scalabrini, seus escritos, seus fundamentos filosófico-pedagógicos articulados aos documentos pontifícios, às propostas e às diretrizes para a ação em prol dos emigrados italianos na América, em especial no Brasil, o carisma orientador de seus institutos e, ao mesmo tempo, como essa Congregação organizou-se e expandiu-se pelos estados brasileiros.

O capítulo IV evidencia as instituições escolares propriamente ditas; o Orfanato Cristóvão Colombo como instituição educativa para a infância abandonada, cuja intenção foi materializar a ação e a coabitação de três gigantes projetos – Romanizador, Scalabriniano e Republicano –, objetivando re-educar a criança abandonada, para, uma que vez inserida à sociedade, fosse instruída para o mundo do trabalho. Fosse homem ou mulher o objetivo era purificar, higienizar, limpar as ruas da grande capital. Por outro lado, analisou-se o Colégio Medianeira e o Colégio

Santa Teresa, duas instituições que formaram o homem católico, republicano, moderno, sobretudo, a mulher-cidadã católica tendo em vista o contexto político e econômico que as inseriam. Nessa perspectiva, ambas formaram a mulher religiosa, pronta para exercer a missão, assim como educaram a mulher de classes mais abastadas, educaram as mulheres de classes inferiores.

Apesar dos limites evidentes neste trabalho, acredita-se ter apresentado a temática proposta, ressaltando a proeminência da ação educacional scalabriniana no Brasil, sua finalidade, sua intenção e a materialização de seu ideário. Como essas reflexões não formam uma idéia única, o tema estará aberto às novas discussões para o enriquecimento das investigações no campo da História da Educação que se dedicam ao aprofundamento dos estudos sobre o ensino confessional no Brasil e porque não dizer, ao ensino confessional latinoamericano.

CAPÍTULO I

A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS NO BRASIL

O único destino, no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto: isto é: concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão capitalista ocidental. (OLIVEIRA, 2004, p.395)

Este texto ocupará-se em delinear o contexto no qual a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas se inseriu no Brasil e consolidou sua missão. Essa questão revela-se, demasiadamente, complexa e abrangente, pois, nas primeiras décadas da República o Brasil está consolidando o processo do modo de produção capitalista e, em uma visão macro, o mundo está se ampliando. Nesse sentido, três aspectos são pertinentes a essa discussão: a cultura cafeeira e a inserção do Brasil no mercado internacional; o processo migratório e os primeiros sinais de desenvolvimento industrial. Essa tríade constitui o foco deste capítulo, objetivando compreender suas relações e desdobramentos durante a República denominada Velha, ou melhor, a República dos coronéis e os anos que se seguem.

Desse modo, questões de âmbito maior são relevantes para este estudo, como o fato de, no final do século XIX, especificamente no ano de 1890, o qual Hobsbawm (2005c) considerou genuinamente global, a Europa ter assistido ao grande movimento colonizador, inclusive da América Latina. Tais questões colaboram para o entendimento de que a Congregação Scalabriniana teve inúmeros motivos para se empenhar em desenvolver uma missão no Brasil, possivelmente, questões de ordem econômica, política e social a impulsionaram. Nesse contexto, a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana, orientada por Scalabrini, deixou a Itália a fim de consolidar sua missão evangelizadora em território brasileiro. Segundo Hobsbawm (2005c, p.66), a economia capitalista era, e só podia ser, mundial, pois não reconhecia fronteiras, funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção. Sendo assim, essa economia global, única, atingiria as mais remotas paragens do mundo, constituindo uma rede cada vez mais densa de transações no campo da economia, das

comunicações e dos movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido.

Diante dessa globalização, as economias desenvolvidas sentiram necessidade de novos mercados e, nessa direção, o “novo imperialismo” foi o subproduto natural de uma economia internacional, baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880 (HOBSBAWM, 2005c, p.466). Hobsbawm afirmou mais, que o século XIX, “o século da burguesia, foi o século que criou a história mundial, criou a economia mundial capitalista moderna que praticamente, transformou o mundo, além de nutrir expectativas elevadas em relação ao planeta”¹⁰.

No final deste século, segundo Prado Junior (1972), a economia mundial caminhou para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro, disputado pelos vários grupos nacionais que repartiam entre si aquele capital. Nesse sistema incluiu-se o Brasil, como todos os povos e os países que serviram ao capital financeiro das mais variadas formas, articuladas entre si, permitindo sua participação em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhes, em maior ou menor proporção, a margem de lucros que ofereciam; abrindo mercados para a indústria nacional e permitindo expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna, além de disponibilizar à indústria as matérias-primas necessárias à produção e à exportação.

Contudo, o imperialismo atuou como conjunto amplo e geral de organização econômica do mundo, no qual as inversões constituíram apenas elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que valia, sobretudo, como conjunto. Nesse sentido, o Brasil não foi mais que um dos elos da grande corrente que envolvia o universo e mantinha ligada todos os povos numa única estrutura, cujo centro controlador eram os grupos do capital financeiro internacional. Tais grupos são esse punhado de gigantescos trustes que imperam nos diferentes setores da economia contemporânea e estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes (PRADO JÚNIOR, 1972, p.277).

Infere-se, portanto, que o imperialismo atuou no Brasil, em primeiro plano, explorando a riqueza nacional em benefício de outros países. Logo, subordinou-o a determinadas condições,

¹⁰ Nunca antes ou depois os homens e mulheres práticos nutriram expectativas tão elevadas, tão utópicas em relação à vida no planeta: paz universal, cultura universal, por meio de um único idioma mundial, ciência que não só tentasse, mas que de fato respondesse às perguntas mais fundamentais sobre o universo, a emancipação de toda a humanidade através da emancipação dos trabalhadores, a liberação sexual, uma sociedade de abundância, um mundo onde cada um colaborasse segundo suas capacidades e recebesse conforme sua necessidade (HOBSBAWM, 2005c).

impedindo-o de utilizar-se de suas próprias condições para superar as contingências coloniais que ainda permaneciam; assim, o capital estrangeiro configurou-se como elemento perturbador das finanças nacionais, interferindo nesse âmbito, manobrando ações em prol de seu próprio interesse. Importante ressaltar as contradições que se mostraram entre o capital invertido e a capacidade que o próprio país desenvolvia para o pagamento dos mesmos. É bastante dicotômico no sentido de que não há um equilíbrio entre eles e, nesse sentido, novos capitais são acionados, objetivando apenas aliviar a situação, e não resolvê-la. Com essa característica, o imperialismo impulsionou o Brasil para o mundo moderno.

São importantes as reflexões arroladas quanto ao impacto da exportação de capital-dinheiro dos países desenvolvidos para outros, como o Brasil, pois definir se a exportação de capital sob essas formas tende a transformar os países desenvolvidos em fazer com que o capitalismo progressivamente neles se desenvolva, implica uma visão marxista. Desse modo, “o capitalismo seria progressista na medida em que sua tendência de reproduzir-se nos países desenvolvidos apresentaria o desenvolvimento progressista de forças produtivas e o surgimento do proletariado como uma força importante na luta de classes” (BOTTOMORE, 2001, p.189). De todo modo, no Brasil, o capital estrangeiro impulsionou o inerte e ínfimo desenvolvimento industrial.

1.1 A produção cafeeira e a inserção do Brasil no mercado internacional

Apesar de não ser objeto específico deste estudo, a questão cafeeira é peça fundamental para o entendimento da projeção do Brasil no padrão de divisão internacional do trabalho, conjuntura em que se insere o objeto de estudo em evidência. Economicamente, na República, entrevê-se o apogeu da economia brasileira, em especial, pelo alargamento da produção de matérias-primas e gêneros alimentares tropicais, em consequência à abertura comercial proporcionada pelo liberalismo econômico, possibilitando, assim, as relações de exportação. Prado Junior (1972) considera “o desejo de prosperar” materialmente um “ideal da República”, portanto, a ambição pelo lucro fermentou as atividades econômicas no país nesse período.

Além disso, percebeu-se progressiva ação dos interesses financeiros internacionais em todos os setores da economia brasileira, em especial, no café; nesse sentido, evidenciou-se significativo progresso e desenvolvimento. Nesse mesmo processo, vê-se, contraditoriamente, nos primeiros anos de República, a proeminente necessidade de importações para o mercado interno, além de volumosos empréstimos feitos ao capital estrangeiro. Esses aspectos concorreram para posteriores crises da organização econômica brasileira, como, por exemplo, a superprodução e a queda de preços do café, principal produto de desenvolvimento econômico.

Segundo Oliveira (2004, p.396), o “boom dos negócios cafeeiros”, envolvendo possibilidades correlatas, como a especulação de terras, deu-se em um período em que a hegemonia da burguesia do café ainda não se assentava no plano nacional. Vale ressaltar que o período aqui em evidência é o momento de inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho. “Uma economia e uma sociedade geradas no bojo da expansão do capitalismo ocidental”, caracterizada por evidentes antagonismos entre “proprietários e não proprietários ou exploradores e explorados” e, no seio da própria classe dominante, “proprietária e exportadora” (OLIVEIRA, 2004, p.395). Nessa perspectiva, importa, mesmo que sumariamente, levantar aspectos dessa natureza para discutir a vinda da Congregação Scalabriniana, inclusive seu projeto educacional e expansão, justificando, portanto, a tese de que esse processo inseriu-se não só no projeto da Igreja em cristianizar o mundo, mas, sobretudo, no movimento de consolidação do capitalismo no Brasil engendrado pelo capitalismo mundial. Esse último será arrolado ao longo do capítulo, baseando-se, principalmente, nas reflexões elaboradas por autores nacionais e internacionais¹¹.

Em primeiro lugar, é importante evidenciar o final do século XIX, marcado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial e caracterizado pela hegemonia industrial de alguns países e a larga expansão imperialista sobre o mundo. Nesse mesmo contexto, figurou-se avassaladora rivalidade entre as potências imperialistas, perfilando, portanto, o primeiro conflito mundial. Até então, o Brasil não havia desenvolvido seu capital interno, por questões mais amplas e complexas, como afirma Basbaum (1986, p.38):

¹¹ BASBAUM, Leôncio; DEAN, Warren; FAUSTO, Boris; OLIVEIRA, Francisco de; SINGER, Paul; PRADO JUNIOR, Caio; VIOTTI, Emília e outros.

O Brasil não conseguiu desenvolver seu mercado interno em consequência de diversos fatores como, por exemplo, a situação econômica, social e política dos países colonizadores, os objetivos dos países colonizadores, a qualidade social dos imigrantes e colonizadores, o sistema de divisão, ocupação e apropriação e exploração das terras descobertas e, por último, o imperialismo.

Esse conjunto de fatores interligados determina o grande atraso do Brasil frente ao desenvolvimento da indústria de consumo de caráter capitalista. Por outro lado, a própria guerra impulsiona os primeiros sinais do desenvolvimento industrial brasileiro; afinal, se, até o momento, importavam-se todos os produtos manufaturados, passa-se, a partir de então, a produzir grande parte dos mesmos, evidentemente, de uma forma bastante diferenciada e desigual em alguns centros brasileiros.

Acompanhando esse movimento, Singer (2004, p.349) afirma que o período pós -1918 não se caracterizou apenas pelo refluxo capitalista, mas também pela reorganização interna da economia capitalista, dando origem, portanto, às empresas multinacionais, o que levou à flexibilização da divisão internacional do trabalho. Entretanto, diante desse quadro e frente às transformações da economia, o Brasil não se encontrava no centro do sistema mundial, ocupava o espaço de produtor especializado em café e borracha. Essa caracterização significou uma integração parcial na economia mundial, uma posição secundária, mesmo inserida no complexo mundo da concorrência da divisão internacional do trabalho.

Importante relembrar que, já na metade do século XIX, o quadro comercial externo brasileiro delineava-se pela sobreposição das exportações sobre as necessidades de importação e, por esse motivo, o país integrou-se na divisão internacional do trabalho. O principal motivo foi a comercialização do café, significando, basicamente, metade da exportação brasileira.

Desse modo, é relevante explicar que o sucesso do mercado cafeeiro decorreu das limitações impostas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas do sistema escravocrata – deficiente e limitado – que, mesmo assim, contribuiu com 50% para exportação entre 1881 e 1890 (SINGER, 2004, p.354). Observou-se, portanto, que a superação dos principais problemas em relação ao desenvolvimento das forças produtivas no período ocorreu a partir da própria substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sobretudo, eliminando a restrição à oferta de força de trabalho e possibilitando a imigração em massa de trabalhadores europeus, principalmente os italianos, foco de interesse neste estudo. Desse mesmo modo, instituíram-se novas relações de produção que, ao determinar a compra e a venda do uso da força e não do

trabalhador, facilitaram a introdução, no país, de técnicas industriais modernas (SINGER, 2004, p.356).

O Brasil não conseguiu expandir e diversificar suas exportações, delineando um quadro de fracasso em mercados, como o do algodão, do açúcar e da borracha, em detrimento do fortalecimento da expansão da exportação do café. Evidentemente, o não desenvolvimento de outros produtos decorreu da própria lógica do mercado mundial, no qual, o capital monopolista ditava as regras do jogo comercial, além dos precários meios de produção existentes.

Estes produtos passavam a desempenhar o papel do primo pobre da família, arcavam com todas as vicissitudes de um lastimável atraso técnico, limitando seu campo de penetração a um mercado interno muito restrito, varridos que foram dos mercados internacionais pela concorrência de outros países produtores. (BASBAUM, 1997, p.80)

A exclusão do Brasil no mercado mundial em relação aos três principais produtos de exportação – borracha, açúcar e algodão – ocorreu mais precisamente devido à política característica do capital monopolista. Interessantes observações são reiteradas por Singer (2004, p.362):

Durante este período a política de expansão imperial praticada pelas potências industriais restringia sobremaneira as oportunidades de inserção na divisão internacional do trabalho a países como o Brasil, constringendo-os a procurar via substituição de importações uma outra forma de desenvolver suas forças produtivas. Vale a pena observar que estas oportunidades foram reduzidas ainda muito mais drasticamente após o crash de 1929.

Nesse trecho, o autor reafirma a prepotência e a irreverência cada vez maior das potências imperialistas sobre os países menos desenvolvidos e a disputa pelo poderio econômico. Ainda, confrontando as considerações feitas por Basbaum (1997, p.82):

Em todos esses casos, no açúcar, no fumo, na borracha, como no cacau e outros produtos que a dadivosa natureza nos oferecia, que deveriam e poderiam constituir-se em riqueza para um país essencialmente agrícola, fomos sendo sistematicamente derrotados e excluídos dos mercados internacionais pelos processos arcaicos de nossa produção, pelas relações desestimulantes [...] e porque o café pagava tudo.

Desse modo, uma vez que os países industrialmente avançados disputavam o domínio dos países não desenvolvidos, a América do Sul tornou-se o cerne dessa batalha, principalmente, em função dos investimentos britânicos consolidados a partir de altas taxas lucrativas e a dominação do mercado interno dos países colonizados.

Nessa mesma direção, as inversões no Brasil fizeram-se mais no âmbito dos transportes, com a construção de algumas ferrovias, ou seja, o capital financeiro, em primeira mão, participou da economia brasileira emprestando os recursos para o setor público, posteriormente, para o desenvolvimento da política do café – produção, comércio, exportação e consumo – e, paulatinamente, engendrou complexo movimento que alimentou lucros, inclusive a especulação financeira, exercida pelas redes bancárias estrangeiras. Percebe-se que o imperialismo inglês influenciou significativamente o capitalismo nacional brasileiro, desde quando o Brasil tornou-se independente de Portugal, momento em que o capitalismo se desenvolvia e transformava-se em imperialismo, exportando capital.

Retomando a questão econômica exportadora no Brasil, reafirma-se aqui a acentuada expansão da produção cafeeira, fato que elevou o país à condição de primeiro exportador mundial e o café, a produto-rei da economia brasileira. Já “predominava, em relação aos outros produtos, o café que, com sua tendência imperialista, impunha uma diretiva própria. Tudo se fazia em função da política do café e para o café” (BASBAUM, 1997, p.83).

Nesse mesmo movimento, evidenciou-se a expansão cafeeira na região do Oeste Paulista, justificando-se, em primeiro lugar, porque a região ofereceu aos fazendeiros produtores melhores condições geográficas e tecnológicas para o plantio e o beneficiamento do produto, favorecendo, assim, rápido desenvolvimento e expansão da produção. Fausto (2004) aduziu as transformações ocorridas no mercado interno e também nos pólos dominantes da economia mundial como outro aspecto colaborador para a rápida expansão na região. Mais adiante, o autor refere-se ao consumo do café, na Europa e nos Estados Unidos, também, como fator propulsor da expansão da produção em escala maior. Esse fenômeno se justifica em função do fluxo imigratório que “elevou três vezes mais a população americana e, em cinquenta anos, os Estados Unidos consumiram maior quantidade de café brasileiro que toda a Europa no seu conjunto” ¹² (FAUSTO, 2004, p.198). Pode-se afirmar, então, que da concentração da empresa cafeeira, no

¹² As exportações brasileiras, na média de 5 anos se destinaram percentualmente em 58,2% aos Estados Unidos e 41,8% à Europa (FAUSTO, 2004).

Oeste Paulista, “nasceria uma nova classe assentada em relações capitalistas de produção, com consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país” (FAUSTO, 2004, p.199).

Esse processo se explica, basicamente, em função do modo como as relações entre colono e fazendeiro configuravam-se: o colono vendia sua força de trabalho ao fazendeiro e, em troca, recebia seu salário, gerando, portanto, a apropriação do excedente, sob a forma de mais-valia. A mais-valia é o valor produzido pelo trabalhador, que é apropriado pelo capitalista, sem que um equivalente seja dado em troca, ou seja, o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago (BOTTOMORE, 2001, p.227). Desse modo, a burguesia agrária só se consolidou de fato quando houve a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social,

e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou o quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa acumulação primitiva, se dá no nível ou na órbita da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e suas seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão. (OLIVEIRA, 2004, p.407)

Depreende-se, portanto, que o pagamento do trabalho livre provinha de diversas fontes, como o contrato anual para cada família; o pagamento por algumas atividades, como a colheita e tarefas cotidianas na fazenda; o pagamento monetário ou não – moradia gratuita, pequenas quantidades de terra para o plantio de consumo e outras formas possíveis. Com efeito, se a produção voltava-se para o consumo do colono e de sua família, obviamente, incidia, também, no preço da força de trabalho. Essas novas relações capitalistas de produção retratam a separação entre os trabalhadores e os próprios meios de produção,

A compra e a venda da força de trabalho tanto reflete a natureza essencial do capitalismo como determina essa natureza essencial. A compra e a venda da força de trabalho reflete a separação entre os trabalhadores e os meios de produção e, uma vez estabelecida essa separação, a condição de mercadoria da força de trabalho determina a maneira pela qual a sociedade capitalista se reproduz. Essa reprodução deve ser conseguida por meio da circulação das mercadorias: os trabalhadores despossuídos devem receber salários para que possam comprar as mercadorias que já não produzem; os capitalistas devem vender as mercadorias para obter o capital-dinheiro para comprar a força de

trabalho e os meios de produção e reiniciar o processo de produção. (BOTTOMORE, 2001, p.188)

E, nesse sentido, as relações típicas entre colono e fazendeiro tinham esse caráter, expresso na compra da força de trabalho – pagamento pelo trabalho necessário (salário), apropriação do excedente sob a forma de mais-valia, embora o salário proviesse de fontes monetárias e não monetárias. Diante das novas relações capitalistas de produção, pode-se registrar uma questão diferenciada nessa relação: o contrato para formação das lavouras do café. Os colonos e suas famílias eram contratados para plantar e cuidar dos cafezais por “um período de quatro a seis anos, sem receber o salário necessariamente monetário, entretanto, em troca, dedicavam-se à produção de gêneros alimentícios entre as filas dos cafezais novos” (FAUSTO, 2004, p.199). Conforme explicações em Bottomore (2001, p.227), no processo do capitalismo,

embora cada contrato de assalariamento não seja, como todo contrato de troca livre, forçado por qualquer uma de suas partes, os trabalhadores não são livres para vender sua força de trabalho, de vez que não possuem outro meio de sobrevivência. Esta liberdade, embora real ao nível do contrato de assalariamento individual, é, na verdade, o que Marx chamou de dupla liberdade do trabalhador: a liberdade de vender sua força de trabalho ou a liberdade de morrer de fome.

Os trabalhadores livres - no caso brasileiro, os imigrantes - chegavam ao Brasil iludidos, em grande parte, por uma política ilícita de recrutamento, com contratos já fechados no país de origem, e com a obrigação de cumprí-los rigorosamente na nova terra. Não havia muita opção senão o cumprimento dos mesmos. Esses contratos eram subvencionados pelos empresários do café, afinal, figuravam como controladores do sistema econômico do estado de São Paulo. Em função da condição de controladores, seus interesses já se consolidavam, como, por exemplo, em relação aos subsídios concedidos à imigração pelos cofres provinciais e aos subsídios para a expansão ferroviária (FAUSTO, 2004, p. 201). Inferir-se-á, portanto, que a hegemonia dos barões do café configurou-se nos primeiros anos republicanos e que seus interesses e objetivos estiveram expressos na Constituição de 1891 e em outras medidas criadas no período.

De acordo com o mesmo autor, a conjuntura interna do país gerou enorme expansão das plantações cafeeiras em São Paulo e, secundariamente, em Minas Gerais, repercutindo no volume da produção ao longo dos anos (FAUSTO, 2004, p. 202). Desse modo, é fundamental entender que, apesar da crise instalada pela superprodução e pela queda dos preços do produto, os

cafeicultores dos estados produtores reuniram-se para discutir uma possível estratégia para solução do caos instaurado. Em função dessa discussão, decidiu-se adotar a política de valorização do café, constituindo-se, basicamente, na compra da produção excedente pelo governo, por meio de empréstimos estrangeiros; além disso, o excedente seria vendido quando fossem normalizados os preços. Tais medidas estabilizavam o preço do café no mercado internacional e foram, efetivamente, usadas em 1906, 1917 e 1921. Nessa perspectiva, a produção cafeeira e todo o esquema de comercialização do café arrolaram proficuamente¹³ nos primeiros anos republicanos sob o funcionamento e controle¹⁴ estrangeiro.

Desse modo, o controle feito pelas empresas inglesas prescindia, de certa forma, a figura dos ensacadores e das casas comissárias¹⁵, papéis importantes na velha estrutura da comercialização do café, pois, na escassez de recursos necessários à expansão de suas empresas, os fazendeiros recorriam aos comissários¹⁶, que lhes concediam empréstimos providos de recursos próprios ou até mesmo agiam como intermediários de outros agenciamentos bancários – o capital estrangeiro. Obviamente, na lógica do capital, o comissário recebia uma parcela do excedente gerado pela empresa cafeeira, cuidava dos negócios do cafeicultor, enriquecendo-se.

Observou-se, portanto, a reação das casas comissárias em relação à crise financeira do período - a queda dos preços e a depressão geral –, pois os bancos nacionais foram afetados e, na contrapartida, os bancos estrangeiros foram beneficiados com a oscilação do mercado financeiro e com a especulação cambial. Também as casas comissárias enfrentaram a instalação dos Armazéns Gerais, criados com o objetivo de armazenar o café em condições adequadas para que o fazendeiro pudesse negociar diretamente com o exportador. Essa atividade contou com o apoio do governo federal, que concedeu a garantia de juros aos investidores; desse modo, as empresas estrangeiras privilegiaram-se dessas estratégias.

Infere-se, nesse sentido, que os grupos estrangeiros passaram a controlar, sobremaneira, o comércio exterior brasileiro, contribuindo, ao mesmo tempo, para acentuar o declínio dos preços

¹³ Em 1901, havia no Estado de São Paulo 525 milhões de pés de café maiores de 4 anos e 135 milhões com menos de 4 (FAUSTO, 2004).

¹⁴ Em meados dos anos noventa as empresas estrangeiras já detinham o controle de exportação, conforme dados de Exportações do Porto de Santos (1895-1907) (Ibidem).

¹⁵ A atividade da casa comissária sempre esteve em mãos de comerciantes portugueses e brasileiros, cujos recursos provinham de créditos bancários e de capitais acumulados em outras atividades comerciais, sobretudo de importação. A casa comissária típica do século XIX era uma empresa familiar, operando em regime de acentuada concorrência (FAUSTO, 2004).

¹⁶ O comissário recebia o café nos portos, armazenava-o e vendia-o, procedendo-se a seguir ao acerto de contas, que abrangia a comissão pela venda, as despesas de armazenamento, os juros das importâncias adiantadas (Ibidem).

do café. Obviamente, desfrutaram dos lucros advindos dessa mesma lógica. Em função da desestabilização do preço do café que gerou a crise nos primeiros anos republicanos, foram implementadas algumas estratégias de intervenção por parte do governo como, por exemplo, o monopólio do comércio de exportação pelo Estado, a concessão de empréstimos aos cafeicultores, a fixação de preços mínimos, a destruição de parte da produção (FAUSTO, 2004, p.213). Nas observações do mesmo autor, o Estado de São Paulo respondeu à crise do café, de modo mais arrojado, com estratégias mais exequíveis objetivando compatibilizar as empresas estrangeiras e a produção do café.

Sabe-se que o governo brasileiro, no período, era representado, principalmente, pela política do café com leite e procurou, durante os primeiros anos da década de 20, implementar estratégias exclusivas para restaurar o equilíbrio do mercado. A partir do pós-guerra, a própria conjuntura exigia uma política intervencionista para sustentação dos preços agrícolas em exportação, sobretudo, diante do quadro que se configurava como a crescente monopolização da economia, o ideário do livre-comércio pelo mercado internacional. Os anos vinte, em especial, delineados pelo apogeu da exportação agrária e pela acentuada disputa política entre Minas e São Paulo, configuraram-se também a terceira valorização do café. O governo brasileiro¹⁷ (1922-1926) manifestou-se desistente à política em defesa do café, levando o Estado de São Paulo a assumir veementemente essa bandeira. E então, nesse sentido, cria-se o Instituto do Café do Estado de São Paulo¹⁸.

Segundo Fausto (2004, p. 247), a burguesia do café assumia, regionalmente, a defesa de seus interesses e o Estado de São Paulo, mesmo comprometido com as obrigações financeiras, foi capaz de gerar recursos suficientes para cumprir os débitos adquiridos, situação contrária à da União, que, além do fator econômico – dívida externa contraída ao longo dos anos –, tinha dificuldade para encontrar um ponto conciliador entre os diversos interesses oligárquicos. A retomada do Estado de São Paulo pela política cafeeira, cujo principal teor foi a defesa dos interesses dos produtores de café – exportação, financiamentos, retenção de ofertas e outros –, figurou-se em complexo processo, visto que cada um dos estados produtores tinha seus próprios interesses.

¹⁷ O presidente Artur Bernardes era mineiro, apoiado pelos cafeicultores, governou o Brasil de 1922-1926 (FAUSTO, 2004).

¹⁸ Inicialmente denominado Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, foi criado pela Lei Estadual nº 2005 de 19/12/1924, precedida do Decreto Federal aprovado pelo Congresso, que autorizou a passagem da defesa do café para o Estado de São Paulo e também a transferência dos armazéns reguladores (Ibidem).

Nos anos que se seguem, a crise dos anos 30 expressa a irracionalidade desse sistema econômico, considerando ser o país extremamente agrícola, especializado em produzir para exportar. E essa exportação era cada vez mais financiada pelo capital externo. Segundo Oliveira (2004, p.408), era como se fosse um círculo vicioso:

a realização do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento *externo-exportadora*. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento externo bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização *interna*. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agro-exportadora com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa, operando-se uma redistribuição de mais-valia entre lucros internos e lucros e juros externos completamente desfavorável aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser repostado senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo. É esse o significado da política de sustentação e valorização do café com recursos de financiamento externo.

O café, considerado o produto de sustentação do sistema econômico do país, direta ou indiretamente, sofre ingerências do mercado externo e da política engendrada pelo governo federal, que objetiva estabelecer o equilíbrio entre as necessidades cambiais do país e o grau de restrição da oferta de café. O complexo esquema de defesa ao setor cafeeiro colaborou para expressiva expansão da produção, gerando, certo desequilíbrio no mercado, de superprodução. A expansão foi significativa em todos os estados produtores, mas São Paulo¹⁹ despontou-se em primeiro lugar. Segundo Basbaum (1997), plantar café era mesmo a mais nobre de todas as atividades de que um fazendeiro honrado poderia ocupar-se. Iludidos de que “café pagava de tudo, a cultura cafeeira expandiu-se enquanto pôde, como uma epidemia que se alastra por cima do poder dos homens. Terras eram invadidas, estradas antieconômicas, com prejuízo para o erário federal, eram construídas para plantar café, só café, nada além do café” (BASBAUM, 1997, p.83).

Foi nessa direção que a economia brasileira configurou-se, no final dos anos vinte, marcada pela supersafra, pela queda de preços do café, pela política de retenção da produção,

¹⁹ Em 1921, a produção do café foi de 843.592.000 e em 1930, 1.188.058.000 (FAUSTO, 2004).

pela defesa permanente no Brasil e pela crise mundial. Em relação à crise do café, alguns autores a definem assim:

Na conjuntura de 1929-1930, ocorreria uma verdadeira crise orgânica, definida pelo desencontro entre dois níveis. Sob o ângulo aqui considerado, os acontecimentos que marcaram a política cafeeira nos últimos meses de vida da República Velha podem ser vistos como uma disputa entre a burguesia do café, entrincheirada em suas associações e no governo do Estado de São Paulo, e o governo federal. (FAUSTO, 2004, p.247)

E ainda, segundo o mesmo autor, esse período corresponderia ao colapso da Velha República. Entrevê-se a cisão da hegemonia dos barões do café, a ruptura entre as oligarquias paulista e mineira, configurando, portanto, o declínio do modelo econômico agroexportador.

Todavia, politicamente, o país caracterizava-se, nas primeiras décadas republicanas, por efervescentes discussões no entorno da defesa ou não do café, com a participação dos grandes proprietários rurais e militares. Quando o poder foi transferido para um presidente civil, desencadeou-se, assim, a política do “Café com Leite”²⁰. Nela, o quadro político brasileiro se definiu mantendo-se as diretrizes dos senhores oligárquicos e dos coronéis. Segundo Viotti (1999, p. 489), o movimento republicano resultou

da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República.

Note-se que o poder centralizava-se nos governos de Minas e de São Paulo, na troca de favores entre coronéis e oligárquicos; compondo esse quadro, havia, ainda, o voto de cabresto, instrumento de manipulação da bancada política republicana. Esse conjunto de fatores delineou a subordinação da nação aos interesses desses estados e, desse modo, grande parcela da população

²⁰ O pitoresco nome de república do café-com-leite se refere ao predomínio de dois estados, na primeira República: São Paulo e Minas Gerais, que tinham por base econômica o café e o leite. Mas nem tudo no Brasil, do ponto de vista político, se resumia à aliança entre São Paulo e Minas. Também há quem se refira a esse período como república dos coronéis, pelo predomínio da figura do coronel – título dado a antigos coronéis da Guarda Nacional que controlavam uma área, arrematavam a população e seus votos (FAUSTO, 2002).

sentiu-se injustiçada e essas insatisfações provocaram a cisão das oligarquias e, posteriormente, a ascensão do governo Vargas.

É preciso ressaltar, portanto, o papel dos senhores do café frente a essa política. Como se encontravam envolvidos com o projeto político da nação, descuidaram-se das questões econômicas e financeiras e o dinheiro, em si, foi desaparecendo. Nesse contexto, as velhas casas comissárias e as empresas exportadoras entram em ação mais uma vez, ditam as regras do jogo, estipulam preços baixos, privilegiam-se e apoderam-se de todo o comércio cafeeiro, sobretudo, do dinheiro. Restou ao fazendeiro a sombra do que era: o começo do fim do reino do café:

Conservava o título e as honras, morava nas cidades, fazia política e procurava salvar-se das aperturas financeiras com favores excepcionais e pessoais dos ministros e deputados. Ei-lo mendigando favores de um governo federal financeiramente rebentado, solicitando empréstimos nas antecâmaras dos comissários, aos quais vinte anos antes havia tratado como empregado subalterno. (BASBAUM, 1997, p.170)

Entende-se que a crise não foi uma crise qualquer e nem somente reflexo do crash de 1929 ou da superprodução cafeeira, mas, evidentemente, reflexo do complexo conjunto de fatores que configuravam a economia brasileira, assolada pela crise geral do capitalismo. Segundo Basbaum (1997, p.259):

A situação do país era insustentável: a crise do café e dos demais produtos de exportação, sem nenhuma perspectiva de solução imediata; a crise profunda atingindo a própria estrutura do país; e por fim uma crise internacional, abrangendo todo sistema capitalista mundial, traziam como primeiros efeitos um estado geral de insatisfação e descontentamento que rapidamente se transformou em pânico e desespero.

Essa situação insustentável, porém evidente, atingiu toda a sociedade brasileira, inclusive a classe dominante, as oligarquias cafeeiras. Em consequência, as cisões partidárias logo se apresentaram, sobretudo, dentro do Partido Republicano Paulista – PRP, que, há décadas, monopolizava a política dos presidentes e sua bancada. O partido dividiu-se entre si ao decidir se sustentariam ou não a política de valorização do café, desenvolvida ao longo das primeiras décadas republicanas. Uma de suas facções funda o Partido Democrático, contrário a essa política. Coligou a esse partido o Partido Republicano Mineiro – PRM, que, até então, não se constituía membro do Instituto do Café. Como mencionou-se anteriormente, o Instituto do Café,

órgão representante dos barões do café, transformou-se, quiçá, no maior centro gerador de grandes fortunas do período. Dirigidos por banqueiros, os financiadores da produção cafeeira, intermediados por exportadores e comissários exportadores, foram sutilmente se enriquecendo. Tanto os comissários exportadores como os banqueiros estavam à frente dos negócios e defendiam a política de valorização do café. Por outro lado, alheios a essa situação fatídica, envolvidos que estavam com as questões políticas, os barões do café não se davam conta do saque de suas fortunas. Ao se aperceberem da crise, os fazendeiros paulistas resolveram retomar seu papel no Instituto que, por sua vez, também se encontrava à beira da bancarrota. Foi, portanto, nesse contexto, que os banqueiros, os novos senhores da riqueza, arregimentaram forças, especificamente aqueles insatisfeitos com o governo, para fazer a revolução. Esse grupo poderoso, revolucionário, contava com o apoio de:

1) grande parte da burguesia industrial que não concordava com a teoria de “país essencialmente agrícola” e se irritava com a preferência exclusiva concedida ao café; 2) as classes médias, em luta contra a proletarização; 3) os grupos intelectuais desiludidos com os caminhos que a República estava trilhando e desejava reformas; 4) as próprias forças armadas cuja origem e destino se achava cada vez mais ligado às classes médias; 5) e finalmente uma grande parte do proletariado. Todas essas camadas sociais que constituíam o povo, haviam tomado consciência de si mesmas, desejavam impor a sua existência ao governo, exigindo melhorias e reformas. Era agora todo o povo, tomado de consciência política contra o governo. (BASBAUM, 1997, p.262)

Nesse sentido, foi da congruência dos diversos partidos, classes sociais, posições e insatisfações que emergiu a Aliança Liberal, como movimento oposicionista ao Governo federal, objetivando a participação na vida política, nas lutas e nas decisões do país. Entretanto, uma nova aristocracia surgia – a aristocracia dos donos do dinheiro – os testas de ferro dos imperialistas, em detrimento à velha aristocracia dos barões do café (BASBAUM, 1997). Esse período é definido por Basbaum (1997) como a manifestação suprema do povo – o movimento das massas – e não apenas como o fim de um período, mas como o começo de um outro, em que a população, aparentemente passiva, começará a impor, cada vez mais, a sua presença, na vida e na História do Brasil.

1.2 Imigração – impulso para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil

É indispensável neste estudo retomar a questão da imigração para o Brasil no final do século XIX e limiar do século XX, pois foi a imigração, em especial a italiana, que se constituiu o fio condutor das discussões entre Scalabrini – o fundador da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas – e as autoridades italianas, em torno de um projeto político e missionário que amparasse e oferecesse sustentabilidade aos seus expatriados. Interessa-se, portanto, depreender os elementos mais significativos desse processo no contexto da sociedade capitalista.

Em princípio, é possível caracterizar a imigração como um processo lento é acentuar que o Brasil, até os anos 50 do século XIX, “ainda” não era um país considerado atraente para o trabalho, ou o país dos sonhos. Pensando assim, os dados a seguir podem explicar a afirmação de que a imigração, nesse período, foi diminuta, apesar de se observar grande pico no final dessa década:

Quadro 1 - Imigração para o Brasil (1820-1850)

Decênios	Imigrantes
1820-1829	9.105
1830-1839	2.569
1840-1849	4.992
1850-1859	108.045
Total	124.711

Fonte: IBGE (2008).

Esse quadro, contudo, sofre alterações a partir da Revolução Industrial, à medida que as mudanças econômicas e sociais foram se delineando nos países europeus. Muitos deles procuraram, na segunda metade do século XIX, estimular a emigração para as áreas coloniais e parte desses imigrantes chegou à América Latina em grande contingente, influenciando, evidentemente, em múltiplos aspectos, países como Brasil.

Hobsbawm (2005c, pp.30-31), procurando compreender de forma mais ampla o processo de mudanças demográficas ocorridas nos países europeus no século XIX, afirma que:

de 30 a quase 160 milhões entre 1800 e 1900; e, especialmente, a América [...] a população européia, era em 1900 (430 milhões), quase com certeza mais do dobro dos digamos, 200 milhões de 1800. Ademais, sua emigração em massa para outros continentes foi responsável pela mudança mais drástica que sofreu a população mundial: o aumento dos habitantes das Américas de cerca do Norte, que aumentou de cerca de 7 a mais de 80 milhões de habitantes.

Nessa perspectiva, é fundamental tecer breves considerações a respeito do que ocorreu na América Latina com a chegada das levas imigratórias, quicá, a maior de todos os tempos. Sabe-se que a população latina, predominantemente negra e indígena, com a chegada dos imigrantes, tomou outras proporções, outros rumos. Sem dúvida, instalou-se assim uma situação “nova”, geradora de graves consequências nos aspectos cultural e social, e, sobretudo, nos econômico e no político. O quadro a seguir apresenta dados significativos para que se possa compreender esse fenômeno, em especial, no Brasil:

Quadro 2 - Imigração para o Brasil (1860-1939)

Decênios	Imigrantes
1860-1869	108.098
1870-1879	193.931
1880-1889	448.622
1890-1899	1.198.327
1900-1909	622.407
1910-1919	815.463
1920-1929	846.646
1930-1939	332.768
Total	4.566.262

Fonte: IBGE (2008).

A partir dos anos 60 do século anterior, o quadro se altera substancialmente, pois o fluxo imigratório quadruplica e, nos anos oitenta, esse fenômeno explode. É o boom da imigração, como afirma Hobsbawm (2005c). Portanto, para compreender esse movimento, considera-se como uma das principais questões a produção cafeeira no Brasil, sobretudo, a escassez da mão-de-obra escrava para o trabalho nas lavouras advinda da proibição do tráfico negreiro. Tal agravante precisava ser resolvido e, de certo modo, a política de imigração para substituição da mão-de-obra escrava não era bem vista pelos latifundiários, uma vez que o regime de posse de terra no Brasil era livre e, evidentemente, facilitaria às famílias imigrantes fixar-se, plantar e tomar posse da terra. Apesar dos muitos empecilhos, alguns fazendeiros conseguiram introduzir o

trabalho livre e do imigrante junto ao trabalho escravo, a partir de alguns acordos com os mesmos. A abolição dos escravos, conseqüentemente, agravou ainda mais o trabalho nas lavouras de café, acirrando a escassez da mão-de-obra.

De modo geral, os trabalhadores iniciavam suas atividades em parceria com os proprietários, com sua possível pequena renda já comprometida, endividados com as compras nas vendas das fazendas, mas cumpriam rigorosamente seus contratos, o que não era recíproco por parte dos fazendeiros que fraudavam a contabilidade, as anotações e mais alguma coisa se possível fosse. Sentiam-se presos aos latifundiários e, em alguns casos, eram vendidos em pacotes – a família inteira – em função das dívidas que nunca conseguiam saldar. Essas famílias moravam nas fazendas, em casas cedidas pelos proprietários e recebiam uma determinada quantia por ano, à base do tratamento de mil pés de café. Pode-se afirmar que viviam em condições sub-humanas. Segundo Basbaum (1986, p.143),

A cessação do tráfico foi desastrosa e obrigou os fazendeiros do café trazer imigrantes para o Brasil: muitas famílias vieram para as fazendas de café especialmente contratadas, incorporando-se ao sistema de colonato em que o emprego não era para homens, mas para famílias. Era uma nova forma de trabalho livre assalariado, mas era livre teoricamente. No fim de algum tempo de trabalho, em vez de ganhar dinheiro, estavam devendo.

Basbaum ainda se refere ao sistema de colonato no Brasil como único, exclusivo, possivelmente, nunca usado em outro país. Esse sistema estabeleceu-se somente nas fazendas de café de São Paulo e em algumas de Minas. Os contratos firmavam a permanência dos imigrantes nas fazendas por um prazo de cinco anos e determinavam o reembolso do adiantamento para a compra das passagens para o Brasil. Entende-se, portanto, que a nova organização do trabalho para esses trabalhadores passa do processo de parceria para o do trabalho assalariado. Nesse sentido, é importante lembrar que, já nos anos 1808, 1818 e 1827, delineados por decretos e leis, objetivando o aumento demográfico e a substituição do braço escravo na lavoura, os colonos eram contratados no sistema de parceria. Esse sistema apresentou várias deficiências e gerou insatisfações por parte dos colonos, porque eles não conseguiam quitar seus débitos com o fazendeiro, não obtinham o lucro esperado, sentindo-se, então, lesados a cada acerto. Foi por esses motivos que a forma de fixar pagamentos por alqueires cultivados passou a ser mais adequada que as parcerias.

Já na segunda metade do século XIX, a imigração intensificou-se e os governos provinciais se responsabilizaram por esse processo, estabelecendo parâmetros muito interessantes de política imigratória, seguida da legalidade do subvencionamento de viagens, em particular, da Itália para o Brasil e, posteriormente, da instalação e permanência das famílias nas fazendas e outros núcleos coloniais. Portanto, as medidas tomadas pelo governo do Estado de São Paulo expressavam, indubitavelmente, interesses de caráter econômico, sobretudo, porque visavam ao desenvolvimento da província e responsabilizavam-se pelo processo. E com essa intenção, a Província constituiu, em 1871, a Associação Auxiliadora da Colonização²¹, a qual congregava fazendeiros e capitalistas influentes que tinham em comum certos privilégios, preferencialmente, os de caráter econômico, como se vê:

Na década de 1880, numerosos créditos foram concedidos pelo governo provincial para auxiliar a imigração. Entre 1881 e 1891, as despesas feitas pelo tesouro do estado com a colonização e imigração montaram a 9.244:226\$550. Os fazendeiros interessados na imigração encontravam meios de conduzir o Estado na direção de seus objetivos. (VIOTTI, 1999, p.328)

E a Província paulistana, amparada pelo governo brasileiro, criou também a Sociedade Promotora de Imigração²², que atuou durante dez anos (1886-1896) e foi responsável pela vinda de aproximadamente dezessete mil famílias, no final dos anos oitenta. Diante da necessidade do trabalhador braçal, entende-se que:

A Sociedade Promotora de Imigração não é, dessa forma, apenas uma simples e desinteressada sociedade de imigração que tencionava trazer elementos europeus para promover o povoamento de São Paulo. Esta intenção, aliás, passava muito longe das cabeças pensantes dos seus diretores. Sua intenção era promover a entrada de braços baratos para suas lavouras de café e, de alguma forma, conseguir uma espécie de indenização pelos escravos que foram tomados pela abolição. Sua outra intenção era também forçar, por meio de um choque de oferta, a queda do valor da mão-de-obra para manter suas taxas de lucro com a atividade. Temos ainda uma participação umbilical dos governos de São Paulo e

²¹ Em agosto de 1871, antes da assinatura da Lei do Ventre Livre, o presidente da província de São Paulo, Antônio da Costa Pinto e Silva, reuniu vários financistas e fazendeiros para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, com o propósito de “facilitar para nossos fazendeiros a aquisição de trabalhadores livres” (PETRI, 2005).

²² A Sociedade Promotora de Imigração foi criada em 02/07/1886, com o objetivo de promover a imigração estrangeira em larga escala para o Estado de São Paulo, sem caráter especulativo ou de lucro, na forma de uma sociedade civil com capital subscrito de 500:000\$000, divididos igualmente entre os participantes fundadores. Foi amparada pela lei provincial de 28 de outubro de 1885, que tem por base a lei do Império de 28 de setembro de 1885, que estabelecia o sistema de imigração por contrato com reembolso da passagem ao imigrante ou à família de imigrantes (SANTOS, 2007).

imperial, o que não é de se estranhar, pois seus membros eram suas partes influentes e participantes. Podemos concluir que do ponto de vista do seu objetivo de trazer imigrantes, ela foi maravilhosamente bem sucedida, pois conseguiu trazer da Europa 266.732 imigrantes, na sua maioria italianos do norte. Conseguiu também, do lado da produção de café, mais que decuplicar as sacas colhidas graças aos braços fornecidos. Por outro lado, se não fez baixar os salários, conseguiu pelo menos estancar a sua valorização. (SANTOS, 2007, p.6)

Nessa perspectiva, a Sociedade Promotora de Imigração caracterizou-se como um projeto da oligarquia cafeeira²³, objetivando substituir a mão-de-obra escrava por outra, a mais barata possível e, desse modo, manter-se como classe privilegiada, monopolizadora do sistema econômico brasileiro. Além da Sociedade Promotora de Imigração, evidencia-se a comissão instituída em 1881 para planejar a primeira Hospedaria em São Paulo, no Bom Retiro, com alojamentos para aproximadamente quinhentos imigrantes, e a segunda Hospedaria, criada com acomodações para quatro mil imigrantes, localizada em um ponto bastante estratégico da cidade, entre as estradas de ferro Rio e Santos.

Nesse sentido, as políticas governamentais subsidiárias à imigração foram fundamentais para garantir o trabalhador para a lavoura do café e, conseqüentemente, a expansão da produção. Os dados a seguir, referentes à política de subvencionamento para imigração, implementada em grande parte pelo Estado de São Paulo, são bastante expressivos:

Quadro 3 - Imigração Subvencionada (1888-1915)

Período	Total de imigrantes	% imigrantes subvencionados
1888/1890	138.240	63,4
1891/1900	719.595	79,9
1901/1910	420.447	40,1
1911/1915	356.045	36,0

Fonte: CARDOSO (2004).

²³ Ao ler a lista dos sócios fundadores da Sociedade, percebe-se o vulto do projeto, pois conseguiu atrair para seus quadros os maiores e mais eminentes fazendeiros daquela época. Algumas famílias marcam sua presença, como os Souza Queiroz, com o maior número de elementos; os Prado, com os elementos mais influentes naquele momento e os Paes de Barros (Ibidem).

Segundo estatística constante na documentação apresentada pela Congregação Saclabriniana, entraram em São Paulo, com passagens subvencionadas pelo governo paulista, aproximadamente,

Quadro 4 – Imigrantes / Gênova – Brasil (1890-1905)

ANO	IMMIGRANTI
1890	20.991
1891	84.486
1892	34.274
1893	48.739
1894	22.420
1895	84.722
1896	49.846
1897	52.880
1898	20.389
1899	11.141
1900	10.978
1901	33.717
1902	2.324
1903	2.817
1904	3.757
1905	9.585
Totale	492.886

Fonte: FRANCESCONI (1973).

Porém, os dados apresentados podem não corresponder exatamente à realidade, visto que os italianos também embarcavam em outros portos; em 1906, metade da população da capital de São Paulo constituía-se de italianos. Entende-se que, nesse processo, houve significativa disseminação de italianos por todo estado de São Paulo, sobretudo pela região do Oeste Paulista, conforme dados apresentados no histórico da Congregação:

Quadro 5 - População Italiana em Municípios Paulistas (1906)

Amparo - 15.000	Guareí - 1.000	Rio Bonito - 2.500
Anápolis - 2.000	Ibitinga - 2.000	Rio Claro - 10.000
Apiáí - 3.000	Iguape - 4.000	Salesópolis - 3.000
Araraquara - 15.000	Indaiatuba - 3.000	Salto de Itu - 3.000
Araras - 5.000	Iporanga - 2.000	Santa Bárbara - 3.000
Areias - 2.000	Itapetininga - 8.000	Sta Bárbara do Rio Pardo - 1.000
Atibaia - 3.000	Itapira - 12.000	Santa Branca - 3.000
Avaré - 5.000	Itaporanga - 1.000	Santa Cruz de Conceição - 3.500
Bananal - 1.000	Itararé - 2.000	Santa Cruz das Palmeiras - 15.000
Bariri - 4.000	Itatiba - 14.000	Santa Cruz do Rio Pardo - 4.000
Barretos - 2.000	Itatinga - 2.000	Santa Isabel - 3.000
Batatais - 13.000	Itu - 10.000	Santa Rita do Paraíso - 5.000
Bauru - 1.500	Ituverava - 2.000	Santa Rita do Passa Quatro - 12.000
Bebedouro - 3.000	Jaboticabal - 13.000	Santo Amaro - 2.000
Belém do Descalvado - 14.000	Jacareí - 6.000	Stº Antonio da Alegria - 1.000
Boa Esperança - 2.500	Jambeiro - 5.000	Stº Antonio da .B Vista - 1.000
Boa Vista das Pedras - 1.000	Jardinópolis - 12.000	Stº Antonio Cachoeira - 4.000
Bocaína - 1.000	Jataí - 700	São Bento do Sapucaí - 4.000
Bom Sucesso - 1.000	Jauú - 25.000	São Bernardo - 5.000
Botucatu - 10.000	Jundiaí - 16.000	São F.nc de Paula Pinh - 1.000
Bragança - 5.000	Juqueri - 1.000	São João da Boa Vista - 18.000
Brotas - 7.000	Lagoinha - 2.500	São José do Barreiro - 1.000
Buquira - 1.000	Lavrinhas - 500	São José dos Campos - 5.000
Cabreúva - 2.000	Leme - 7.000	São José do Rio Pardo - 20.000
Caçapava - 7.000	Lençóis - 5.000	São José do Rio Preto - 3.000
Caconde - 14.000	Limeira - 8.000	São Luiz do Paraitinga - 8.000
Cajuru - 6.000	Lorena - 6.500	São Manoel do Paraíso - 15.000
Campinas - 25.000	Matão - 8.000	São Miguel Arcanjo - 500
Campo Lago de Sorocaba - 12.000	Mineiros - 5.000	São Paulo dos Agudos - 4.500
Campos N. de Paranap - 2.000	Mogi das Cruzes - 8.000	São Pedro - 6.000
Capão Bonito /Paranap. - 1.200	Mogi-Guaçu - 2.500	São Pedro do Turvo - 4.000
Capivari - 7.000	Mogi –Mirim - 10.000	São Sebastião - 2.000
Casa Branca - 6.000	Monte Alto - 15.000	São Simão - 14.000
Conceição de Guarulhos - 600	Monte-Mor - 3.000	São Vicente - 800
Cotia - 3.000	Nazaré - 3.000	Sarapuí - 2.000
Cravinhos - 12.000	Nuporanga - 6.000	Serra Negra - 14.000
Cruzeiro - 4.000	Paraibuna - 5.000	Sertãozinho - 12.000
Cunha - 4.000	Parnaíba - 3.500	Taubaté - 15.000
Curalinho - 2.000	Patrocínio de Sta Isabel - 1.000	Silveiras - 1.000
Dourado - 4.000	Patrocínio de Sapucaí - 1.000	Socorro - 7.000
Dois Córregos - 8.000	Pedreira - 8.000	Sorocaba - 12.000
Espírito Stº Boa Vista - 1.300	Pereiras - 3.000	Tambaú - 4.000
Espírito Stº do Pinhal - 8.000	Piracicaba - 7.600	Tatuí - 12.000
Espírito Santo Turvo - 600	Pirassununga - 8.000	Tieté - 8.000
Fartura - 1.000	Porto Feliz - 5.000	Tremembé - 1.000
Franca - 5.000	Ribeirão Branco - 700	Ubatuba - 2.000
Faxina - 600	Ribeirão Bonito - 4.000	Uma - 2.500
Guarazema - 1.000	Ribeirão Preto - 25.000	Vila Bela - 2.500
Guaratinguetá - 12.000	Ribeirãozinho - 8.000	Vila Vieira do Piquete - 800

Fonte: FRANCESCONI (1973).

Os dados acima convalidam a idéia inicial de que os italianos chegaram a São Paulo e expandiram-se por boa parte do estado, embrenhados nas atividades agrícolas, em pequenos povoados, em pequenas colônias, estabelecendo, assim, relações tanto comerciais como artesanais e, posteriormente, manufatureis e industriais. Entende-se que, nas diferentes cidades paulistas, chegaram imigrantes de diversas regiões italianas e, como se percebeu, cada parte da Itália tinha tendência para determinados tipos de trabalho: “os de Vêneto se dedicaram de preferência à agriculturr; os de Piemonte, ao trabalho da ferrovia; os da Toscana, ao pequeno comércio, especialmente do óleo; os do meridiano; ao pequeno comércio de verdura na cidade, e sobretudo ao trabalho de vendedores ambulantes”²⁴ (FRANCESCONI, 1973, p.98).

Desse modo, os italianos, em primeira mão, investiram no trabalho dos cafezais e, de acordo com a necessidade, foram apresentando suas habilidades para outros ramos de negócios, sobretudo, para o comércio. Infere-se, nessa perspectiva, a importância dos italianos para o crescimento comercial de várias cidades paulistas, principalmente da capital, cidade pólo do comércio e da indústria do país. Essa foi substancialmente a diferença entre a imigração no Brasil e nos Estados Unidos da América. Enquanto no último, o imigrante trabalhava, acumulava algum capital e regressava à Itália; no Brasil, configurava-se o oposto, pois havia certa tendência em estabilizar-se, trabalhando, adquirindo bens, propriedades, acumulando e investindo capital no patrimônio.

Ao contrário no Brasil, há um modo particular com a família com um contrato em mão que..., é um modo particular no estado de São Paulo, a maioria dos italianos chegaram com a família e com um contato em mão que, querendo ou não, obrigava ao trabalho agrícola. (FRANCESCONI, 1973p. 98)²⁵

Segundo o histórico, era uma importação de braço para as imensas fazendas do governo e dos latifúndios, na mentalidade puramente capitalista²⁶.

Por um lado, a leitura dos escritos compilados por Francesconi (1973) permitiu apreender elementos significativos do cotidiano vivenciado pelos italianos nas fazendas do estado de São

²⁴ “i veneti si dedicarone di preferenza all’ agricoltura, i piemontesi ai lavori delle ferrovie, oi toscani al piccolo commercio, specialmente di oli; i meridionali al piccolo commercio delle verdure in città, e soprattutto al mestiere di venditori ambulanti”.

²⁵ “Invece nel Brasile, e in modo particolare com la famigliae com um contratto in mano Che, e in modo particolare nello Stato di S. Paulo, la maggioranza degli italiani arrivava con la famiglia e com um contratto in mano che, volere e non volere, obbligava al lavoro agricolo”.

²⁶ “Uma importazione di braccia per lê immense fazendas del governo e dei latifundisti, nella mentalità prettamente capitalista” (FRANCESCONI, 1973).

Paulo e, por outro, possibilitou visualizar o processo de desenvolvimento econômico paulista e o contributo da imigração italiana para o mesmo.

Nesse contexto, percebem-se certos antagonismos, pois, por um lado, estabelecia-se uma política de imigração em massa e, por outro, outra com mais qualidade. Essa política possibilitaria a aquisição de pequenas ou médias propriedades por parte dos imigrantes, objetivando ampliar as colônias e aumentar os povoamentos. Nesse sentido, algumas legislações²⁷, bem como a própria Constituição Federal de 1891, buscaram um caráter mais organizado para esse processo. Nessa última, o artigo 64 determinava a posse dos Estados sobre toda terra devoluta de seus territórios e a Província de São Paulo, consequentemente, criou a Repartição de Terras, Colonização e Imigração²⁸, órgão responsável por validar os títulos de terras, fiscalizar e alienar terras públicas.

Conforme apresentado anteriormente, ocorreu acentuado afluxo imigratório nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século subsequente. Confirma-se, então, o Estado de São Paulo como grande protagonista desse processo, conforme se verifica no Quadro a seguir:

Quadro 6 - Brasil: Imigração total no país e em São Paulo por períodos (1884-1920)

Período	Brasil	São Paulo
1884/1887	145.880	53.023
1888/1890	304.054	157.781
1891/1900	1.129.315	733.335
1901/1920	1.469.095	857.149

Fonte: CARDOSO (2004).

Os dados apontam para o fato de que o Estado de São Paulo foi o receptor de, basicamente, 50% dos imigrantes que chegaram ao país no período, sendo que a chegada acentuou-se, sobretudo, nas primeiras décadas, em função das políticas de recrutamento

²⁷ A famosa "Lei Glicério" facultou às Empresas carentes de braços promover, por seus agentes, a campanha de aliciamento de operários da Europa para o Brasil. As mesmas causas da imigração, de um lado na América, com as grandes esperanças de melhores dias numa "Terra de Promissões", exaltadas de reais e mirabolantes promessas, atraíram para Nova Veneza os aflitos e corajosos filhos da Itália. Eles foram atraídos por diversos agentes da Sociedade Ângelo Fiorita & Cia, depois Cia Metropolitana, com sede no Rio de Janeiro. Na Itália a propaganda e organização de correntes migratórias estava a cargo de agentes de Miguel Nápoli, Diretor da referida Companhia Metropolitana. Assim os agentes Gervásio Bortoluzzi e Caetano Feltrin conseguiram bom número de famílias para imigrarem para o Brasil, procedentes de Treviso, Belluno e Pádua, províncias de Vêneto, região pobre e flagelada pela dominação austríaca (SANTA CATARINA, 2008).

²⁸ PETRI, 2005.

desenvolvidas pelos governos dos estados e central. Ainda, no Império, a escassa densidade demográfica dificultava a administração dos trabalhos e os governos central e provincial tomaram algumas medidas, como a criação de uma Inspetoria Geral de Terras e Colonização²⁹, a fim de promover a imigração espontânea, dirigir e orientar esse tipo de atividade.

Segundo Prado Junior (1972, p.183), de “certo modo, a imigração européia do século XIX contribuiu sobremaneira para o povoamento brasileiro, ora estimulada por uma política oficial e deliberada de povoamento, ora pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra”. É preciso esclarecer, portanto, que o subvencionamento dessa imigração, seja pelo governo central ou provincial, representou grandes investimentos, os quais foram financiados e impulsionados pela exportação da produção cafeeira. São expressivas as afirmações:

A imigração começou a ser subsidiada pela província de São Paulo, em 1881, antes, portanto, da abolição, dez anos depois da Lei do Ventre Livre, que regulou o processo final do escravismo, dois anos antes da lei sobre locação de serviços. O governo central despendeu com a imigração, entre 1881 e 1917, cerca de 181.000 contos de réis; a província de São Paulo, cerca de 68.000. Entre 1827 e 1919, entraram nessa província mais de 1.800.000 imigrantes; pouco menos de um milhão foram subsidiadas. Só entre 1887 e 1906, chegaram a São Paulo 1.200.000 imigrantes. Segundo as estatísticas, entraram no Brasil, entre 1908 e 1920, mais de um milhão de imigrantes. A população do país evoluía rapidamente: em 1906, a da província de São Paulo era de 3.000.000 de habitantes. (SODRÉ, 1990, p.112)

Importante assinalar, nesse mesmo processo, a presença das companhias contratadas para o recrutamento de imigrantes, cujos agenciadores nem sempre usavam os critérios exigidos para seleção, desencadeando a vinda de imigrantes que não atendiam às necessidades nem aos objetivos do governo, já que

O recrutamento de colonos na Europa se fazia sem maior cuidado; os agentes dele incumbidos não tinham outra preocupação com o número, pois ele se calculava sua remuneração. Aceitavam qualquer candidato, sem indagar da sua prestabilidade para trabalho agrícola e, sobretudo, o pesado esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento. Chegavam a emigrar para o Brasil não raro até enfermos e velhos inválidos. (PRADO JUNIOR, 1972, p.187)

²⁹ A Inspetoria de Geral Terras e Colonização foi criada pela Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, para fiscalizar as terras devolutas do Império. Todos os núcleos coloniais estavam sob sua jurisdição.

Em São Paulo, a Secretaria da Agricultura encarregou-se da imigração estadual, publicando alguns critérios para contratos diretos com companhias de navegação. Dentre essas exigências, a família a ser contratada deveria ser produtiva, completa – pai, mãe e filhos – ou sem filhos, porém casais jovens, viúvos ou viúvas com filhos aptos para o trabalho; se estivessem acompanhados por parentes mais distantes, não eram aceitos. A família que não se enquadrava nesse perfil não devia ser contratada, nem aquelas que não declaravam vontade de estabelecer-se em São Paulo.

Entretanto, o lado esdrúxulo da situação apresenta os agenciadores, os ludibriadores e os “traficantes de carne humana”³⁰, quiçá, por oferecerem propostas irresistíveis, transformadas, posteriormente, em cenas fatídicas e cruéis, considerando a forma como os imigrantes passavam a viver após o desembarque no país – sem trabalho, sem moradia e, até mesmo, sem familiares. Essas características não são específicas da imigração de uma ou outra nacionalidade; de modo geral, o processo migratório delineou-se assim.

1.3 A imigração italiana – um olhar especial

Como exposto anteriormente, o governo brasileiro implementou, na última década do século XIX, arrojada política de recrutamento para imigrantes e, desse modo, os italianos sentiram-se muito tentados pelas propostas de vida nova na América, uma vez que se avolumavam as dificuldades que vinham enfrentando, principalmente o camponês, ocasionadas pela industrialização, que causou a migração para a cidade, gerando a ausência de mão-de-obra especializada e, consequentemente, o desemprego. O Brasil configurava-se como a expectativa de melhores condições de trabalho e de possibilidade de adquirir bens, principalmente, a terra produtiva. Contudo, um olhar especial sobre o Brasil e a imigração italiana fez-se necessário, visto que o objeto aqui em estudo, a ação educacional da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, esteve e está intimamente ligado a essa questão, por se tratar de uma Congregação italiana que chegou ao Brasil, ao final do século XIX, período de maior afluxo

³⁰ Esse termo “traficantes de carne humana” é publicação do jornal “Diritto” e o “Fanfulla” (TRENTO, 1988, p.96).

imigratório italiano. Essa questão será melhor abordada no capítulo III, ao se discutir os escritos elaborados por Scalabrini, o fundador da Congregação.

Segundo os estudos sobre a imigração italiana, o Brasil esteve entre os países que mais recebeu italianos no período aqui elucidado; esse processo, evidentemente, contribuiu sobremaneira para o aumento demográfico do país e impulsionou a industrialização, em especial no estado de São Paulo. Os dados seguintes atestam essa informação:

Quadro 7 - Imigração italiana - Períodos Decenais (1884-1893 a 1924-1933)

Período	Imigrantes Italianos
1884-1893	510.533
1894-1903	537.784
1904-1913	196.521
1914-1923	86.320
1924-1933	70.177
Total	1.401.335

Fonte: IBGE (2008).

Comparando os dados do Quadro anterior com os dados do Quadro 2 (apresentados pelo IBGE) e também com os do Quadro 4 (compilados por Scalabrini), é possível inferir a sobreposição da imigração italiana³¹ sobre outras nacionalidades que chegaram ao Brasil no mesmo período, como alemães, espanhóis, japoneses, portugueses, sírios, turcos e outros.

Em se tratando da imigração italiana, faz-se importante ressaltar as condições em que os imigrantes eram contratados e como embarcavam; em geral, eles dispunham de seus diminutos pertences, chegavam a Gênova pouco antes dos embarques e eram obrigados a gastar o restante da economia para pagar a hospedagem. De certo modo, percebe-se um interesse comum entre as agências, os agenciadores e as sociedades de navegação italianas, certas conivências em manter essas situações, visto que tais atividades eram de caráter, eminentemente, lucrativo. Além desse quadro desolador, acresce a situação de risco que vivenciavam os imigrantes durante as viagens ao Brasil – no que se refere às questões de insalubridade e de mortalidade infantil, com maior relevância.

³¹ Segundo dados compilados pelo IBGE, emigraram para o Brasil, de 1876 a 1920, 1.243.633 italianos procedentes das várias regiões do país, como Vêneto, Campânia, Calábria, Lombardia, Abruzzi/Molizi, Toscana, Emília Romana, Brásilcata, Sicília, Plemonte, Puglia, Marche, Lazio, Úmbria, Ligúria e Sardenha (IBGE, 2008).

Em geral, ao chegar ao Brasil, os imigrantes italianos alojavam-se, por alguns dias, em hospedarias gratuitas e, em algumas, as estruturas não eram compatíveis com as necessidades da demanda; nesse caso, os imigrantes instalavam-se como podiam, amontoados, empilhados, em condições das mais sub-humanas possíveis. Marca da miserabilidade humana, homens e mulheres tornavam-se pedintes, prostituíam-se e, em poucas horas, começavam a sentir os sonhos desfeitos, “aqueles” vislumbrados à luz da propaganda enganosa. Sobre essa situação fatídica, Scalabrini (1979, p.64-65) afirmou:

envolvidos freqüentemente por tramas dolorosas, cegos por mil promessas, impelidos pela necessidade, vinculam-se a contatos que não passam de autêntica escravidão; as crianças, por sua vez, acabam encaminhadas à mendicância, na entrada do crime e as mulheres atiradas a prostituição.

Ao desembarcar, comumente, os imigrantes eram destinados aos núcleos coloniais ou fazendas de cafezais. Quando se optava pelos núcleos coloniais³², o transporte era subvencionado pelo governo e os mesmos eram encaminhados para os estados do Sul; já as fazendas, majoritariamente, localizavam-se no Estado de São Paulo. Portanto, é de se notar que esse estado, diferentemente do sul, enfatizou os trabalhadores rurais em função das lavouras de café.

Quanto à negociação entre imigrantes e fazendeiros, nota-se que se realizava por meio de intérpretes, mais precisamente por italianos, para facilitar os acordos. De certo modo, houve muitos equívocos e falseamento de promessas em relação às propostas salariais, às condições habitacionais e ao tratamento nas fazendas. Os casebres de dois cômodos, estruturas de madeira, barreados e amontoados em pequenas aldeias, sem nenhuma instalação de higiene, eram o tipo mais comum oferecido.

Contratados, os imigrantes passavam a trabalhar nas fazendas como empreiteiros ou assalariados e, no término da colheita, recebiam seus salários. Com o tempo, esses acertos passaram a ser feitos a cada trimestre e, depois, mensalmente, os salários eram reduzidos a quase nada pelos fazendeiros. A venda do excedente da colheita era o grande meio de sobrevivência. Entretanto, ainda existia uma esperança – no cumprimento do contrato, os trabalhadores cultivavam gêneros alimentícios de subsistência e os excedentes poderiam ser vendidos nos

³² A partir do momento em que a pequena propriedade de terras particulares já não se constituía uma ameaça para o fazendeiro, foram se estabelecendo núcleos coloniais, em geral, porque adquiriam terras loteadas com prazo de 5 a 10 anos para pagamento, espaço denominado de viveiro de trabalhadores, etnicamente homogêneos, em geral (PETRI, 2005).

centros urbanos. Impossibilitados dessa prática, devido à distância, que dificultava o transporte e a comunicação, os excedentes acabavam sendo vendidos por preços irrisórios para o próprio fazendeiro. Fatores como o isolamento da fazenda e o pagamento dos salários em vales induziam os imigrantes a usar o crédito na venda para comprar, por preços exorbitantes, os gêneros que lhes faltavam.

Trento (1988) denuncia em seu texto algumas atitudes absurdas, como o tratamento escravo que os fazendeiros dispensavam aos trabalhadores - horário para início e fim do trabalho ao toque de uma sineta, a vigilância dos capangas, a visita de parentes e amigos só com autorização do fazendeiro, filhos reféns para saldar dívidas, chicotadas, multas, confisco, adulteração de pesos e medidas; enfim, uma relação de exploração do trabalho humano em função da acumulação do capital e da apropriação ilícita dos excedentes adquiridos pelos trabalhadores.

Os imigrantes, por sua vez vislumbravam-se, apesar de tudo, a possibilidade de melhorias financeiras e, em alguns casos, a acumulação de pequeno capital. Entretanto, a ideia de obter um pedaço de terra parecia cada vez mais remota, diante dos empecilhos colocados pelos fazendeiros, tais como o aumento do preço da terra³³ e o rebaixamento dos salários; enfim, medidas que contribuíam para que os sonhos dourados do imigrante esperançoso se dissipassem. Não houve nesse quadro, por regra, o tão esperado e propagado desenvolvimento dos imigrantes e sim, algumas exceções.

Contudo, não foi possível apreender uma intervenção mais qualitativa por parte do governo italiano em relação ao exaustivo fluxo imigratório para o Brasil. A impressão deixada é de um certo desleixo e até alívio; compreende-se que, por duas vezes, o governo italiano suspendeu a emigração para o Brasil³⁴, causando certa irregularidade no processo. Nesse sentido, observou-se o declínio da imigração no Brasil por meio de dois caminhos. O primeiro refere-se às disposições legais e o segundo, aos fatores econômicos – o ritmo da produção do café e de seus preços no mercado internacional³⁵. Diante de um quadro complexo, por sinal contraditório, percebe-se a importância dos imigrantes para o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

³³ Em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, que dispunha que o meio para aquisição de terras a partir de então seria a compra e não a posse como era de costume.

³⁴ A 1ª delas é de 13 de março de 1889 devido à epidemia de febre amarela no Brasil e a 2ª, em, 1893 por ocasião da guerra civil no Rio Grande do Sul (TRENTO, 1988, p.34).

³⁵ Ver TRENTO, 1988. Obra dedicada aos estudos da imigração italiana.

1.4 A visão scalabriniana sobre o processo imigratório italiano e o trabalho nos cafezais no estado de São Paulo

Neste contexto, é importante retomar algumas observações depreendidas da leitura e da análise de cartas, de relatórios escritos por Scalabrini e compilados por Francesconi³⁶, referentes ao processo imigratório no estado de São Paulo, bem como a expansão e consolidação desse processo. Percebe-se interesse por parte do Estado de São Paulo em introduzir, por intermédio da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, grande cifra de italianos que pudessem substituir o trabalho nas lavouras do café por ocasião da crise do trabalho escravo.

As preocupações que centraram o trabalho de Scalabrini como autoridade episcopal passavam pelas questões econômicas, materiais, morais e religiosas; e, nesse sentido, as cartas enviadas a Pe Colbachini³⁷, até mesmo ao consulado italiano e às autoridades eclesiásticas, como o Internunzio Pontifício no Brasil, expressavam essas preocupações e, simultaneamente, propunham planos, ações para minimizar, de algum modo, as dificuldades encontradas pelos compatriotas no Brasil.

As cartas de Scalabrini àqueles que se encontravam no Brasil mostram que os italianos, ao desembarcarem em São Paulo, fechavam seus contratos de trabalho com os fazendeiros. Nas hospedarias, reuniam suas famílias na intenção de conseguir moradia, utensílios, mobília e gêneros de primeira necessidade – o mínimo suficiente para iniciar o trabalho nas lavouras. Em casos em que a família não possuía os meios para subsistência, o proprietário da fazenda antecipava o que lhes era necessário, abria crédito na venda, cujos lucros revertiam para o próprio fazendeiro, prática muito comum de exploração nas grandes fazendas. A cada família determinava-se um talhão de pés de café, com 2.500 pés para cada adulto e 1000 pés para a mulher ou o menino. As famílias reuniam-se em grupos, formavam colônias e eram chefiadas pelos feitores, em regime de verdadeira subserviência – era a escravidão branca. Na rotina das

³⁶ Mario Francesconi, grande conhecedor da história da Congregação Scalabriniana, compilou e publicou vasto acervo de documentos, escritos, cartas, opúsculos escritos por João Batista Scalabrini, padres, missionários e autoridades, organizados em quinze volumes.

³⁷ Pe. Pietro Colbachini (1845-1901) pertencente à Congregação scalabriniana, trabalhou no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

obrigações, aos domingos, os homens iam até a venda da fazenda em busca de gêneros de primeira necessidade para suprir as exigências da semana. Enquanto isso, as mulheres faziam o almoço e esperavam seus maridos. As famílias, em conjunto, tratavam de juntar suas parcas economias, preveniam-se contra as doenças, cuidavam-se e muitas acabavam conseguindo pequenos sítios ou dedicavam-se ao comércio e às pequenas indústrias que nasciam nas cidades.

Ao recorrer a algumas obras sobre o processo imigratório (amplo acervo), uma delas, muito interessante, *Memórias de um colono no Brasil*³⁸, retrata com vivacidade como os colonos comumente assumiam suas obrigações nos contratos com os senhores dos cafezais e, a partir de então, tornavam-se propriedades daquela empresa e ali trabalhavam em regime de escravidão. Interessante citar também *A Imigração e a crise do Brasil agrário*³⁹, obra em que o autor ressalta o redescobrimento da italianidade pelos italianos, ao se sentirem marginalizados no processo.

Portanto, ainda que com simplicidade, os italianos contribuíram significativamente para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, adaptando-se à vida nacional com facilidade e, ao mesmo tempo, introduzindo sua cultura, em especial, influenciando a construção da moderna e elegante cidade paulistana com a arte italiana. Contribuíram para que São Paulo ocupasse o primeiro lugar no mercado mundial na produção cafeeira, dado muito importante em vista da crise provocada pela libertação dos escravos, que gerou falta de trabalhadores para a lida nas fazendas. Nesse contexto, a introdução da cultura cafeeira foi responsável pela revolução sócio-econômica, ou seja, a base industrial do estado de São Paulo.

No início do século XX, o número de fazendeiros no Estado de São Paulo era relevante, porém os dados demonstram que o trabalhador italiano, o pequeno proprietário, a nova classe social, que aos poucos emergia, não se limitou a cultivar somente o café, desenvolveu a policultura em função de superar a crise do café (1920-1930).

É evidente a contribuição italiana para o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo, *a capital industrial brasileira*. Foi o imigrante italiano que se dedicou à agricultura e superou as piores condições de trabalho, que migrou também para o setor industrial, constituindo-se elemento principal e embrião da futura classe média de São Paulo. Importante ressaltar que o operário italiano, o artesão, tendia ao trabalho comercial e industrial, especificamente, à indústria têxtil, atividade comum na Itália. Tanto na capital quanto no interior, os italianos estabeleceram-

³⁸ DAVATS, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*, traduzida e prefaciada por Sérgio Buarque de Holanda.

³⁹ MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a crise do Brasil Agrário*. Pioneira, 1973.

se no comércio, com o hábil perfil de artesãos, mecânicos, pintores, musicistas, enfim nas artes liberais, aumentando, assustadoramente, a quantidade de sapatarias, marcenarias, fábricas de alimentos, bebidas, óleo, gorduras, tintas, calçados, fundição, manufatura roupas e chapéus, dentre outras.

Todavia, o trabalhador italiano foi base importante para a industrialização em São Paulo e região, emergindo, assim, a burguesia paulistana. Alteraram-se as relações de trabalho nas fábricas e nas indústrias, bem como as relações sociais cotidianas. Nesse contexto, pode-se ressaltar a prática educativa efetiva do Orfanato Cristóvão Colombo – primeira instituição scalabriniana na capital, com formação específica para o trabalho – e as oficinas empreendidas, que contemplavam as necessidades do mercado de trabalho da capital paulista, fonte catalisadora de recursos humanos, materiais e financeiros, geradores do progresso da nação, eixo central da consolidação republicana.

1.5 As primeiras manifestações industriais no Brasil

Merece pontuar também o processo de industrialização brasileira nesse contexto, complexo e contraditório diante do mercado regulador e das relações de dependência com o capital estrangeiro. Registra-se tênue desenvolvimento da indústria, concentrado no Estado de São Paulo. Nesse caso, o imigrante europeu teve fundamental importância, pois foi o trabalhador imigrante que delineou as primeiras especificidades da indústria brasileira, influenciando culturalmente o processo, em especial, a indústria têxtil, na fabricação de óleos e de tintas. Sobre isso é importante compreender que, diferentemente dos trabalhadores rurais brasileiros, a “maioria dos imigrantes era ainda jovem, do sexo masculino e muito produtivo” (DEAN, 2004, p.252). Outro fator relevante é que eles tinham nível de escolaridade mais avançado e, por isso, trouxeram técnicas e habilidades manuais que muito contribuíram para a industrialização no Brasil. Como anteriormente abordado, o imigrante italiano, nesse período, constituiu-se motivo da ação educacional católica scalabriniana e também foco de recatolização da Igreja no país, objeto central deste estudo.

Note-se que o processo industrial brasileiro emergiu, eminentemente, vinculado ao processo expansionista da produção cafeeira, com proeminência na região do Oeste Paulista. Esse processo foi consolidado a partir da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, na qual se configurou o fluxo imigratório europeu. Para tratar dessa questão, vale afirmar que a expansão cafeeira foi responsável pelo arrastão significativo de contingente de trabalhadores para as regiões produtoras, os quais se submeteram a uma nova relação de trabalho, como se vê,

a conjuntura proporcionou não somente a massa crítica necessária à indústria, em função de um padrão de subsistência de alta qualidade para uma força de trabalho suficientemente grande, como também garantiu a submissão dessa força de trabalho à extração de uma elevada taxa de lucros pelas classes proprietárias e comerciais. (DEAN, 2004, p.252)

Desse modo, a partir da nova relação de trabalho que se emergiu desse contexto, o lucro obtido foi investido na complexa organização de exportação, que se constituiu basicamente no sistema de transporte, de beneficiamento, de transação bancária e de criação de pequenas indústrias que pouco a pouco solidificavam a nova economia nacional.

Importante retratar, nesse processo, a indispensável contribuição do imigrante na formação da massa trabalhadora industrial, sobretudo, por possuir mão-de-obra especializada, habilidades manuais e técnicas e apresentar todas essas qualidades em um contexto de escassez do profissional apropriado às necessidades produtivas. De certo modo, “a importação desse acúmulo de capital humano constituiu um golpe tremendo, mais valioso que as reservas de ouro ou mesmo do que a maquinaria”, assim afirmou Dean (2004, p.2004).

Foi nesse sentido que o complexo organizacional de crescimento da economia cafeeira gerou possibilidades de trabalho e, nesse caso, os imigrantes foram os protagonistas ocupando parte das vagas de emprego. Explica-se tal contexto, como se acentuou, anteriormente, o fato de os italianos adequarem-se às exigências do momento, instalando e operando máquinas nas ferrovias, nas fábricas têxteis, atuando como vendedores e fazendo manutenção operacional das mesmas; enfim, destacando-se no processo de industrialização brasileiro.

Sabe-se que o país consolidava-se na perspectiva econômica agroexportadora e o próprio esquema importação-exportação funcionava bem; industrializar não era prioridade. Entretanto, a tênue produção manufatureira já se manifestava e, paulatinamente, as pequenas indústrias foram substituídas pelas maiores.

Nesse complexo, figuravam-se os empresários industriais que, por sua vez, eram fazendeiros ou empresários, ou os dois ao mesmo tempo. As considerações feitas por Dean (2004) especificam as atuações dos fazendeiros e dos importadores. Os primeiros objetivaram valorizar a matéria-prima sobre a qual tinham pleno controle, bem como o próprio beneficiamento do café e a diversificação na produção de bens de consumo. Já os segundos voltaram-se, especificamente, para a indústria, atuando no importante papel de discernir o que poderia ser substituído na importação; possuíam, também, o manejo do comércio relativo a preços, a tarifas e aos impostos nacionais e, assim, adquiriram o conhecimento necessário para o bom desenvolvimento daquelas. Em função dessa condição, exerceram tamanha importância em relação à fabricação de produtos mais procurados, além de serem privilegiados ao obterem empréstimos de bancos italianos e de outros.

Por conseguinte, esses importadores, em geral imigrantes, após longos anos de experiências no ramo da importação, instalavam suas indústrias, assim como Francisco Matarazzo⁴⁰ o fez. Para citar Basbaum (1997, p.91):

Imigrantes industriais, enérgicos, ávidos de fortuna, quase todos italianos ou sírios, ao ser extinta a escravidão começaram a chegar em grandes levadas. E muitos deles aqui instalaram pequenas manufaturas que em poucos anos se transformaram, pelos lucros obtidos, em grandes industriais. Essa é a origem da segunda fase de impulso ao progresso capitalista do país e a fonte mais importante da acumulação capitalista em nosso país. É a época dos Matarazzo, Filizola, Morganti, Jafet, Abdala, Klabin e tantos outros que ainda hoje constituem os expoentes do capitalismo nacional.

⁴⁰ Nascido em 1854 na região de Nápoles, na Itália, Francisco Matarazzo chegou ao Brasil em 1881. Inicialmente se estabeleceu em Sorocaba, onde deu início à política comercial que conservaria para sempre: “O bom negócio se faz na compra e não na venda”, era o lema que seguia, cuidando mais de comprar barato do que vender caro. Em 1890, trocou Sorocaba por São Paulo. Na capital, abriu um comércio de secos e molhados na rua 25 de Março, fez negócios com banha e começou a dedicar-se à importação. Bem-sucedido, investiu num empreendimento industrial de grandes proporções: comprou um moinho de farinha – o primeiro de São Paulo. Foi o início do que mais tarde seria chamado de um “império industrial”. Para produzir os sacos que embalavam sua farinha, Matarazzo adquiriu máquinas de tecelagem. Com elas, em pouco tempo produzia tecidos para o mercado. As sementes do algodão que comprava para a tecelagem, por sua vez, eram beneficiadas e delas o empresário extraía óleo. Um subproduto da refinação do óleo de semente de algodão, chamado “pé” é usado na e usado na produção de sabão, levou Matarazzo a comprar uma fábrica e comercializar o produto. A necessidade de caixotes e embalagens fez surgir serrarias e uma metalúrgica. Com a madeira e o metal disponíveis, o empresário começou a fabricar móveis e utensílios de alumínio. Na década de 60, o “império” do Conde Matarazzo – título de nobreza concedido pelo governo italiano a imigrantes bem-sucedidos – reunia mais de cem empresas, que empregavam cerca de 30 mil pessoas (USP, 2008).

Outro dado relevante, concernente ao início do processo de industrialização e comercialização, instalado com a chegada dos imigrantes, é a procura que os próprios imigrantes tinham por produtos⁴¹ mais baratos, situação que contribuía para larga escala de produção dos mesmos. Os imigrantes de classe inferior caracterizavam esse consumidor; além disso, por possuírem experiência na indústria e no comércio, passaram a ocupar cargos específicos em vários estabelecimentos de imigrantes.

A saber, no final do século XIX, o mundo caminhava para o incremento da indústria, o século da modernidade e objetivava a acelerada concentração de produção em empresas, particularidade específica do capitalismo. Nesse ínterim, esse processo, apesar de tênue, chega ao Brasil, subsidiado pelos investimentos estrangeiros que instalam suas agências bancárias, intermediadas por importadores. A transferência do capital estrangeiro para o processo de industrialização brasileiro foi feita direta ou indiretamente, “os fundos para esses fins provinham de bancos comerciais no Brasil, intermediados por importadores e eram, por sua vez, subsidiários de bancos estrangeiros, além de serem estimulados pelo governo imperial a fomentar a exportação de bens de capital” (DEAN, 2004).

Obviamente não existia um capital próprio, nacional, mas um capital de giro dependente dos cultivadores ou dos importadores. Esses e outros traços configuraram a indústria no Brasil, como se vê, estruturada em forma de propriedade familiar e que, aos poucos, foi se delineando em associações ou grupos, comumente organizados a partir de combinações étnicas, matrimoniais, visando, assim, à injeção de novos capitais e, principalmente, ao controle da técnica (Dean, 2004, p.274). Outro traço dessa mesma estruturação foi a chamada integração verticalizada, na qual um mesmo industrial trabalhava com diversos setores, monopolizando, fundamentalmente, o mercado interno.

Por um ângulo mais amplo, o proeminente sistema de cartéis é considerado, por Lenine (2005, pp.22-23), como “uma das bases de toda a vida econômica: conquistam, uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação da matéria-prima”. Contudo, figuravam estabelecendo entre si acordos sobre “as condições de venda, os prazos de pagamento, repartindo os mercados de venda, fixando a quantidade de produtos a fabricar, estabelecendo preços e distribuindo os lucros entre diferentes empresas”.

⁴¹ Os produtos consumidos pelos imigrantes de classes mais inferiores como biscoitos, pasta, cerveja, óleo de cozinha, chapéus de feltro e outros e que logo, foram também consumidos pelos nativos de condição financeira mais baixa (BASBAUM, 1997, p.270).

De modo muito “singular e próprio” no modelo econômico agro-exportador brasileiro, coabitavam no mesmo processo, industriais e fazendeiros. Ambos vivenciavam conflitos, alimentavam interesses bem adversos; entretanto, os industriais restringiam-se a fazer reivindicações mais individuais, caracterizadas por um certo clientelismo; logo, havia entre eles uma certa simbiose, “a elite agrária frequentemente condescendia em estabelecer alianças com a nova classe industrial e os industriais frequentemente adquiriam terras” (DEAN, 2005, p.275).

Ressalta-se também, nesse período, as insatisfações advindas da classe média e do proletariado com relação às atitudes tomadas pelo governo no que se referia aos industriais. Essas insatisfações relacionavam-se à política das tarifas protetoras e da inflação que, evidentemente, atingiam, de forma mais acentuada, as classes assalariadas e privilegiavam os industriais. Todavia, detalhadamente, a insatisfação maior referia-se à forma vulnerável como os industriais tratavam questões como fixação de preços, mão-de-obra infantil, entre outras. Esse contexto relativo aos industriais estimulou a manifestação de movimentos trabalhistas, assunto que será abordado em outro tópico.

E, é evidente que, à medida que essas políticas foram se consolidando, o acúmulo do capital foi se fazendo e, de modo geral, o custo de vida aumentou e configurou-se incompatível com o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Esta, já nesse estágio, constitui-se como vítima da exploração do trabalho nas fábricas. Essa situação na linguagem técnica “dos economistas ortodoxos se denomina ‘poupança forçada’, ainda que se trate, no caso, de um tipo curioso de poupança, pois quem ‘poupa’ são os trabalhadores, mas quem se apropria da ‘poupança’, assim realizada, são os capitalistas, seus empregadores” (PRADO JUNIOR, 1972, p.265).

Faz sentido indagar, afinal, quem foram os industriais no período aqui alçado. Evidentemente, à princípio, os imigrantes figuram como tal, pois se estabelecem, acumulam fundos e ampliam suas empresas, sem dúvida, em uma estrutura precária e vulnerável. Por outro lado, nota-se a presença de empresas subsidiárias de filiais estrangeiras já atuantes no Brasil, safando-se das tarifas alfandegárias, usufruindo de mão-de-obra barata, além de possuírem maior facilidade com os transportes após a I Guerra Mundial. Confirmando essa estrutura, Prado Junior (1972, p.267) escreve, “tanto as indústrias filiais quanto as indústrias parcialmente nacionais estavam ligadas e até mesmo subordinadas inteiramente a organizações estrangeiras.” Então os industriais passam a ser os donos do capital estrangeiro, direta ou indiretamente.

Nesse sentido, frisa-se nessa exposição, a constante intervenção do capital estrangeiro na economia brasileira e, nessa perspectiva, Prado Junior (1972, p.270) corrobora “efetivamente a ação do capital estrangeiro ocupa na economia brasileira contemporânea uma posição central, e é um dos elementos fundamentais de seu condicionamento. Nenhum aspecto dela se compreende suficientemente sem esta consideração”.

Nessa lógica, concentra-se basicamente a origem de tal dependência financeira do Brasil ao conjunto internacional, aos primeiros empréstimos contraídos após a independência, perpassando por todo o Império e adentrando o limiar do século XX; as considerações de Basbaum (1986, p.26), sobre o período, são relevantes

[...]caracterizado por uma singularidade, a ausência absoluta de participação no poder” que conseqüentemente desemboca na própria instabilidade econômica: o latifúndio sempre ameaçado; a sobrevivência e, quase sempre, a predominância, de relações feudais de produção; o fraco desenvolvimento industrial, principalmente no que se refere as indústrias básicas; a falta de capitais nacionais; a sua independência do mercado externo; a monocultura; o baixo nível da vida das massas camponesas ou da cidade; uma burguesia frágil e covarde, ligada à terra e ao capital financeiro, corrompida pela política colonialista de nações mais fortes.

Pressupõe-se, assim, a ingerência dos grandes países capitalistas sobre os de menor porte financeiro, no caso específico, o Brasil, caracterizado por uma economia frágil, cultura atrelada às atividades agrárias, significativo contingente de trabalhadores do campo, industrialização incipiente e, conseqüentemente, crescente exploração pelo capital estrangeiro. A respeito dessa questão, Prado Junior (1972, p.273) observa que o Brasil sempre se constituiu em “presa fácil e proveitosa para especulação” porque o capital estrangeiro exercia controle sobre quaisquer atividades, sobretudo por meio de agências bancárias, filiais das redes bancárias internacionais.

Nesse sentido, é fundamental exarar algumas considerações feitas por Lenine (2005, p.31), relativas ao papel exercido pelos bancos nessa fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Segundo o mesmo, a operação fundamental e inicial que os bancos realizavam era intermediários nos pagamentos, pois era desse modo que eles convertiam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rendia lucro; reuniam toda espécie de rendimentos em dinheiro, disponibilizando-o aos capitalistas. Ainda Lenine (2005, p.31):

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Essa transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista.

Desta feita, o complexo industrial brasileiro foi o campo no qual o capital estrangeiro ditou suas regras, interferiu e exigiu que se submetesse às suas ingerências. De modo geral, Lenine (2005, p.41) caracteriza essa relação pela seguinte lógica:

Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e firmes, se o banco reúne nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

No caso brasileiro, em primeiro plano, essa relação configurou-se a partir de financiamentos e de subsídios para o melhoramento dos serviços públicos, principalmente, no Estado de São Paulo e, em seguida, instalaram as agências comerciais e as filiais industriais. Nesse sentido, o capital industrial ou capital financeiro, inevitavelmente, concentra a produção, gera monopólios e une a indústria com os bancos - é o que afirmou Lenine (2005, p.47), ao formular o conceito de capital financeiro. É o ápice do imperialismo, o maior grau do capitalismo, quando se vê a separação entre a propriedade do capital e sua aplicação, em grandes proporções, à produção. Nesse contexto, as ações visam a separar o “capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente da gestão do capital. É o predomínio dos grandes países sobre os menos favorecidos” (LENINE, 2005, p.59).

Então, pode-se inferir que o capitalismo, no Brasil, é eminentemente novo, mesclado, de certa forma, pelo capitalismo, pelo escravismo e pelo feudalismo (BASBAUM, 1997). Um capitalismo marcado, ao longo dos anos, pela exposição de nações mais fortes, empenhadas no processo de colonização, acentuando-se, assim, o atraso no desenvolvimento capitalista e no

enriquecimento nacional. Esse capitalismo chega ao Brasil no início do século XX, em uma forma bem atípica da acumulação primitiva do capital, e suas principais características são inerentes, basicamente, à acumulação capitalista obtida pelos lucros dos senhores de terra, pela exportação do café e pela renda resultante da ação dos negreiros.

Quando se cessou o tráfico, acumulou-se capital em grande massa e, com a abolição da escravidão, intensificou-se esse processo, coincidindo, portanto, com a primeira fase do desenvolvimento industrial e material do país. Nesse sentido, é o capital acumulado pelos senhores de terra e pelos traficantes negreiros que originou a primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro. O capitalismo brasileiro, ainda que débil, penetrando lentamente no campo, destruiu as relações escravistas, estabelecendo, em seu lugar, relações de caráter capitalista: de um lado o dono dos meios de produção, o proprietário da terra, o fazendeiro; de outro, o assalariado (BASBAUM, 1997, p.95).

Outra característica peculiar ao capitalismo brasileiro é que o mercado importador gerou capital, utilizado, posteriormente, para grandes construções, apólice da dívida pública e Bancos; esse mesmo capital financiou a lavoura e a indústria. Um dado importante, segundo Basbaum, é que os aristocratas apenas ostentavam o lucro de nobreza, dos títulos de conde e de barão e da educação ilustrada. Desse modo, não contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Já os imigrantes, pelo contrário, homens de vida simples e modesta, viajavam esporadicamente para o exterior e, mesmo assim, aplicavam seus capitais em novas indústrias ou fábricas. “Para tudo dava a mais-valia acumulada” (BASBAUM, 1997, p.92). Desse modo, o ritmo de crescimento do capitalismo foi se acelerando, engendrado pelas questões já assinaladas - abolição, liberação de braços livres para o trabalho, aumento da imigração, aumento do mercado interno - e também pela primeira Guerra Mundial.

Considerando as contradições que se apresentam em alguns aspectos, é possível listar alguns entraves em relação à ampliação do capitalismo brasileiro, tais como o próprio desestímulo do governo republicano e a falta de incentivo em relação à política de desenvolvimento industrial, que ainda se encontrava retrógrada, com relações feudais ou semi-feudais; ínfimo mercado interno, ou seja, carência de uma estrutura de base. Basbaum (1997) denominou a política do governo republicano como anticapitalista, um capitalismo sob o domínio dos senhores do café, incipiente, dependente da importação dos meios de produção, o que

delineou a não expansão do capitalismo nacional. Na contrapartida, o capital estrangeiro instalou-se no país com fins lucrativos claros e objetivos, conforme reflexões deste mesmo autor:

Estamos nos referindo àquele capital subsidiário das grandes empresas e trustes estrangeiros, americanos, ingleses, franceses, alemães, que aqui vinham com objetivos colonizadores, instalar suas indústrias, bancos ou empresas de serviços públicos, como transporte urbano, luz e energia, meios de comunicação – os telefones e telégrafos, ou mesmo fábricas de bens de consumo, com a finalidade de carrear lucro para os seus países de origem e pagar dividendos aos “coupeurs de coupons” americanos, franceses e ingleses. (BASBAUM, 1997, p.96)

Evidentemente, esse capital teve como finalidade a colonização no seu sentido mais amplo e significativo: chegou de modo contagiante, trouxe o novo, o moderno, impressionou e, por fim, ludibriou as pessoas. Segundo Basbaum (1997), foi a corrupção pelo conforto. Como consequência, tal processo não contribuiu para a formação do capitalismo nacional; pelo contrário, colaborou para o atrofamento do poder econômico da nação. O capital é, por sua natureza, um engendrador de capital, não tem outro objetivo senão se multiplica e pagar dividendos. Mas, desses dividendos, não tirou proveito o povo brasileiro (BASBAUM, 1997, p. 97).

Essa exposição sumária sobre a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil instiga compreendê-lo do ponto de vista da totalidade, inserido em um contexto mais amplo, sobretudo, como uma política mundial de economia – a política dos mais fortes sobre os mais fracos – que se infiltrou e controlou as mais variadas atividades do setor econômico, nos mais diferentes países, no início do século XX, sem perder, em nenhum estágio, o seu caráter internacional.

Porém, já em meados do século XIX, o capitalismo havia ingressado na fase de indústria moderna e, segundo Marx, caracterizava-se pela produção da mais-valia relativa, acompanhada da centralização do capital e do desenvolvimento das instituições de crédito para facilitar essa centralização. Essa época foi denominada de capitalismo monopolista, uma vez que a produção em escala cada vez maior (concentração) criou a tendência à monopolização em escala nacional e internacional, processo que veio acompanhado por intensificada concorrência (BOTTOMORE, 2001). E ainda complementando essa mesma ideia,

Entre os países capitalistas, esse processo de combinação cria a tendência para a guerra intercapitalista, e, na esfera econômica, o conflito assume a forma da exportação de capital. O desenvolvimento do sistema de crédito facilita a

integração dos capitais bancário e industrial, de modo que a exportação do capital-dinheiro se torna possível em grande escala. (BOTTOMORE, 2001, p.189).

Segundo Lenine (2005, p.90), o verdadeiro imperialismo instaurou-se, efetivamente: quando a concentração da produção e do capital, levada a um grau tão elevado de desenvolvimento, criou os monopólios, os quais desempenharam um papel decisivo na vida econômica; quando houve a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada no capital financeiro da oligarquia financeira; quando a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquiriu uma importância particularmente grande; quando houve a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilharam o mundo entre si e o termo da partilha de toda a terra entre as potências capitalistas mais importantes.

Lenine (2005) ainda afirma que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento quando ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro e, nesse sentido, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais, determinando o fim da partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. Nesse sentido, o papel dos bancos no Brasil, desde o final do Império, já se fazia sentir: multiplicavam-se os bancos, a cada dia, nacionais ou estrangeiros; porém, no pós I Guerra Mundial, quando o dinheiro já não podia mais ser usado para importações, concentrava-se esse capital sob o domínio dos banqueiros.

Nesse jogo econômico, o Brasil representou apenas uma das peças, não a mais importante, também não a dispensável, a saber:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte da manobra. Não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas as contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um, conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel. (PRADO JUNIOR, 1972, p.27)

E desse modo, entende-se a tênue participação do Brasil na economia global, no entanto, necessária. Essa participação, de caráter bastante contraditório, foi fruto de uma série de

perturbações consideradas estranhas por Prado Junior (1972). Estranhas às necessidades verdadeiras do povo brasileiro e engendradas em um processo de manobras políticas imperialistas.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que o crescimento urbano, a industrialização e a ambição pelo lucro encaminharam o Brasil para a modernidade e, conseqüentemente, aprofundaram os problemas de ordem social, em função dos ideários veiculados nas fábricas e nas indústrias dos grandes centros econômicos, principalmente nos Estados do Rio e São Paulo.

Nesse contexto, emergem os movimentos trabalhistas. Segundo aceção de diversos historiadores, os trabalhadores manifestaram em oposição à política dos grandes pólos industriais, como São Paulo, por exemplo. De certo modo, as relações de trabalho delinearam-se, como relações de classes e lutavam contra as precárias condições de trabalho, a exploração do trabalho infantil, as exaustivas jornadas de trabalho, os baixos salários, a insalubridade nas áreas específicas de trabalho e outros. Portanto, nesse quadro, entrevê-se os vários movimentos sindicais, em geral, de origem anarquista constituídos por imigrantes.

Desse modo, os trabalhadores passaram a se organizar em torno de um conjunto de reivindicações, desencadeando, assim, as primeiras organizações grevistas, ainda que incipientes. Porém, ao longo dos próximos dez anos, esses movimentos tomaram corpo e nesse sentido, passaram a ser reprimidos pelos grupos dominantes.

Pode-se anunciar como um desses movimentos o anarquismo dirigido por italianos e por espanhóis, organização sindical descentralizadora com militância nos anos 20. Objetivou-se assistir e apoiar os movimentos sindicais onde os trabalhadores se auto-organizassem, sem leis, sem vínculos financeiros ou legais. Nagle (2001, p.54) afirma que nos anos 20, o anarquismo “vai perdendo terreno na orientação do proletariado, o que se deve, em parte, pela formação do Partido Comunista Brasileiro”, estruturado a partir da cisão na agremiação anarquista em 1921. Foram árduos os primeiros dias do PCB, dado o olhar cético da classe operária para o mesmo, preso ainda à mentalidade do anarco-sindicalismo. Faltava-lhe consistência teórica a respeito do marxismo, base fundamental do Partido Comunista. Importante ressaltar sua influência, mesmo que tênue, sobre a maioria dos sindicatos operários e sobre a juventude estudantil, nas escolas superiores e nos diretórios acadêmicos.

Nessa ambiência, os movimentos funcionavam na contramão da Igreja, principalmente, os socialistas e anarquistas que proliferavam seus ideários e, de certa forma, provocavam certa “confusão ideológica” (NAGLE, 2001, p.53) no país. O socialismo disseminava suas principais idéias por meio do Partido Socialista e da imprensa acessível. Mesmo extinto o Partido, o ideário continuou sendo amplamente divulgado por alguns intelectuais e por políticos signatários. Ainda que sua atuação fosse efêmera, o Partido propunha luta constante e gradual do proletariado, buscando se afirmar enquanto classe. Recorre-se também a Saviani (2007) para lembrar que todos eles elaboraram projetos educativos, o que o autor denominou de idéias pedagógicas não-hegemônicas. Os anarquistas focavam o ideário libertário, combatiam a educação burguesa e tinham como concepção pedagógica as escolas autônomas e autogeridas. Os comunistas, por sua vez, a partir da criação do PCB (1922), defendiam alguns elementos básicos para a educação do trabalhador, tais como recursos para permanência da criança na escola, criação de escolas profissionalizantes, melhores condições para o magistério primário, popularização de bibliotecas e, por último, a formação política.

Também na década de 20, ocorrem as manifestações nacionalistas, introduzidas no campo da educação escolar, visto que a nação não havia se formado, apenas era habitada e, desse modo, precisava com urgência, ensinar e resgatar a crença, a esperança, a solidariedade e a nacionalidade da população. A disciplinarização do corpo e da mente seria o remédio contra a desordem, pois não existe Pátria sem leis. A escola devia “atuar para ensinar aqueles que têm a missão de governar, apenas os verdadeiros homens devem dirigir” (NAGLE, 2001, p.67). Nesse sentido, o incentivo ao ensino católico seria imprescindível também para a pregação da disciplina e da ordem. Justifica-se, assim, a junção entre civismo e religião⁴² para manutenção da ordem social. Essa questão foi abordada por Saviani (2007) como reação católica aos movimentos sociais, enfatizando a necessidade e a urgência de uma educação moral e religiosa, ou seja, estabelecer a instituição escolar como o caminho para veiculação dessa ideologia, a partir do projeto educacional, do currículo e das práticas educativas.

Para não perder o fio condutor desta pesquisa, é bom ressaltar que a ação educacional scalabriniana no Brasil é parte de um projeto maior da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana e da Igreja; portanto, elaborou-se e desenvolveu-se um projeto

⁴² Ver NAGLE (2001, p.76) sobre política restauradora de Mussolini na Itália na qual a argamassa seria o civismo e a religião.

educacional voltado aos princípios de reordenamento e disciplinarização da nação, de forma a atender às exigências de formação do homem nacionalista, patriota, defensor do país; sobretudo, republicano, evidentemente, para atender às condições materiais constituintes daquela sociedade.

Os capítulos seguintes apresentarão, com mais detalhes, o ideário da Igreja católica e o projeto scalabriniano, como parte do mesmo todo, sobretudo, a materialização desses ideários por meio das instituições scalabrinianas que se instalaram no Brasil no período de 1895-1940.

CAPÍTULO II

O PROJETO ROMANIZADOR E RESTAURADOR DA IGREJA

Restaurar tudo em Cristo, de tal modo que esteja tudo
e todos em Cristo. (PIO X, 1903)

É possível compreender, claramente, o projeto da Congregação Scalabriniana como parte do Projeto de Restauração e Reforma Católica no Brasil, em consonância com os objetivos do Estado Cristão, contexto em que a discussão do estado liberal se fazia presente. Com a intenção de entender como transcorreu esse processo, buscou-se recuperar, em um primeiro momento, neste capítulo, o projeto empreendido pela Igreja e, nesse movimento, entrever a Congregação Scalabriniana e suas instituições. Um olhar especial à história das ideias religiosas no Brasil auxilia a compreensão de como e porque a Congregação Scalabriniana chegou ao Brasil e, conseqüentemente, expandiu-se.

2.1 A Igreja: um projeto restaurador – reformador

Para tratar do projeto restaurador da Igreja, no Brasil, faz-se necessário retomar, sutilmente, alguns aspectos históricos do ideário católico – da colônia nas quatro primeiras décadas do século XX, período marcado por muitas contradições ideológicas. A partir de Pombal, entra em crise a Colônia e a Igreja. Nesse contexto, o clero, no Brasil, dividiu-se em dois grupos, paradoxalmente antagônicos e acordados: o episcopado, defensor dos interesses lusitanos, e o clero liberal, influenciado pelo ideário liberal, defensor da independência do Brasil. O clero liberal sofreu influências das ideias iluministas e racionalistas veiculadas pelas universidades de Portugal. Segundo Azzi (1992, p.33), seria essa a conformação das primeiras tentativas de dar uma coloração nacional para a Igreja no Brasil. O pensamento do clero liberal foi amplamente discutido por Azzi⁴³; segundo o autor, o clero letrado e urbano sofreu maiores influências

⁴³ AZZI, 1991.

iluministas, exatamente, por estar em contato com a literatura, com as universidades, com o contexto no qual essas idéias ventilavam.

Desse modo, a partir dos meados do século XIX, configuraram-se, no Brasil, dois modelos distintos de Igreja. Uma Igreja já implantada, dependente da Coroa pelo regime de padroado⁴⁴, e a outra a ser implantada, também dependente, porém, das orientações e das diretrizes da Santa Sé. Em relação à primeira, o governo considerava a instituição eclesiástica um departamento do Estado e, em força da tradição do Padroado, permitia ao governo indicar o nome de padres e bispos; julgava, também, que lhe competia orientar a atividade apostólica (Azzi, 1992, p.33). Nesse aspecto, é fundamental ampliar algumas reflexões sobre a questão, pois o confronto entre Igreja e Estado, a disputa entre poder temporal e espiritual, poder papal e régio fundamentaram os debates teóricos europeus por longos séculos⁴⁵.

Portanto, o cerne da questão continuou em aberto durante séculos e, no Brasil,

a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico foi decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceites, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo, entende-se por regalismo.(CASTRO, 2001, p.321).

A partir desse pressuposto, pode-se referir ao regalismo no Brasil sob as influências do galicanismo⁴⁶, que, desde o século XVIII, já influenciava o ideário católico na metrópole. Em

⁴⁴ *Padroado* significa direito de protetor, por quem fundou ou dotou uma igreja. Direito de conferir benefícios eclesiásticos. No Brasil, segundo os textos historiográficos, o termo Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa portuguesa a Igreja católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. Desde então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) zelar pelas Leis da Igreja; b) enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do padroado, como por exemplo, arrecadar dízimos, apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que dava poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele (HISTEDBR, 2008).

⁴⁵ No século XIV aproximadamente, o Tratado de João Quidort (João de Paris), frade dominicano e crítico da Igreja, discutiu profundamente sobre o poder régio e o papal. Afirma ele que o homem político, civil e a autoridade civil não se opõem, nem negam a autoridade religiosa; separa nitidamente as esferas civil e religiosa e afirma que, compete ao poder civil ocupar-se com a vida terrena dos homens e ao poder religioso voltar-se para administração dos sacramentos (p. 28). Em suas argumentações Quidort migra a idéia de que o Papa é fonte de todo poder humano, para colocar esse poder em Deus, de onde derivam igualmente o papado e a realeza. Obra de importante relevância para a definição de que modo o rei interferiria ou não nas questões da Igreja (QUIDORT, 1989).

⁴⁶ Galicanismo (Gália/antiga França) surge do descontentamento das ingerências da Cúria Romana em relação ao clero francês. O mesmo proclama a *Declaratio cleri gallicani de potestate ecclesiastica* e estabelece que os reis e os príncipes não estavam sujeitos nas coisas temporais a qualquer poder eclesiástico, nem podiam ser depostos pela Igreja em nome do chamado poder das chaves. Por outro lado, a autoridade do papa deveria sujeitar-se às determinações dos concílios (VERITATIS SPLENDOR, 2008).

especial, no Brasil, pode-se referir ao padre Antonio Pereira de Figueiredo⁴⁷ como teórico e defensor do galicismo/regalismo, exercendo grandes influências no pensamento católico lusitano, pois, nesse período, a política pombalina objetivava banir qualquer ingerência da Igreja Romana no reino português. O principal teor de suas discussões era a defesa de Deus como autor do poder régio, porém, ao rei e ao príncipe devia sujeitar-se a Igreja, porque ambos eram considerados sagrados e invioláveis. Como escreve Chauí (2000, p.79), “um só rebanho, um só pastor. Uma só cabeça, um único cetro e um único diadema. A imagem teológica do poder político se afirma porque encontra no tempo profano sua manifestação: a monarquia absoluta por direito divino dos reis” é a justificação da sagração do governante a partir do mito fundador, Deus, criador do homem à sua imagem e semelhança. Sobre o poder divino dos reis, a autora afirma que,

pelo pecado original, o homem perdeu todos os direitos e, portanto, também o direito ao poder. Este pertence exclusivamente a Deus, pois como lemos na Bíblia: “Todo poder vem do Alto/ Por mim reinam os reis e governam os príncipes”. De acordo com essa teoria, se algum homem possuir poder é porque o terá recebido de Deus, que, por uma decisão misteriosa e compreensível, o concede a alguém, por uma graça ou favor especial. (CHAUÍ, 2000, p.82)

Aplica-se à ideia de que o rei, como ser contingente e temporal, porém, concedido por Deus, possui e deve exercer poder e que outros homens terão poder de representarem o rei. Essa idéia do Divino explica que o governante, como ser contingente e temporal, possui corpo e alma, assim como o Criador. Nesse sentido, o corpo imortal - a alma - é o corpo político, concedido ao rei no momento da coroação, quando recebe as insígnias do poder: o cetro, símbolo do poder; a coroa, o poder para dirigir; o manto, a proteção divina; a espada, o poder de guerra e de paz e o anel, símbolo do casamento do rei com o patrimônio (CHAUÍ, 2000). Articula-se, desse modo, essas premissas à concepção de regalismo que o Brasil vivenciava, pois, ideologicamente, a sagração do governante significava ser o rei representante de Deus, em primeiro lugar e, a esse corpo místico, a Igreja devia obediência.

Ainda, concernente às questões sobre a história da Igreja, há o ultramontanismo, ideário intrinsecamente relacionado à discussão arrolada nesta pesquisa, uma vez que se defende a tese de que a vinda da Congregação Scalabriniana para a América, em sua singularidade, para o

⁴⁷ Antonio Pereira de Figueiredo estudou com os jesuítas, mas, tornou-se oratoriano (Lisboa). Teólogo, canonista e erudito, defensor do regalismo (AZZI, 1991).

Brasil, manifestou-se a partir desse movimento. O movimento ultramontano, eminentemente europeu, emergiu no seio da Igreja francesa (século XVIII), condenou o ideário liberal por considerá-lo contrário aos ensinamentos sobre a organização social designada pela Providência Divina. Segundo Lustosa (1977, p.38):

Profundamente romano, caracterizou-se pela intensificação da tendência de centralização de poder nas mãos do papa, pela uniformidade doutrinal cada vez mais acentuada e dirigida, tendo o ponto alto na definição dogmática da infabilidade pontifícia, pela convergência de esforços e pela supervalorização da moralização dos costumes, deixando em plano inferior um ensino e um conhecimento mais ligado a vida, pela “espiritualização” do clero interiormente enclausurado nas questões de Igreja e desligado dos problemas sociais e políticos. Mais ainda, o ultramontanismo combatia o liberalismo radical e juntamente rejeitava tudo quanto havia de inovação do progresso, de avanços científicos, de posições e movimentos sociais e políticos, que surgiam, naturalmente, dentro do contexto liberal.

Portanto, contrário às inovações propostas pelo mundo moderno, o ultramontanismo fortaleceu-se e expandiu-se mundialmente, a partir do Pontificado de Gregório XVI, procurando manter acessas as orientações religiosas rigorosas do Concílio de Trento (1545-1563)⁴⁸ durante todo o século XIX. Nesse sentido, a partir do cômputo das cartas encíclicas, publicadas por Gregório XVI⁴⁹ (1831-1844), pode-se depreender a essência do pensamento ultramontano, pois tal documento delineou um protesto às maledicências contra a Igreja, condenou a liberdade de expressão do pensamento por meio da imprensa e também a separação entre Igreja e Estado. Buscou, em seus ensinamentos, inculcar obediência à Santa Sé e às autoridades constituídas. Contudo, condenou os movimentos revolucionários e qualquer violência advinda desses, relutou contra o indiferentismo e o racionalismo. Além disso, defendeu a propagação da fé por meio de instituições e incentivou as atividades missionárias. O movimento chega ao Brasil, ainda no

⁴⁸ O Concílio de Trento também denominado XIX Concílio Ecumênico Contra os invasores do século XVI, reuniu-se de 1545-1563 (18 anos) para elaborar um documento cujo teor seria o combate às inovações doutrinárias protestantes e, nesse sentido, reforçou alguns tópicos muito importantes da doutrina católica, como a fé católica, os livros sagrados, o pecado original, a justificação do homem, os sacramentos, a Eucaristia, a penitência, a missa, a ordem, o matrimônio, o purgatório, a Trindade, a encarnação e a profissão de fé. Foi convocado pelo papa III. Esse estudo também foi denominado de Contra-Reforma. Os decretos tridentinos e os diplomas emanados do Concílio, foram os principais documentos que orientaram o direito eclesiástico, até a promulgação do Código do Direito Canônico em 1917 (MONTFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL, 2008).

⁴⁹ As encíclicas publicadas foram *Aquele Deus* (1831), *As armas valorosas* (1831), *Cum Primus as Aures* (1832), *Mirari Vos* (1832) *Singulari Nos* (1834), *In Supremo* (1839), *Probe Nostes* (1840) e *Inter Praecipuas* (1844) (IGREJA CATÓLICA, 1999).

século XVIII, com os padres lazaristas em seus colégios e seminários – em Minas Gerais, o Colégio Caraça – marcados por formação rigorosa, disciplinar e moral cristã, no sentido de europeizar, centralizar e uniformizar os fiéis de acordo com as diretrizes ultramontanas.

Aproveitando-se das reflexões feitas por Manoel (2004, p.11) e convalidando-as, ressalta-se que o ultramontanismo, movimento de caráter reacionário, caracterizou-se no âmbito intelectual como uma rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; politicamente, condenou a liberal democracia burguesa e reforçou a ideia de monarquia; externamente, também apoiou a centralidade em Roma e a figura do Papa, além de reforçar o Episcopado. No âmbito sócio-econômico, condenou o capitalismo e o comunismo, além de evidenciar um indisfarçável saudosismo à Idade Média; em relação à doutrina, “retomou” as principais decisões tridentinas – combate ao protestantismo, ao espiritismo (século XIX) – e, no Brasil, concretizou-se com a criação de seminários para formação do clero e a criação de colégios para educação da juventude – masculino e feminino. Nessa lógica, produziu uma política de rejeição à teoria do progresso, evidentemente, porque esse moderno, teoria poderosa, era a arma utilizada pelos seus inimigos.

Em meio a essas discussões, o conflito entre movimento romanizador e Estado brasileiro regalista, de certo modo, impulsionou a difusão do protestantismo. Abriu-se um espaço entre o Estado, que buscava a laicidade, o desenvolvimento do moderno e a Igreja, ensimesmada, que buscava preservar o princípio fundante, o Sagrado. Nesse contexto, observa-se a presença das escolas e dos colégios protestantes, pois os liberais ensejavam um outro tipo de educação, capaz de substituir o currículo das escolas tradicionais jesuíticas - literário e humanista; idealizavam uma escola cuja concepção de educação fosse mais pragmática, voltada à instrução científica e técnica. Evidentemente, os missionários protestantes publicavam, nos arautos da sociedade, as ideias liberais e progressistas. Visualiza-se, portanto, no âmbito educacional, o debate entre escola protestante e escola leiga. O final do século XIX e início do outro foi contemplado com a criação de vários colégios e escolas protestantes, como se vê:

Quadro 8 - Escolas e Colégios Protestantes (1870-1914)

Escolas/Colégios	Período
Escola Americana de São Paulo, SP ⁵⁰	1870
Colégio Internacional de Campinas, SP ⁵¹	1873
Colégio Protestante de São Paulo, SP ⁵²	1890
Escola Americana de Curitiba, PR	1891
Colégio Americano de Natal, RN	1895
Seminário do Norte Garanhuns, PE	1899
Colégio Americano de Pernambuco, PE ⁵³	1904
Instituto Ponte Nova –350 km de Salvador, BA	1906
Colégio 15 de novembro Garanhuns, PE ⁵⁴	1908
Instituto Cristão de Castro	1914

Fonte: MATOS (2009).

Entende-se que a criação dessas escolas e colégios explica a ênfase dada pelos protestantes à educação e mostra o esforço em expandir-se, também, pelo Brasil, obviamente, na contramão das escolas católicas, que chegavam em grande número na América Latina, imbuídas pela política de restauração dos princípios da Igreja católica. Segundo Hilsdorf (1986, p.186), a instalação dessas escolas tornou-se possível porque satisfaziam às tradições liberais mais caras da Província de São Paulo, também porque as escolas públicas e particulares eram leigas e a Igreja provocou inflexivelmente o protestantismo e, além disso, o trabalho missionário protestante seguia uma orientação mais pragmática que teológica. As escolas⁵⁵ protestantes eram chamativas, porque,

o protestantismo era visto como uma religião ativa, enérgica, amiga da propaganda e do trabalho;[...] as escolas americanas de fé protestantes representavam a ponta de lança que abria caminho para uma renovação das mentalidades e das práticas pedagógicas, e por extensão da sociedade brasileira, também porque concretizavam aqueles aspectos do sistema educacional (escolar) norte-americano que mais atraíam as elites da época; iniciativa privada, ensino prático, científico e comum para todos, currículo atualizado, cuidado com os aspectos materiais do ensino, aulas regulares noturnas, atividades extra-classe, suporte financeiro do capital associado. (HILSDORF, 1986, p.188)

⁵⁰ Passa a ser, em 1885, Instituto de São Paulo.

⁵¹ Transferido em 1893 para Lavras/MG, como Instituto Gammon.

⁵² Mackenzi College, 1894.

⁵³ Atualmente Colégio Agnes Erskine.

⁵⁴ Anexo ao Seminário Norte.

⁵⁵ Os protestantes ocuparam Campinas/SP, fundaram o International (já está no quadro anterior), Colégio São João, Colégio Piracicabano em Piracicaba, Colégio Pestana e Escola Neutralidade (ligados a Hangel Pestana), Colégio Morton e Colégio Mamede (HILSDORF, 1986).

Infere-se que o protestantismo tornou-se uma verdadeira provocação aos ensinamentos católicos e a reação católica foi de restaurar seus princípios, também, por meio de suas escolas e colégios⁵⁶, além de um elenco de ações que abrangeria todos segmentos sociais.

Portanto, a política adotada pela Igreja, em contrapartida, constituiu-se em um conjunto de atitudes teórico-práticas, cujo eixo condutor foi: a) reforço ao tradicional magistério, incluindo-se a retomada pelo tomismo; b) condenação à modernidade em todas as suas dimensões; c) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, com decreto da infabilidade do Papa – Concílio Vaticano I; d) adoção do paradigma medieval para organização social, política e econômica de todos os povos. Esse projeto preservaria, de imediato, a instituição face aos perigos do moderno e, a médio e longo prazo, “re Cristianizaria a sociedade, recolocaria a Igreja como centro de controle do mundo”, segundo Manoel (2004, p.45).

Muito instigante, interessante e contraditório é pensar a sociedade moderna, secularizada, recusando o mundo capitalista, retomando o teocentrismo,

o paradigma medieval, sucumbido pelo moderno, pela sociedade urbana, pelo mercado mundial, pela conversão do artífice em operário, em força de trabalho, em capital variável, pelo mercado mundial e pela ética do pagamento à vista. [...] Seria voltar à unidade querida por Deus e destruída pelo pecado, dissolver-se novamente no absoluto, reconstruir a Idade de Ouro perdida [...], ou seja, retomar as práticas econômicas, sociais e políticas do feudalismo, paralisar o pêndulo da história, que se afastou do centro do equilíbrio, toda estabilidade, a paz, liberdade e justiça, destruídas pelo capitalismo. (MANOEL, 2004, p.123)

Impossibilitada de reconstruir práticas do modo de produção feudal, a Igreja lança mão das Encíclicas publicadas por Leão XIII, em específico, a *Rerum Novarum*⁵⁷, a qual sugere a restauração das corporações do ofício, associações de operários com ênfase no aperfeiçoamento moral e religioso – proposta diametralmente oposta à organização de sindicatos, movimentos gerados a partir do modo de produção capitalista. Desse modo, a Igreja, com base na doutrina de retomar o paradigma medieval, como afirma Manoel (2004, p.134), desenvolve um amplo movimento de recristianizar a sociedade pela Ação Católica, uma recristianização que negava a

⁵⁶ Ver HILSDORF, 1986. Um grande representante da vertente protestante no Brasil foi Rangel Pestana, cujo projeto foi amplamente discutido na obra citada *Francisco Rangel Pestana, jornalista, político, educador*.

⁵⁷ A carta encíclica *Rerum Navarum* foi escrita por Leão XIII e publicada em 15/05/1891 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

trajetória humana, apontava o passado como paradigma e considerava o presente, tal como era, a própria perdição humana concretizada.

Ainda referindo-se às reflexões de Manoel (2004), a partir do pontificado de Leão XIII, a Igreja se abre um pouco mais ao mundo moderno, entretanto, posiciona-se, inexoravelmente, contrária aos movimentos operários. Contraditoriamente, toda a política engendrada pela Igreja preservou a estrutura básica da sociedade moderna – propriedade privada dos meios de produção, classificando-a e defendendo-a como um direito natural.

Analisando a carta encíclica *Immortale Dei*⁵⁸, percebe-se como a Igreja pensava o Estado e sua relação com os homens – esses, vivendo em sociedade, necessitavam de uma autoridade para regê-los, “autoridade que, tanto como a própria sociedade, proceda da natureza e, por consequência tenha Deus por autor” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.239). Portanto, o Estado religioso e cristão deveria cumprir todos os ditames que o unisse a Deus, e o principal deles seria abraçar de alma e coração a religião católica e ter por santo o nome de Deus. Nesse contexto, o Estado assume a tarefa de governar as coisas humanas e a Igreja, as divinas, porém, cada um com seu próprio desempenho, distinto e soberano, trabalhando simetricamente para melhor organização da sociedade.

Entretanto, no Estado laico a orientação é contrária, pois,

cada um será livre de se fazer juízo de qualquer questão religiosa, de abraçar a religião preferir ou de não seguir nenhuma, se nenhuma lhe agradar. Daí decorrem a liberdade de consciência, a liberdade absoluta de adorar ou de não adorar a Deus, a licença sem limites, não só de pensar, mas também de publicar os próprios pensamentos. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.250-251)

Seria esse o fito do ideário liberal que pulverizava, naquele momento, toda a Europa e, consequentemente, o Brasil. A questão da liberdade, natural ou moral, Leão XIII tratou em especial na carta encíclica *Libertas*⁵⁹. Liberdade como característica própria dos seres racionais, senhores de seus atos, de onde podem nascer os maiores males ou os maiores bens (IGREJA CATÓLICA, 2005) e que, por esse motivo, deveria ser subordinada às ordenações e às proibições da autoridade soberana – Deus –, expressa no poder na Igreja.

⁵⁸ A carta encíclica *Immortale Dei* foi publicada em 01 de novembro de 1885 pelo Papa Leão XIII (IGREJA CATÓLICA, 2005).

⁵⁹ A carta encíclica *Libertas* foi publicada em 20 de junho de 1888 pelo Papa Leão XIII (Ibidem).

A ordenação e a disciplina aos ensinamentos cristãos conseguiram, ao longo dos séculos, manter a organização das sociedades, ao contrário das intenções laicistas, que ressaltavam absurda licenciosidade (IGREJA CATÓLICA, 2005), sobretudo porque derivavam do princípio do racionalismo e da supremacia da razão humana. Nesse sentido, a Igreja deveria combater as quatro principais características do liberalismo – liberdade de culto, de expressão, de ensino e de consciência. Esse conjunto de idéias instigaria as diversas insurreições que, naquele momento, as sociedades presenciavam.

O fato de o Estado ser ou não laico é assunto intrigante, considerando que o direito de escolha religiosa, em quase todos os países, é de cada cidadão, conforme afirma Scampini (1978). Relativamente ao Brasil, essa questão revela-se mais complexa, em função de ser, desde a colonização, uma nação católica, assim consolidada durante o Império, em especial, pela Constituição de 1824, que apresenta o catolicismo como religião oficial e nacional. Acresce, nesse período, a interpretação regalista de que o poder executivo pudesse nomear os bispos e distribuí-los conforme sua vontade, mantendo sob seu julgo a organização episcopal brasileira.

Dessa forma, o pensamento clerical tradicionalista, nesse momento, teve como intento, reformar e conservar os princípios da Igreja, sem perder os privilégios obtidos nas relações entre Igreja-Estado, salvaguardando, ao mesmo tempo a ideia do Estado soberano, Sagrado, que, em união com o clero, fortaleceria cada vez mais a nação. Nessa perspectiva, a doutrina católica deveria ser consolidada por meio da educação religiosa, objetivando “inculcar a obediência, a paciência, a disciplina e o cumprimento dos deveres cidadãos” (AZZI, 1992, p.43); e o clero, além de combater o novo e o desordeiro, inculcaria ideias que conformariam a todos, moralmente, na organização social anteriormente posta.

Observou-se, portanto, que essa facção clerical, seja na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais ou qualquer outra parte do Brasil, desejava a união Igreja-Estado, enfatizava o poder eclesial e civil como sagrados, infalíveis e defendia o catolicismo como religião oficial do Estado. A tríade, poder civil, eclesial e a educação religiosa, seria o sustentáculo da reforma, do combate ao laicismo e ao liberalismo no Brasil.

Do ponto de vista da Igreja, o documento *Syllabus*⁶⁰ apresentou oitenta proposições sobre as condenações que Pio IX fez ao mundo moderno por meio de seus escritos. Ressaltou-se os

⁶⁰ O *Syllabus* foi elaborado por uma comissão de cardeais com base em uma carta pastoral do bispo Olimpo Gerbert de Perpignan (1860), cujas 85 proposições elaboradas por ele retornam no *Syllabus*. Nesse documento há a condenação do panteísmo, naturalismo, racionalismo absoluto, racionalismo moderado, indiferentismo,

erros referentes às concepções liberais modernas e apontou-se o primeiro deles – a não oficialidade da religião católica pelo Estado. Conclusões equivocadas essas, pois aos homens não caberia individualmente praticar um culto próprio, indiferente ao catolicismo. A liberdade de culto poderia corromper as mentes e propagar as ideias corruptas da modernidade, do progresso, da ciência e do liberalismo.

Essas ideias também foram combatidas na carta encíclica *Quanta Cura*⁶¹. Posteriormente, essas proposições foram anexadas no Sillabus, enfatizando, sobretudo, os objetivos enganosos do comunismo e do socialismo ao afastar a doutrina da Igreja católica da instrução e da educação da juventude. Grave erro, afirmava Pio IX, pois à família cabe escolher sobre a educação de seus filhos (IGREJA CATÓLICA, 1999).

Observou-se, também, na encíclica, a retomada da questão da unidade da Igreja de Cristo, a Igreja Romana e, expressou o desejo de recuperar o que ainda era possível, ressaltando-se a exclusão da Igreja quando o Estado prescindiu o ensino religioso dos currículos, da administração e suprimiu as ordens religiosas e qualquer outra ligação entre Igreja e Estado. De todo modo, o documento enfatizou a importância da unidade, fio condutor do movimento ultramontano.

Retomando a questão específica, no Brasil, das divergências entre ultramontanos e tradicionalistas ou regalistas, outro aspecto há de se ressaltar sobre o pensamento tridentino – estabelecido desde o Concílio de Trento e reafirmado ao longo dos próximos quatro séculos – traduzido basicamente na ideia de que à Igreja autônoma caberia a preparação espiritual da humanidade e ao Estado soberano, cuidar das questões político-sociais e econômicas, de forma que não houvesse ingerência de nenhum dos lados, ou seja, cada um responderia pelos seus distintos papéis. Essa relação não pressupunha uma ruptura, segundo Azzi, nenhuma infidelidade ao Império, pelo contrário, os bispos levantariam a bandeira de um governo autoritário e centralizador, já que Igreja e Estado deveriam comungar as mesmas ideias.

Contudo, pode-se afirmar que, em alguns aspectos, os dois modelos de Igreja, que ora coabitavam o país, eram convergentes, sobretudo no que se referia à educação religiosa católica,

latitudinarismo, socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clérigo-liberais, os erros da sociedade civil considerada em si mesmo e nas suas relações com a Igreja, erros a respeito da ética natural e cristã, erros a respeito do matrimônio cristão, erros relativos à soberania temporal do romano Pontífice, erros que se referem ao liberalismo moderno (IGREJA CATÓLICA, 1999).

⁶⁰ A carta encíclica *Quanta Cura* foi escrita por Pio IX e publicada em 08 de dezembro de 1864 (IGREJA CATÓLICA, 1999).

⁶¹ A carta encíclica *Quanta Cura* foi escrita por Pio IX e publicada em 08 de dezembro de 1864 (IGREJA CATÓLICA, 1999).

instrumento indispensável para manutenção da ordem social. Entende-se, nessa perspectiva, a consolidação da reforma, a recuperação da autonomia eclesial e a conservação do Estado Sagrado, derivado da Providência Divina, o qual deveria ser respeitado inquestionavelmente. Eis, portanto, a tarefa da Igreja – formar uma sociedade cristã. Esse foi o ponto chave da união Igreja-Estado, o orbe cristão. O fragmento abaixo amplia essa discussão:

A relação entre a religião e a sociedade remete para um outro aspecto vinculado a este: a Igreja como permeadora de todos os processos sociais. Tudo deve se organizar com base em princípios cristãos. Essa é a bandeira do episcopado em 1890: a sociedade brasileira, inclusive o grupo politicamente dirigente, deve respeitar, amar e não se separar da Religião. (ARAÚJO, 1986, p.63)

Discutindo a relação Estado-Igreja é preciso ressaltar a Questão Religiosa. Como se sabe, desde o período colonial, a Igreja submetia-se ao Estado pelo regime de padroado e todas as ordens do Papa passavam pelo crivo do imperador. Por volta de 1872, os bispos de Pernambuco e Pará, Olinda e Belém, respectivamente, decidiram punir certas irmandades religiosas que apoiavam a maçonaria, baseados nas orientações do papa Pio IX na Carta Encíclica *Exorte in ista*⁶², endereçada aos bispos do Brasil:

[...] Afinal, não podíamos permanecer indiferentes ao fato de que a peste letal daquela seita se havia difundido até conseguir corromper as mencionadas comunidades, e, conseqüentemente, as instituições dispostas a reforçar o espírito sincero da fé e da piedade, depois que havia sido espalhada a funesta cizânia, precipitaram numa mísera condição. [...] Encarregamos-te, venerável irmão de Olinda, para suprimir e declarar suprimidas as mencionadas comunidades se, transcorrido aquele período de tempo, não se tivessem revisto e para reconstituí-las integralmente com as modalidades que tinham na origem, inserindo novos membros imunes de toda contaminação com a maçonaria. Nós, por outro lado, desejando pôr em alerta – como é nosso dever – todos os fiéis contra as astúcias e as insídias dos membros das seitas, na carta encíclica de 21 de novembro de 1873, endereçada aos bispos de toda a catolicidade, convocamos com clareza naquela ocasião à memória dos fiéis as disposições pontifícias emanadas contra as sociedades corruptas dos que aderem às seitas e proclamamos que nas constituições eram atingidas não só as associações, maçônicas constituídas na Europa, mas também todas as que estão na América e nas outras regiões do mundo (IGREJA CATÓLICA, 1999, p.328-329).

Por esse motivo, os bispos foram punidos e condenados a quatro anos de prisão. A atitude da Santa Sé foi de reconciliar e, de certa forma, manter as relações estáveis com o poder

⁶² A encíclica *Exorte in ista* foi escrita em 29 de abril de 1876 (IGREJA CATÓLICA, 1999).

monárquico brasileiro, evitando, assim, o agravamento da situação com a expulsão dos bispos do país, ou a ruptura política entre Estado e Igreja. Segundo Azzi (1992), de um lado, a Igreja desejava independência, autonomia para desenvolver, a seu modo, o poder espiritual e, por outro, objetivava consolidar-se dentro do aparelho político do Estado. A busca da primazia do poder espiritual exigia outras diretrizes, pautava-se em valores, anteriormente, veiculados pelo Concílio de Trento, em função da Reforma Protestante; sem dúvida, outra abordagem eclesial. Fazia-se necessário, então, reformar o clero, reformar o povo e seus costumes, re-educá-los de acordo com uma nova eclesiologia. Desse modo, foram implementadas as visitas pastorais, as missões para o povo - tarefas confiadas aos religiosos e religiosas vindos da Europa para o Brasil.

Essas religiosas e religiosos tinham a incumbência de instruir o povo por meio do evangelho e, a partir disso, regulamentar a vida sacramental – batizados, confissões, casamentos, crismas e outros. O clero, por sua vez, foi reformado, também, conforme esse modelo, com reforço ao celibato e à santidade, uma roupagem, acima de tudo, espiritual. Hierarquicamente, buscou exercer o controle sobre todas as atividades religiosas do país. Essa prática foi evidenciada em algumas cartas dos padres scalabrinianos quando se referiam às suas atividades pelas paróquias e dioceses⁶³.

Observou-se também, nesse mesmo movimento, a participação efetiva das mulheres, em especial em associações e grupos, com fins de trabalhar para manutenção da ordem social vigente, em detrimento das novas concepções ideológicas que invadiam a sociedade brasileira. Acompanhando essa linha de pensamento, percebem-se, na ação estabelecida pela Congregação Scalabriniana, nesse caso na cidade de São Paulo, evidências da participação de mulheres nos trabalhos da comunidade, nas associações, nos bazares beneficentes, em atividades do Orfanato e, depois, nas paróquias pelas quais os padres scalabrinianos se responsabilizavam, nas cidades do interior de São Paulo, como a Associazione delle Figlie de Maria e a Associação Nostra Signore della Pace, dentre outras.

No que se refere ao embate entre ensino religioso e ensino leigo, observou-se que, desde meados do século XIX, o mesmo esteve presente. Os liberais defendiam o ensino laico em detrimento ao ensino confessional, disseminado pelos institutos e colégios religiosos à base dos ensinamentos tridentinos, os quais eram considerados, pelo clero, como instrumentos da manutenção da sociedade ordeira, conservadora e pura.

⁶³ FRANCESCONI, 1969.

Nesse sentido, é possível entrever-se a Congregação Scalabriniana, imbuída em tais orientações e diretrizes, buscando fundar escolas e colégios em várias cidades brasileiras, educar segundo os princípios tridentinos e, além disso, enfatizar as vocações. Evidencia-se, no período estudado, a presença de outras congregações femininas, também com atuação mais efetiva em colégios e hospitais, inseridas no contexto reformador da Igreja. Essa ação reformadora, em seu sentido mais abrangente, atingiria o bispo, o templo, a missa, os sacramentos, os fiéis e objetivava dar à Igreja do Brasil o matiz da Igreja romana, iniciando-se, assim, o processo de romanização. Além das instituições religiosas já instaladas no país, observou-se, nesse contexto, a chegada de muitas frentes religiosas, masculinas e femininas, cujos objetivos eram ampliar o projeto romanizador, como já se referiu anteriormente, segundo diretrizes do Papa Leão XIII. Essas orientações serão discutidas ao longo deste texto.

2.2 O projeto da Igreja e a expansão das congregações

Do breve histórico acima apresentado em relação às concepções ideológicas da Igreja, justapostas por sinal, pode-se afirmar que a concepção ultramontana consolida-se, no Brasil, no final do século XIX, principalmente em função do comportamento de alguns bispos que buscavam orientações do Pontificado e não da Coroa. Além disso, nota-se a presença de núncios, internúncios, seminários voltados para formação do clero ultramontano, escolas e colégios dedicando-se à educação de jovens e de crianças, educando segundo os princípios dessa mesma Igreja. Ao analisar os históricos de fundação da Congregação, escritos no final do século XIX, percebe-se as muitas evidências da relação hierárquica entre episcopado, Núncios, Internúncios com o Pontificado, pois dela dependiam as mudanças de paróquias, a manutenção ou a criação das mesmas.

Contudo, a Igreja, firme em seu propósito, anunciava a sujeição do poder monárquico ao Pontificado Romano e, nesse sentido, o Papa, representante oficial desse poder, passa a ser a autoridade máxima, com a primordial tarefa de direcionar e orientar eticamente a vida em sociedade. Nesse contexto, as encíclicas cumprem esse papel, pois são inúmeros os assuntos

tratados e as orientações nelas contidas explicitam o objetivo de disciplinar a todos, conforme os ensinamentos de Pontificado romano.

Conclui-se, portanto, que, no Brasil, o clero liberal e o ultramontano, apesar de algumas convergências, ensejavam interesses notadamente antagônicos. Os primeiros lutavam para dar à Igreja o matiz do catolicismo nacional, e os últimos, “acentuar” o caráter universalista da Igreja Romana (Azzi, 1992, p.71). Nessa ambiência, também se contrapunham as ideias perniciosas de liberdade e de progresso, a busca pela participação na política e a notável insatisfação com o quadro político vivenciado pelo país. Nesse sentido, vale ressaltar:

A Igreja, entretanto, via este período de transição como um todo: atrás de cada pretensão liberal ou mudança, por menor que fosse, estava o perigo de uma ruptura ou de uma destruição dos quadros de valores tradicionais. O mais simples era fechar-se completamente ao diálogo e à participação. E quanto mais fervia o caldo da cultura, mais a Igreja denunciava nele bacilos de toda espécie e procurava a imunização, trancando-se na redoma de um antiliberalismo ferrenho ou de um ultramontanismo coerente. (LUSTOSA, 1977, p.41)

Desse modo, a Igreja, retraída, fechou-se em si mesma, afastando-se das questões políticas e sociais, enfatizando, assim, aspecto de maior relevância do projeto ultramontano: o espiritualista.

Com a Proclamação da República, consolida-se a supremacia política dos senhores do café e, ao mesmo tempo, chegam grandes levas de imigrantes para substituir o trabalho escravo nas lavouras. Nesse mesmo contexto, chegam, também, as congregações religiosas, em específico a Congregação de São Carlos Borromeo Scalabriniana, coordenada por Scalabrini, cujos objetivos e projetos foram neste texto apresentados. Neles se confirmou o empenho em disseminar a doutrina cristã e a cultura italiana por toda a América onde houvesse núcleos italianos. Com esse fito, a Congregação Scalabriniana chegou ao Brasil, com missionários e missionárias, envolvendo-se com a educação, fundando colégios, noviciados, asilos e hospitais.

Inicialmente, os padres scalabrinianos espalharam-se pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Mas foi nesse último que os dados evidenciam a fundação do Orfanato Cristóvão Colombo, em 1895, com atividades educativas fundamentadas em princípios religiosos católicos e, logo, a expansão da obra scalabriniana para Bernardo dos Campos e para outras cidades do Estado de São Paulo. No Rio Grande do Sul, posteriormente, tem-se a criação do Colégio Nossa Senhora Medianeira, sob a responsabilidade das Irmãs, cuja congregação já era

denominada Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. Com esses objetivos, a obra educativa scalabriniana arrolou o século XX, adentrando-se por vários estados brasileiros e até em outros países, como verificou-se anteriormente.

Nota-se, que não só scalabrinianos e scalabrinianas chegaram ao Brasil na primeira república. Moura (2000), em sua vasta obra sobre a vida religiosa no Brasil, compilou alguns dados importantes, conforme **Quadro 9**. É fundamental ressaltar que os dados apresentados por ele também foram entrecruzados com relatórios do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais - CERIS.

Vê-se, portanto, que:

Quadro 9 - Colégios/Escolas/Institutos - Congregações Femininas (1890-1920)

Ano	Instituição	Congregação	Localidade
1892	Colégio N.S. Carmo	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Guaratinguetá-SP
1895	Escola Noturna Gratuita	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Araras-SP
1895	Colégio N.S.Auxiliadora	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Araras-SP
1896	Colégio N.S. Auxiliadora	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Ponte Nova-MG
1903	Academia St ^a Gertrudes	Beneditinas	Olinda-PE
1904	Colégio N.S.Auxiliadora	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Batatais-SP
1906	Colégio St ^a Escolástica	Beneditinas	Sorocaba-SP
1907	Colégio das Cônegas de St ^o Agostinho	Congregação N.S. Cônegas de St ^o Agost.	São Paulo-SP
1907	Anexo Colégio N.S.Aux.	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Ponte Nova-MG
1907	Colégio S. Inês	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	São Paulo-SP
1912	Não há registro/nome	Irmãs Marcelinas	Botucatu-SP
1912	Colégio Assunção	Irmãs Assunção	Rio de Janeiro-RJ
1914	Escravas do DivinoCoração	Escola São Marcelo	Campo Comprido-RJ
1915	Irmãs S. Carlos Borromeo Scalabrinianas	Colégio N.S.Medianeira	Bento Gonçalves-RS
1917	Colégio N.S.Auxiliadora	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Araguaiana-MT
1918	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Colégio Imaculada Conceição	Corumbá-MT
1918	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Externato N.S.Auxiliadora	Belenzinho_SP
1919	Beneditinas	Colégio N.S.Carmo	Recife-PE
1920	Beneditinas	Colégio Sagrado Coração	Caruaru-PE
1920	Beneditinas	Centro Social São José	Caruaru-PE
1920	Beneditinas	Instituto Imaculada Conceição	Itapetininga-SP

Fonte: MOURA (2000).

Depreende-se do quadro acima que as Congregações femininas ampliam suas atividades na área educacional nos anos vinte, momento em que a Igreja procura restaurar a catolicidade brasileira. Entende-se, também que, em função do seu próprio sustento financeiro, essas

Congregações educaram, nesse período, filhos de classe média, pequenos e médios proprietários rurais. Essa educação confessional pautou-se em princípios do movimento restaurador objetivado pela Igreja e, sobretudo, agiu em conformidade com os padrões culturais europeus; reconhece-se essa atitude como europeização.

Apresentou-se no quadro anterior, o panorama das principais instituições educacionais católicas no Brasil e suas respectivas Congregações, evidenciando-se, a ampliação e a expansão das mesmas por ocasião da proclamação da República, estendendo-se até a década de vinte. Como já se acentuou, o grande responsável pela instalação dessas instituições no Brasil é o projeto de restauração da Igreja e, ao mesmo tempo, o movimento maior, a romanização, ou ultramontanismo. De caráter antiliberal, ensejava, consubstancialmente, preservar os dogmas católicos em detrimento das modernas ideologias.

Em consonância com esse ideário, a Congregação Scalabriniana procurou atuar nos núcleos coloniais italianos, buscando recuperar a doutrina católica apostólica romana e, concomitantemente, reafirmar a nacionalidade. De modo geral, as atividades educativas possibilitavam o binômio educação-religião. Interessante lembrar que a Constituição de 1891 havia rompido com o ensino de educação religiosa no âmbito público e, nesse sentido, as escolas laicas e protestantes figuravam nesse contexto como antídoto do catolicismo. Esse foi o principal motivo que levou o clero brasileiro a ampliar sua rede de escolas e de colégios com perfil bem distintos dos outros, enfatizando o currículo de cunho mais literário, clássico e propedêutico (Azzi, 1992) - estilo bem aceito e procurado pela parte mais tradicional da sociedade brasileira, bem como pela burguesia nascente, classe bem atendida nos colégios evidenciados e, como se afirmou, nos colégios da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

Um olhar bem particular para o Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo, permitiu caracterizá-lo como uma instituição assistencial nos aspectos social, econômico, educacional e religioso. Ao iniciar suas atividades, contou com a colaboração de alguns segmentos da sociedade paulistana, os denominados benfeitores, em geral, imigrantes/industriais bem sucedidos e famílias renomadas. Além dos donativos, os relatórios do Orfanato demonstram que muitos alunos internos eram mantidos no Instituto pelo governo de São Paulo. Essa foi uma das características próprias dos institutos religiosos daquela época. Adiante, os colégios da Congregação Scalabriniana⁶⁴ recebiam subsídios em forma de bolsas e funcionavam como escolas particulares,

⁶⁴ Históricos de cada instituição estudada.

atendendo as camadas mais abastadas da sociedade. E, em contrapartida, essa classe social apoiava os trabalhos sociais, assistenciais e religiosos propostos pelos colégios atendendo, assim, as classes menos abastadas. Adiante, verifica-se o Colégio de São Bernardo, em São Bernardo (1913), o Colégio Nossa Senhora Medianeira, em Bento Gonçalves (1915); Colégio Santa Teresinha, em São Paulo (1926) e Colégio Santa Teresa (1939), em Ituiutaba, com funcionamento bem semelhantes. Vê-se, pois, que no âmbito educacional, nada é muito novo, visto que os colégios confessionais enquadram-se em um determinado modelo. Configura-se, portanto, dois modelos distintos – de um lado, os colégios confessionais, para atender boa parte da classe favorecida da sociedade brasileira e, do outro, a escola profissionalizante e de caráter assistencial, para atender a classe menos abastada. Essa característica, de escola profissionalizante, aparece na carta encíclica *Fin Dalla Prima*⁶⁵, quando Pio XI referiu-se à fundação de patronatos para acolhimento de crianças abandonadas, sobretudo, às corporações de artes e ofícios, assunto já abordado por Leão XIII na carta encíclica *Rerum Novarum*.

Ainda discutindo a questão dos institutos educacionais, segundo Azzi (1994), no final do século XIX, o pensamento católico europeu, marcado pelo ultramontanismo, usou como instrumentos os institutos religiosos que tiveram a função de transplantar para o Brasil o seu ideário. Ao analisar os históricos de criação e consolidação da Congregação Scalabriniana no Brasil⁶⁶, essas características ficam evidentes, assim como sua tarefa e finalidade.

Prosseguindo à análise do pensamento da Igreja no Brasil, arrolam-se no contexto republicano, além da visão conservadora, outras concepções ideológicas significativas e que influenciaram as tomadas de decisões da Igreja. O positivismo apresenta-se como ideia propulsora do progresso e da ordem; o liberalismo pauta-se na liberdade e no progresso e, ainda, afloram as ideias socialistas. Essas ideologias foram amplamente debatidas e disseminadas; influenciaram não só as decisões da Igreja em relação aos institutos educacionais, mas também a sociedade.

Trazendo para essa discussão a prática educativa do Orfanato, a primeira instituição scalabriniana no Brasil, nota-se que ela esteve inserida nesse contexto. Percebe-se a contradição, os dois lados de uma mesma moeda – de um, a Congregação cumprindo a tarefa da Igreja a partir das diretrizes ultramontanas e, do outro, contribuindo com o progresso, com a formação da classe

⁶⁵ A encíclica *Fin Dalla Prima* foi escrita por Pio X e publicada em 18 de outubro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

⁶⁶ FRANCESCONI, 1973.

trabalhadora, basicamente para o grande centro industrial do país, sustentáculo do progresso e do capitalismo, da consolidação do projeto republicano e da modernidade – ideias contrárias ao pensamento conservador.

Também foi nos primórdios da República que a Igreja sentiu-se rejeitada pela estrutura governamental, a partir da promulgação do decreto de separação Igreja e Estado, implicando, em primeira mão, na laicização do ensino e dos cemitérios e na obrigatoriedade do casamento civil. Sobre essa questão, ressalta-se a carta pastoral coletiva de 1890, que explicita o pensamento dos bispos brasileiros, cujo teor refere-se à vontade de que a “sociedade brasileira toda inteira, compreendida sua parte dirigente, respeite a Religião, ame a Religião, não se separe da Religião, antes ame seus atos públicos ou privados, se inspire nos dictames sagrados que ella impõe à consciência” (CARTA PASTORAL, 1890, p.4). Do ponto de vista dos prelados, o caráter leigo da República, imposto à nação, desconsiderava, sobretudo, a legitimidade do povo brasileiro católico cristão. Essa atitude ou medida não comungava os ideais da maioria da nação, e sim de um grupo minoritário e ateu. Muito significativa a afirmação da carta pastoral de 1890:

Que será de ti, coitado e querido povo do Brazil se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no governo e nas representações públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até Ana morte e na sepultura sem Deus! Será possível! (CARTA PASTORAL, 1890, p.7)

Desse modo, os bispos assumem a seguinte posição, em nome, pois, da ordem social, “em nome da paz publica, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência, repellimos os catholicos a separação da Egreja e do Estado; exigimos a união entre os dois poderes” (CARTA PASTORAL, 1890, p.7).

A Constituição de 1891 dispôs sobre a liberdade individual e também sobre a liberdade de todos os credos de expressar publicamente seu culto, reconheceu somente o casamento civil, determinou que os cemitérios fossem administrados pela autoridade municipal e que o ensino ministrado nas escolas oficiais fosse leigo. Além disso, nenhum culto ou igreja seria subvencionado ou aliado à União ou ao Estado e todos os cidadãos, independentes do credo ou da função religiosa, teriam resguardados seus direitos. O protesto a essa ruptura, combate a essas medidas, foi veiculado nas primeiras décadas da República em todas as pastorais, jornais e periódicos católicos. Tal protesto foi uma conclamação, expressando que o sustentáculo da nação

não poderia deixar de ser a religião, como tradicionalmente o era desde a colonização. Em relação ao laicismo, a Carta Pastoral (1890, p.10) esclarece que

todo esse laicismo levaria a desorganização social, um tremendo dilúvio de erros, cada qual mais pernicioso, que alaga a sociedade moderna, máxime na Europa e nas duas Américas, ameaça arrastar e subverter tudo em suas águas lodosas e pestilentas, tudo: família, instituições, leis, religião, sociedade!

Vê-se, portanto, diante do estado leigo, esforço significativo por parte do episcopado para combater as ideias liberais e socialistas e, conseqüentemente, a proliferação do protestantismo e do espiritismo, em função da liberdade de culto. Esse combate, considerado por Azzi (1994), apologético e de certa forma exagerado, ou até mesmo desconectado da realidade brasileira, alastrou-se e a Igreja manteve-se fortalecida, expandindo-se na área educacional e social, praticamente em toda primeira República, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 10 - Congregações Religiosas (1890-1930)

Ano	Congregação	Ñº Colégios
1890/1918	Jesuítas	09
1903/1920	Benedictinos	17
1890/1919	Salesianos	38
1892/1920	Franciscanos	05
1908/1923	Carmelitas	06
1890/1918	Maristas Peq. Irmãos Maria	49
1820/1915	Lazaristas	04

Fonte: MOURA (2000).

Os salesianos instalaram seus colégios, a partir do final do século XIX, em vários estados brasileiros, atuando desde a educação infantil, fundamental e profissionalizante até o significativo trabalho vocacional e a educação com os índios bororos. Já os franciscanos tiveram participação maior em estados do sul e sudeste, trabalhando com educação infantil, escola de música e canto. Os lazaristas chegaram ao Brasil e, durante o Império, seu grande marco foi o Colégio Caraça, em Minas Gerais, dirigido pelos padres da Congregação da Missão; além do Colégio (1820-1912), fundaram o Seminário Maior de Mariana (1856-1882) e uma Escola Apostólica (1885-1895 e 1905-1968) para formação do clero lazarista e, ainda, o Colégio de

Campina Verde, MG. O funcionamento do Colégio Caraça foi interrompido de 1842-1856, retomando suas atividades em 1856/1912, ano que entrou em declínio. Conforme o quadro acima, a obra educacional marista ampliou-se, significativamente, por várias partes do Brasil, atendendo a educação infantil, fundamental, média, profissionalizante e vocacional; após os anos 30, segundo Moura, continuou a expandir-se.

A ação combatente às novas correntes filosóficas ou religiosas fez-se à luz dos princípios da Igreja na qual os principais elementos eram a ordem, a disciplina e a obediência ao poder da Igreja e do Estado e esse, ainda que leigo, era revestido pelo Divino e pelo Sagrado. Nesse processo, infere-se que a atitude conservadora dos prelados quanto à sacralidade do poder republicano e à insistência na união Estado e Igreja fez-se em função da preservação e da manutenção da ordem da sociedade brasileira (Azzi, 1994, p.45), além de declarar a ilegitimidade da ética republicana.

Outro aspecto a assinalar, referente ao período, inclusive expresso na carta encíclica *Rerum Novarum* (2005), é o empenho da Igreja em acomodar o “pobre” na sua condição de operário ou trabalhador como predestinação da Providência Divina e não como consequência própria do sistema sócio-econômico do país. Desse modo, aquietariam-se os ânimos, evitando-se a adesão maciça ao anarquismo e ao socialismo; aos movimentos grevistas, verdadeiros atentados à ordem, evitariam o surgimento e o desenvolvimento da consciência de classe. Observa-se o desejo da Igreja, um pouco assustada e ofendida pelos movimentos socialistas, de alertar sobre os direitos e os deveres dos operários, do patrão e do estado. Quanto aos deveres, o proletariado deveria ser comprometido com o trabalho e o Estado, mediador e conciliador entre patrão e operário. Tratava-se de estabelecer regras para disciplinar a sociedade moderna, como afirma Manoel (1992, p.23),

a proposta normatizadora aponta seus próprios limites e cerceamentos. Trata-se de normatizar, isto é, de estabelecer normas para o funcionamento e de normalizar, de fazer voltar à normalidade, à ordem. O limite: a sociedade deve funcionar conforme normas estabelecidas. O cerceamento, essas normas devem ser perenes e imutáveis.

Tais normatizações levariam o proletariado, na lógica do sistema capitalista, a ceder a qualquer opressão e exploração, contribuindo para a harmonia social. Nesse sentido, o cômputo das cartas encíclicas escritas por Leão XIII, de 1878 a 1903, dirigidas a todos os patriarcas,

primazes, arcebispos e bispos do mundo inteiro, tendem a condenar o socialismo, o comunismo e o niilismo, estabelecendo certas regras para o possível combate. Anuncia-se entre elas *Quod Apostolici Muneris*⁶⁷, na qual se afirma serem os três movimentos acima, ideologicamente, opostos à autoridade, ao matrimônio, à família e à propriedade privada (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.37), portanto, contrários à idéia do Divino, do Sagrado naturalmente. Segundo a carta, sendo a propriedade um direito natural, não deveria ser distribuída comumente como instigavam as indutoras doutrinas venenosas:

[...] tanto o ódio da plebe sediciosa contra a veneranda majestade e o império dos reis e nesse sentido, os plebeus, cansados de suas pobres casas e das oficinas, desejem ardentemente lançar-se sobre os palácios e as fortunas dos mais ricos, não há de se admirar que sacudidas, vacilem toda autoridade pública e toda tranquilidade privada e que a humanidade tenha quase chegado à sua ruína extrema. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.39)

Em particular, o socialismo, do ponto vista da Igreja, dissemina a ideia de igualdade natural e, nesse sentido, ninguém deve obedecer a ninguém, exceto as leis construídas coletivamente. Ainda, em relação ao direito à propriedade privada, o socialismo a considera uma invenção humana, concepção antagônica à ideia fundadora e criadora de Deus. Desse modo, a Igreja, sábia e soberana, reconhece as desigualdades em relação aos bens materiais entre as classes sociais, entretanto, justifica-as pelas adversidades físicas e pelas capacidades de trabalho (IGREJA CATÓLICA, 2005).

Interessante, também, anunciar que esse mesmo movimento reformador sugere a renovação da filosofia nas escolas, nos colégios e nos seminários, com ênfase na obra de Tomás de Aquino, logo no final do século XIX. Esse assunto foi pauta da carta encíclica *Aeterni Patris*⁶⁸, Leão XIII:

Sabe-se que quase todos os fundadores e legisladores das Ordens religiosas mandaram aos seus seguidores estudar as doutrinas de Santo Tomás e de segui-las com a máxima fidelidade, precavendo-os a que para nenhum deles era lícito afastar-se impunemente, ainda que pouco, das pegadas de tão grande doutor. (IGREJA CATOLICA, 2005, p.87).

⁶⁷ A carta encíclica foi escrita por Leão XIII e publicada em 28 de dezembro de 1878 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

⁶⁸ A carta Encíclica *Aeterni Patris* foi escrita por Leão XII e publicada em 04 de agosto de 1879 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

Delineia-se, portanto, um esforço em todos os sentidos em redimensionar os ensinamentos católicos a partir da literatura tomista, pois o douto angélico “explorou as conclusões filosóficas nas razões íntimas das coisas e nos princípios universalíssimos, as quais em seu seio encerram as sementes de verdades quase infinitas que, em tempo oportuno e com fruto abundantíssimo, seriam feitas germinar pelos futuros mestres (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.86).

Revela-se, assim, um esforço para restaurar a filosofia cristã em todas as escolas, como introdução fundamental à teologia, que já havia sido plantada, e, agora, avivada pelo matiz da filosofia de Tomaz de Aquino. A Carta Pastoral (1890, p. 67) também referiu-se à desordem intelectual pela qual passava a sociedade brasileira:

Não vemos nas escolas, desde as infimias até as superiores, erguerem-se cathedras de pertilencia a exhalar os seus miasmas deletérios, e enquanto n'esses santuários polluidos da sciencia, os professores do atheismo pervertem a incauta mocidade sedenta de saber, não vemos outros emissários do mal, não menos criminoso, apoderarem-se da imprensa e por meio d'ella corromperem o povo e desnortear o espírito público?

O exposto nesse documento significava rejeitar oficialmente todas as outras tendências filosóficas e teológicas existentes, ainda que não materialistas ou ateias (Manoel, 2004, p.11). Diante de situação tão preocupante, os bispos indagam sobre o que fazer e a carta pastoral de 1890, alerta, “É hora de surgir do somno, de despertar da inércia, de estimular brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer florescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria” (CARTA PASTORAL, 1890, p.68).

É possível entrecruzar essas informações com a pastoral coletiva de 1900⁶⁹, na qual os bispos brasileiros consideravam o novo século, indiferente, descrente e infiel:

Com efeito, todos os germes de destruição, que incubavam no seio do Império, se desenvolveram instantaneamente e produziram frutos de morte na formação da República. Proclamar tal liberdade de cultos, nivelando a Igreja Catholica, única, divina, com as supertições inventadas pelos homens, que só servem para arrastar as aamas à perdição eterna. Proclamar tal liberdade de cultos é declarar

⁶⁹ Essa pastoral foi discutida e publicada em função do 4º ano do centenário do descobrimento do Brasil. A carta pastoral de 1900 contou com a participação dos arcebispos da Bahia e Rio de Janeiro. Também com os bispos de Diamantina, Cuiabá, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul, Fortaleza, Olinda, Mariana, Goiás, Petrópolis, Paraíba, Amazonas, Curitiba, Pará, Espírito Santo e o Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão, vigário capelar de São Luís do Maranhão.

que Jesus Cristo tanto como Mafoma e o Catolicismo tanto como o Budismo e os inventos do Confúcio. (CARTA PASTORAL, 1900, p.63)

Nessa perspectiva, os bispos proclamaram:

Se deveras amamos nossa pátria, se a queremos ver próspera, respeitada, tranqüila e una, trabalhemos a todo nosso poder para restituir a Jesus Cristo. Procuremos que Jesus seja reconhecido e adorado pela sociedade e não só pelos indivíduos; pública e oficialmente, e não só no interior das casas, no recinto dos templos e junto aos altares. Esforcemo-nos por cancelar do nosso código fundamental essas leis de apostasia que são a desgraça da nação brasileira (CARTA PASTORAL, 1900, p.65).

E fizeram ainda uma recomendação especial aos sacerdotes, referindo-se ao vigor da fé e do patriotismo, ao trabalho da Igreja, “promovendo obras de piedade, que plantem e nutram a fé no coração dos brasileiros, corrijam os erros da vida, santifiquem seus preceitos, recebam seus sacramentos e, dêse os tenros anos fujam do pecado como peste infernal e se tome de amor pela virtude” (CARTA PASTORAL, 1900). Ainda, os bispos expressavam seus objetivos:

Queremos unir em um fascículo os interesses do indivíduo, da pátria, de Deus, ficando o homem feliz, a pátria próspera e respeitada. Deus conhecido, amado e obedecido. Esta tríplice glorificação do homem, da pátria, de Deus, é o alvo aonde atiram os nossos ardentíssimos anelos como brasileiros, como cristãos, como bispos. (CARTA PASTORAL, 1900, p. 68)

Nessa perspectiva, observou-se significativa preocupação dos mesmos com a educação:

Decretou-se que nossas escolas primárias e superiores fossem seminários de ateísmo, onde nada se ensinasse de religião, nada de Deus. Este nome adorável poderão os mestres proferir para o insultar ou negar, não terão liberdade de infundir na inteligência e no coração dos alunos conhecimentos e amor de Deus Criador deles e do Universo, e de Jesus seu Unigênito Filho, nosso Redentor. Decretou-se que o Estado, isto é, o Governo de uma nação católica, só reconhecerá o chamado casamento civil, que diante de Deus e da Igreja é pura mancebia, coberta com a proteção da lei. (CARTA PASTORAL, 1900, p. 64)

Em meio a essas discussões, é de monta salientar, mais uma vez, a importância da vinda das Congregações religiosas européias e a consequente incumbência de disseminar o catolicismo romanizado pelo Brasil. Nessa perspectiva, ao entrecruzar algumas leituras sobre a Congregação Scalabriniana, ficou evidente o apoio da Santa Sé ao bispo João Batista Scalabrini, que planejou

fundar Institutos e Associações Missionárias na América e, em especial, a fundação do Orfanato Cristóvão em São Paulo, assunto apresentado no primeiro capítulo.

Outras discussões muito interessantes também arrolaram nesse quadro, como a ideia de pátria-católica, bandeira levantada pelos regalistas ou tradicionalistas e, estes, marginalizados pelo regime republicano, alimentavam a esperança de recuperar os privilégios outrora prescindidos e, desse modo, buscavam vangloriar o poder monárquico como construtores da nacionalidade, acreditando que a Igreja deveria, consubstancialmente, inculcar esse ideário.

Considerando o período delimitado para este estudo (1895-1940), é imprescindível lançar um olhar mais atento às discussões que ocupavam o âmbito da hierarquia católica na primeira República, pois, segundo Azzi (1994), houve um esforço muito grande em recriar o Estado Cristão a partir do movimento de restauração, marcado pelo ideal de neocristandade. Para efetivação do mesmo, a Igreja contou com a participação do poder eclesiástico e do poder político, simultaneamente. Desse modo, percebeu-se um sutil re-encontro entre ambos, à medida da necessidade, como a abertura de escolas, a permissão do ensino religioso em alguns estados, a presença da hierarquia eclesial em reuniões de natureza política. Estabeleceu-se um estado constante de reaproximação entre Igreja-Estado, sobretudo, de fortalecimento das ideias combatentes a qualquer movimento de natureza revolucionária, como o fascismo, o anarquismo, o socialismo e outros. Essa reaproximação, dada por meio da instalação de escolas confessionais, é evidenciada nos quadros apresentados sobre a ampliação e a expansão das várias congregações e, em particular, sobre as instituições da Congregação Scalabriniana.

Acresce lembrar que, ao longo das cinco décadas do século XX, a Igreja ocupou-se em combater o moderno e revolucionário e implementou, mais especificamente na década de vinte, a restauração católica, no sentido de reafirmar a Igreja no contexto da sociedade brasileira, com embasamento nas orientações do Papa Pio X, em sua primeira carta encíclica *E Supremi Apostolatus*⁷⁰, *restaurar tudo em Cristo!*:

Porém para que tudo isso se obtenha conforme o desejo, é necessário que com todo meio e fadiga nós façamos desaparecer a enorme e detestável maldade, própria do nosso tempo, que faz a substituição do homem a Deus; depois disso não de ser remetidas a antiga honra as leis santíssimas e os conselhos do evangelho: afirmar as verdades ensinadas pela Igreja e a sua doutrina a respeito

⁷⁰ Encíclica escrita por Pio X e publicada em 04 de outubro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

da santidade do matrimônio, a educação e o ensinamento da juventude, a posse e o uso dos bens, os deveres para com os que dirigem o Estado; por último, restituir o equilíbrio entre as diversas classes da sociedade em conformidade com os costumes e usos cristãos. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.17)

E, nessa perspectiva, é interessante entrecruzar essa concepção:

É necessário precisar bem o significado do termo “restauração”. Quando se usa esse termo com referência a um quadro ou edifício, afloram logo duas conotações distintas: trata-se, em primeiro lugar, de dar ao objeto um aspecto novo, uma nova apresentação em vista do desgaste do tempo; em segundo lugar, essa nova face do objeto deve ser modelada pelo seu aspecto primitivo. Não se trata, portanto, de criar nada de novo nem de introduzir modificações na obra que se tem em mãos, mas simplesmente de reconstituí-la nos mesmos moldes de sua prístina imagem. Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo. (AZZI, 1994, p.21-22)

Etimologicamente, restaurar, do latim *restauro*, significa restituir, restabelecer (HOUAISS, 2001). Infere-se, portanto, que o movimento da Restauração Católica buscou restabelecer o modelo antigo de Igreja, o poder espiritual em consonância com o poder político, motivados a manter sadio o organismo social dentro de uma determinada ordem. É o restabelecimento da cristandade. Portanto, objetivando entender a ação reformadora, nesse momento restauradora, pretende-se exarar também algumas cartas encíclicas escritas por Pio X, no período de 1903 a 1912. Elas tiveram, como propósito, confirmar o que os pontificados predecessores haviam anunciado com o mesmo objetivo – restaurar os princípios que se encontravam ameaçados pelas ideias modernas. A principal delas *E Supremi Apostulus – restaurar tudo em cristo*, anteriormente apresentada. Em seguida, *Fin Dalla Prima*⁷¹, na qual se expõem 19 proposições doutrinárias, das quais oito são de caráter disciplinar e objetivam retomar o projeto sobre a ação popular cristã idealizado e defendido por Leão XIII, nos vinte e quatro anos de pontificado. É como se todas as orientações leoninas tivessem sido compendiadas por Pio X, relembrando que o principal objetivo de cada constituía-se a base para ação popular cristã efetivamente.

Desse modo, o primeiro princípio a ser tratado seria a ação, o respeito, a aceitação das desigualdades sociais como um processo natural em consonância com a ordenação de Deus. Juntos, príncipes e súditos, patrões e proletários, ricos e pobres, todos na terra buscariam o bem-

⁷¹ Essa carta encíclica foi publicada em 18 de dezembro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

estar material e moral. A propriedade privada como fruto do trabalho da indústria, ou cessões, doações, constituía-se direito natural indubitável. Quanto aos deveres e aos direitos de patrões e empregados, esses deveriam pautar-se a partir das leis da Igreja; quanto ao proletário, “obrigações de justiça são estas: prestar inteira e fielmente à obra que livremente e segundo a equidade foi pactuada; não danificar as coisas e nem ofender as pessoas dos patrões; na defesa dos próprios direitos abster-se de atos violentos, nem transformá-la em sublevações” (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.27) e aos capitalistas,

Dar a justa remuneração aos operários; não prejudicar suas justas economias, nem com violências, nem com fraudes, sem com usuras manifestas ou disfarçadas; dar-lhes liberdade para cumprir os deveres religiosos; não expô-los a seduções corruptoras e a perigos de escândalos; não aliená-los do espírito de família e do amor ao economizar; não impor-lhes trabalhos desproporcionados às suas forças, ou não compatíveis com sua idade e sexo. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.28)

Ainda, aos ricos e as proprietários cabe o dever de fazer caridade; e os pobres, na condição de indigentes, devem aceitar, em todos os sentidos, as ações implementadas por aquela classe social. Essas propostas são buscadas pelas congregações religiosas - seus institutos, escolas, colégios, asilos, hospitais, dentre outros. Outrossim, vislumbra-se certo esforço por parte da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas em conclamar a classe social, na qual instalavam suas instituições, para compartilhar a ação popular proposta por Pio X. Essas evidências aparecem em cada uma das instituições já apresentadas, principalmente, no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo.

Dois foram os pontos chave para o papado de Pio X: a) a restauração do clero por meio dos estudos teológicos, de caráter inicial ou não; b) a ênfase do trabalho catequético, retomado como primordial para a reforma da vida religiosa, em função da decadência religiosa em que o mundo se encontrava. Importante também exarar mais três significativas cartas encíclicas, que insistem em enfatizar os principais erros do reformismo, ou modernismo, ideias amplamente disseminadas na sociedade no limiar do século XX. A primeira delas, *Lamentabili*⁷², como o próprio título sugere, é um decreto da Sagrada Inquisição Romana e Universal, em que se trata de sessenta e cinco erros profundamente condenados que envolviam toda a humanidade. Nesse

⁷² A carta encíclica *Lamentabili* foi escrita por Pio X e publicada em 04 de julho de 1907 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

contexto, ressaltou-se o pernicioso questionamento da ciência sobre a razão de todas as coisas, a exegese científica sobre a Sagrada Escritura. Ainda, condenou-se enfaticamente a afirmação de que o catolicismo não poderia harmonizar-se com a verdadeira ciência, a não ser que se transformasse num cristianismo sem dogmas, isto é, num protestantismo largo e liberal (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.126).

A segunda carta encíclica é *Pascendi Dominici Gregis*⁷³ e refere-se, também, aos modernistas – frutos da curiosidade e da soberba –, caracterizados por vários papéis a uma só vez: filósofo, crente, teólogo, historiador, crítico, apologista e reformador (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.110). Como filósofo, sua doutrina é o agnosticismo; como crente, sua doutrina é a experiência, como teólogo, usa a imanência e o simbolismo; como historiador e crítico, trabalha com agnosticismo, professa uma crítica agnóstica, imanentista e evolucionista; já os apologistas afirmam que a verdadeira história deve basear-se na realidade, nos métodos e nos preceitos modernos; o reformador conclama a inovação da filosofia nos seminários, fundamentada na filosofia moderna e na história.

A terceira carta, *Sacrorum Antistitum*⁷⁴, estabeleceu algumas providências para combater o perigo do modernismo, considerando as orientações da encíclica anterior, na qual os bispos teriam como função restaurar todos os princípios, em especial os referentes aos seminários, às universidades e a outras instituições católicas. Nas encíclicas analisadas, percebeu-se a retomada da Escolástica como base fundamental para formação do clero; evidenciou-se, também, a proibição da literatura modernista, de jornais e de periódicos nos colégios, nas universidades e nos seminários. Segundo Manoel (2008, p.45),

A Igreja estabeleceu um tribunal do conhecimento, um tribunal epistemológico, que somente referendava aquele conhecimento que tivesse Deus como início e fim e se subordinasse aos dogmas teológicos, e condenava outras descobertas e elaborações da inteligência humana.

Esse contexto, portanto, significa a retomada do paradigma medievo como projeto do magistério católico, “ancorado em pressupostos morais inalteráveis, não sujeitos à corrupção de modismos e interpretações passageiras” (MANOEL, 2008, p. 45). Pode-se, então, afirmar que a Igreja pretendeu restaurar e formar uma nova cristandade, recuperando o paradigma medievo do

⁷³ Essa carta encíclica foi publicada em 08 de setembro de 1907 (Ibidem).

⁷⁴ Essa carta encíclica foi publicada em 01 de setembro de 1910 (Ibidem).

qual os homens foram se afastando, ludibriados pelo novo. Retomando o pensamento agostiniano, “a ideia era a construção da Cidade de Deus, a nova arca de salvação do mundo. Essa salvaria e arrancaria os homens do caminho do mal, do pecado, pois eles se encontravam iludidos com a modernidade” (AZZI, 2008, p.182).

2.3 As cartas encíclicas – relação com as congregações femininas

No período de 1914 a 1921, ressalta-se o elenco de documentos publicados pelo Papa Bento XV, cujo teor é a propagação da fé católica por todo o mundo, tendo em vista as tensões do primeiro grande conflito mundial. A carta encíclica *Maximum Illud*⁷⁵, além do objetivo acima elucidado, alude também à participação das mulheres na fundação de escolas, de orfanatos, de casa de recuperação e de hospitais, como instrumentos eficazes para propagação da fé. Além disso, propõe o redimensionamento dos seminários, estruturando-os para formação do clero missionário, específico para cada missão. Esse direcionamento coadunou com a obra scalabriniana feminina, constituída a partir dos anos 20, a qual se estende por todo o país, conforme discussão aqui proposta.

Grassa, nesse momento, sobre as lideranças eclesiais brasileiras o desejo de obter a supremacia espiritual sobre o povo, a consolidação de uma nação eminentemente católica e orientada sob os princípios da Santa Sé. Para atingir esse objetivo, tais lideranças contaram com inúmeras escolas, colégios, seminários e noviciados, tanto femininos quanto masculinos. Nesse mesmo sentido, importantes considerações sobre a questão educacional fizeram-se presentes na carta pastoral de 1922⁷⁶: “Não basta, porém, evitar a irreligião, cuja manutenção nas escolas, é exigida pelo programa anarquista; para a ordem e felicidade do país é necessário formar cidadãos moralizados, o que não se pode conseguir sem o ensino da religião”. Nesse documento, são evidentes as preocupações sobre a laicização do ensino e o empenho em recuperar os pressupostos religiosos do currículo. Destarte, “para salvaguarda e incremento da fé e dos bons

⁷⁵ Carta encíclica publicada em 30 de novembro de 1919 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

⁷⁶ A carta pastoral de 1922, dirigida aos Srs Arcebispo Primaz, arcebispos, Bispos e Ordinários do Brasil, publicada no Rio de Janeiro, no dia 04 de junho, na ocasião da festa de Pentecostes por Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro.

costumes, é indispensável que me respire a plena atmosfera religiosa em todos os estádios da formação intelectual, desde as escolas primárias até os cursos superiores de ensino” (1922, p.67). Confirmando essa concepção, Manoel (2008), observa que “o cidadão-católico deve ser, acima de tudo, um homem cujas atitudes se pautem por um princípio moral derivado, da Moral única e verdadeira, revelada por Deus à Igreja e por ela ensinada à humanidade.”

Essa carta (1922, p.67) versa, ainda, sobre a concepção de escola, como um:

prolongamento do lar e por isto, uma das preocupações dos pais que zelam as almas de seus filhos é a escolha de escola e mestres, a quem possam, com a consciência tranqüila confiar esses entes queridos, herdeiros de seus nomes e de suas virtudes, portanto, não há educação sem moral, nem moral sem religião.

As orientações supracitadas evidenciam o pensamento que colaborou para o aumento de escolas confessionais no período, inclusive pertencentes à Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

Apresentam-se, no **Quadro 11**, as principais Congregações que atuaram na área educacional no Brasil, com maior ênfase nos estados, de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entende-se que a ampliação e a expansão dessas instituições em outros estados brasileiros confirmam a contribuição das escolas e colégios para efetivação do movimento de restaurar tudo em Cristo. Também, nesse contexto, entrevê-se a expansão da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo, pois ampliou sua atuação nas áreas educacional e assistencial, conforme discussão apresentada nos próximos capítulos.

Quadro 11 - Colégios/Escolas/Institutos - Congregações Femininas (1921-1940)

Ano	Instituição	Congregação	Localidade
1921	Cônegas de Sto Agostinho	Escola Stª Mônica	São Paulo-SP
1923	Beneditas/Twtzing	Colégio Stº	Rio Janeiro-RJ
1924	Cônegas de Stº Agost.	Colégio Stela Maris	Santos-SP
1925	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Externato São José	São José dos Campos-SP
1926	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola Dom Feliciano	Gravatá-RS
1926	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	Campo Grande-MS
1926	Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas	Colégio Santa Teresinha	Pari-SP
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	Stª Rita do Araguaia
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	Petrolina-PE
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Externato Pe. Luiz Cafara	São Bernardo dos Campos-SP
1927	Irmãs Marcelinas	Colégio Pré-escolar	São Paulo-SP
1927	Irmã Marcelinas	Colégio Pré-escolar/Médio	Muriaé-MG
1928	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Glória	Porto Alegre-RS
1928	Filhas de Mª Aux. Salesianas	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Rio Sul- SC
1929	Irmãs Marcelinas	Faculdade Santa Marcelina	São Paulo-SP
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola Madre Imilda	Caxias do Sul-RS
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola N. S.Auxiliadora	Rio Pardo-RS
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola N. S. do Carmo	Realengo-RJ
1930	Filhas de Mª Aux. Salesianas	Colégio N.S.Auxiliadora	Manaus-MT
1938	Irmãs Marcelinas	Aspirantato Stª Marcelina	Iamoré-SC
1938	Irmãs Marcelinas	Colégio Pré-escolar	Piraí do Sul
1939	Irmãs Marcelinas	Colégio pré-escolar/Fund/Méd/Obras	Rio de Janeiro-RJ
S/data	Filhas de Mª Aux. Salesianas	Colégio N.S.Auxiliadora	Caxipó da Ponte-MT
1939	Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana	Colégio Santa Teresa	Ituiutaba-MG

Fonte: MOURA (2000).

A intenção é evidenciar a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana como parte integrante do movimento de restauração e, para isso, vale ressaltar que suas instituições educacionais e pastorais são instaladas em cidades do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves, Farroupilha, Guaporé e Nova Bréscia e em São Paulo, no bairro Pari e cidades arredores, como Jundiaí, Parahtinga, Itatiba e outros. A Congregação não descuidou da pastoral vocacional em Aparecida, São Paulo, e do Centro Vocacional São Carlos, reduto de preparação para doutrinação católica em suas instituições. Verificou-se nos opúsculos da autoria de Scalabrini – autoridade eclesial fundamentalmente ligada aos objetivos do Concílio de Trento e do projeto romanizador – os princípios fundantes da prática scalabriniana no Brasil e em outros países.

2.4 As encíclicas e as ações restauradoras

Dando continuidade ao estudo sobre as encíclicas publicadas pela Igreja Católica, retomase *E supremi apostolatus*⁷⁷, cujo principal teor é a restauração, e na qual ressalta a vocação, como o lado delicado do processo:

Sendo assim, veneráveis irmãos, grande solicitude exige-se de vós na formação do clero à santidade! Qualquer outro empenho deve ceder a esse. Daí que a parte principal de vossas diligências deva estar dirigida a ordenar e governar os vossos seminários como e conveniente, de modo aí florescer a integralidade do ensinamento e a santidade dos costumes. Considerai os seminários como a delícia de vosso coração; e, em benefício disso, nada omiti do que o Concílio tridentino determinou com suma providência. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.18)

Essa carta reafirma, ainda, a necessidade de, mesmo depois de preparado para integrar-se nas atividades rotineiras, resguardar o clero, principalmente, das falsas ideias apresentadas pela falsa ciência, o racionalismo.

Retomando, o debate ideológico travado, nesse período, no Brasil, assinala-se a importância do Centro Dom Vital⁷⁸, coordenado por Jackson de Figueiredo, objetivando

⁷⁷ A carta encíclica *E supremi apostolatus* foi a primeira encíclica publicada por Pio em 04 de outubro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

coadunar os principais intelectuais do grupo restaurador da Igreja católica no Brasil. O Centro Dom Vital foi um dos organismos utilizados para recatolicizar os católicos, a partir das orientações de Pio X e Pio XI. A meta a ser alcançada pelo poder eclesial era que lhe fosse restituída a situação de privilégios que ocupava desde a colonização. Segundo Azzi (1994, p.29-30):

Os bispos tinham em vista, de modo particular, a visibilidade da presença católica no país. Segundo eles, era urgente que as leis brasileiras evidenciassem o caráter católico do país e que os governantes da nação fossem profundos respeitadores dos princípios cristãos, quando não-católicos praticantes. Nas manifestações de cunho público, deviam estar sempre presentes algumas notas distintivas da fé católica.

Entende-se que os bispos pressupunham que, a partir do momento que houvesse o reconhecimento da necessidade de colaboração entre os dois poderes, a Igreja poderia reaver o seu antigo poder. E, diante da carência doutrinal católica em que se encontrava o país, fazia-se necessário disseminar o dogma, as orientações básicas quanto à família, à moral, ao casamento. Desse modo, as orientações advindas da carta encíclica *Sapientae Christianae*⁷⁹ revelam o pensamento de Leão XIII, de 1890, e expõem os principais deveres do cidadão cristão como imprescindíveis. Nela (2005, p.383) afirma-se a necessidade de restaurar os princípios da sabedoria cristã e conformar, com os mesmos, a vida, os costumes e as instituições dos povos.

Portanto, o melhor e principal remédio para os pestilentos males daquela sociedade seria restabelecer os princípios e práticas do cristianismo. Para tal, um dos primeiros princípios a ser restaurado seria “o amor à coisa pública e à autoridade que a governa”; (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 388) concomitantemente, venerar a Igreja Mãe, relação há muito desgastada, pois os chefes políticos não reconhecem o seu poder sagrado. Nesse sentido, as leis do Estado, contrárias aos deveres religiosos, à autoridade pontifícia, deviam ser resistidas, pois, “pecar contra a religião é fazer mal ao próprio Estado” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 388). A ideia de Estado como algo sagrado, criado e originado pela Providência, “deve manter-se vivo, perene e presente ao

⁷⁸ O Centro Dom Vital foi criado em 1922 por Jacson de Figueiredo apoiado por Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Esse órgão esteve voltado para o estudo e difusão do catolicismo (CPDOC, 2008).

⁷⁹ A carta encíclica *Sapientae Christianae* foi escrita por Leão XIII e publicada em 10 de janeiro de 1890 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

longo da história da humanidade e do Brasil, país religioso desde seu achamento, deverá ser um só rebanho e ter um só pastor – a sagração do governante” (CHAUÍ, 2000, p.83).

Acresce, diante desse quadro, a obrigação universal de todo cristão professar e propagar o Evangelho, dando corpo e materialidade à unidade da Igreja militante, a partir das orientações romanizadoras. No caso do Brasil, o movimento restaurador contou com o apoio da imprensa, de publicações em geral, veiculadas para classe média, camada social que consubstanciava os mesmos ideais religiosos e de onde emergiam ações e associações como movimento leigo. A revista *Ordem*, dirigida também por Jackson de Figueiredo, deveria divulgar amplamente a doutrina social da Igreja, conforme as orientações de Pio XI, quando atribuiu à Imprensa Católica a função de restaurar os princípios religiosos. Além do Centro Dom Vital, a revista *Ordem* constituiu-se uma das ações estabelecidas pela Igreja brasileira no contexto republicano, “como parte integrante do movimento de arregimentação católica, delimitada como uma das orientações nacionalistas” (NAGLE, 2001, p.178), tendo como ideário lutar pela autonomia do brasileiro em sua própria terra, como forma de combate ao estrangeirismo.

Prescindida de sua participação na ordem social e diante de tamanha ignorância religiosa em que se encontrava o povo brasileiro, a Igreja mobiliza seus fiéis e Dom Sebastião Leme publica a carta pastoral, materializando essa intenção. Conclama a propagação da fé, da instrução religiosa e do desenvolvimento da ação social católica para restauração da ordem social, em consonância com a carta encíclica *Quadragesimo Anno*⁸⁰. Sobre a ação católica, entende-se que,

uma vez cristianizada a sociedade, de alto a baixo, de príncipes a súditos, de governantes a governados, de proprietários a operários, de sábios a ignorantes, de modo automático a Igreja retomaria o lugar central da humanidade, e a voz do papa seria novamente o comando firme a dirigir a barca da humanidade para o porto seguro da salvação. (MANOEL, 1999, p.209)

Com esse pressuposto, a Ação Católica no Brasil objetivava *cuidar de todos*, em todos os momentos, em todas as situações e condições, sem exceção. Abranger a todos, evidentemente, na vida religiosa, ensinando os ritos necessários para inserção na mesma, como o catecismo, a primeira comunhão, a cruzada eucarística, os grupos de jovens⁸¹ e outros mais que garantissem

⁸⁰ Publicada pelo Papa Pio XI em maio de 1931 (IGREJA CATÓLICA, 2004).

⁸¹ Os grupos denominavam-se Juventude Agrícola Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC e Juventude Universitária Católica - JUC (AZZI, 2008).

uma vida em sintonia com Deus. Nessa perspectiva, Nagle (2001, p.83) conclui: “agora aparece a grande contribuição para sacudir o ‘catolicismo dorminhoco’, começa então, a arrancada para a arregimentação dos católicos brasileiros”.

A encíclica *Quadragesimo Anno* apresenta também as preocupações da Igreja em relação às questões sociais que emergiram no final do século XIX, caracterizando-se como uma *sociologia católica*, exortando os operários cristãos a filiarem-se às associações operárias católicas, estratégia combativa às associações comunistas e socialistas que se alastravam pelo mundo do trabalho, sobretudo, o afastamento dos operários da Igreja. Leão XIII havia feito referência a essa situação e expressou todo seu projeto de resgate dos operários, na encíclica *Rerum Novarum*, cujo teor apregoava a harmonia entre o capital e o trabalho (AZZI, 2008).

Nessa discussão, é proeminente a criação dos *Círculos Operários*, junto ao proletariado brasileiro. Nos anos trinta, configurou-se a criação do Círculo Operário de Pelotas (1932), Círculo Operário de Porto Alegre (1934) e a Federação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1935), integrada por 15 círculos, cujo foco das atividades voltava-se às obras assistenciais, educativas, cooperativas e sindicatos católicos, que buscavam, junto ao governo, uma legislação trabalhista mais adequada às necessidades dos operários (Azzi, 2008, p.110). Baseavam-se nos princípios cristãos – respeito à Deus, à pátria e à família; eram contrários ao ideário comunista e defendiam a união trabalho e capital. Ideologicamente, os operários, considerados incapazes de pensar por si só, eram tutelados pelos assistentes eclesiásticos, orientados e encaminhados de acordo com suas necessidades. Ainda, o Círculo Operário de Vila Prudente, criado em 1939, na Paróquia Santo Emídio, recebia como associados ex-internos do Orfanato Cristóvão Colombo, operários atuantes, possivelmente pela condição geográfica e pelos ensinamentos cristãos recebidos no Instituto.⁸²

Esses cuidados, orientações e encaminhamentos não fugiam às diretrizes maiores da Igreja, pelo contrário, somavam-se a uma série de outras medidas e estratégias de ação católica em prol da recuperação dos operários. Portanto, nesse período, outras organizações foram importantes para cumprir os objetivos propostos para a restauração católica no Brasil, como O Centro Operário Metropolitano (1907), que congregava imigrantes italianos; a Confederação Católica do Trabalho (1919), que atuou em Belo Horizonte, fortaleceu e orientou o proletariado

⁸² O Círculo Operário de Vila Prudente foi inspirado por Padre Damião Kleverkamp, holandês, membro da Congregação dos Sagrados Corações.

mineiro de forma bastante significativa; a Ação Universitária (1929), no Rio de Janeiro; a Ação Patrianovista Brasileira (1928), a Legião de Outubro (1930), a Legião cearense do Trabalho (1931), a Legião Maranhense do Trabalho (1936); a Ação Integralista Brasileira (1932) e a Liga Eleitoral Católica (1932), dentre outros. Sobre esses movimentos, entende-se que todos ensinavam recatolicizar o homem trabalhador e, em troca, a Igreja oferecia respaldo, orientação, sobretudo, no que se refere as questões trabalhistas e sociais.

Nessa perspectiva, imbuído dos mesmos ideais, Jackson de Figueiredo⁸³ fundou e dirigiu a revista *Ordem*, congregando intelectuais católicos dispostos a mobilizar e combater os ideários adversos à Igreja. Essa publicação configurou-se como órgão difusor das idéias do Centro Dom Vital, que também comungou desse objetivo, propondo colaborar com a recatolização da intelectualidade católica. O Centro Dom Vital, idealizado e incentivado por Dom Sebastião Leme, foi dirigido por Jackson de Figueiredo e, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima⁸⁴.

Ainda com os mesmos objetivos, porém um pouco mais agressiva, a Igreja, na ocasião da revisão constitucional (1924-1926), propôs algumas emendas que causaram grandes discussões na assembléia, pois ensinava o reconhecimento legal da Igreja católica como religião da maioria do povo brasileiro e pleiteava a não exclusão do ensino religioso como disciplina facultativa no ensino brasileiro. As propostas foram recusadas; porém as ações em função dessa causa, persistiram. Com a morte de Figueiredo, o Centro Dom Vital e a Revista *Ordem* ganharam, no final dos anos 20, o perfil de Alceu Amoroso Lima. Contudo, o cômputo das ações perfiladas pela Igreja na Primeira República deixou entrever a luta incessante contra o agnosticismo e o laicismo recorrentes ao modelo político instaurado. Foi nesse mesmo sentido, em consonância com as orientações pontifícias, que as ações implementadas pelo Centro Dom Vital e peça Revista *Ordem* objetivaram manter a ordem social, reafirmar o Estado cristão e refutar o estado laico. Consideraram o valor da legítima autoridade como um direito Providencial e, desse modo,

⁸³ Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil (CPDOC, 2008).

⁸⁴ Alceu Amoroso Lima, literalmente conhecido como Tristão de Ataíde (1893-1983), foi jornalista, crítico literário, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e o mais importante intelectual católico do século XX; substituiu Jackson de Figueiredo à frente do Centro Dom Vital e da Revista *Ordem* (1928). Principal colaborador de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal-arcebispo do rio de Janeiro, RJ (1930-1942). Foi secretário-geral das LEC (1933); primeiro presidente da Ação Católica Brasileira (1935); membro da delegação oficial do governo brasileiro para abertura do Concílio Vaticano II (11/10/1962); tenaz defensor das liberdades civis e do Estado de direito durante o regime Militar (1964-1985) (AZZI, 2008).

“o princípio de que resistir à autoridade é resistir à Deus, e o de que todo poder vem de Deus, tornaram-se as bases da argumentação católica”(NAGLE, 2001, p. 91).

Em última análise, é possível depreender que o conjunto de ações que impulsionou o movimento de restauração católica no Brasil foi extremamente significativo, sobretudo, o trabalho com os jovens, a instalação de colégios, de escolas, de seminários, de noviciados e outros, imprimindo, assim, o matiz da europeização – a cultura, a gastronomia, o ensino.

Considera-se contraditório esse quadro, visto que muitas Congregações religiosas vindas para o Brasil, a partir de meados do século XIX, tornaram-se instituições particulares e enfatizaram suas atividades no âmbito educacional e não no missionário. Essa foi a forma encontrada para superar a precariedade de recursos financeiros na continuidade de suas obras. À medida que os colégios e escolas confessionais passaram a atender a classe média e alta da sociedade, procuraram investir, atualizar e modernizar suas instituições para competir no mercado educacional, no âmbito das escolas particulares, leigas, protestantes e, posteriormente, no próprio ensino público.

Ressalta-se a proeminência dessas práticas no trabalho da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, em especial, dos colégios da Província Nossa Senhora da Aparecida, com sede em São Paulo, atualmente integrados a rede ESI – Escolas Scalabrinianas Integradas⁸⁵. As Irmãs Scalabrinianas, diferentemente dos padres, expandiram-se na área educacional; além disso, atuaram em atividades pastorais e vocacionais, conforme assinalou-se anteriormente. Ambos atuaram no Orfanato em São Paulo, com atendimento a crianças e adolescentes abandonados pelas famílias⁸⁶.

Tecendo considerações sobre o pensamento religioso no Brasil, no período aqui em evidência, Azzi (1994) afirma que boa parte do clero ensejava exaltar as raízes cristãs na formação da sociedade brasileira e, por isso, a religião católica deveria ocupar o espaço que lhe fora negado, sobretudo valorizar a importância do papel da Igreja na formação ética e moral do povo. A ideia de formar a nação à luz da ética cristã pressupunha que governo e povo optassem por mudanças necessárias à paz nacional em combate às lideranças liberais que assolavam o país.

⁸⁵ A Província Nossa Senhora Aparecida realizou em 1991 uma pesquisa em todos os setores de seu apostolado e a partir dos dados encontrados elaborou um projeto educativo comum aos sete colégios pertencente À mesma e então passaram a integrar-se à rede ESI – Escolas Scalabrinianas Integradas (REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS, 1995).

⁸⁶ SERVI, 2002.

Reafirma-se, nesse contexto, a presença das idéias ultramontanas, defendendo a concepção de Igreja universalista, perfeita, perene, superior a qualquer outra instituição, cuja preocupação principal seria o combate às ideias socialistas ou a qualquer outra concepção de caráter subversivo, a partir das orientações do Pontificado.

A análise da carta encíclica *Divini illius Magistri*⁸⁷ ajuda a compreender porque o movimento das Congregações religiosas ganhou força no Brasil no âmbito educacional. A carta foi escrita, especificamente voltada para a educação da juventude, dadas as várias discussões sobre o problema escolar e pedagógico nos vários países (Igreja Católica, 2004, p.162), e as várias tendências pedagógicas estavam em evidência. Essa carta foi recomendada também a todos aqueles que tinham, por especial, a missão e o dever de ocupar-se dessa educação.

Ao referir-se às discussões educacionais, Pio XI enfatizou, principalmente, a diversidade de teorias e métodos pedagógicos que, naquele momento, circulavam nos debates educacionais em busca de uma educação eficaz, capaz de preparar o homem para a vida material e não para a vida espiritual. Esse constituía o grande problema da educação, pois, envolvida com o mundo hodierno e afastada de Deus, não cumpria sua tarefa. Na concepção de Pio XI, a essência da educação só poderia ser cristã, “Deus como o único, o caminho, a verdade e a vida” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.166). Essa essência, imprescindível para toda a sociedade humana, auxiliaria o homem a buscar a perfeição e alcançar sua excelência: asseguraria “o Sumo Bem, Deus, as almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.165). Portanto, as indagações feitas por Pio questionavam a quem seria atribuída a responsabilidade de educar; quem seria o sujeito da educação; com que finalidade e de que forma ela se estabeleceria. Se a educação é uma obra social, pertence à família, ao Estado e à Igreja. Essa concepção parte do pressuposto de que a tríade, harmonicamente unida por Deus, seria responsável por formar a sociedade humana. A família, de ordem natural e imperfeita, procria e educa; o estado, a sociedade civil, é próprio para atingir a perfeição temporal e material; e a Igreja, sociedade universal e perfeita, reúne em si tudo o que é necessário para salvar e ordenar os homens.

Contudo, a educação pertenceria à Igreja, fato explicado por meio de concepções sobrenaturais, como a missão suprema concedida pelo divino Fundador e a maternidade sobrenatural da Igreja, esposa de Cristo, que gera, nutre e educa seus filhos. Desse modo, a Igreja

⁸⁷ IGREJA CATÓLICA, 2004.

deveria ser a mestre suprema da missão educativa, sendo ela segura, inviolável e independente de qualquer ingerência terrena; logo, inquestionável e confiável. Nesse sentido, todas as ações humanas estão submetidas ao juízo e ao poder da Igreja. Indaga-se, portanto, sobre os limites dos direitos educativos da Igreja. A encíclica responde com clareza e distinção que as letras, as artes, a ciência e qualquer outra atividade cultural deveriam ser promovidas pela Igreja, como um direito inalienável a ela e qualquer ingerência dessa natureza seria considerada providencial e moral. Assim, educar, para a Igreja, significava transpor montanhas, criar, fundar e espalhar escolas, institutos e universidades, nos vários ramos do saber, ao lado de cada capela ou matriz, nas mais longínquas plagas.

Ao Estado caberia promover a educação e a instrução pública, procurando garantir que os educandos obtivessem conhecimentos necessários sobre seus deveres cívicos, aperfeiçoassem a cultura intelectual, moral e cívica, de acordo com as necessidades da época, sem desconsiderar os direitos da Igreja e da família sobre a educação. O Estado deveria prover escolas preparatórias para o exército, utilizando-se da educação física, sem exageros, e da educação cívica, sem contradições à Igreja. No âmbito da ciência, do método e da pesquisa, “de modo algum poderia haver alguma contradição, afinal fé e razão deveriam auxiliar-se mutuamente e jamais contradizer-se” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.185-186).

Seguindo a reflexão feita por Pio XI sobre a quem pertence a educação, infere-se que todas as orientações apresentadas trazem em sua essência o combate ao naturalismo pedagógico, aquele que nega a formação cristã, o pecado original e a graça. Essas orientações pretendem, sobretudo, fazer uma educação preventiva sobre a educação sexual. Decorre desse pensamento, considerado naturalista, a tendência ao método coeducativo, “uma deplorável confusão de idéias que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.190). Portanto, a formação dos dois sexos deveria ser separada, por serem os mesmos, diversos e distintos.

Pio XI também se refere à ambientação propícia à educação. A Igreja e a família constituem-se o único templo para tal finalidade. A Escola, uma exigência da vida moderna e em sociedade, surgiu como instituição social complementar e, em conjunto com os dois primeiros, deveria constituir-se o único santuário sacro para educação cristã. Rechaça-se, portanto, o laicismo e a escola mista, pois ambos não cumpririam o princípio fundante.

Para este efeito, é indispensável que todo o ensino e toda organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância material da Igreja católica, de modo que a religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior. (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.195)

Só essa estrutura formaria o verdadeiro e perfeito homem. Desse modo, abrangeria toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual, doméstica e social. Também aperfeiçoaria o homem pensante, iluminado pela razão concedida por Deus, tornando-o autêntico e leal cidadão. Desse modo, concretizaria a premissa de que toda “a formação do homem deve respirar a fragância da piedade cristã” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.196).

Com efeito, nos anos trinta, um aspecto que merece consideração específica é a criação do Colégio Pio Brasileiro⁸⁸, em Roma, ideia apoiada por Pio XI e liderada por Dom Sebastião Leme (1934), no Brasil. O Colégio Pio funcionou como um desmembramento do Colégio Pio Latino Americano, que já funcionava em Roma desde 1858, cuja finalidade era formar o clero da América Latina. Em função da grande procura pelo Colégio, surgiu a ideia do desmembramento pelos jesuítas que, até então, dirigiam a instituição. Muitos seminaristas, padres, bispos e arcebispos brasileiros fizeram lá seus cursos de graduação e pós-graduação e, ao retornarem ao Brasil, ocuparam os mais altos cargos da hierarquia eclesiástica, dentre eles, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque, D. Sebastião Leme de Silveira Cintra e D. Alfredo Vicente Schere, que receberam o título de Cardeal.

À medida que o clero brasileiro se especializava em Roma, o ideário católico se fortalecia e era divulgado pelo Brasil, conforme o princípio da piedade cristã, aperfeiçoando o homem pensante iluminado pela razão advinda de Deus, aquele que cria e educa seus filhos segundo seus princípios. Seria uma nova roupagem, novos estímulos da Igreja. No entanto, apresentaria a mesma concepção, como em Ideologia Alemã, ou seja, as ideias do céu, do Divino e Providencial como determinantes do que está na Terra (MARX; ENGELS). Sendo assim, a Igreja conhecia as suas necessidades e eram elas que determinavam suas ações e estratégias.

⁸⁸ Nos seus setenta e quatro anos de existência, já passaram pelo Colégio mais de 1800 alunos, uns ainda seminaristas, outros já sacerdotes, muitos dos quais residiram ali por duas ou mais temporadas. A grande maioria deles ocupou ou ocupa atualmente funções importantes no magistério eclesiástico, na direção e formação dos Institutos Filosóficos e Teológicos, nos Seminários ou em outros setores importantes das dioceses, espalhadas pelo Brasil afora e também por outras regiões do Mundo. Os ex-alunos ordenados bispos já somam 122, dos quais 4 atingiram cardinalato: D. Ângelo Rossi (também foi aluno do Pio Latino) D. Serafim Fernandes de Araújo e D. Geraldo Majella Agnelo e D. Odilo Pedro Scherer (LIBERO BRASILEIRO, 2008).

A análise das encíclicas foi fundamental para este estudo, visto que nelas estão explícitas a ideologia do mito fundador, aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (CHAUI, 2000). Elas continham a ideia de formação do povo em uma mentalidade católica cristã, conservadora, como criação à imagem e semelhança de Deus, protegidos e abençoados por Ele. Evidentemente, a Igreja, em cada período da história, vestiu-se de uma roupagem para restabelecer o seu poder. Trazendo para essa discussão a educação laica ou religiosa nos currículos das escolas públicas, observa-se que, no governo Vargas (1930), a educação religiosa volta às escolas, inclusive como forma de combate aos ideários do escolanovismo. Citando Saviani (2007, p.257),

assim, conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar, deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente as escolas católicas seriam capazes de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade.

Essa postura contrária à laicidade vem à tona após a publicação do Manifesto. O pensamento de três grandes signatários do movimento renovador, no entanto, muito influenciou todo esse debate: Lourenço Filho, lançando as bases do pensamento psicológico do movimento; Fernando de Azevedo, construindo as possíveis discussões sociológicas da educação brasileira; e Anízio Teixeira, debatendo as questões a respeito das bases filosóficas e da política da renovação educacional. Nesse contexto, a reforma educacional implementada por Gustavo Capanema, “um pacto do Ministério da Educação com a Igreja”, segundo Schwartzman (2000), representa melhor a posição política em que se encontravam, visto que recebe de Alceu Amoroso Lima uma lista de medidas que deveriam ser adotadas. Dentre elas se destacaram: a seleção de princípios para a educação nacional, a publicação de uma revista nacional com base nesses princípios e a rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico, a publicação de pequenas doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética, a defesa das humanidades clássicas no currículo, a seleção de uma filosofia sã, as facilidades do ensino religioso em todo o país, a criação da faculdade católica de teologia nas Universidades, a realização de congressos católicos, entre outros.

É importante uma breve reflexão em relação à Constituição de 1934, em que todos os dispositivos de uma República leiga da Constituição de 1891 são reafirmados. Entretanto,

iniciava-se o texto constitucional unindo Igreja e Estado, como se pode ver no trecho “pondo a nossa confiança em Deus”. Estavam reunidos para organizar uma legislação que assegurasse à Nação segurança, liberdade, justiça, unidade e bem estar sócio-econômico. Obviamente, mesmo separados, Estado-Igreja, os constituintes, acabaram por reafirmar o legado religioso que o Brasil herdara. Destaca-se, nessa Constituição, o Art.72, parágrafo 7º, que sinaliza a representação diplomática do Brasil junto ao Vaticano, sem violar o princípio da não-aliança estabelecido pelo Art. 17, inciso III, do referido texto.

Essa mesma Constituição, no caput do Art. 113, dispõe sobre a inviolabilidade referente às crenças e às convicções religiosas, garantindo a todos os cidadãos o livre exercício, assegurando às associações religiosas personalidade jurídica. Além disso, se solicitada, a assistência religiosa em qualquer estabelecimento oficial, que seria feita sem ônus para os cofres públicos. Refere-se, também, ao ensino religioso como disciplina facultativa nos horários das escolas públicas de ensino primário, secundário, profissionalizante e na formação de professores.

Posteriormente, o texto constitucional de 1937 mantém os mesmos princípios quanto a essa questão, somente acrescidos, no inciso VI do Art. 157, aspectos de ordem econômica e social e estabelecendo repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos, feriados civis e religiosos, atendendo, assim, às tradições religiosas locais. Conclui-se, portanto, que as leis constitucionais favorecem uma reaproximação discreta entre o poder temporal e o espiritual, apesar da separação Estado-Igreja.

Desse modo, a Igreja conservadora e dominante, lado a lado com a elite nacional, ambas imbuídas pelo mesmo projeto, buscaram recristianizar⁸⁹ o povo brasileiro. Nessa visão, os documentos traduzem a concepção de que o povo brasileiro, desprovido intelectualmente e inconsciente, deixou-se envolver por crenças populares e distanciou-se da verdadeira fé, fazendo-se premente a necessidade de moldá-lo aos princípios da religião oficial, a religião romana. Várias medidas foram tomadas pelos prelados em função da moldagem, da restauração ou do controle das ações populares que denotavam essa concepção.

Discussão pertinente sobre a questão é a figura da autoridade, o governo que comanda e deve ser obedecido, conforme o conceito de autoridade civil disposto pela carta encíclica

⁸⁹ AZZI, 1994.

*Diuturnum Illud*⁹⁰. Segundo a mesma, a autoridade vem de Deus, ainda que designada pelo povo:

De fato, em qualquer sociedade e comunidade humana é necessário que haja alguém a mandar, para que ela, sem o princípio ou o chefe que a dirija, não se desmantele e não seja impedida de conseguir aquele fim pelo qual se formou e constituiu. E ainda isso pode-se obter especialmente pela religião, a qual com sua força influi sobre os ânimos e dobra as próprias vontades dos homens à obediência aos superiores[...].(IGREJA CATÓLICA, 2005, p.150)

Essa mesma discussão reaparece em outras cartas encíclicas, como a *Nobilíssima Gallorum Gens*⁹¹, na qual Leão XIII apontou as causas da desagregação da “sociedade doméstica e civil na falsa filosofia e na liberdade ilimitada em todos os campos” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.194). Essa liberdade exaltada (se referindo à França principalmente) prejudicaria não somente a Igreja, mas causaria graves danos à República (Ibidem), pois qualquer Estado leigo não prosperaria, caso usufruisse dessa liberdade. Seriam os ensinamentos católicos responsáveis e sustentáculos para conservação da ordem social e a salvação da República que nascia.

Pode-se concluir que a Igreja, desde o final do século XIX até anos 40 do séc. XX reagiu no intuito de manter-se enquanto hierarquia eclesiástica, diante do poder civil e das diversas manifestações sociais. Reações essas que dentro de uma visão conservadora, ocupavam a posição de vanguarda de elite, em detrimento dos problemas sociais, políticos e econômicos das classes menos favorecidas e, muitas vezes, serviram como instrumentos de manutenção da mesma ordem.

O capítulo seguinte tentará discutir o projeto de João Batista Scalabrini, suas principais ideias, suas propostas, suas estratégias diante do caos vivenciado pelos imigrantes na América, a concretização desses projetos no Brasil, a expansão da Congregação das Irmãs Scalabrinianas e a relação desse movimento com o processo do modo de produção capitalista.

⁹⁰ A carta encíclica *Diuturnum Illud* foi escrita por Leão XIII e publicada em 29 de junho de 1881 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

⁹¹ A carta encíclica *Nobilíssima Gallorum Gens* foi escrita por Leão XIII e publicada em 08 de fevereiro de 1884 (Ibidem)

CAPÍTULO III

O PROJETO SCALABRINIANO

Emigram as sementes nas asas dos ventos, emigram as plantas de um continente a outro, levadas pelas correntes marítimas; emigram os pássaros e os animais; mais do que todos, coletiva ou individualmente, emigra o próprio homem, sempre como instrumento da Providência, que preside e dirige os destinos humanos, inclusive através das catástrofes, rumo à meta final, ou seja, ao aperfeiçoamento do homem na terra e à glória de Deus nos céus. (SCALABRINI, 1888)

Neste capítulo, pretende-se apresentar o norteamento scalabriniano a partir do movimento da Igreja, do ultramontanismo, discutindo e entrecruzando o teor de algumas encíclicas e os documentos escritos por Scalabrini e, nesse sentido, anuncia-se a expansão da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana no mundo e, em específico, no Brasil.

3.1 O projeto inicial – atendimento às necessidades materiais e morais dos emigrantes

Para entender o projeto scalabriniano inicial e sua ação na América, em especial no Brasil, buscou-se elucidar oito opúsculos escritos por Scalabrini⁹² e apreender, a partir de uma visão da totalidade, a essência de sua obra. A questão migratória e os seus desdobramentos sócio-econômicos despontam como a preocupação central no conjunto de sua obra. Para efeito de estudo, decidiu-se analisar, em ordem cronológica, todos os escritos. Nesse primeiro momento, enfatiza-se o opúsculo, publicado em fevereiro de 1887 e que se intitula *Projeto de uma Associação destinada ao cuidado dos Interesses Espirituais dos Italianos Emigrados nas América*. O projeto versou sobre sua concepção de emigração e apresentou seu intento

⁹² Os opúsculos escritos por João Batista Scalabrini foram traduzidos para a língua portuguesa com notas e introduções de Redovino Rizzardo com apresentação de Rovílio Costa (SCALABRINI, 1979).

detalhadamente. Os dados estatísticos foram apresentados com base em documentos italianos e chamam atenção porque evidenciam uma situação perversa, visto que os emigrados, espalhados pelas cidades e pelos campos, encontravam-se desprovidos de qualquer assistência religiosa e material. Observou-se também que emigravam famílias inteiras, mulheres e crianças de ambos os sexos.

Quadro 12 - Emigração Italiana

Ano	1881	1882	1883	1884	1885
Emigrantes	28.217	58.290	62.792	60.489	83.786 ⁹³

Fonte: SCALABRINI (1979)

Os dados, segundo Scalabrini, são imprecisos, visto que muitos de seus compatriotas embarcavam em portos estrangeiros e foram excluídos desse quantitativo. Portanto, diante da monstruosa emigração que a Itália presenciava, a Igreja precisava se pronunciar, pois:

Se se diferisse por mais tempo, os danos seriam irreparáveis. A incredulidade, a heresia e, sobretudo, a francmaçonaria – muito poderosa na América trabalham ativamente para conquistar a mente e o coração dos emigrantes. Se no momento presente não se trata senão de chamar novamente ao bom caminho os católicos desgarrados, dentro de não muito tempo serão incrédulos, hereges, francmaçons e ateus que deverá tratar de converter. (SCALABRINI, 1979, p.26)

A urgência e a necessidade de fazer o combate às ideias que veiculavam, naquele momento na América, era premente. Em relação à maçonaria, era preciso rever alguns pontos na *Encíclica Humanun Genus*⁹⁴, encaminhada pelo Papa Leão XIII, visto que a Igreja empenhou-se em profunda reflexão sobre a questão e a classificou não só como um mal, mas, sobretudo, como um perigo a ser combatido urgentemente. Várias medidas deveriam ser tomadas e a primeira delas seria desmascarar a seita procurando mostrar o que era, de fato, anunciando: a perversidade de suas doutrinas e a perversidade de suas obras por meio das cartas pastorais. A segunda medida seria transmitir a todos o amor e o zelo na instrução religiosa e, sobretudo, curar as mentes com essa instrução, premunizá-las contra os possíveis erros e vícios. Já a terceira medida referia-se à

⁹³ Do quantitativo de 83.786, 15.642 eram crianças (SCALABRINI, 1979).

⁹⁴ Carta Encíclica Humanun Genus foi publicada em 20 de abril 1884 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

fundação de colégios, de escolas de artes e de ofícios tutelados pela Igreja. Esses combateriam as seitas, cuidariam da saúde do povo, conservariam a integridade e a religião. Nesse sentido, o pensamento scalabriniano não descola das discussões em âmbito mais abrangente, ou seja, da Igreja.

3.2. Os opúsculos – diretrizes de uma ação restauradora

O projeto, elaborado por Scalabrinini e publicado em seu primeiro opúsculo, objetivava atender às primeiras necessidades religiosas e morais dos imigrantes, buscando conduzir a todos conforme os ensinamentos cristãos. Nessa ação, as principais medidas deveriam ser objetivas e imediatas, como o envio de sacerdotes à América⁹⁵. A princípio, os sacerdotes fariam a missão volante, de 15 a 20 dias; conheceriam as comunidades, estimulariam os fiéis a construir a Igreja e disseminariam a ideia da presença permanente do sacerdote. Após essa estada rápida em comunidades de maior concentração de imigrantes, os sacerdotes enviariam um diagnóstico da situação encontrada para a Pia Associação⁹⁶ e, de acordo com a necessidade, seriam enviados sacerdotes para missão permanente. Ao tratar desse missionário, observou-se que essa condição ia ao encontro da tese de Scalabrini, uma vez que a migração constituía-se em um fenômeno permanente da sociedade humana. Desse modo, defendeu-se e instituiu-se, posteriormente, para o Instituto, a profissão religiosa perpétua.

Nesse sentido, Scalabrini propunha aos sacerdotes que, ao optar pela missão na América, deveriam ser dispensados de fixar-se na diocese a que pertenciam e, ao retornar, usufruiriam de todos os direitos, como se nunca tivessem sido afastados. O direito canônico determinava que os padres seculares deveriam residir numa determinada diocese regidos por normas e costumes vigentes pela Santa Sé. No entanto, para Scalabrinini a *vocação* deveria ser livre e, desse modo, algumas dioceses italianas perderiam bons sacerdotes que optassem pela missão. Nota-se, nos

⁹⁵Encíclica Rerum Novarum, publicada por Leão XIII, em 15 de maio de 1891, aos veneráveis patriarcas, primazes, Arcebispos e Bispos em Paz e comunhão com a Sé Apostólica, para exercer a ação necessária aos males da moderna sociedade seria imprescindível a criação de confrarias, congregações, ordens religiosas de todo o gênero, nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis (IGREJA CATÓLICA, 2005).

⁹⁶As Associações são erigidas pela autoridade eclesiástica competente, precede uma proposta, tem estatuto próprio. A Associação Pia, especificamente, tem como finalidade praticar a caridade, a piedade (DICIONÁRIO DO DIREITO CANÔNICO, 1993).

argumentos usados pelo fundador, a importância de formar um grupo idôneo e coeso para a missão e, ao mesmo tempo, de estada efêmera pelas comunidades, visto que essa medida evitaria a influência malsã⁹⁷ da sociedade e das ideias que, por ora, veiculavam pela sociedade.

Como parte dessa intenção, Scalabrini expôs algumas normas para definir o perfil e a missão dos sacerdotes que, por vocação, optassem pela missão. Tais regras foram dispostas no primeiro regulamento da “Congregação dos Missionários para os Emigrantes”, publicado ainda em 1888. Fariam parte da Pia Associação, como aspirantes, os sacerdotes com pelo menos 30 anos ou com o exercício, no mínimo, de três anos de ministério. A característica principal do regulamento referia-se ao zelo apostólico na salvação das almas. O tempo que duraria a estada, em cada colônia italiana na América, à princípio, seria facultativa ao sacerdote desde que inspirados pelas orientações sagradas. Com o voto de pobreza, os missionários se contentariam em viver com o restritamente necessário à sobrevivência.

Relevante, nesse escrito, é a função desses sacerdotes na América. Os missionários não poderão ocupar-se senão da catequese, da pregação, da instrução, da administração dos sacramentos, etc. (SCALABRINI, 1979), prova evidente do compromisso dessa congregação com o objetivo maior da romanização católica.

Para dar início à obra missionária, Scalabrini sugeriu apelar aos bispos italianos, pedindo-lhes colaboração para essa nova empreitada. Aos bispos na América, seria enviada uma Circular, em latim, solicitando breve resumo da situação em que se encontravam os italianos. Objetivando fortalecer a obra, sugeriu-se, também, a criação de um seminário para formação do clero italiano indígena.

Ainda, o opúsculo remete à ação imediata dos párocos, que seria combater a emigração e, não conseguindo o intento, deveriam orientar e encaminhar os interessados por meio de uma carta de recomendação, destinada, especificamente, ao clero do lugar onde fossem fixar residência. Nesse sentido, as colônias católicas na América deveriam se organizar em paróquias e escolas católicas, onde a instrução por meio da cultura italiana não fosse esquecida e os ensinamentos essenciais da Igreja fossem preservados. O histórico das instituições (início do século XX) consultadas apresenta essas características. Além disso, Scalabrini indicava a leitura de livros e

⁹⁷ Opúsculo Projeto de uma Associação destinada ao cuidado dos interesses espirituais dos italianos emigrados nas Américas (SCALABRINI, 1979).

revistas⁹⁸ religiosas para suprir a ausência da figura do sacerdote. Essa prática de usar a imprensa para divulgar o pensamento religioso esteve presente, em especial, no Orfanato em São Paulo, principalmente, nos anos iniciais de suas atividades.

No segundo opúsculo, intitulado *A Emigração italiana na América*, publicado em junho de 1887, Scalabrini expõe, literalmente, a concepção de emigração. Ele faz profícua reflexão sobre o assunto, tornando público o seu desejo de criar uma associação, a Associação de Patronato. É importante compreender tal concepção e os objetivos de suas propostas.

A visão de emigração, para Scalabrini, é um fato natural e até providencial, um direito sagrado, uma força conservadora. Nesse sentido, é uma necessidade inevitável, conforme ele mesmo escreve:

Aqueles, porém, que pretendem impedir ou limitar a emigração em nome de considerações patrióticas e econômicas; e aqueles que a defendem em nome de uma liberdade mal entendida, abandonada a si mesma, sem orientações e sem leis, - ou não raciocinam ou, a meu entender, raciocinam como egoístas e superficiais. Com efeito, impedindo-a, viola-se um direito humano sagrado; e deixá-la abandonada a si mesma equivale a torná-la ineficaz. Os primeiros esquecem que os direitos do homem são inalienáveis e lhe concedem de procurar o seu bem-estar onde prefere; os segundos, que a emigração, de uma força centrífuga que é, pode chegar a ser, quando bem orientada, uma força centrípeta muito poderosa. De fato, dela resulta desopressão para aqueles que ficam, graças à diminuição da concorrência braçal, e os novos caminhos abertos ao comércio convertem-na em grande benefício pelas influências que se originam e pela reposição, sob mil formas diversas, dos tesouros de atividades subtraídas temporariamente à nação. (SCALABRINI, 1979, p.47)

Nessa perspectiva, o processo migratório insere-se em um movimento em que não existem perdas ou ganhos, tudo se estabelece em conformidade com o meio. Há uma reposição natural, portanto, não é uma efemeridade, ao contrário, um estado permanente de coisas (SCALABRINI, 1979).

Nesse opúsculo, além de apresentar os dados de emigração permanente e temporânea, também mostra dados do processo migratório pelas categorias sexo e idade, confirmando o considerável aumento da emigração de crianças e de mulheres. Esses indicadores foram

⁹⁸ Fundou-se na Itália em 1876 o “Catechista Cattolico”, revista de doutrina cristã para ser disseminado na América (Ibidem).

substanciais para confirmar a preocupação de Scalabrini. Toda a população estava emigrando, sem nenhuma orientação, nenhum apoio, nenhuma Igreja, sem destino.

Na visão scalabriniana, as causas da emigração podiam ser de cunho moral, econômico, geral ou, até mesmo, particular. No entanto, refletiam, evidentemente, “o bem estar material e a mania torturante de lucros imediatos que invadiu a medula italiana, desde as classes mais elevadas até as que se situam no primeiro degrau da escala social, formada pela imensa multidão de pobre” (SCALABRINI, 1979, p.51), tais mudanças eram advindas do desenvolvimento que assolava a Itália. Desse modo, “as necessidades cresceram mais que as riquezas, o desejo natural de melhorar as condições materiais, a crise agrária, a opressão dos impostos públicos e as pequenas indústrias” (SCALABRINI, 1979, p.51). Segundo Scalabrini, essas eram as razões que desenhavam o quadro desolador italiano para a classe trabalhadora. Por essa razão muitos buscaram um futuro promissor na América:

Todos – quem mais quem menos – sabem que a América passou a ser a meta da emigração italiana. Suas vastas planícies não cultivadas, cedidas pelos governos e outras sociedades por enfiteuse ou como propriedade por preços irrisórios se comparados com o valor de nossas terras, exercem um verdadeiro fascínio sobre nossos agricultores. Por sua vez, atividade febril das cidades da América do Norte, - onde todas as idéias acabam encontrando alguém que as concretize, as propostas um capital, e as fortunas se fazem e desfazem com uma rapidez vertiginosa, - atraí irresistivelmente todos os emigrantes que buscam a sua riqueza em afazeres aleatórios. É lá nas Américas que, no silêncio infinito dos Pampas ou no tumulto das cidades, a honestidade, a mente infortunada ou irrequieta, a desgraça ou a culpa de quem é obrigado a abandonar o país natal, procuram a riqueza, a paz, a glória, o esquecimento e, algumas vezes, a reabilitação. (SCALABRINI, 1979, p. 51)

Como fundamento de suas idéias, Scalabrini retoma os dados estatísticos sobre a emigração na América comparando o decênio 1876/1885:

Quadro 13 - Emigração Italiana para a América

Ano	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885
Emigrantes	19.610	21.069	18.043	37.075	33.080	40.871	59.665	63.388	55.467	72.490

Fonte: SCALABRINI (1979)

Comparando-os com os dados gerais da emigração italiana, apresentados anteriormente, Scalabrini confirmou que a emigração para América fez-se em massa.

Nesse mesmo documento, Scalabrini compara as condições em que se consolida a emigração italiana com a emigração de outros países europeus, como França, Argélia, Tunísia, Grécia e, em especial, a Inglaterra. Afirma que, além de aumentar o vasto império colonial, “este país plantou a sua Cruz gloriosa e difundiu a sua doutrina salutar. E se a heresia protestante fundou igrejas de todos os ritos e seitas, o catolicismo não ficou para trás” (SCALABRINI, 1979, p.57). Desse modo,

Os ideais de pátria e nacionalidade, ao invés de se apagarem além do Oceano, reforçam-se pelo contato contínuo com mestres, religiosos e sacerdotes que compartilham com os colonos os sagrados afetos a Deus, à Igreja e à Patria. Ademais, o governo inglês, zeloso, protetor dos direitos de seus compatriotas, em qualquer lugar estejam, protege-os e defende-os, certo de que, tutelando as pessoas, confirma o prestígio do próprio nome. (SCALABRINI, 1979, p. 56)

A Inglaterra, para conseguir seu intento, criou associações ricas em recursos humanos e materiais com o objetivo de fundar casas e colégios, missões em prol de seus compatriotas. Era exatamente essa a proposta scalabriniana para a situação da emigração italiana, pois, até aquele momento, o governo italiano havia feito muito pouco. Quando, ocasionalmente, acontecia algo muito escandaloso, como, por exemplo, a notícia de que italianos passavam fome ou eram escravizados, o governo utilizava-se apenas da retórica, não tomava nenhuma medida concreta para auxiliar os emigrantes, nem mesmo para amenizar a situação.

Por isso surgiu a ideia de fundar a Associação de Patronato, tese defendida por Scalabrini nesse opúsculo. Entende-se que o mesmo fez uma conclamação à sociedade italiana em seus diversos segmentos, em específico, às autoridades governamentais, para sensibilizá-las e assim, tomar medidas cabíveis quanto ao esdrúxulo problema da emigração.

Nesse sentido, a Associação do Patronato, de caráter religioso e leigo, teria como objetivo primário atender às principais necessidades dos imigrantes – materiais e morais. Uma série de medidas seriam tomadas pela Associação, sendo que a primeira delas seria defender os imigrantes dos exploradores, dos comerciantes de carne humana⁹⁹, que agenciavam desonestamente as viagens para a América.

Destarte, fazia-se necessária a criação de uma secretaria incumbida de divulgar todas as informações relacionadas às condições da migração para que, publicadas pudessem, assim,

⁹⁹ SCALABRINI, 1979.

contribuir para amenizar os desencantos do emigrante. Sendo assim, seria estabelecida uma política de cunho diplomático entre o governo italiano e os governos americanos com a finalidade de traçar medidas transparentes e sérias para a emigração. A Associação também organizaria a prestação de serviço necessária à preservação da saúde dos emigrantes durante a viagem e pós desembarque.

Desse modo, são recorrentes as orientações contidas na *Encíclica Rerum Novarum* como diretriz para o projeto scalabriniano, visto que o documento expressa a preocupação de Leão XIII com a questão operária, bem como a mudança na relação de trabalho, a relação patrão e operários e algumas consequências advindas dos avanços e dos progressos industriais. Nesse ponto, dispõe sobre a necessidade da colaboração de todos por meio das associações ou outras instituições, com o objetivo de socorrer operários, viúvas e órfãos, em caso de morte ou acidentes. Para isso, levantou a bandeira da justiça social, uma necessidade gerada no seio do desenvolvimento, do progresso e da consolidação do capitalismo. Entretanto, a justiça social só se consolidaria a partir das relações solidárias e fraternas entre proletariado e patrão.

Em relação a esse assunto, Scalabrini (1979, p.77) apenas acenou à assistência religiosa, mas estendeu a discussão de forma extremamente enfática:

Nem se deve ainda esquecer que na América, se muito frequentemente escasseiam os templos e os sacerdotes católicos, a propaganda protestante ou maçônica, – conforme as regiões – jamais está ausente. Onde não chega a voz do ministro de Deus, chegam os jornais descrentes, os romances imorais, opúsculos e livros das seitas. Assim, se é verdade que faltam quaisquer socorros religiosos, abundam, porém, as insídias contra a fé dos nossos infelizes patrícios que, ou por interesse ou por ignorância, se deixam levianamente enredar pelos apóstolos do erro.

Fica evidente, na proposta scalabriniana, a urgência em traçar algumas metas de cunho religioso e moral a serem efetivadas, imediatamente, dada a fragilidade em que se encontravam os imigrantes na América. Além da invasão de outros credos, idéias contrárias ao dogma da Igreja eram veiculadas e inspiradas nos objetivos da sociedade moderna.

É relevante entrecruzar a preocupação scalabriniana apresentada em seus primeiros escritos com as orientações dispostas a respeito do socialismo na *Encíclica Rerum Novarum*. Entende-se que o papado de Leão XIII tentou definir algumas diretrizes que pudessem salvar a classe operária da investida socialista que se proliferava. Segundo o documento, o socialismo era

o falso remédio, solução que deveria ser inaceitável ou recusável pelos operários, dadas as condições de trabalho a que os trabalhadores se sujeitavam. Os socialistas instigavam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuíam riquezas e pretendiam que toda propriedade de bens particulares fosse suprimida. Além disso, espalhavam a ideologia de que os bens de um indivíduo qualquer deviam ser comuns a todos e administrados pelo município ou Estado. Ao instigar os bens em comum, o socialismo estaria opondo-se à justiça, pois a propriedade particular, pessoal, é para o homem, de direito natural. “O Estado é posterior ao homem e, antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger sua existência, ou seja, ao homem cabe zelar pelo que naturalmente lhe foi concedido pelo governo universal da providência divina” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.423).

Nesse sentido, para a Igreja o combate às idéias socialistas fazia-se necessário. Seria melhor que as idéias capitalistas, nesse caso de propriedade particular, se consolidassem. Não só a propriedade particular, mas, principalmente, a necessidade das desigualdades sociais, pois, segundo o primeiro princípio da *Rerum Novarum*, “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível” (SCALABRINI, 2005, p.429), cabe à natureza definir, estabelecer entre os homens as “diferenças múltiplas, profundas como a diferença de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força, de onde nascem espontaneamente as desigualdades das condições.” (SCALABRINI, 2005, p.429). Ou seja, essas diferenças são positivas no sentido em que se considera a sociedade como um organismo no qual as mais diversas funções devem ser exercidas, partilhadas pelos homens em suas mais diversas condições. Vê-se, também, resquícios desse pensamento no esboço das primeiras intenções de Scalabrini em relação à emigração e quando a considera um processo natural e necessário para que haja crescimento, progresso e desenvolvimento. Desse modo, todas as diferenças são necessárias para que, no conjunto, a sociedade funcione harmoniosamente, de acordo com a Providência Divina. Cabe à Igreja, ao Governo e à comunidade cristã cuidar para que os ensinamentos cristãos permaneçam acesos e fortaleçam a alma contra as ideias contrárias do socialismo e do capitalismo, que emergiam, e prover os meios para que o emigrante, o trabalhador, o pobre suportasse suas condições com mais conforto, com mais segurança, sem perder os vínculos da nacionalidade e da cultura.

Nessa perspectiva, apresentam-se as principais idéias do terceiro opúsculo escrito por Scalabrini, uma carta-aberta enviada à Paulo Carcano, secretário de Finanças do Estado na Itália.

A essência da carta era a análise dos projetos-de-lei ministerial e parlamentar. O Parlamento estaria, naquela ocasião, discutindo o teor desse primeiro. Scalabrini, na carta-aberta, chama atenção do público e, principalmente, das autoridades competentes para a grande questão da emigração. Nela, fez uma comparação entre os dois projetos de lei – o ministerial e o parlamentar. Scalabrini expõe, paulatinamente, sua posição em relação ao que os projetos dispunham.

Sua principal crítica referiu-se à regulamentação dos agenciadores, porque, para ele, a arregimentação da emigração seria perversa e alteraria, drasticamente, suas funções naturais como fenômeno social. Segundo Scalabrini, a emigração é uma seleção natural, logo, deveria ser espontânea. Forçá-la significaria mudar o percurso natural do movimento de seleção e poderia “desviar as correntes migratórias de uma nação de seus caminhos naturais, que geralmente são as melhores, e endereçá-las para regiões onde o clima ou outras condições fossem nocivas; ou então empregá-las em atividades não proporcionadas às suas aptidões” (SCALABRINI, 1979, p.90). Nessa concepção, impedi-la, causaria desequilíbrio no organismo social. Portanto, Scalabrini (1979, p.94) não aprovava a tese de que regulamentando o agenciamento esse se faria em melhores condições:

O agente recebe, de uma associação de empresários ou de um governo, a tarefa de conseguir dois, três, quatro, dez mil operários ou agricultores. Ele leva a termo a sua operação, e os remete dentro das formalidades e garantias exigidas pela lei. O governo, porém, sabe que o país, para onde estão sendo encaminhados aqueles infelizes, é inabitável, ou pelas condições climáticas ou por outra razão qualquer; sabe também que os desventurados pioneiros não estão sendo levados ao encontro da fortuna, mas da morte quase certa. Apesar disso, caso o novo projeto for sancionado pela lei, não poderá punir ou impedir tamanha calamidade.

A respeito das condições em que viviam os imigrantes no Brasil, Scalabrini ressaltou várias publicações de jornais italianos como Ferrara, Corriere della Sera, Fanfulla, Diritto e outros, com depoimentos de italianos enganados pelos agenciados. Nesses depoimentos descrevia quão miserável era a vida que levavam no Brasil, além de denúncias sobre a participação de vários governos perniciosos no agenciamento de imigrantes. Assim, Scalabrini posicionava-se contra o projeto de lei parlamentar¹⁰⁰ em pauta, no sentido de defini-lo como liberal e, ao

¹⁰⁰ Projeto de Lei De Zerbi, apresentado no parlamento (SCALABRINI, 1979).

confrontar as leis de recrutamento para imigrantes em outros países europeus, afirmou que as mesmas apresentavam maiores restrições que a proposta italiana.

Na carta-aberta, Scalabrini enfatizou, detalhadamente, aspectos da fundação do *Instituto de patronato italiano para os emigrados na América*, ou *Congregação dos Missionários para os Imigrantes*, em Piacenza, sob sua orientação. Ele afirmou seu principal objetivo, “conservar acesa nos corações a fé dos nossos pais e, renovando as esperanças imortais na vida eterna, educar e elevar o seu senso moral; pois – não se deve esquecê-lo, o único tratado de ética do nosso povo, felizmente, é ainda o Decálogo” (SCALABRINI, 1979). Em específico, Scalabrini orientou aos seus missionários sobre a instrução escolar, no sentido de ensinar junto às primeiras noções de matemática, a língua materna e a história, conforme artigos do Estatuto compilado pelo fundador e aprovado pelo Papa Leão XIII:

2º - Objetivo da Instituição é manter viva no coração dos nossos compatriotas emigrados a fé católica e, dentro das possibilidades, buscar seu bem estar moral, social e econômico.

3º - Tal objetivo, a Sociedade o persegue:

- a) enviando missionários e professores a qualquer lugar onde a necessidade o exigir;
- b) erigindo igrejas e capelas nos diversos centros das colônias italianas e fundando casas de missionários, donde possa ser difundida sua ação civilizadora mediante excursões periódicas;
- c) abrindo escolas para ministrar aos filhos dos colonos, junto com os primeiros rudimentos da fé, o ensino da nossa língua, do cálculo e da história pátria;
- d) ...
- e) encaminhando aos estudos preparatórios do sacerdócio os filhos de colonos que ofereçam indícios de serem chamados ao estado eclesiástico;
- f) ...
- g) ...
- h) favorecendo e promovendo todas aquelas instituições e associações que julgarem mais aptas a conservar nas colônias a religião católica e a cultura italiana. (SCALABRINI, 1979, p.118-119)

Pode-se observar a prioridade, dada por Scalabrini, à conservação dos ensinamentos católicos como meio de preservar a catolicidade, os dogmas, a fé, e, conseqüentemente, proteger os imigrantes de ideias inovadoras do capitalismo e do socialismo que rondavam o final do século XIX em toda a América. Para tal, a Sociedade proveria escolas, professores, missionários, igrejas e capelas para as colônias italianas, conforme propunha o movimento ultramontano. Uma política educacional assentada nos seguintes fundamentos: condenação e combate ao mundo moderno;

centralização política e doutrinária na Cúria Romana; e adoção da concepção medieval como paradigma sócio-político intensamente¹⁰¹. Conforme se anuncia, posteriormente, os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná foram exemplos dessa prática scalabriniana no Brasil¹⁰². Em São Paulo, o Orfanato Cristóvão Colombo consubstanciou esses mesmos ideais em consonância com a instrução pública do estado para atender órfãos e órfãs, vítimas da emigração. Segundo Scalabrini, a instrução escolar seria a parte mais complexa do programa, pois demandava, além de recursos financeiros, recursos humanos. Esses, por sua vez, eram escassos e desprovidos de conhecimentos adequados para a missão.

Scalabrini, no mesmo opúsculo, sugeriu ao Governo e ao Ministro de Guerra a possibilidade de liberar os jovens seminaristas do serviço militar; aqueles que desejassem trabalhar como missionários, durante cinco anos, junto às colônias italianas na América, seriam, simultaneamente, soldados da Igreja e soldados do Estado. Vê-se, portanto, nessa proposta, o objetivo do Bispo de transpor a barreira ainda inflexível da Questão Romana, buscando reconciliar Estado e Igreja, unidos a uma só causa – “possa a Itália, sinceramente reconciliada com a Sé Apostólica, repetir as glórias antigas e acrescentar-lhes outra, nova e imortal, qual é a de orientar para os caminhos luminosos da verdadeira civilização e do verdadeiro progresso também os seus filhos distantes” (SCALABRINI, 1979, p.82).

Durante Conferência proferida por Scalabrini na *Exposição de Belas Artes*, em Palermo¹⁰³, foi exposto o *quarto opúsculo*, intitulado *Da assistência à emigração nacional e dos institutos que a promovem*. Nele, Scalabrini expôs a história do Instituto Cristóvão Colombo,¹⁰⁴ na Itália, de caráter missionário, com o objetivo de dar assistência religiosa aos emigrados. O Instituto foi aprovado pelo Papa Leão XIII, após publicação da carta apostólica *Quam aeronumo*, constituiu-se, então, a Congregação. Da instituição participariam leigos e sacerdotes. Os primeiros estariam a

¹⁰¹ Esse movimento permeou o Pontificado de Pio VII (1800-1823) quando a doutrina conservadora e restauradora da Igreja iniciou sua consolidação e o Pontificado de João XXIII (1958-1960) quando o Concílio Vaticano II criou condições para a restauração de uma nova autocompreensão, que proporcionou o desenvolvimento de posicionamentos políticos e pastorais, na América Latina, que se manifestaram na Teologia da Libertação e na opção preferencial pelos pobres (MANOEL, 2004, p.11).

¹⁰² Ver AZZI, Riolando, vasta produção sobre a obra scalabriniana no Rio Grande do Sul.

¹⁰³ Conferência proferida em 1892 (SCALABRINI, 1979).

¹⁰⁴ Ibidem.

serviço do bom andamento da casa, e auxiliarim os missionários no exercício de suas tarefas. Aqueles que, dentre eles, seriam julgados idôneos, são destinados à instrução e ao ensino da catequese (art.4º). Já os sacerdotes, estes se dedicariam à assistência espiritual dos emigrados e praticariam a caridade para com eles procurando, enquanto é possível, também seu bem-estar social e econômico (art.3º). (SCALABRINI, 1979, p.118-119)

Pelo documento, a Congregação, ainda em sua incipiência, fundada em 28/11 de 1887, enviou para a América 48 sacerdotes missionários e 38 leigos. Das cinco missões enviadas para o Sul, o Brasil recebe a primeira no Paraná. Junto com os sacerdotes, foram enviadas as Irmãs salesianas Missionárias do Sagrado Coração, congregação criada por Santa Maria Francisca Xavier Cabrini, a mãe padroeira dos migrantes¹⁰⁵, para fundar orfanatos, hospitais e colégios. Em 1895, Scalabrini funda uma nova congregação, as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo.

Já o quinto opúsculo, *Aos missionários para os italianos nas Américas, o bispo de Placência*¹⁰⁶, dirige-se, especificamente, aos missionários e aos irmãos leigos dos Estados Unidos. Nesse sentido, pôde-se compreender como gostaria de que os mesmos desenvolvessem suas atividades. Scalabrini detalhou as diretrizes para a ação pastoral junto aos migrantes, muitos ensinamentos e regras. As diretrizes eram fundamentadas na perseverança, na união, no exemplo e na fé.

Também, nessa carta, apresentou aos missionários a nova denominação da Congregação, Missionários de São Carlos Borromeo. O teor do opúsculo entrevê claramente o espírito e o carisma que Scalabrini quis imprimir em seus seguidores, uma vida espiritual pautada na perseverança, na esperança para superar dificuldades como o isolamento nas fazendas e nas colônias e outras necessidades. A vida missionária seria árdua, conforme descreve Scalabrini em carta¹⁰⁷ escrita ao Cônsul italiano, Gherardo Pio de Savóia, em resposta ao seu pedido de mais missionários para o Rio Grande do Sul:

Agradeço, portanto, o senhor, egrégio senhor Cônsul, pela ótima disposição em favor de nossos pobres imigrantes. De meu lado me chamarei bem aventureiro de ter pagado o desejo de sua manifestação. A dificuldade mais grave por mim enfrentada terá sido aquela de ter deixado dividido os Missionários um do outro. Ela é homem de experiência e o senhor sabe o quanto é difícil conservar por

¹⁰⁵ Ibidem p. 134.

¹⁰⁶ Essa carta foi redigida em 15 de março de 1892.

¹⁰⁷ Essa carta foi a resposta de Scalabrini ao cônsul italiano Gherardo Pio de Savóia em 26/12 de 1894 (FRANCESCONI, 1973).

muito tempo o espírito da própria vocação, vivendo isolados em meio a elementos heterogêneos que é necessário que se combata, mais o menos, sempre. O ânimo a longo prazo começa a se enfraquecer e é necessário confortar-se e fortificar-se de tanto em tanto na palavra e no exemplo dos companheiros, no espírito da própria regra. (FRANCESCONI, 1973, p.124)¹⁰⁸

Percebe-se, por meio da interlocução, certa dificuldade em expandir as atividades missionárias em função do número reduzido de padres e também em função de serem distribuídos, isoladamente, devido à distância. Isso os levava, muitas vezes, ao desânimo e ao descrédito da própria vocação. Mesmo com essas limitações, buscavam manter-se integrados pelas palavras orientadoras de Scalabrini.

No sexto opúsculo, intitulado *A Itália No Exterior*¹⁰⁹, Scalabrini reforça sua concepção de emigração, igualmente feito no opúsculo terceiro, como uma lei natural e providencial da Criação, buscando nos Gêneses a compreensão de como tudo foi criado, naturalmente, as leis da criação Divina, de um Pai protetor. Para ele, tudo no paraíso é Providencial, não sofre a interferência dos interesses humanos, políticos, econômicos e sociais. Nesse caso, as ideias determinantes vêm do Céu e não da Terra, não dos interesses concretos, reais, em um tempo histórico.

O pensamento scalabriniano sobre o processo migratório baseia-se nos pressupostos da doutrina cristã, da história e da ciência, como ele mesmo afirma. Essa tríade de conhecimentos explica a emigração como direito natural dos seres humanos e não se constitui um mal à segurança social. Pelo contrário, possibilita o equilíbrio entre a riqueza e a pobreza, entre quem parte e quem fica, pois, em uma superpopulação, quem fica terá seu trabalho mais valorizado. A emigração, de certa forma, é um mal necessário, pois, amplia as possibilidades comerciais, científicas e industriais entre os homens. Ela amplia, também, o conceito de Pátria, pois se o homem toma o mundo, a pátria é o mundo.

Nesse opúsculo, Scalabrini esclarece sobre os objetivos na Conferência, suas principais propostas sobre as leis imigratórias, o serviço militar, sobre os agentes de emigração e sobre os

¹⁰⁸ “Ringrazio pertanto lei, egregio sig. Console, delle ottime disposizione a favore dei nostri poveri emigrati. Dal canto mio me chiamerei ben Fortunato di far pago il deiderio da lei manifestatomi. La difficoltà più grava per me sarebbe quella di dover lasciare divisi i, Missionari l’uno dall’altro. Ella é uomo di esperienza e as quanto sai difficile conservare a lungo lo spirito della prpria vocazione, vivendo isolati in mezzo ad element eterogenei quali bisogna più o meno combattere sempre. L’ânimo a lungo andadre si affievolisce e há bisogno de confortasi e ritemprarsi di tanto in tanto nella parola e nell’esempio dei compagni, nola spirito della própria regola”.

¹⁰⁹ Esse opúsculo também é conhecido como 2ª Conferência sobre Emigração, proferida em Turim, em maio de 1898 com o nome “Exposição preparada em homenagem aos italianos no exterior” (FRANCESCONI, 1973).

bancos coloniais. Percebe-se, por um lado, o profícuo envolvimento do mesmo com as discussões parlamentaristas e com quaisquer debates no entorno da questão migratória. Por outro, nota-se o respeito com que as autoridades italianas tratavam os seus escritos, haja vista os eventos em que proferia suas conferências, participando como autoridade religiosa, extremamente, política e solidária. Scalabrini classifica, a seu ver, as fases da emigração – *interna, política e agrícola-comercial*.

Considerou-se muito relevante o pensamento e o projeto scalabriniano, entrelaçados ao projeto da Igreja, pois, sendo um homem político e influente, pensou em um projeto vinculado à economia e ao desenvolvimento social. Em suas propostas, há proeminência da articulação entre esses aspectos. Evidência disso é a análise que ele faz a respeito da Itália optar por implementar, no âmbito econômico e social, os sistemas de migração interna, o colonialismo e a emigração agrícola-comercial. A primeira alternativa não agradou Scalabrini, considerando ser a Itália um país com população superelevada. Não concordou também com a segunda opção, considerando-a uma ação retardatária para aquele momento. A terceira alternativa o agradou, pois, restava, à Itália, diante de seus problemas políticos, econômicos e territoriais, enviar sua população excedente para outros países e continentes.

Ainda, nesse opúsculo, Scalabrini incluiu-se como classe dirigente e questiona quais são as garantias outorgadas pela lei para a emigração, como o Estado exerce o seu dever de protetor moral e material do emigrante e como o exerce a classe dirigente, no qual ele se incluía. Essas são, então, evidências do profundo relacionamento de Scalabrini com o grupo dirigente da Itália naquele período.

Em relação aos opúsculos anteriores, percebe-se que, em nenhum momento, Scalabrini reconheceu alguma vicissitude no processo migratório italiano. No entanto, no sexto opúsculo, admitiu que “muitos deles, nos países que hospedaram, encontraram o pão suficiente, outros, o bem-estar, e alguns até mesmo a riqueza e, em seu conjunto, constituem colônias que enobrecem a mãe-pátria” (SCALABRINI, 1979, p.172). A realidade estava estampada nos relatórios, nas cartas, nas visitas; enfim, evidenciavam que “são também muito numerosos os marginalizados, e em grande parte o são por sua ignorância e por nossa omissão” (SCALABRINI, 1979, p.172).

Esse estado de coisas carece, segundo o mesmo, de um olhar totalizante no sentido de que nele estão inseridos os diversos interesses, sejam religiosos, sociais, nacionais, públicos ou privados. Trata-se, portanto, dos interesses mais gerais, resumidos em duas palavras – proteger e

orientar. Esses devem ser da responsabilidade do governo, do clero e de todo cidadão, independente do partido que milita ou defende e forma a tríade fundamental: a ação legislativa, a religiosa e a filantrópica. Assim, ele retoma o eixo central dessa discussão, que é defender a liberdade de emigrar e combater a liberdade de fazer emigrar (SCALABRINI, 1979, p.175). Scalabrini voltou a atenção para suas primeiras reflexões a respeito das leis anteriores e as definiu como inócuas, inanes e perversas por liberarem o agenciamento de recrutação:

Com efeito, após a promulgação da lei, as agências de emigração subiram a 34%, cifra jamais alcançada anteriormente; e os sub-agentes, que em 1892 eram 5.172, em 1896, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério do Interior, passaram a 7.169. E nesses dois últimos anos terão aumentado ainda mais! É um autêntico exército de recrutadores patenteados, - estava para dizer; de *parasitas da miséria*! (FRANCESCONI, 1979, p.175)

Scalabrini, atento aos deveres do governo, esclarece que às classes dirigentes cabia o dever de prover as classes trabalhadoras de trabalho, de auxílio contra a miséria e de orientação em busca de melhores condições de vida. À essa mesma classe dirigente, restava-lhe o dever de impedir, sobretudo, o trabalho abusivo dos agenciadores sanguessugas. Percebe-se que a tais observações, feitas por Scalabrini, subjazem orientações da Rerum Novarum, “façam governantes uso da autoridade protetora das leis e das instituições: lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.460). Além disso, cabia à Igreja restaurar todos os costumes e ensinamentos cristãos, visto que só a Igreja soberana seria capaz de erradicar os males da sociedade. Sendo assim, as inferências feitas por Scalabrini a respeito das ações em prol dos emigrantes foram proeminentes e pertinentes à orientação da Igreja Romana. Por meio do clero, seria feita a reforma católica, pensada e planejada desde o Concílio de Trento.

No mesmo documento, Scalabrini se referiu, também, ao novo projeto-de-lei, discutido pelo Parlamento italiano, que versava sobre uma questão muito importante – a tutela das remessas de lucros dos emigrados italianos nas duas Américas. Tal medida lhe pareceu plausível, visto que sabia da existência de muitos pseudobanqueiros, que, após aplicar o golpe, fugiam para outros países. Essa questão, extremamente séria, precisava ser discutida e medidas urgentes precisavam ser tomadas, pelo menos para amenizar o sofrimento dos compatriotas. No conjunto das medidas necessárias, outra questão, profundamente discutida, debatida e defendida por Scalabrini, era a Lei sobre o serviço militar. Na sua concepção, os emigrados ou filhos de

emigrados, que nascessem nas Américas, não deveriam retornar para cumprir sua tarefa junto ao serviço militar, nem tão pouco pagar, de alguma forma por isso, como sob pena dos processos judiciais e, até mesmo, sob prisão por não cumprir tal obrigação. Essas medidas, demasiadamente injustas, causavam mal-estar a todos aqueles que desejavam retornar à Pátria e, também, aos missionários e às suas ações tão defendidas por Scalabrini. O mesmo pedia, evidentemente, a isenção do serviço militar aos jovens missionários que, na preparação para exercer os dons religiosos em prol dos emigrados italianos, eram convocados a servir ao Ministro de Guerra.

Além da ação da lei para extirpar os males do processo migratório, fazia-se necessária, na visão de Scalabrini, uma ação cooperativa entre clero e laicato. Tal fato objetivava intensificar a ação do governo e buscar soluções para as possíveis lacunas da Lei. Desse modo, deixa também entrever a importância da instituição privada aliada às questões migratórias, visto que poderiam investir capital na colonização no exterior:

No setor econômico, constituíram-se ultimamente sociedades de tendências diversas, que aliam ao interesse privado o bem estar dos emigrantes. Agrada-me, assinalar entre elas, a *Sociedade de Capitalistas*, nascida em Milão com o escopo preciso de colonização no exterior, precisamente por meio de nossos emigrantes. Saúdo com alegria essas iniciativas, como sinais de uma aurora esperançosa de nossa atividade colonizadora. A presença do capital em assuntos referentes à emigração é tanto indispensável quanto uma lei eficaz, e não poderá deixar de proporcionar aos emigrantes e a si próprio benefícios abundantes. (SCALABRINI, 1979, p.184)

Essas afirmações evidenciam o engajamento do pensamento scalabriniano ao pensamento capitalista, que provocava grandes transformações na vida social e econômica de toda a Europa. São também evidências da conformidade entre seu pensamento e o processo migratório monitorado pela Itália em função do desenvolvimento e da consolidação da sociedade capitalista. Ele prossegue seu discurso enumerando outras instituições laicas importantes para a promoção dos emigrados e apresenta dados conclusivos sobre a participação do clero e do laicato nas duas instituições fundadas por ele, em Placência, a Associação de Patronato e o Instituto Cristóvão Colombo. Ainda, anuncia o trabalho missionário pela América, bem como as primeiras incursões dos missionários pela América do Sul¹¹⁰. Os primeiros padres scalabrinianos que chegam ao Brasil, em 1888, no Paraná, são Pe. José Molinari e Domingos Mantese. Eles foram incluídos na

¹¹⁰ Essa síntese sobre a estada da missão scalabriniana no Brasil foi inserida na tradução do sexto opúsculo por Ridovino Rizzardo para melhor detalhar a explicação de Scalabrini (SCALABRINI, 1979, p.186).

missão de Pe. Colbachini, que já se encontrava no Brasil desde 1884. Em abril de 1886, os scalabrinianos adentram o estado do Rio Grande do Sul, nas cidades do Encantado, Capoeiras (Nova Prata) e em Nova Bassano, e encontram ativos nessas cidades, respectivamente, Pe Domingos Vicentini, Pe. Antonio Seganfreddo, Pe. Colbachini e Pe. Antonio Serraglia. Nos arredores de Curitiba, os missionários, Pe. Natal Pigato e Francisco Brescianini trabalhavam ativamente para atender às diversas colônias italianas, com sede em Santa Felicidade. Já no Espírito Santo, a missão scalabriniana estava em declínio por falta de sacerdotes.

No sétimo opúsculo Scalabrini fez uma síntese de sua tese e proferiu uma palestra no 16º Congresso Católico Italiano¹¹¹, em 1899, recordando, passo a passo, suas propostas citando partes dos opúsculos anteriores. Refletiu, novamente, sobre os países europeus que souberam fazer a emigração e relembrou, ainda, as três leis que seriam votadas, naquele ano, pelo Parlamento: a lei da emigração, a lei da tutela das economias dos emigrados e a do serviço militar. O ponto base de sua reflexão, como nos outros escritos, é o que fazer para amenizar a situação dos emigrados, de certa forma, tirar proveito dela. Para tanto, seria necessária a ação legislativa do governo e das lideranças religiosas, civis e outras, estudando e discutindo a questão emigratória, buscando encontrar soluções plausíveis para o problema. O apelo especial no 16º Congresso da Obra buscava sensibilizar a ação católica:

Por entre tão grande tumulto de paixões, de ódios de classes, de problemas materiais e morais, a palavra pacificadora do clero pode ser de importância capital para o triunfo do bem e da verdade, e pode fazer com que o século XIX, que parece querer apagar-se por entre os sinistros lampejos de uma tempestade, termine, ao invés, num plácido crepúsculo, prenúncio de uma aurora mais serena e tranqüila, a fim de que o homem abandone quaisquer guerras e dirija todas as suas forças para o desenvolvimento pacífico da verdadeira civilização e do verdadeiro progresso! (SCALABRINI, 1979, p.204)

Scalabrini postulava a tese de que a Igreja, ainda soberana, poderia encontrar a solução para os problemas que assolavam a sociedade do século XIX, a investida dos vários credos, das várias concepções filosóficas, as revoluções e o progresso. Assim, afirmava Leão XIII, na *Encíclica Rerum Novarum*:

¹¹¹ Scalabrini solicitou à Obra dos Congressos, uma seção *ad hoc* no congresso, para expor suas idéias e projetos. A Obra dos Congressos Católicos, movimento de lideranças cristãs européias, implantado na Itália de 1876 começou interessar-se com o fenômeno da emigração (Ibidem).

Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número, ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isso, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. Por toda parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Essa situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o gênio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.419).

Vale ressaltar, nessa encíclica, que o Papa Leão XIII orientou todo o clero sobre a pertinência dos congressos católicos para que grandes homens reunidos pudessem, a partir da exposição de suas ideias, organizarem-se e estabelecerem ações profícuas para a restauração dos costumes cristãos. Além da *Rerum Novarum*, vale ressaltar a carta encíclica *Graves de communi*¹¹², publicada em meio a grandes mudanças políticas e econômicas em toda a humanidade. Leão XIII sugeriu a fundação de ações católicas, em forma de associações. Na Itália, especificamente, seria desempenhada essa tarefa pela Obra dos Congressos e das Comissões católicas, como se referiu anteriormente, o Congresso em que Scalabrini proferiu palestra, em 1899, e expôs seu plano.

Por último, o oitavo opúsculo, *Projeto de uma Congregação Pontifícia pro emigrantis catholicis*¹¹³, enviado ao Papa Pio X, em 1905, foi escrito após Scalabrini visitar o Brasil e os Estados Unidos do Norte. Nele, Scalabrini (1979, p.214) expõe veementemente a função da Igreja perante o grave problema dos emigrados nas Américas:

A Igreja Católica é chamada por seu apostolado divino e por sua tradição secular a marcar presença neste grande movimento social, que tem por fim a restauração econômica e a fusão dos povos cristãos. Como sempre e em toda a parte, também, neste vasto conflito de interesses, ela tem uma nobre e maravilhosa missão a cumprir, qual seja, a de buscar, em primeiro lugar, a incolumidade da fé, sua propagação e a salvação das almas; desta forma, poderá depois assentar-se qual mãe e rainha comum, junto aos diferentes grupos, aplainando as arestas

¹¹² Essa carta encíclica foi publicada em 18 de janeiro de 1901 (IGREJA CATÓLICA, 2005)

¹¹³ Conforme introdução feita por Ridovino Rizzardo, o oitavo opúsculo constituía-se em um memorando - projeto, uma síntese do seu pensamento e da fidelidade de seu carisma à vocação (SCALABRINI, 1979, p.208).

das diversas nacionalidades, reprimindo as lutas interesseiras das várias potências e harmonizando a variedades das origens na unidades pacificadora da fé.

Ele conclama a Igreja a exercer, além do apostolado, sua função social. Ademais, uma função complexa, pois devia atender às adversidades de cada país, de cada coletividade cristã. Era um processo de restauração, ou seja, um processo que objetivava re-ensinar os princípios católicos, “agora, também lá chegou a vez de restaurar todas as coisas em Cristo!” (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.14). Esse também era o lema do papa Pio X, em 1903, sua primeira encíclica *E supremi apostolatus*, restaurar tudo em Cristo. No item 6 dessa encíclica, explica Pio X, que, “afinal, é com muita audácia e ira que se persegue por toda parte a religião, combatem-se os dogmas da fé, procura-se descaradamente estirpar e aniquilar todo tipo de relação do homem com a divindade!” (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.14). Nesse sentido, validado por Pio X, Scalabrini usa todos os seus argumentos para justificar a importância de uma Congregação Pontifícia para cuidar de emigrantes católicos de qualquer nacionalidade e em qualquer continente.

Scalabrini apresenta, aqui, um relevante projeto em consonância com o pensamento do Papa Pio X. Um projeto pastoral único, para atender todas as nacionalidades na América. Essa atividade religiosa deveria ser as atividades dos colégios e das escolas confessionais, onde os filhos dos migrantes pudessem aprender a língua-origem junto às primeiras noções de matemática, de leitura e de escrita do país ou região onde estiveram radicados, objetivando preservar o sentimento de nacionalidade. É evidente essa matriz curricular nos programas de ensino e nos regulamentos das primeiras instituições escolares scalabrinianas no Brasil, objeto tratado no primeiro capítulo.

Nesse mesmo documento fez-se referência às soluções para os problemas na América do Norte, por serem muito complexos, considerando-se a proliferação das seitas protestantes em seus países. Em seguida, esboçou-se uma possível organização para a Congregação Pontifícia em prol dos emigrantes católicos, “com a finalidade de promover a assistência religiosa dos migrantes, sobretudo nas Américas, conservando vivos o sentimento cristão e a fé católica em seus corações” (SCALABRINI, 1979, p.221). Retomando a encíclica *Restaurar tudo em Cristo*, Pio X adverte, no item 14:

Porém, para que tudo isso se obtenha conforme o desejo, é necessário que com todo meio e fadiga nós façamos desaparecer radicalmente a enorme e detestável maldade, própria de nosso tempo, que faz a substituição do homem a Deus; depois disso hão de ser remetidas à antiga honra as leis santíssimas e os conselhos do evangelho; afirmar as verdades ensinadas pela Igreja e a sua doutrina a respeito da santidade do matrimônio, a educação e o ensinamento da juventude, a posse e o uso dos bens, os deveres para com os que dirigem o Estado; por último, restituir o equilíbrio entre as diversas classes da sociedade em conformidade com os costumes e usos cristãos. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.17)

Nessa direção, vislumbra-se o Projeto da Igreja fundado no arrebanhamento dos cristãos por meio da educação – em específico, a educação dos jovens – fortalecendo, assim, a criação de escolas e de colégios em todos os lugares onde existem pessoas, independente de nacionalidade. O importante é recuperar a verdade de Deus, em detrimento da verdade do homem e de sua maldade, entendida aqui como outros credos, tais como o protestantismo, a maçonaria, o socialismo, o anarquismo, o marxismo, enfim, todas as idéias contrárias aos dogmas da Igreja.

Diante das considerações expostas sobre as preocupações, as propostas e o pensamento político-filosófico scalabriniano, é possível delinear alguns pontos importantes para a compreensão do objeto de estudo aqui em evidência, visto ser Scalabrini o idealizador da Congregação: (i) fidedignidade à profissão religiosa – vê-se, em todos os escritos, o entusiasmo de estar à serviço da Igreja e a capacidade de contagiar e de estimular a vocação dos demais; (ii) fidedignidade ao Papa, observância às suas diretrizes e preocupação em cumprir os ensinamentos; (iii) Scalabrini era um homem eminentemente político, exercia fortes influências sobre as autoridades governamentais, entidades não-governamentais e outros segmentos sociais; (iv) além de político, Scalabrini era sociólogo, estudava, debatia e buscava alternativas para os problemas sociais, com ênfase na questão migratória; (v) pode-se afirmar que, também, era filósofo, uma vez que defendeu suas concepções para explicar a ideia de homem, de educação, de pátria, de migração; enfim, para disseminar o carisma scalabriniano e os dogmas católicos; e (iv) Scalabrini era um reformador, um restaurador – acudir os emigrantes em outros países, outros continentes, significava recuperar a catolicidade, recuperar o que há muito a Igreja vinha perdendo em função das muitas transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX. Logo, era evidente a elaboração de um *Projeto*, como a Companhia de Jesus – para organizar missões, fundar igrejas, capelas, escolas, hospitais, farmácias, asilos, albergues; enfim, praticar a caridade, não abandonar a Igreja, ser a Igreja Mãe, aquela que protege e ampara em

todas as horas. Foi, portanto, com esse fito que Scalabrini produziu sua vasta obra. Não poderia deixar de apontar o fato de Scalabrini contar com o apoio da Santa Sé em todos os seus projetos; tamanha evidência disso é a aprovação de seus institutos e sua participação na elaboração do projeto para Congregação Pontifícia Pro Emigrantis Catholicis.

3.3 Expansão da ação católica scalabriniana – uma ação recatolicizadora

Percebe-se, pela análise dos opúsculos, que Scalabrini conseguiu envolver autoridades e cidadãos italianos na discussão sobre a imigração, sobretudo a discussão de medidas exequíveis que pudessem resolver ou, quem sabe, minimizar o sofrimento daqueles que saíam da Itália em busca de um futuro promissor. Por sua constância em meio às autoridades, Scalabrini chegou a receber o título de “apostolo dei migranti”. O Papa Leão XIII, por meio da *Libenter Agnovimus*, aprovou a idéia de Scalabrini fundar o Instituto Cristóvão Colombo, em Piacenza, com o objetivo de assegurar a assistência ao italiano imigrante, especialmente na América. Com regulamento provisório, o Instituto Cristóvão Colombo foi aprovado, devendo obediência ilimitada ao Romano Pontífice Vigário de Cristo e obediência e submissão ao Bispo Fundador João Batista Scalabrini – protetor e capo imediato do Instituto -, que prepararia sacerdotes para oferecer assistência religiosa aos italianos no exterior.

Os padres Scalabrinianos já estavam a serviço das colônias italianas¹¹⁴ desde 1888, no Brasil. Para este estudo, é relevante abordar a ação educacional que as Irmãs efetivaram por meio de colégios e de escolas paroquiais nas quais desenvolveram suas atividades. Nessa perspectiva, explora-se como a Congregação expandiu-se, considerando, além do trabalho realizado por padres, em vários estados do Brasil como São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul¹¹⁵, o importante trabalho das Irmãs em vários estados e países.

Ao tratar da educação escolar que a Congregação ensejou, um olhar atento se fez necessário à carta Encíclica *Humanum Genus*¹¹⁶, o que se refere à escola de ofícios como uma forma, também, de combate às idéias modernas que vinham consolidando-se avassaladoramente.

¹¹⁴ AZZI, 1987.

¹¹⁵ A respeito do trabalho feito pelos padres scalabrinianos no Brasil ver AZZI, 1998.

¹¹⁶ A carta encíclica *Humanum Genus* por Leão XIII em 20 de abril de 1884 (IGREJA CATÒLICA, 2005).

Portanto, não se poderia deixar de atrelar, às questões do trabalho e do desenvolvimento as questões da religiosidade, visto que a Congregação veio para a América impulsionada pelo objetivo maior da Igreja, em um projeto “agregador”, “arrebanhador” de adeptos, de fiéis dos ideais cristãos. Havia grande preocupação com as condições religiosas nas quais os italianos se encontravam no Brasil, visto que viviam nas fazendas, longe dos grandes centros, isolados de seus compatriotas, distantes da cultura italiana e ligados à Igreja Romana somente pela palavra e pela fé.

Assim se justifica o referido projeto idealizado para o Brasil, para as colônias italianas, para os grupos nas fazendas, para atendimento dos principais sacramentos, como casamentos e batizados. Ressalta-se o papel de Pe. Colbachini em relação a essa missão, em particular, nos estados de São Paulo e Paraná. Ao visitar o estado de São Paulo, ele verificou as precárias condições espirituais e morais em que se encontravam seus compatriotas para, posteriormente, definir o lugar adequado para instalação do primeiro centro missionário scalabriniano. Pode-se confirmar essas idéias na carta de Pe. Colbachini enviada à Scalabrini em 1889:

Entre as duas paróquias de Ribeirão Preto e São Simão a 300 quilômetros de São Paulo, a 10 km, encontrei um centro colonial. Deve haver não menos de 20.000 italianos. Tenho tentado encontrar residência para estabelecer al menos três missionários; já fiz contato com os fazendeiros interessados e com o governo para obter uma certa quantidade de terra e a Igreja em tudo livre e independente. Ao Governo porque a minha proposta é estar atuando lá com acordo da autoridade eclesiástica com a qual diretamente tenho melhores condições de tratar. (FRANCESCONI, 1973, p. 98)¹¹⁷

O quadro delineado a partir dessas informações é que, naquele momento, a discussão entre oligárquicos do café e autoridades eclesiásticas envolvia-se nas questões da revolução republicana, sendo que assuntos como políticas para imigração não estavam em pauta. Entretanto, em função de alguns imprevistos, Colbachini não ficou em São Paulo e, ao voltar para o Paraná, foi substituído por Pe. José Marchetti que, vindo da Itália, objetivou consolidar o plano de ações outrora pensado por Scalabrini e Colbachini, em função da vida escrava dos italianos no Brasil.

¹¹⁷ “Fra lê due parrocchie di Ribeirão preto e S. Simão a 300 kilom. Da S. Paulo, ho trovato um centro coloniale che nella periferia di 10 kil. Deve contare non meno de 20.000 italiani. Là mi parve di fermare lo sguardo per trovar modo de stabilire uma residenza di almene ter missionari; già ho fatto pratiche coi Fazendeiros interessantati e col Governo per ottenere uma certa quantità di terra e la Chiesa e la casa in tutto libere e indipendenti. Al Governo piacque la mia proposta e sta attuando la com accordo dell’autorità eclesiástica colla quale direttamente mi è parso migliore di nn trattare”.

Marchetti chegou a São Paulo, em 1895, imbuído pelos ideais tridentinos – plantar as sementes do cristianismo onde fosse possível, assistir espiritualmente não só os italianos, mas a todas as nacionalidades. Seu primeiro trabalho foi demarcado pela fundação do Orfanato Cristóvão Colombo, no Ipiranga, assunto que será discutido no último capítulo. Nesse Instituto, o trabalho com órfãos e órfãs no sistema de internato e externato era muito árduo e, nesse sentido, Marchetti retornou à Itália e, de lá, trouxe uma pequena equipe de Irmãs, cujo objetivo era auxiliá-lo na grande tarefa de cuidar das crianças abandonadas – educá-las, ensiná-las, cristianizá-las. Esse grupo pioneiro foi denominado Servas dos Órfãos e dos Abandonados no Exterior¹¹⁸. As Irmãs, durante longos anos, prestaram serviço junto aos padres como orientadoras, assistentes e colaboradoras, enquanto eles administravam bens e patrimônios das duas instituições. O jovem padre anunciou a Scalabrini seus propósitos em relação a sua missão apostólica, ou melhor, uma ação católica, destinada aos imigrantes italianos que viviam nas fazendas de café no interior de São Paulo, em carta de março de 1896:

Nos trinta dias que eu me dirigi para o interior o senhor me mandou em ocasião de fazer 72 sermões, de confessar 2600 pessoas, de arranjar quantidade infinita de matrimônio, e, aquilo que mais conta, de fazer a primeira comunhão a 720 juvenzinhos, alguns casados, outros esposos, e quase todos maiores de dezesseis anos, e são italianos!!! (...) Achavam que morressem, mas Jesus, em vez me fez engordar para mostrar com evidência que a obra é sua. (FRANCESCONI, 1973, p.135)¹¹⁹

Marchetti apresentava seu trabalho a Scalabrini com o objetivo de obter ajuda por parte de outros padres e de missionários, tendo em vista a extensão territorial do estado de São Paulo e o número elevado de imigrantes italianos espalhados pelas grandes fazendas de café, conforme quadro anteriormente apresentado. Após a morte precoce de Marchetti, em 1896, Pe. Faustino Consoni foi chamado do Paraná para ocupar as atividades do Orfanato, juntamente com Marco Simoni. Ambos decidiram dedicar-se ao mesmo plano de ação que o jovem Marchetti elaborou, buscando atender aos fiéis nas fazendas do Estado de São Paulo, onde havia grande concentração

¹¹⁸ Posteriormente denominada de Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

¹¹⁹ “Nei 30 giorni ch’io mi sono inoltrato per l’interiore il signore mi há mandato occasione de fare 72 prediche, da confessare 2600 persone e counicarle , da arrangiare uma infinita di matrimoni, e, quello che più conta, da far la prima comunione a 720 giovanetti, dei quali alcuni maritati, altri sposi, e quase tutti maggiori di 16 anni, e sono italiani!!!(...)Credevano che morisse, mas Gesù, invece mi há fatto ingrassare per mostrare evidentissimamente che l’opera è sua”.

de italianos, cumprindo os principais sacramentos da Lei da Igreja – confessando, comungando, crismando, fazendo casamentos.

É preciso lembrar que as atividades iniciais dos scalabrinianos e scalabrinianas, naqueles anos, giraram em torno do Instituto Cristóvão Colombo, em São Paulo, porém, os trabalhos se ampliaram pela região, com evidência em dois grandes núcleos italianos no interior do estado. O primeiro deles, o de São Caetano, em 1877, recebeu cerca de vinte e seis famílias trevisanas, que seguiram para a antiga fazenda São Bernardo. Em 1883, a fazenda foi dividida em lotes e logo chegaram mais famílias. Os escritos encontrados anunciam a abertura de duas escolas elementares, mas não se encontrou documentação suficiente para explicar a consolidação das mesmas.

O segundo núcleo é o de São Bernardo, inaugurado, efetivamente, em 1887, com a presença de cinquenta e duas famílias italianas. Esse município foi, posteriormente, subdividido em cinco distritos: São Bernardo (Vila), Santo André, Ribeirão dos Pires, Alto da Serra e São Caetano, todos assistidos, religiosamente, pelos missionários scalabrinianos ligados ao Orfanato Cristóvão Colombo. Nesse núcleo, foi erguida a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem, e, em 1905, foi nomeado o primeiro pároco scalabriniano. Sobre a comunidade de São Bernardo, já em 1923, obteve-se a seguinte informação:

A grande maioria dos habitantes é italiana. Eles conversam nos mesmos costumes, a mesma vida e língua (tanto que, depois de dois anos, a pregação era feita em italiano; mas agora é difícil, porque a autoridade da vila quer que seja falado – justamente – a língua da cidade, já foram todos consultados). A população da paróquia, segundo o anuário eclesiástico da arquidiocese metropolitana de São Paulo, é quase oito mil habitantes em um território vastíssimo. Possui uma bela e graciosa igreja paroquial, de estilo colonial português, como também a casa paroquial magnífica construída com a oferta do povo em questão nos últimos dois anos e terminou há poucos meses; a despesa de 15 contos. (FRANCESCONI, 1975, p. 336)¹²⁰

¹²⁰ “La grande maggioranza degli abitanti é italiana. Essi conservano i medesimi costumi, la medesima vita e la lingua (tanto che, fino a due anni fa, la predicazione pure era fatta in italiano; ma ora é difficile, perchè l’autorità arcivescovile vuole che si parli – giustamente – la lingua del paese, ormai da tutti conosciuta). La popolazione della parrocchia, secondo l’annuario ecclesiastico dell’archidiocesi metrop. di São Paulo, é quase ottomile abitanti in um território vastíssimo. Possiede uma bella e e graziosa chiesa parrocchiale, de stile coloniale portoghese, come puré la casa parrocchiale magnífica costruita colle offerte Del popolo in questi ultimi due anni e finita da pochi mesi; la spesa fu de 15 contos”.

Os sucessivos escritos consultados, publicados por Francesconi, demonstram sempre o povo de São Bernardo como um povo bom, religioso e laborioso¹²¹, situados em uma região muito próspera, desenvolvida em perfeita harmonia de nacionalidades – brasileiros, italianos e outros. Os paroquianos viviam em condições materiais-econômicas consideráveis, pequenos proprietários com posição social excelente – donos de negócios, de fábricas de gêneros alimentícios, de tecidos, de móveis e outros –, empregaram milhares de operários, zelosos com seus deveres cristãos, de cuidar do outro, de fazer doações, de participar das Associações, do Apostolado e de preservar o patrimônio da Igreja. Os escritos evidenciam a existência do Colégio de S. Giuseppe, em 1937, que, em regime de externato, atendia, aproximadamente, cento e cinquenta alunos. O Colégio parece ter sido mantido por um generoso industrial, Ítalo Setti, e foi fundado pelo scalabriniano Pe. Porrini. Entretanto, não foram encontrados documentos que possibilitassem historiar, com mais precisão, essa instituição e não há evidências da participação das Irmãs nessa atividade, inclusive o Colégio não aparece no quadro que se apresenta à frente.

Nesse mesmo núcleo, encontra-se a Paróquia de Santo André que, nos anos vinte, segundo relatório do Superior Geral Pe. Chenuil, era uma paróquia frutífera, com, aproximadamente quinhentos batizados e cem matrimônios, além da diversidade de confraternização, como o Apostolado com mil e setecentos membros – duzentos na seção masculina e um mil e quinhentos na feminina –, as Filhas de Maria, com trezentos associadas e a Associação das Damas de Caridade, com cem associadas. Na comunhão, havia cerca de quinze mil participantes, número muito significativo para aquela pequena comunidade. Especificamente em 1927, houve a construção de uma nova Igreja, mas o que chama atenção é a iniciativa em construir a primeira parte da escola “*Centro Educativo Pe. Luigi Capra*”, com capacidade para 540 crianças, que, também, não aparece nos documentos visitados e nem se encontra no quadro de atividades das Irmãs Scalabrinianas. Pode-se entrever, nesse Colégio, o trabalho das salesianas com os padres scalabrinianos.

Em Cascalho, outro núcleo colonial de aproximadamente 2.000 habitantes, de maioria italiana, fundou-se a Paróquia de Madre Assunta, em 1908, sob a responsabilidade da diocese de Campinas, objetivando atender melhor a região. Pe. Navarro (1975, p.345), Superior Regional dos Scalabrinianos, referiu-se à comunidade de Cascalho, em 1929, como composta de modestos paroquianos católicos praticantes, todos proprietários, colonos trabalhadores.

¹²¹ *popolo buono, religioso e laborioso* (Ibidem, p.337)

Importante mencionar Ribeirão Pires, ao sul da ferrovia São Paulo - Santos (1898), um pequeno centro de concentração italiana, onde era próspera a produção de laticínios, tijolos e outros materiais de construção. Italianos e portugueses construíram a capela a S. Giuseppe, canonicamente ereta em 1911. Ribeirão Pires já não se encontrava entre as paróquias bem sucedidas da região, em relação aos ensinamentos cristãos; contava com aproximadamente, duzentas famílias, a maioria italiana, porém, eles não exerciam fervorosamente os dons religiosos: a condição moral e financeira desta paróquia não são assim floridas como as das outras duas paróquias, porque aquelas populações foram muito longe¹²². Para os scalabrinianos, o movimento religioso de Ribeirão Pires era discreto, logo, eles deveriam atender a outras extensões, como Alto da Serra (1926), centro de operários da ferrovia Inglesa São Paulo – Santos, com apenas 4000 habitantes, entre portugueses, espanhóis, brasileiros e poucos italianos. A intenção era dividir essa Paróquia em Ribeirão Pires e Alto Serra, pois se a divisão não era conveniente, pelo menos seria necessário um outro Padre. Alto da Serra não pode absolutamente continuar com essa miséria de assistência religiosa. O espiritismo e o protestantismo fizeram um grande mal. Se não se prove, e com urgência, toda aquela população perderá a religião católica.¹²³ Veementemente, o combate às idéias anticristãs e anticlericais precisava ser feito. No relatório de 1927, percebe-se que em Alto da Serra (já Paranapiacaba) foram registrados duzentos batizados, quarenta matrimônios, cento e vinte primeiras comunhões e cerca de seis mil comunhões, resultado bastante satisfatório.

Os históricos consultados¹²⁴ não possibilitaram precisar todas as atividades scalabrinianas, contudo, nesse breve histórico, é possível entrever a inclusão de muitas cidades paulistas na vasta missão evangelizadora católica, empreendida pelo grupo de scalabrinianos alocados em São Paulo, no final do século XIX e início do XX. Essa missão foi empreendida ao longo da linha ferroviária “Inglesa” Santos-Jundiaí e da ferrovia Sorocaba, Mogiana e Paulista, chegando a estender-se em torno de quinhentos a seiscentos quilômetros da capital, constituindo-se uma ação

¹²² “le condizioni morali e finanziarie di questa parrocchia non sono così floride come quelle delle altre due parrocchie, perchè quelle popolazioni furono troppo a lungo” (FRANCESCONI, 1973, p.344).

¹²³ “se la divisione non sarà conveniente, almeno bisognerà provvedere um altro Padre. Alto da Serra non può più assolutamente continuare com questa misera assistenza religiosa. Lo spiritismo, il protestantismo hanno fatto um gran male. Se non se provvede, e com urgenza, quel popolo perderà del tutto la religione cattolica” (Ibidem, 1973, p.344).

¹²⁴ Os históricos consultados referem-se à História da Congregação Scalabriniana, compilada e traduzida por Pe. Mario Francesconi (1969-1975) no Centro de Estudos Migratórios, em Roma.

evangelizadora de, aproximadamente, cento e cinquenta centros de atividades, entre paróquias e dioceses:

A principal localidade visitada periodicamente por nossos missionários, S. Bernardo, Santo André, S. Caetano, Ribeirão Pires, Mauá, Paranapiacaba, rio Grande da Serra, Campo Grande, foram ao centro de Jundiaí, Capivari, Monte Mor, Piracicaba, Rio Claro, Cordeiro, Botucatu, Jaú, Ribeirão Bonito, Dourado, Bocaína, Boa Esperança, S. Carlos, Matão, Sertãozinho, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Batatais, Cravinhos, Mococa, Descalvado, Pirassununga, Araras, Limeira, Campinas, Bica de Pedra, Guaíba, etc., etc.¹²⁵ (FRANCESCONI, 1973, p.173)

Além desses aspectos a respeito da ação evangelizadora scalabriniana, em São Paulo e região, deve-se ressaltar o caso do Hospital Humberto I, especialmente pela participação das Irmãs Scalabrinianas, incluindo-se na Sociedade Italiana Beneficente em São Paulo¹²⁶. Essa sociedade era uma associação liberal constituída por famílias italianas bem sucedidas, como Pignatari, Gambá, Falchi e Matarazzo, que se empenhou em construir um prédio no subúrbio do Bexiga que, já em 1892, encontrava-se inadequado, em relação à quantidade de italianos que viviam em São Paulo. O prédio que, realmente, atendeu a essa nova realidade foi construído nas vizinhanças da Avenida Paulista, em plena atividade, a partir de 1905, com atendimento médico a todas as nacionalidades. As Irmãs Scalabrinianas participaram das atividades do Hospital de 1900 a 1907, ano em que houve a separação de atividades entre elas: algumas permaneceram no Hospital Humberto I, mais tarde denominado Matarazzo, e outras se dedicaram às atividades do orfanato Cristóvão Colombo.

Considera-se relevante incluir, nesse breve histórico, o início da Paróquia de Nossa Senhora de La Pace, em São Paulo, na Avenida Glicério - uma iniciativa do Superior da Pia Società Scalabriniana, com aprovação eclesiástica em 1936. A ideia era criar um centro de trabalho scalabriniano para desenvolver o apostolado, com um amplo plano de atividades em vários setores, de forma a atender aos italianos em qualquer parte da grande cidade. Era, mais precisamente, uma Igreja para os italianos, em São Paulo. Junto ao projeto de construção da

¹²⁵ “Le principale località visitate periodicamente dai nostri missionari, oltre S. Bernardo, Santo André, S. Caetano, Ribeirão Pires, Mauá, Paranapiacaba, rio Grande da Serra, Campo Grande, furono quelle attorno ai centri di Jundiaí, Capivari, Monte Mor, Piracicaba, Rio Claro, Cordeiro, Botucatu, Jaú, Ribeirão Bonito, Dourado, Bocaína, Boas Esperança, S. Carlos, Matão, sertãozinho, Jaboticabal, Ribeirão preto, Jardinópolis, Batatais, Cravinhos, Mococa, Descalvado, Pirassununga, Araras, Limeira, Campinas, Bica de Pedra, Guaíba, ecc, ecc.” (Ibidem, p.173)

¹²⁶ Società Italiana de Beneficenza em San Paolo (Ibidem).

Igreja, havia também a ideia era criar uma Associação Religiosa, que se concretizou e foi intitulada *Madonna della Pace*. A Associação contou com a participação das senhoras das principais famílias da coletividade italiana de São Paulo e, por ser de caráter assistencialista, empenhou-se também em angariar fundos para construção da Igreja. Observou-se, na constituição da Associação, a participação das famílias Castrucio, Matarazzo e Crespi, que muito se empenharam na construção da Igreja.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a Congregação Scalabriniana buscou, por um lado, estender-se à comunidade italiana residente no estado de São Paulo e, por outro, disseminar os ensinamentos cristãos, os dogmas católicos, em combate aos novos credos inerentes à sociedade moderna que se despontava. Todos os esforços foram reunidos para esse fim, principalmente esforços e donativos de pequenos e de médios proprietários de fábricas, de indústrias e de comerciantes bem sucedidos – uma classe social que se sobressaiu meio aos inconvenientes da emigração traiçoeira, como foi a italiana. Esses esforços reunidos construíram Igrejas, Asilos, Casa de Saúde, Escolas etc., e contribuíram para a edificação da *Obra de Recatolicização*, uma ação reformista que se fazia necessária e urgente no Brasil, sobretudo, nos grandes núcleos italianos, onde, por falta ou omissão da assistência religiosa católica, poderiam se desvincular da pátria, da cultura e da fé romana.

As Irmãs contribuíram para que a ação de recatolicização se consolidasse, em primeiro lugar, pela assistência aos menores, dentro dos padrões estabelecidos no regimento interno da instituição, dos princípios scalabrinianos e católicos. Posteriormente, além do trabalho nos dois orfanatos, as irmãs participaram de significativas atividades. Em 1912, a Madre Assunta¹²⁷ assumiu a direção da Congregação das Irmãs em São Paulo e estabeleceu, no Orfanato Cristóvão Colombo de Vila Prudente, seção feminina, a Sede Geral da Congregação. Percebe-se, portanto, que, paulatinamente, as Irmãs vão se fortalecendo e, na figura de Assunta, dando continuidade aos desejos do primeiro grupo específico de Marchetti, o cofundador da Congregação. Interessante acrescentar que, em 1934, a Igreja Católica Romana reconheceu a Congregação das Irmãs Scalabrinianas como Instituto de Direito Pontifício e aprovou suas Constituições, em 1948, solidificando ainda mais o desejo das Irmãs de expandir pelo mundo suas instituições.

¹²⁷ Conforme história da Congregação, Madre Assunta era irmã de Pe. Marchetti, nasceu em Lombrici-Lucca na Itália, chegou ao Brasil aos 24 anos para exercer seus dons religiosos, sua vocação.

3.4 As Províncias e suas instituições

Em função do carisma a serviço do migrante¹²⁸, as Irmãs decidiram, em 1915, no governo de Madre Assunta, adentrar pelo estado do Rio Grande do Sul para atender à tríade saúde, educação e catequese, conforme disposições da encíclica, apresentada anteriormente, *Maximum Illud*, na qual o papel da mulher seria importante para fundar escolas, orfanatos, casas de recuperação, hospitais e outras obras de caráter social, como instrumentos da propagação da fé. Os quadros apresentados anteriormente convalidam essa ideia, pois grande número de congregações femininas buscaram executar essa orientação. Com esses mesmos princípios, a Congregação das Irmãs também avançou pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e, também, expandiram seu trabalho por diversos países da América. Ainda nos anos vinte, durante o governo de Madre Borromea Ferraresi¹²⁹, a Congregação semeou o carisma feminino em vários países da Europa, aos imigrantes italianos.

Atualmente, a Congregação conta com 832 membros, 6 províncias¹³⁰, 152 comunidades distribuídas em 20 países e quatro continentes, concretizando sua missão por meio da catequese, da educação cristã, do serviço social e da assistência à saúde. É um número, relativamente, pequeno de Irmãs em relação à dimensão de suas atividades nos vários países apresentados no Quadro anterior. Do ponto de vista econômico, há evidência da expansão material, possivelmente, “um crescimento acelerado da riqueza” (MARX, 1982) da Congregação das Irmãs, acumulação capitalista representada pela aquisição e construção de prédios, escolas, colégios, hospitais, asilos e outras propriedades.

Sucessivamente, outras instituições foram criadas em outros continentes conforme quadro abaixo:

¹²⁸ Ver REVISTA CENTENÁRIO, 1995 sobre carisma scalabriniano.

¹²⁹ Madre Borromea Ferraresi é oriunda de Mantova, Itália. É uma das órfãs que entrou no Orfanato Cristóvão Colombo, SP em 1912 e professou os votos em 1913. Foi professora no Colégio São Bernardo, mestra de canto e de bordado. Eleita Superiora Geral da Congregação de 1935-1951 (REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANA, 1995).

¹³⁰ REVISTA CENTENÁRIO, 1995.

Quadro 14 - Fundações Scalabrinianas fora do Brasil (1936-1995)

Ano	Cidade/país
1936	Piacenza – Itália
1941	Stone Park II – EUA
1947	Hayange – França
1950	Lucerna-Suíça
1951	Maastricht – Holanda
1952	Peronnes – Lez-Binche –Bélgica
1971	Duisburg – Alemanha
1975	Colônia Santa Teresa – Paraguai
1977	Mississauga-Canadá
1978	Buenos Aires- Argentina
1982	Amora- Portugal
1985	Tijuana- México
1987	Santafé de Bogotá
1987	Manila – Filipinas
1991	Tegucigalpa – Honduras
1991	Santo Domingo – República Dominicana
1992	Quito- Equador
1992	Odendalsrus – África do Sul
1994	Skoder – Albânia
1994	Ressabo Garcia – Moçambique
1995	Lublino- Polônia

Fonte: REVISTA CENTENARIE DI SAN CARLO SCALABRINIANE (1995).

Cada Província¹³¹ da Congregação está sob o governo de uma superiora provincial que tem como objetivo zelar pela qualidade religiosa-missionária-scalabriniana de cada membro e cuidar da formação das Irmãs¹³² e das vocações. A *primeira Província* é a de Nossa Senhora Aparecida, com sede em São Paulo, no Ipiranga, fundada em 1895, ereção canônica em 1927. Já a *segunda Província* denomina-se Imaculada Conceição e foi fundada em 1915, quando as Irmãs pioneiras chegaram a Bento Gonçalves, sendo que sua ereção canônica aconteceu em 1927. Em 1926, a Província conquistou sua autonomia e estabeleceu a sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, sendo nomeada como a primeira superiora provincial a Irmã Maria Lúcia Gorlin. Os documentos deixam entrever que a Província prosperou e consolidou-se no âmbito educacional, oferecendo ensino das primeiras letras, da língua italiana e dos ensinamentos

¹³¹ Dá-se o nome de província a união de mais casas que, sob o mesmo Superior, constitua uma parte imediata desse instituto e seja canonicamente erigida pela legítima autoridade (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1987).

¹³² REVISTA CENTENÁRIO, 1995.

cristãos aos filhos e filhas de imigrantes italianos. É proeminente o trabalho vocacional das Irmãs nessa Província, dado o aumento expressivo de meninas que optaram pelo noviciado, imprimindo, assim, cada vez mais, o carisma scalabriniano e aumentando quantitativamente a Congregação.

Interessa-se, neste estudo, compreender a expansão e a consolidação da Província Nossa Senhora Aparecida e da Província Imaculada Conceição porque constituem o período demarcado para este estudo. A primeira configura o lançamento da Congregação das Irmãs no Brasil, com ênfase no trabalho do Orfanato Cristóvão Colombo em duas instâncias na cidade de São Paulo – Ipiranga e Vila Prudente. Logo em 1913, fundam o Colégio São Bernardo, em São Bernardo, e, em 1926, o Colégio Santa Teresinha, no bairro Pari, capital. Essas instituições constituem-se objeto de interesse nessa pesquisa, pois materializam a ação educacional da Congregação no estado de São Paulo. Em 1915, as Irmãs são convidadas a prestarem seus trabalhos aos imigrantes italianos, nas colônias do Rio Grande do Sul. Notou-se a presença fervorosa das Irmãs nesse estado, considerando a criação de um número maior de colégios nos anos subsequentes. A Província Nossa Senhora Aparecida resolve também adentrar pelo estado de Minas Gerais, em 1939. Essas informações serão aprofundadas, no capítulo IV, para explicitar a ação educacional da Congregação nesses estados e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira. Do ponto de vista histórico, a Congregação, durante os anos apresentados, conseguiu acumular um patrimônio que justifica sua inserção no modo de produção capitalista.

Considera-se importante, por se tratar desse período, rápida incursão pelos documentos pontifícios, uma vez que o Papa Pio XI (1922-1937) buscou governar a Igreja movido pelo lema *“A Paz de Cristo no Reino de Cristo”*, tendo em vista o contexto beligerante em que o mundo vivia. No cômputo de seus escritos, atenta para a luta de classes como uma úlcera moral e considera as greves como advindas dessa chaga social e, desse modo, culminam as conjurações, as revoltas e até mesmo o terrorismo. Referiu-se ao nacionalismo moderado de todas as nações, afirmando que *“a concupiscência dos olhos, isto é, a sede das riquezas que dá origem a luta de classes, atenta cada uma só a seus interesses particulares”* (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.23).

Dessa forma, são os excessos, as desregradas ambições, o materialismo encoberto pela ideologia patriótica que desenvolvem os ódios e os conflitos entre as nações. (2004) Pio XI propôs um apostolado – um conjunto de organizações, programas e obras – que constituía uma *Ação Católica*. Ressalta-se, portanto, que foi possível depreender, a partir da expressiva expansão

da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo, no Brasil e em outros países, a orientação em busca da unidade e o combate ao modernismo social, considerado por Pio XI como um mal que buscou anular o valor primitivo da Santidade. Não só a Congregação Scalabriniana atuou dessa forma, mas todos os institutos educacionais confessionais, como o Centro Dom Vital, a revista Ordem, a LEC e outros movimentos.

Pio XI dedicou a encíclica *Rerum ecclesial* ao incremento das obras missionárias, enfatizando o papel dos bispos de multiplicar a obra vocacional e reforçar a importância da Ação Católica, na forma de associações humanas que cultivam os exercícios espirituais. Essas associações seriam necessárias para cumprir esse papel. Preocupou-se, também, com a educação dos jovens e enfatizou esse aspecto na carta encíclica *Divini Illius Magistri*¹³³, abordando a necessidade de multiplicar os mestres, as novas teorias, os novos meios e métodos para criar uma nova educação de infalível eficácia, que pudesse preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena. Essa carta imprimiu a concepção de educação, a partir da perspectiva essencialista,

como aquela que tem em vista, em última análise, assegurar o Sumo Bem, Deus, às almas do educando, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana formando o homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criada. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.164)

Tratou, também, da relação Igreja e Estado, a partir do direcionamento do Concílio Vaticano de que fé e razão não podem se contradizer jamais; por esse ponto de vista, qualquer perspectiva pedagógica que negasse os meios de formação sobrenatural seria falsa, irreverente e perigosa. Mostrou-se, no entanto, contrária ao ensino sexual, questão que invadia os debates educacionais da época, e à co-educação, negando-a e combatendo-a, como um erro pernicioso baseado na negação do pecado original, uma vez que, na adolescência, não convinha reunir ambos os sexos em todas as atividades. Diante de tais preocupações, referiu-se à escola, em particular, como uma instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, que, nessa perspectiva, deveria se constituir como o único santuário (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.194), em detrimento da escola laica, neutra, de onde se exclui a religião e negam-se os princípios fundamentais da educação.

¹³³ Essa carta encíclica foi escrita por Pio XI e publicada em 31 de dezembro de 1929 (IGREJA CATÓLICA, 2004).

A Congregação das Irmãs expande-se à Europa e a *terceira Província* é a de São José, com sede em Piacenza, na Itália, com jurisdição em toda Europa. Foi fundada em 1936, com ereção canônica em 1947. O Cardeal Rafael Rossi, considerado o protetor da Congregação, desejava, ardentemente, a presença das Irmãs junto às comunidades de Piacenza¹³⁴, cidade-berço da Congregação. O trabalho inicial da Província contou também, com a direção e a orientação da superiora provincial Irmã Lúcia Gorlin. O trabalho das Irmãs, ao longo dos anos, voltou-se para escolas maternais, empenhado na alfabetização de jovens e adultos, oferecendo reforço escolar a jovens e adolescentes muçulmanos, acompanhando migrantes encarcerados, fazendo atividades formativas nas missões e nas paróquias, onde o número de migrantes era significativo.¹³⁵

A *quarta Província*, Nossa Senhora de Fátima, foi fundada em 1941, em Melrose Park – II, quando algumas Irmãs, saídas de São Paulo, participaram e trabalharam no seminário Scalabriniano Sacred Heart (Sagrado Coração), em Illinois, EUA. Em 1954, a Província foi ereta canonicamente. Observou-se acentuado trabalho com o migrante indocumentado, refugiado e encarcerado, com ênfase nos aspectos espiritual e psicológico, além do proeminente trabalho vocacional, aspecto presente nas outras Províncias, sinal de compromisso com o projeto de recatolicização da Igreja Católica.

A Província Imaculada Conceição foi dividida em duas, dando origem à *quinta Província*, Cristo Rei, com sede em Porto Alegre, em 1966. A Congregação objetivava ampliar os trabalhos vocacionais e dar maior assistência às Irmãs. A Província obteve ereção canônica no mesmo ano em que foi fundada, consolidando, ainda mais, sua ligação com as decisões da Igreja. Buscou cultivar a missionaridade como principal fito congregacional, evidentemente, a forma mais racional de dar continuidade ao trabalho religioso.

A última das províncias, Maria Mãe dos Migrantes, foi fundada em 1971, em Várzea Grande, no estado de Mato Grosso, e obteve ereção canônica em 1991. As Irmãs, principalmente das Províncias Cristo Rei e Imaculada Conceição, buscavam, na medida do possível, fazer um trabalho inter-provincial e, nesse sentido, membros das duas províncias prestaram assistência aos migrantes da região norte e centro-oeste do país. Foi a partir dessas primeiras ações que emergiu a mais jovem Província das Irmãs Missionárias São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

¹³⁴ REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANA, 1995.

¹³⁵ Ibidem

Importante ressaltar que cada província organizou-se em comunidades eretas canonicamente, objetivando cultivar as vocações e realizar a missão evangelizadora na construção do reino de Deus, projeto proeminente na restauração católica. Nessa direção, considera-se pertinente a apresentação do **Quadro 15** referente às comunidades da Congregação, desde 1895, ano de sua fundação, até 1940, ano de consolidação da Congregação no Rio Grande do Sul.

Quadro 15 - Expansão Congregação das Irmãs São Carlos Borromeo (1895-1940)

Nº ereção Canônica	Nome da comunidade	Ano Fund.	Missão Principal	Localização	Província
001/NSA	Inst. Cristóvão Colombo	1895	Cuidados/ órfãos	Ipiranga/SP	Nossa Senhora Aparecida
002/NSA	Inst. Cristóvão Colombo	1904	Cuidado / órfãs	Vila Prudente/SP	Nossa Senhora Aparecida
003/NSA	Sta Casa da Misericórdia	1913	Cuidado/ doentes	S. Luiz Parahy/SP	Nossa Senhora Aparecida
004/NSA	Colégio São Bernardo	1913 1925	Educação Cristã	São Bernardo/SP	Nossa Senhora Aparecida
005/NSA	Asilo N. S. da Candelária	1913	Cuidado/ anciãos/ãs	Itu/SP	Nossa Senhora Aparecida
006/PCR	Colégio N. S. Medianeira	1915	Educação Cristã	Bento Gonçalves/RS	Imaculada Conceição
007/PIC	Escola N.S. de Lourdes	1917	Educação Cristã	Farroupilha/RS	Imaculada Conceição
008/PRC	Colégio Mons. Scalabrini	1917	Educação Cristã	Guaporé/RS	Imaculada Conceição
009/PRC	Colégio Sag. Cor. Jesus	1919 1987	Educação Cristã	Nova Bréscia/RS	Imaculada Conceição
010/NSA	Centro Voc. São Carlos	1920	Pastoral Vocacional	Aparecida/SP	Nossa Senhora Aparecida
011/NSA	Asilo Barão Rio Branco	1922	Pastoral Social	Jundiaí/SP	Nossa Senhora Aparecida
012/NSA	Sta Casa Misericórdia	1924	Cuidados/ doentes	Itatiba/SP	Nossa Senhora Aparecida
013/PIC	Escola Santa Cruz	1924	Educação Cristã	Nova Milano/RS	Imaculada Conceição
014/NSA	Sta.Casa Misericórdia	1924	Cuidado/doentes	Monte Alto/SP	Nossa Senhora Aparecida
015/PCR	Hosp.dr. Bartolomeu Tac.	1924	Cuidado/doentes	Bento Gon./RS	Imaculada Conceição
016/NSA	Sta Casa Misericórdia	1925	Cuidados/doentes	Atibaia/SP	Nossa Senhora Aparecida
017/NSA	Colégio Santa Teresinha	1916	Educação Cristã	Pari/SP	Nossa Senhora Aparecida
018/PIC	Instituto São Carlos	1925	Acolhida	Caxias do Sul/RS	Imaculada Conceição
019/PRC	Colégio Santa Teresinha	1930	Educação Cristã	Anta Gorda/RS	Imaculada Conceição

020/NSA	Asilo S. Vic. De Paulo	1930	Cuidado /doentes	Jaboticabal/SP	Nossa Senhora Aparecida
021/PRC	Colégio São José	1931	Educação Cristã	Roca Sales/RS	Imaculada Conceição
022/NSA	Hosp. Dr. Renato Silva	1932	Cuidado/doentes	Socorro/SP	Nossa Senhora Aparecida
023//PCR	Hosp. Roque Gonçalves	1932	Cuidado/doentes	Roca Sales/RS	Imaculada Conceição
024/PRC	Ginásio São Pio X	1933	Educação Cristã	Muçun/RS	Imaculada Conceição
025/PIC	Sanatório São José	1934	Cuidado/dementes	Porto Alegre/RS	Imaculada Conceição
026/PIC	Hosp. São Carlos	1935	Cuidado/doentes	Farroupilha/RS	Imaculada Conceição
011/NSA	Asilo Barão Rio Branco	1922 1927	Pastoral Social	Jundiaí/SP	Nossa Senhora Aparecida
012/NSA	Sta Casa Misericórdia	1924 1979	Cuidados/ doentes	Itatiba/SP	Nossa Senhora Aparecida
013/PIC	Escola Santa Cruz	1924 1975	Educação Cristã	Nova Milano/RS	Imaculada Conceição
014/NSA	Sta.Casa Misericórdia	1924	Cuidado/doentes	Monte Alto/SP	Nossa Senhora Aparecida
015/PCR	Hosp.dr. Bartolomeu Tac.	1924 1991	Cuidado/doentes	Bento Gon./RS	Imaculada Conceição
016/NSA	Sta Casa Misericórdia	1925 1986	Cuidados/doentes	Atibaia/SP	Nossa Senhora Aparecida
017/NSA	Colégio Santa Teresinha	1926 2006	Educação Cristã	Pari/SP	Nossa Senhora Aparecida
018/PIC	Instituto São Carlos	1925	Acolhida	Caxias do Sul/RS	Imaculada Conceição
019/PRC	Colégio Santa Teresinha	1930	Educação Cristã	Anta Gorda/RS	Imaculada Conceição
020/NSA	Asilo S. Vic. De Paulo	1930	Cuidado /doentes	Jaboticabal/SP	Nossa Senhora Aparecida
021/PRC	Colégio São José	1931	Educação Cristã	Roca Sales/RS	Imaculada Conceição
022/NSA	Hosp. Dr. Renato Silva	1932 1969	Cuidado/doentes	Socorro/SP	Nossa Senhora Aparecida
023//PCR	Hosp. Roque Gonçalves	1932 1972	Cuidado/doentes	Roca Sales/RS	Imaculada Conceição
024/PRC	Ginásio São Pio X	1933 1979	Educação Cristã	Muçun/RS	Imaculada Conceição
025/PIC	Sanatório São José	1934 1937	Cuidado/dementes	Porto Alegre/RS	Imaculada Conceição
026/PIC	Hosp. São Carlos	1935 1192	Cuidado/doentes	Farroupilha/RS	Imaculada Conceição
027/NSA	Sta. Casa da Misericórdia	1935 1973	Cuidado/doentes	Mirassol/SP	Nossa Senhora Aparecida
028/PIC	São Carlos	1935	Educação Cristã	Caxias Sul/RS	Imaculada Conceição
029/PSG	Casa provincial	1936	Animaz. Província	Piacenza/Itália	Nossa Senhora de Fátima
030/PIC	Hosp. N.S.Aparecida	1937	Cuidado doentes	Parai/RS	Imaculada Conceição

031/PIC	Inst. N.S. Caravágio	1937	Acolhida	Caravágio/RS	Imaculada Conceição
032/PCR	Hosp. Sto Antonio	1938	Cuidado/doentes	Sarandi/RS	Imaculada Conceição
033/PCR	San. Carlo	1938 1981	Acoglienza	Roma/ Itália	Nossa Senhora de Fátima
034/NSA	Colégio Santa Teresa	1939	Educação Cristã	Ituiutaba/MG	Nossa Senhora Aparecida

Fonte: REVISTA MSCS (1995).

Os dados acima demonstram a vasta obra scalabriniana no Brasil, a ação pastoral, social e educacional e, sobretudo, a vocação e a Educação Cristã, por meio da instalação dos hospitais, colégios e escolas. Desse modo, comparando os dados apresentados no período de 1895 a 1939, evidencia-se um crescimento de riqueza material expressivo, visto a criação e a fundação de 34 instituições. Em uma perspectiva econômica, Marx (1982, p.828) explicaria que a “acumulação de capital pressupõe a mais valia; a mais valia, a produção capitalista; e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria”. Nessa perspectiva, afirma-se que a Congregação, inserida no contexto da sociedade capitalista, gerou a mais valia, a produção capitalista.

Observa-se no quadro, inicialmente, além do Orfanato, pedra inaugural da missão no Brasil, o Colégio de São Bernardo, de caráter educacional e instrucional religioso. Atendia meninos e meninas, composto de aproximadamente cem crianças.

As irmãs ministravam o ensino primário. Ministravam aula de cozinha, de bordado, de canto na função sacra. Ensinam o catecismo; na igreja, a juventude, com ajuda de alguma boa pessoa e cooperam eficazmente ao bom andamento do serviço religioso, que resta assim, ou devo dizer, sem correção e edificante... (FRANCESCONI, 1975, p.337)¹³⁶

Ou seja, um colégio para atender a realidade dos italianos que viviam e frequentavam aquela Paróquia, sendo que o principal objetivo era a ação evangelizadora proposta pelos signatários scalabrinianos. Segundo dados da Congregação esse colégio foi suprimido em 1925. (Revista Centenário das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, 1995)

¹³⁶ “impartiscono quello di cucito, di ricamo, de canto nelle sacrefunzioni. Insegnano il catechismo in chiesa allá gioventù; coadiuvate da alcune buone persone e cooperano efficacemente al buon andamento del servizio religioso, che riesce così, oserei dire, inappuntabile ed edificante(...)”

Nota-se que dentre as vinte e duas comunidades elencadas no **Quadro 15**, sete são de cunho educativo, ou seja, são escolas e colégios instalados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com maior concentração nesse último. Justifica-se tal concentração nesse estado pelo maior número de Irmãs na Província Imaculada Conceição, com sede em Caxias do Sul. Percebe-se, portanto, que as Irmãs nutriram-se, durante esses anos, dos primeiros ensinamentos de Pe. Marchetti, o co-fundador da Congregação que inspirava levar os ensinamentos cristãos a todos os estados brasileiros e até mesmo para outros países do continente americano. Essas intenções são recorrentes ao projeto de restauração da Igreja, não só evidenciadas nos documentos da Igreja, sob a diretriz do Papa Leão XIII, mas de seus sucessores, Pio X (1903/1912), Bento XV (1914/1921) e, ainda dentro do período aqui em estudo, Pio XI (1922/1937).

Fundamental ressaltar as diretrizes estabelecidas pela encíclica *Quadragesimo Anno*¹³⁷ sobre a restauração da ordem social, momento em que a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo scalabrinianas adentra por outros estados brasileiro, conforme quadro anterior. Em consonância com a *Rerum Novarum* e outras encíclicas, que também apresentaram um projeto de restauração social como Leão XIII, essa encíclica, publicada no contexto de consolidação do capitalismo, das disparidades sociais e econômicas, retoma a doutrina da Igreja sobre a questão social e econômica, defende a propriedade privada e o investimento de grandes capitais para oferecer o trabalho lucrativo, refere-se sobre o capital e o trabalho. Desse modo, aborda aspectos interessantes, como as reivindicações dos trabalhadores, a elevação do proletariado, a legitimidade do salário, o contrato salarial e outros. O que, indubitavelmente, se apresenta é a preocupação em restaurar a ordem social, a partir da reforma das instituições e costumes (2004, p.304); isto é, reformar o Estado, em primeiro lugar, reordenar a ordem hierárquica.

Das reflexões apresentadas sobre o projeto scalabriniano, os escritos do fundador e co-fundador e a expansão da Congregação, de modo geral, depreende-se inteira interlocução entre Igreja Romana e Scalabrini. A Congregação chega ao Brasil, impulsionada pelas conseqüentes mudanças econômicas e sociais ocorridas na Europa, em especial na Itália, paralelamente, respaldada pelo movimento da Igreja. Uma vez plantada e cultivada a semente da missão, consolida-se materialmente expandindo seu patrimônio, acumulando bens, haja vista a

¹³⁷ Carta encíclica publicada por Pio XI em 15 de maio de 1931 (IGREJA CATÓLICA, 2004).

quantidade de instituições e os prédios majestosos construídos em vários estados brasileiros. Ressalta-se que esses aspectos foram engendrados pelo mesmo processo.

O capítulo seguinte apresenta a primeira instituição da Congregação, analisada a partir do material histórico preservado pelo mesmo. O objetivo foi historiar seu percurso, a partir de suas singularidades, sem perder de vista o contexto maior em que se inseriu.

CAPÍTULO IV

INSTITUIÇÕES ESCOLARES SCALABRINIANAS NO BRASIL: EDUCANDO AS CRIANÇAS CATÓLICAS

Os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros. Há, como em edifícios, subterrâneos, alicerces, porões, portas, janelas, sótãos, telhados, chaminés... O desafio é entrar na instituição. É pouco relevante, parece-me o caminho a ser escolhido. Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participam, pelos ex-alunos, pelo imobiliário, pelas memórias, pela historiografia pré-existente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá suporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado. (SANFELICE, 2007)

Considerando as questões históricas, econômicas e sociais da República e o projeto de romanização da Igreja, este capítulo refere-se, especificamente, às singularidades das primeiras instituições educativas scalabrinianas que surgiram no período estudado. Pretende-se elucidar a gênese, a gestão, a organização didático-pedagógica e os pressupostos filosóficos das mesmas, bem como o conhecimento produzido por cada uma e a contribuição para a formação intelectual e profissional da sociedade brasileira. É interessante esclarecer que há um esforço metodológico para articular as questões evidenciadas em âmbito local com as dimensões regional, estadual, nacional e, até mesmo, ocidental, objetivando confirmar a ideia de que as instituições pertencentes à Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas cumpriram e cumprem, em suas ações educativas e pastorais, o projeto maior da Igreja, conforme discussões arroladas em capítulos anteriores.

Desse modo, considera-se imprescindível apresentar, neste capítulo, o Orfanato Cristóvão Colombo, construído no Ipiranga (1895), que, em seguida, ampliou a seção feminina (1904) em

Vila Prudente, demarcando, portanto, o trabalho da Congregação dos Missionários de São Carlos e o início da obra das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas no Brasil. É importante ressaltar que alguns padres scalabrinianos, vinculados ao Instituto Cristóvão Colombo em Piacenza, Itália, encontravam-se no Brasil com maior concentração no Rio Grande do Sul. Eles eram comumente chamados de colombinos¹³⁸, em função da origem do Instituto.

E em seguida, ressalta-se a criação do Colégio Nossa Senhora Medianeira (1915), em Bento Gonçalves (RS) e o Colégio Santa Teresa (1939,) em Ituiutaba, que se constituíram dois pontos de afirmação do projeto de restauração da Igreja no Brasil. Ambas contribuíram para a edificação do Brasil republicano, educaram crianças para servir a Deus e para construir a nação. O Colégio Nossa Senhora Medianeira, em Bento Gonçalves, foi criado em 1915, quando as Irmãs Scalabrinianas, já organizadas como Congregação, decidiram ampliar suas atividades pelo estado do Rio Grande do Sul, visto que o trabalho de muitos padres scalabrinianos já se consolidava¹³⁹ ali.

No final dos anos trinta, as Irmãs foram convidados pelos padres estigmatinos a instalar-se em Ituiutaba, Minas Gerais, fundando, então, o Colégio Santa Teresa. O Colégio, desde os primórdios, teve como objetivo atender às famílias católicas da cidade e região, direcionando suas atividades para educação feminina. Convalidando, assim, a prática pedagógica dos colégios confessionais no Brasil ao separar a educação para meninos e meninas.

A sustentabilidade teórica para historiar o orfanato, aqui anunciado como instituição educativa, fundamenta-se na afirmação de que, a partir de uma investigação coerente, é possível entrecruzar dados da história, da memória e dos arquivos e, assim, dar sentido histórico à mesma. Para tal, considerou-se seu projeto pedagógico próprio, carregado de significados e intenções, seus sujeitos, suas práticas didático-pedagógicas, seus fundamentos filosóficos, articulados ao contexto histórico, econômico e social do final do século XIX até os anos quarenta do século seguinte.

¹³⁸ A denominação colombinos, assim como colombinas, refere-se à ligação com o Instituto Cristóvão Colombo em Piacenza, parte integrante da Congregação na Itália.

¹³⁹ AZZI, 1987.

4.1 Orfanato Cristóvão Colombo – primeira obra scalabriniana no Brasil

Antes de abordar o Orfanato Cristóvão Colombo, a institucionalização e o instituído, discutiremos a questão: quem cuidou da criança abandonada na primeira República, além do Orfanato, das Casas de apoio? Afinal, se a República precisava dar forma à nação, reconstruí-la, moralizá-la, o que fazer com a infância abandonada? Como higienizá-la, previni-la, tratá-la de modo que não contaminassem a sociedade?

Essa questão merece ser revista, mesmo que, sumariamente, desde a colonização. Segundo Rizzini (2004), as crianças da Colônia e do Império eram comumente deixadas pelos seus familiares na Roda¹⁴⁰ dos Expostos. O sistema de Roda dos Expostos, de origem italiana, foi criado por uma Irmandade de Caridade na Idade Média, em decorrência da preocupação com o grande número de bebês abandonados ou encontrados mortos. No Brasil, as Santas Casas da Misericórdia, de tradição portuguesa, ocuparam-se em assistir a infância abandonada nas grandes cidades como Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e ainda em São Paulo (1825). Em outras cidades elas foram posteriormente criadas. Assim que essas crianças eram recebidas na Santa Casa, as amas de leite as amamentavam de forma coletiva (RIZZINI, 2004).

As primeiras instituições, no Brasil, para órfãos e órfãs, datam do século XVIII, instaladas por religiosos e religiosas (irmandades, ordens, congregações e por iniciativas de pessoas do clero), cujo trabalho se baseava na disciplina, na ordem e na instrução. No Império, o Brasil instala algumas escolas ou institutos para instrução elementar e profissionalizante, para a infância abandonada. Rizzini (2004) afirma que foram instaladas,

em nove Províncias Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos, tais como o de sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro entre outros. Novas matérias foram adotadas, conforme as necessidades profissionais da época, como o desenho e a geometria.

¹⁴⁰ Refere-se a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada (HISTEDBR, 2008).

Além disso, foram criadas as Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas, e as Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra, todas elas com o objetivo de higienizar as ruas das capitais brasileiras. As meninas, no entanto, eram criadas em recolhimentos femininos religiosos, sendo que o principal objetivo era discipliná-las como boas domésticas e futuras boas esposas.

Desse modo, na República evidencia-se o papel dos médicos higienistas e as instituições filantrópicas exercendo suas tarefas diante da construção da nação. Os higienistas já se preocupavam com as taxas de mortalidade infantil comprovadas nos asilos e nas casas de Roda. Iniciaram-se, então, algumas discussões sobre a possibilidade de elaborar políticas públicas para resolver a questão. Em 1890, promulgou-se o Código Criminal que rebaixou a idade penal de 14 para 9 anos, objetivando reprimir as crianças que andavam às soltas pela cidade. Uma vez abordadas, eram recolhidas na Casa de Detenção no Rio, cujas condições não eram saudáveis, pelo contrário, eram de risco, pois os adultos permaneciam junto com as crianças. Após algumas discussões sobre a questão, em 1898, elas passaram a ser recolhidas separadamente.

Em uma visão moralizadora, a República precisava criar meios para cuidar da infância abandonada e, assim, higienizar a nação, torná-la sã. Foram criados, então alguns projetos de Lei, dentre eles, o projeto Alcindo Guanabara (1906), projeto João Chaves (1912), cada um, dentro da sua especificidade, cumpria o mesmo objetivo.

Um breve histórico sobre os reformatórios instituídos em São Paulo e Rio de Janeiro, nesse período, esclarece sobre a educação e a formação da infância abandonada. Alguns trabalhos¹⁴¹ consultados afirmam ser escassas as instituições destinadas a cuidar daqueles que incomodavam a cidade. Em 1902, criou-se, em São Paulo, o Instituto Disciplinar, para prender menores considerados criminosos e os perâmbulos nas ruas da cidade, abandonados pela família, filhos de imigrantes, órfãos de pai e de mãe. O Instituto, denominado também Instituto Educativo Paulista, tinha caráter prisional e atendia às crianças que viviam ou trabalhavam na rua. Nesse mesmo período, alguns reformadores que legislavam sobre a questão do menor esforçaram-se para criar espaços distintos e educativos, tanto para a forma prisional quanto para a educativa, escolas com base no primeiro Código de Menores do Brasil (1923).

Dentre as instituições filantrópicas do período destaca-se o Orfanato Cristóvão Colombo, no Bairro do Ipiranga, em São Paulo. Considera-se que seja a pedra inicial da missão

¹⁴¹ RIZZINI, 2005 e ZAMORA, 2005.

scalabriniana no Brasil. Intencionou-se, portanto, abordar a totalidade histórica na qual se inseria o Orfanato, a primeira República e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais, procurando descrever o movimento real desse contexto, intrinsecamente relacionado à concretude com o que foi factível no Instituto, em especial, suas particularidades.

Entendeu-se, então, que relacionar a particularidade do Orfanato com uma dimensão mais ampla, o seu entorno, é importante para compreender o seu sentido pleno, a intensidade de seu significado. Para tanto, foi necessário procurar todos os vestígios e sinais que constituíram o conjunto do Orfanato e entender a concepção, feita por eles, de educação, de homem e de sociedade, o que os seus sujeitos ensinaram formar e que permanece há mais de um século. Denominando o Orfanato como uma instituição, é relevante retomar as reflexões elaboradas por Saviani (2007, p.4) sobre o conceito de instituição como uma estrutura material, constituída para atender às necessidades dos sujeitos que a constitui, necessidades que perduram e permanecem. Nesse sentido,

a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente os processos de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. (SAVIANI, 2007, p.4)

Desse modo, a instituição pode deixar de existir em um determinado espaço-tempo, porém, permanece em sua intencionalidade.

O Orfanato foi criado para atender às necessidades daquele contexto histórico: a orfandade e a imigração; uma história carregada de perdas, desencanto, pobreza, desemprego, exploração, entre outros problemas. Era um contexto em que as diferenças eram muito evidentes, o atendimento à criança pobre e abandonada era completamente diferente da criança abastada, protegida e amparada. O Orfanato existiu em um determinado tempo, escreveu sua história, demarcou seu espaço, mas, demarcou, sobretudo, seu campo de atuação diante do mundo do trabalho e do “apartheid social”. Mostrou qual classe social atenderia, cuidou da criança abandonada e explorada, preparando-a para o mundo do trabalho, como produto do modo de produção capitalista.

Organizar as fontes que possibilitaram historiar o Orfanato demandou tempo e espera. À medida que os diretores responsáveis autorizaram o acesso aos arquivos, começou, então, o enfrentamento com informações primárias e, de certo modo, a seleção daquelas que poderiam

responder às inquietações iniciais e outras que foram surgindo ao longo da construção dessa tese. O principal arquivo encontra-se no Orfanato Cristóvão Colombo, no Ipiranga, contendo as mais variadas fontes iconográficas, relatórios, atas, matrículas, requerimentos, ficha individual de alunos, cartas escritas pelas Irmãs e pelos Padres scalabrinianos, entre outros. Há um vasto acervo, parcialmente utilizado neste estudo.

A segunda etapa do trabalho sobre o acervo encontrado demandou uma interpretação meticulosa e criteriosa sobre as fontes encontradas, procurando compreender a necessidade real da existência e da finalidade e a intensidade do Orfanato. Permitiu, também, questionar o porquê daquelas informações e o significado de cada uma delas. Por outro lado, o acervo do Orfanato, em Vila Prudente, seção feminina, apesar de modesto, também contribuiu para delinear seu perfil, expressar sua intenção, seu projeto de formação feminina para crianças pobres e abandonadas.

Todas as informações encontradas nos arquivos foram entrecruzadas e balizadas entre si, por isso constituíram em elementos fundamentais para a história do Orfanato. Elas foram a sustentação para a construção do sentido, da vida, do itinerário e da intenção da instituição. Desse modo, o conjunto de fontes encontrado foi analisado criticamente, procurando não se enveredar apenas por um viés, até mesmo pelo mais atrativo, mas atentar-se, igualmente, para todos os elementos constitutivos do objeto pesquisado buscando construir uma única história, sem silenciar ou privilegiar parte dela, nem tão pouco eliminar alguns sujeitos constitutivos do mesmo projeto.

De acordo com as interpretações teóricas de Sanfelice (2007, p.77), buscou-se decifrar o quebra-cabeça, remontá-lo, dando sentido às peças do jogo e, nesse contexto, enveredou-se pelo interior do Orfanato buscando entrecruzar documentos de alunos, históricos de fundação, regulamento interno, regulamento das oficinas profissionalizantes, programa de ensino, legislação vigente, orientações scalabrinianas, historiografia específica, entre outros dados. “Intentou-se fazer a síntese de múltiplas determinações, variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc) que agem e interagem entre si, ‘acomodando-se’ dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade” (SANFELICE, 2007, p.77).

Dessa forma, foi possível construir, historicamente, a identidade do Orfanato como uma instituição que cuidou da criança abandonada paulistana e encaminhou-a para o mundo do trabalho na primeira República brasileira. Não obstante, na tentativa de melhor expressar a

história do Orfanato e relacioná-la esta com o ambiente que a envolvia foi imprescindível entrecruzar a dimensão com as dimensões meso e macro que envolviam o Orfanato, a sociedade do Ipiranga e da Vila Prudente, a sociedade paulista e brasileira do final do século XIX até a primeira República. Percebe-se que a tarefa de reconstruir historicamente o Orfanato demanda critérios, audácia, criatividade e, sobretudo, criticidade.

Sendo assim, considerações sobre a figura de Pe. Marchetti¹⁴² fizeram-se necessárias, principalmente, por ser ele o cofundador da obra scalabriniana no Brasil. Os textos do próprio Scalabrini e também os escritos compilados por Francesconi permitem entrevê-lo como membro externo da Congregação de São Carlos Borromeo, convidado por Scalabrini, evidentemente, com explícitos objetivos de acompanhar o imigrante na travessia, como capelão de bordo¹⁴³. Na viagem, Marchetti se deparou com situações que impulsionaram providências mais rápidas a respeito da criação de um orfanato ao desembarcar no Brasil. O fragmento abaixo expressa o que auxiliou Marchetti definir por completo sua vocação:

A bordo de um navio sobre o qual viajava um missionário, o padre D. Giuseppe Marchetti (já professor no seminário de Lucca) morria uma jovem esposa, deixando um órfão lactente e o marido só, no desespero. O missionário para aclamar aquele desolado que ameaçava jogar-se ao mar, promete-lhe tornar-se curador do menino, como promessa feita. Chegando ao Rio de Janeiro, trazendo aquela inocente criaturinha, e se apresentou com ela ao exímio conde de Savóia, cônsul geral daquela cidade. Ele não pôde dar ao jovem missionário qualquer palavra de enorajamento, mas tanto bastou para ele, batendo de porta em porta, consegue deixar o menino com o oporteiro de uma casa religiosa. Daquele momento a idéia de fundar em São Paulo (onde havia chegado) um orfanato para os filhos de italianos lhe surgiu à mente.¹⁴⁴ (FRANCESCONI, 1973, p.120)

¹⁴² Pe. José Marchetti, natural de Itália, nasceu em Lombrici-Camaiore, Província de Luca aos 03 de outubro de 1869. Ordenou-se sacerdote aos 02 de abril de 1892. A sequência dos cargos do padre se desdobrou assim: pároco em Compignano, Capelão em Balbano e Professor no Seminário de Luca. Ingressou-se na Congregação em 15 de outubro de 1894 e seu primeiro cargo foi o de capelão de bordo de um navio, lotado de emigrantes que zarpava de Gênova para o Brasil (REVISTA FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1995).

¹⁴³ “accompagnare, gli emigranti nella traversata, come capelanno de bordo” (FRANCESCONI, 1973, p.120).

¹⁴⁴ “A bordo della nave su cui viggiava un missionário, il Padre D. Giuseppe Marchetti (già professore nel seminario di Lucca) moriva una giovane sposa, lasciando un orfanello lattante e il marito solo, nella disperazione. Il Missionário per calmare quel desolato Che minacciava di butatarsi a maré, gli promise de prendersi cura Del bimbo, come promise fece. Giunse a Rio de Janeiro, recando quella innocente creaturina, e si presentò com essa all’esímio conte de Savoia, , allora console generale di quella città. Egli non potè dare al giovane missionário Che parole de incoraggiamento, mas tanto bastò perchè questi, batendo de porta in porta, arrivasse infine a collocare il poveri presso il portinaio d euma casa religiosa. Da quel momento l’idea di fondare a S.Paulo (dove era avviato) um orfanotrofio per i figli degli italiani gli balenò alla mente.”

Por estar em contato direto com o problema dos emigrantes italianos, uma das primeiras providências de Marchetti, ao chegar no Brasil, foi contatar autoridades, em especial o consulado italiano, para apresentação de um projeto de construção de três casas de imigração em São Paulo, com o objetivo de acolher e orientar os imigrantes. Em seguida, fora apresentado ao Conde José Vicente de Azevedo¹⁴⁵ e esse, além de doar um terreno de 1408 m², doou também 50.000 tijolos para construção do primeiro Orfanato da Congregação na cidade de São Paulo.

Com notável agilidade, Marchetti implementou a construção do Orfanato, no Ipiranga, e fez planos de trabalho para expansão para outras regiões do Brasil e outros países da América Latina, conforme carta à Scalabrini em 31 de janeiro de 1895, “aqui faremos logo o noviciado, muitas das órfãs se tornaram freiras, Jesus bendito. Andemos a Minas, ao Rio, a S. Catarina! No interior do Brasil, na Argentina, por todo lado! Graças a Deus! A seara é farta.”¹⁴⁶ Percebe-se, em suas afirmações, explícitas ligações aos objetivos do projeto tridentino compilados no Concílio de Trento e seguidos por São Carlos Borromeo, que era o compromisso de levar educação cristã a todos os povos veementemente.

No segundo opúsculo escrito por Scalabrini, ao referir-se sobre seu projeto para atender aos imigrantes na América, ele afirma “onde está o povo, aí está a Igreja, pois a Igreja é mãe, amiga e protetora do povo, e para ele terá sempre uma palavra, um sorriso e uma bênção”.¹⁴⁷ Nesse mesmo sentido, imbuído por idéias ultramontanas, Marchetti empenhou na consolidação do Orfanato do Ipiranga e planejou a construção do segundo Orfanato em Vila Prudente, em São Paulo.

Acrescente-se à pesquisa dessa natureza a importância de dar sentido ao fundador e ao cofundador das instituições estudadas e, nessa perspectiva, é fundamental compreender também que “fazer história institucional, é um trabalho do pesquisador revisitar o projeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade, retomar as formas de organização jurídica e material” (WARLE, 2004, p. 19). São expressivas as afirmações de Marchetti¹⁴⁸ a respeito do projeto educativo que pretendia desenvolver:

¹⁴⁵ O Conde José Vicente, filho de coronel, advogado, professor e político, dono de grandes plagas e mais de cem escravos, foi agraciado em 1935 como Conde romano pelo Papa Pio XI em função da sua ação assistencialista e caridosa na cidade de São Paulo (PASIN, 2001).

¹⁴⁶ “Qua ne ho di pronte a fr il noviziato, molte della orfane diverranno suore, Gesu sara bendetto. Andremo a Mina, andremo a Rio, a S. Catarina, nell’ Interno de Brasile, nell’ Argentina, da per tutto! Deo Gratias! La messe é molta” (FRANCESCONI, 1973, p. 127).

¹⁴⁷ SCALABRINI, 1979.

¹⁴⁸ Pe. Marchetti foi enviado por João Batista Scalabrini, bispo de Placência e fundador da Congregação na Itália.

A congregação quer manter a moralidade, a crença, a instrução, etc. Ora esse risco por tudo mas, especialmente em São Paulo, na cidade, e por causa dos órfãos, dos abandonados, e os que não são padres. Desta classe os juvenzinhos ficam muito nos populares Cafés, etc, etc. Dessa classe pertencem os vagabundos, os filhos da Maçonaria, os frangotes, etc, etc. Dessa classe pertencem em suma aqueles que depois que espalham a impiedade até pelo campo, porque se tornam os emissários dele, das Lojas, etc, etc. Porque é necessário curar esta classe para que não permaneça tudo aos contrários. Parece-me que podemos conseguir isso com o instituto que eu já fundei. Para que os garotos saiam alfaiates, mestres que depois andem pela colônia a ensinar, educar, etc. E também que saiam freiras que se tornarão artistas, mestras da escola, missionários, laicos, etc. etc., etc. e comecem a assistirem os colonos, instruí-los, etc, etc.¹⁴⁹ (FRANCESCONI, 1973, p.128)

Todavia, o cofundador das obras scalabrinianas no Brasil tinha como preocupação central formar, no Orfanato Cristóvão Colombo, os jovens para um determinado ofício, possibilitando a eles se inserirem no mundo do trabalho, com vistas à crescente urbanização e industrialização que assolava São Paulo.

Em uma carta de dez de março de 1895, Marchetti informou a Scalabrini que se apresentara à cidade de São Paulo como membro da Congregação de São Carlos e anunciara o Orfanato Cristóvão Colombo como instituição para educar e transformar em “bons operários e bons cidadãos os órfãos dos infelizes imigrantes, que foram mortos no mar e na colônia, deixando no abandono seus filhos menores, é preciso que a sessão dos garotos ‘seja confiada às irmãs e damas de caridade da mesma Congregação’” (FRANCESCONI, 1973, p.127)¹⁵⁰.

Para realizar esse projeto, Marchetti retornou à Itália em busca de outros religiosos ou religiosas que pudessem auxiliá-lo. Ainda em 1895, estava de volta ao Brasil com quatro religiosas que ele mesmo reuniu em Luca/Camaiore, “as irmãs eram quatro: Carolina Marchetti, diretora do orfanato (que não será mais admitida propriamente a essa profissão), Assunta Marchetti, economista, Angelina Larini, enfermeira, Maria Franceschini, encarregada de

¹⁴⁹ “La Congregazione vuole mantenere la moralità, la fede, l’istruzione, ecc. Ora questa pericola da per tutto ma specialmente in s. Paulo, nelle città, e per causa degli orfani, degli abbandonati, e de’ non curati. Da questa classe si prendono le giovanette per popolare i Caffé, ecc, ecc. Da questa classe escono i vagabondi, e figli della Massoneria, i galeotti, ecc, ecc. Da questa classe escono insoma quelli che poi spargono l’empietà anche per le campagne, perché diventano gli emissari degli, delle Loggie, ecc, ecc. Perciò bisogna curare questa classe così che invece ne esca tutto contrario. Me pare che si consegua questa coll’ Istituto che già ho fondato. Fra le bambine usciranno sarte, maestre che andranno poi per le colonie a insegnare, educare, ecc. e usciranno anche Le Suore che usciranno artisti, maestri di scuola, Missionari, laici, ecc, ecc, ecc e andranno ad assistere i coloni, istruirli, ecc, ecc.”

¹⁵⁰ “buoni operai e buoni cittadini gli orfani degli infelici emigranti, che sono morti sul maré o nelle colonie, lasciando nell’ abandono i loro figli minori”, e precise che la sezione delle bambine “sarà affidata a Sorelle e dame de Carità della medesima Congregazione.”

postulantes” (FRANCESCONI, 1973, p.137)¹⁵¹. Em dezembro, ainda naquele ano, inaugurou-se as instalações do Orfanato Cristóvão Colombo, com efetivo atendimento para, aproximadamente, 160 crianças, divididas nas seções masculina e feminina. Desse modo, o trabalho de Marchetti e sua primeira equipe, que era uma equipe familiar, pois era composta, também, por sua mãe e irmã, a cada dia se consolidava, apesar das muitas dificuldades. É possível entrever, à luz das fontes iconográficas, procurando compreender o cotidiano do Orfanato, o majestoso prédio edificado no Bairro do Ipiranga em São Paulo. Como se vê:

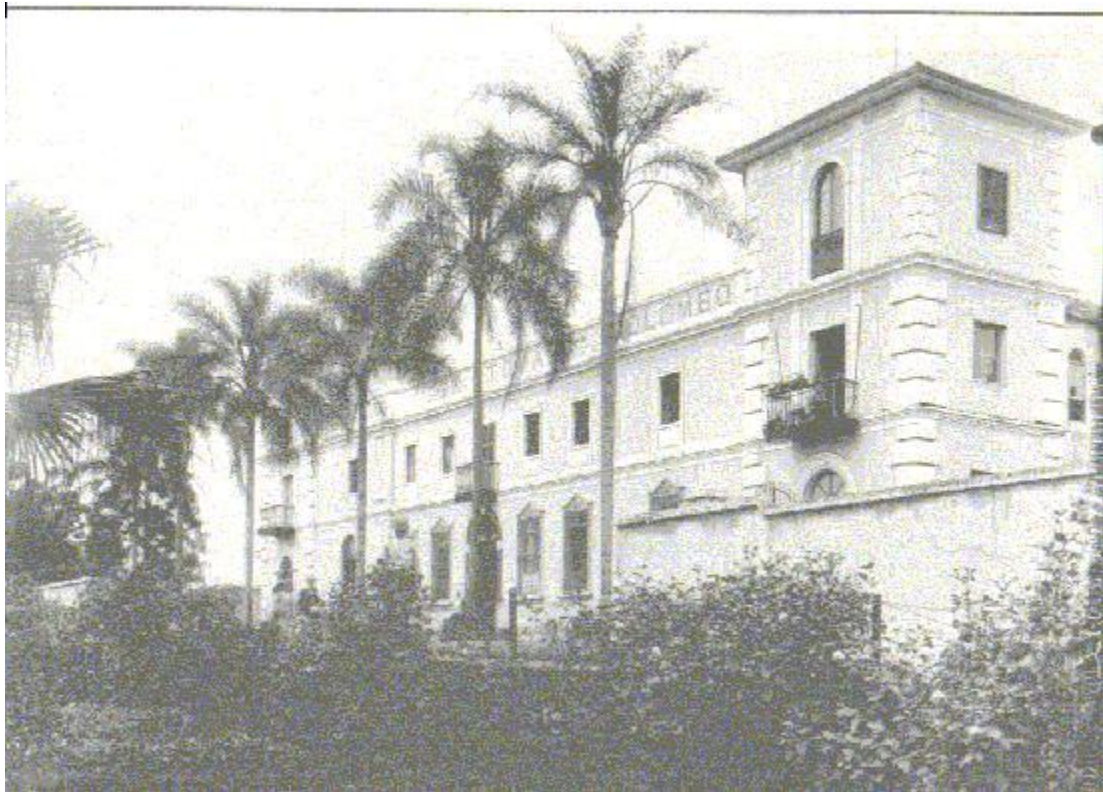


Figura 1: Orfanato Cristóvão Colombo - Ipiranga – Arquivo Orfanato

Levando em conta as considerações acima apresentadas, fez-se necessário lançar um olhar especial sobre o Orfanato em seus primeiros anos de instalação, dada a importância das atividades nele desenvolvidas. Por um lado, o trabalho scalabriniano possibilitou a formação técnica e profissionalizante em um momento em que alguns segmentos da elite paulistana viam o ensino de artes e de ofícios como instrumento necessário para a retirada dos menores da vida do

¹⁵¹ “Le suore erano quattro: Carolina Marchetti, direttrice dell’ Orfanatrofio (che non sarà mai ammessa alla professione vra e própria), Assunta Marchetti, economo, Angelina Larini, infermiera, Maria Franceschini, incarata delle postulanti.”

crime e dos vícios. Evidentemente, o Orfanato contribuiu para o desenvolvimento da Província de São Paulo, cumprindo o seu papel social de acolher o imigrante, o abandonado, o negro e, além disso, reintegrá-los à sociedade paulistana.

Todavia, a idéia inicial de Marchetti em fundar o Orfanato se consolidou à medida que as atividades estenderam-se à comunidade, contando também com a colaboração dos padres colombinos. No período em estudo, as cartas, os históricos e os escritos, compilados por Francesconi, demonstram o proeminente papel e a atuação dos padres scalabrinianos junto ao trabalho inicial das Irmãs. Nesse sentido, observou o trabalho incessante de Pe. Marchetti, percorrendo, inquebrantavelmente, as fazendas e os arredores paulistas, recolhendo órfãos, confessando, professando a fé católica, cumprindo o projeto maior a que veio a essas plagas.

Quanto ao trabalho no Orfanato e sua ampliação, Pe. Vicentini, membro da Congregação, visitou São Paulo e escreveu a Scalabrini em 25 de março de 1896:

A fábrica não está ainda completa, mas o trabalho prossegue com esperteza: nesse ínterim mas basta o desejo. Enquanto se está completando esta casa, já começam o trabalho do outro grandioso estabelecimento na Villa Prudente, que servirá exclusivamente para homens, enquanto essa casa do Ipiranga ficará para uso exclusivo dos órfãos e das crianças. Aqui já tem uma padaria fornecerá o pão para a casa, na fábrica para as famílias na cidade com lucro para o Orfanato há também uma sapataria. Estes projetos e outros já projetados serão transportados a seu tempo para a Villa Prudente que está a 6 quilômetros daqui. As Irmãs fazem trabalho de sacrifício utilíssimo para o Orfanato: Sem seu apoio não se faria nada por esses pequeninos. (FRANCESCONI, 1973, p. 136)¹⁵²

Contudo, a construção de outra seção do Orfanato constituía-se fundamental peça para formação das meninas, que, posteriormente, atenderiam outro setor bastante procurado pelas senhoras de famílias mais privilegiadas da grande cidade.

Nesse ínterim, fator importante para o encaminhamento das interpretações a respeito do trabalho da Congregação é a precoce morte de Pe. Marchetti em 1896. Scalabrini, ainda perplexo com tal fatalidade, determinou, provisoriamente, que Pe. Natali Pigato¹⁵³ auxiasse o trabalho

¹⁵² “La fabbrica non e ancora completata, ma i lavori procedono com alacrità: intanto però basta al bisogno. Mentre che si sta completando questa casa, sono già incominciati i lavori dell’ altro grandioso stabilimento nella Villa Prudente, he servirà esclusivamente per i maschi, mentre questa casa di Ipiranga rimarrà ad uso esclusivo delle orfane e dei bambini. Há già qui una panetteria Che oltre fornire il panne allà casa, na fabbrica per famiglie in città com guadagno per l’Orfanotrofio ha pure una calzoleria. Questi mestieri ed altri progettati saranno trasportati a suo tempo alla Villa Prudente che dista da qui circa 6 chilometri. Le Suore fanno opera de sacrificio e utilissima per l’Orfanotrofio: senza di lero certo non si farebbe nulla per questi piccoli.”

¹⁵³ Pe. Scalabriniano, italiano que estava no Rio Grande do Sul e veio para São Paulo.

das Irmãs no que fosse necessário e, alguns meses depois, Pe. Faustino Consoni¹⁵⁴ assumiu definitivamente a direção do orfanato. As atividades no Ipiranga estavam se consolidando e o prédio de Vila Prudente, idéia proposta por Marchetti e iniciada pelo mesmo, estava em andamento. Essa seção, conforme se anunciou, anteriormente, atenderia, em especial, às meninas e cuidaria da educação, da alimentação, da assistência social e da inserção das mesmas na sociedade paulistana. Em grande estilo, o prédio, em Vila Prudente, traduzia o projeto scalabriniano de dar assistência integral às crianças desamparadas seguindo as mesmas orientações da seção masculina.

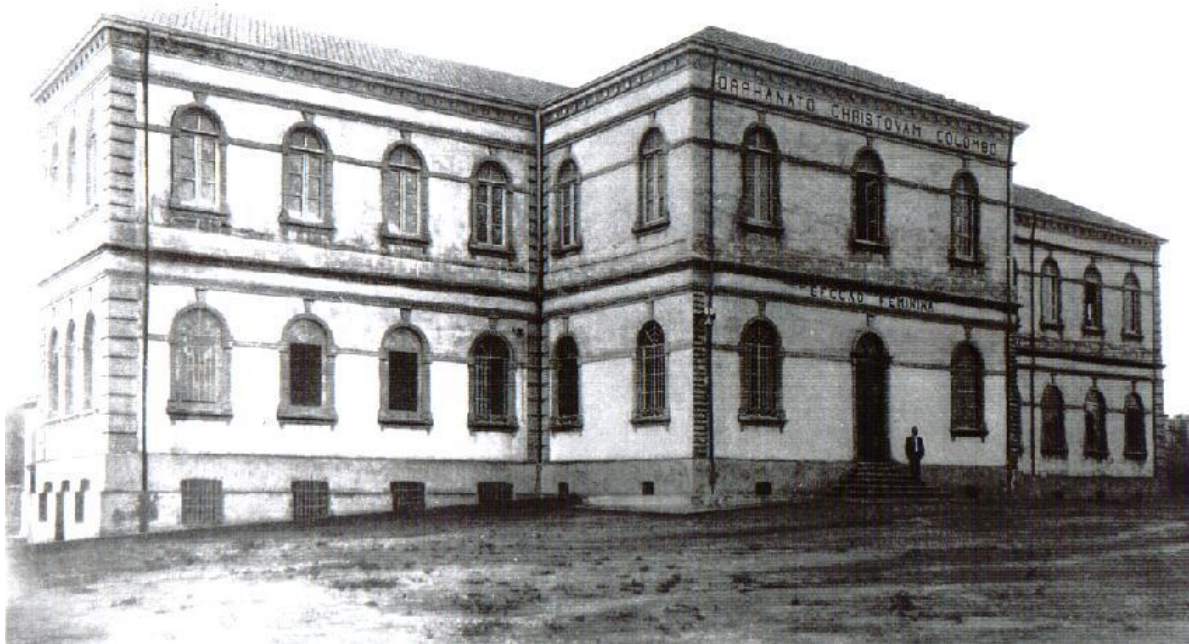


Figura 2: Orfanato Cristóvão Colombo – Vila Prudente – 1906 – Arquivo Orfanato

Os acontecimentos, até o momento relatados, são recorrentes às considerações feitas por Sanfellice (2002, p.6), a respeito da intenção em historiar o Orfanato como instituição escolar¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Natural de Palazzolo/sull Oglio (Itália), onde nascera aos 11 de dezembro de 1857, ingressou-se na Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos em 1892 e foi ordenado sacerdote em 1893. Estava no Brasil em missões na divisa do estado de São Paulo, quando foi convocado a assumir a direção do Orfanato Cristóvão Colombo após a gestão interina de Pe. Natal Pigato, frente à precoce morte de Pe. Marchetti (REVISTA FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1995).

¹⁵⁵ O autor não utiliza instituição educativa e sim instituição escolar.

Segundo o mesmo, nesse exercício, “deve-se revelar ainda o papel de seus diferentes atores para que se possa interpretar o itinerário da instituição à luz do eu próprio modelo educacional”. Nesse sentido, o papel de Pe. Marchetti e sua primeira equipe compõem a identidade histórica do Orfanato Cristóvão Colombo em São Paulo.

Em um dos históricos mais recentes da Congregação, a publicação dos 75 anos do Instituto Cristóvão Colombo¹⁵⁶, verificou-se o reconhecimento de autoridades e da sociedade civil em relação ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos no Orfanato, obviamente pela prestabilidade de seus serviços à cidade de São Paulo. Segundo os dados, até os anos quarenta, passaram pela instituição 4.654 menores que, após serem preparados, foram reintegrados à sociedade. Desses menores, 3.175 eram meninos (no Ipiranga) e 1479 meninas (em Vila Prudente). De 1946 a 1970, o fluxo foi de 1609 meninos e 910 meninas, o que totalizou 7.173 crianças amparadas.

Neste estudo foi proposto revisar os documentos oficiais da Congregação¹⁵⁷, os históricos e os documentos de fundação, com o objetivo de compreender os principais elementos que constituíram a organização administrativa e pedagógica do Orfanato nas seções masculina e feminina. Nesse contexto, vale observar a publicação Pe. Faustino Consoni, em forma de *Publicações Particulares* no Diário Oficial de São Paulo, a respeito da fundação e do funcionamento do Orfanato. A publicação apresenta um explícito regulamento, determinando objetivos, funções, atribuições e diretrizes dos trabalhos na instituição:

Artigo 1º É estabelecido na cidade de S. Paulo (Brazil), nos arabaldes de Villa Prudente de Moraes e do Ypiranga um orphanato de ambos os sexos sob o nome de Cristóvão Colombo.

Nelle serão recolhidos,

- a) os orphams filhos do immigrants de qualquer nacionalidade;
- b) os orfams de outras procedências, assim como os que não sendo orfams, mas largados a vagabundagem, forem remetidos pelas auctoridades competentes.

Artigo 2º O orphanato é estabelecido segundo as bases e os modelos de outros estabelecimentos congêneres.

Artigo 3º O orphanato é administrado por uma directoria nomeada pela Congregação de S. Carlos e composta de oito membros, a saber:

Um director;

Um vice-director;

Um secretário;

¹⁵⁶ REVISTA COMEMORAÇÃO DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1970.

¹⁵⁷ Pe. Mario Francesconi, compilou documentos, relatórios, atas, cartas, organizados em quinze volumes e publicados pelo Centro Studi Emigrazione em Roma.

Um thesoureiro
Quatro fiscaes.

(JORNAL DIÁRIO OFICIAL, 1897)

O documento discorre, também, sobre o papel do diretor, uma vez que o mesmo é responsável pelo bom andamento do Orfanato, e suas respectivas atividades, além de ser necessário assumir o compromisso da missão e dos votos perpétuos de pobreza.

Entende-se, também, que a Congregação, do ponto de vista administrativo, organizou-se em forma de associação e seus benfeitores pagavam uma quantia anual não menor de 10\$00 (dez reis) em benefício dos órfãos. Essas doações eram publicadas, trimestral e anualmente, em folhetos, com relatório de despesas e todo o movimento das instituições, prestando, assim, conta aos seus associados. Ao entrecruzar esses dados com outras informações e com a historiografia específica da Congregação, é possível entrever a existência de verbas de outras fontes advindas do poder público de São Paulo e também dos fiéis de Igrejas em que padres scalabrinianos prestavam seus serviços religiosos. Ainda, referindo-se ao documento acima exarado, o artigo nono esclarece que nos Orfanatos seriam admitidos órfãos de qualquer idade, no entanto, as crianças menores de seis anos (meninos ou meninas) seriam recolhidas separadas, junto à seção feminina, sob a responsabilidade e os cuidados da direção.

Expostas as considerações acima, de caráter mais organizacional, objetiva-se captar, na singularidade do próprio modelo educacional do Orfanato, as relações estabelecidas com a comunidade envolvida, ou seja, com a sociedade paulistana, visto que ambos emergiram da Belle Èpoque do café, impulsionada pela exportação da cultura cafeeira.

Nessa perspectiva, em acordo com o pesquisador luso:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2)

O modelo educacional explicitado a partir do regulamento em evidência, em embate com outros documentos, possibilita depreender as práticas educacionais efetivamente elaboradas e implementadas ao longo dos anos no Orfanato. Segundo Sanfelice (2007), o regulamento ou

estatuto seria, por assim dizer, “a materialidade-conteúdo enquanto antecipação ideal daquilo que deveria constituir a atividade própria da instituição”.

De acordo com esse documento seria ministrado, aos meninos e às meninas, o ensino das primeiras letras. A arte e as oficinas também seriam oferecidas desde que fossem comprovadas as aptidões e as disposições dos educandos, objetivando formá-los profissionalmente, “chegados à idade compete a directoria envidará todos os esforços pela boa collocação dos recolhidos”. E em relação à idade, é interessante observar na íntegra as disposições do artigo doze:

os orphams que depois de dez annos de idade permanecerem nove annos no Orphanato receberão na sua sahida um bahun com dois ternos de casemira, três de algodão com a competente roupa branca e accessorios, caixa de ferramenta, livro de officio e 500\$000 em dinheiro, tudo complexivamente na importância de 1:500\$00. (JORNAL DIÁRIO OFICIAL, 1897)

Essa é mais uma evidência de que havia uma profunda preocupação em formá-los para o mundo do trabalho.

Diante do exposto, alguma alusão se faz necessária a respeito das reformas educacionais que o Brasil vivia no entorno da escola de primeiras letras e, em específico, na instrução pública do Estado de São Paulo nesse período, visto que o próprio regulamento do Orfanato referia-se ao fato de que a ação educativa estaria em consonância com a mesma. O período foi marcado por debates parlamentares¹⁵⁸ sobre a criação de um projeto nacional de educação, cujo teor seria a formação da sociedade republicana. A reforma do ensino primário, nesse contexto, foi também foco dessas discussões, pois reformando-o, reformaria-se a nação, daria a ela um outro sentido. De qualquer forma, reformar a instrução pública no Estado de São Paulo remetia à pedagogia moderna, na qual a disciplina era indispensável para a construção da civilidade. Idealizou-se reformar e enformar todos em uma mesma concepção de homem e de sociedade¹⁵⁹.

Nesse contexto, ao analisar o programa escolar desenvolvido no Orfanato para os alunos e alunas do primeiro ano primário, observou-se essa conexão. Constatou-se, portanto, a ênfase ao ensino memorizado, prática muito comum nas escolas confessionais. A memorização (SOUZA, 1998) referia-se ao alfabeto e também à preocupação em talhar bem a letra por meio dos cadernos um e dois de caligrafia e, além disso, por meio da cópia e do o ditado. A preocupação em

¹⁵⁸ SCHELBAUER; MACHADO, 2008.

¹⁵⁹ Ver Regulamentos da instrução pública (1890-1910), a Reforma da instrução pública de 1891, a Reforma de instrução pública de 1892, a criação dos Grupos Escolares das Escolas-Modelo (SOUZA, 1998).

transmitir o conhecimento memorizado aparece também em relação à aritmética, quando se enfatizava a tabuada, o ditado de números e outros detalhes que evidenciam tal prática. Quanto à religião

ensinava-se todas as orações quotidianas (Padre Nosso, Ave-Maria, Glória ao padre, Credo, Acto de fé e de esperança, de caridade e de contrição), os Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja. Licção preliminares do Signal da Cruz e mais as outras cinco até da Igreja Cathólica. (PROGRAMA DE ENSINO, 1901)

Logo, uma prática educativa muito comum nas escolas confessionais do período. Assim, atendiam às exigências, ou orientações, do Vaticano, conforme convalidam as cartas encíclicas analisadas ao longo desta pesquisa.

Comungando com os objetivos católicos, apostólicos e romanos, observou-se que, no Orfanato, a prática da instrução moral e cívica ensinava o dever para com a família, com os superiores e com as demais pessoas envolvidas no Instituto e consigo próprio, virtudes como a responsabilidade, o compromisso e o trabalho. Tais assuntos eram ensinados a partir do estudo de um manual de civilidade. Notou-se a similaridade com outros estudos do mesmo período, segundo os quais as escolas enfatizavam a civilidade e instruía os alunos por meio de “manuais” que retratavam o modelo de homem que se precisava formar, ou seja, o modelo republicano. E a escola se despontava claramente com tal objetivo (PROGRAMA DE ENSINO, 1901).

Em relação à organização do segundo ano primário, os documentos não foram encontrados. No entanto, ao ler os documentos que se referem ao terceiro ano, pressupõe-se que os alunos deveriam estar aptos à leitura e a dar sentido ao que liam. Os exercícios de língua portuguesa eram automatizados e havia caligrafia do quinto caderno. Dominariam a escrita de cartas, resumo de contos, memorização de poesias e, também faziam, análise gramatical. O aprofundamento, também, apareceu no âmbito da aritmética em relação aos números fracionários, decimais, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e problemas de toda natureza (PROGRAMA DE ENSINO, 1901). Ao que se percebeu, tais práticas estavam também presentes na reforma da instrução para o Estado de São Paulo, conforme Souza (1998, p.212). Uma educação que formaria o que faltava à sociedade brasileira, o trabalhador comerciante, o negociante.

Nos ensinamentos religiosos aprofundava-se o estudo sobre o catecismo, os ensinamentos básicos do bom cristão e anunciavam a história sagrada do velho testamento. Junta-se a esses ensinamentos a instrução moral e cívica, pautada na “ideia de sociedade”, de que se depreendem as virtudes profissionais como a justiça, a equidade, a civilidade e a bondade. A ideia de Pátria também era apresentada, em seus múltiplos sentidos, como patriotismo, disciplina e serviço militar, sendo esse último com objetivo primeiro de formar o defensor da pátria. Além disso, apresentava-se a ideia de governo, a necessidade de governar o lar, a escola e a sociedade em geral (PROGRAMA DE ENSINO, 1901).

Já o programa do quarto ano primário propunha o alargamento dos conhecimentos em gramática e, por outro lado, enfatizava a recitação, a narração e a descrição. Em aritmética ressaltava-se o estudo do sistema monetário brasileiro, câmbio, cheques, juros, descontos e sistema métrico, conhecimentos recorrentes à inserção dos alunos no mundo do trabalho na República que se instalava e que, para se consolidar, necessariamente, precisava de outro tipo de trabalhador, que pudesse produzir atividades convenientes ao momento. Já os ensinamentos religiosos confirmavam e reforçavam o catecismo, a história da escritura sagrada (PROGRAMA DE ENSINO, 1901).

Quanto à instrução cívica e moral, observou-se a insistência em ensinar reforçando os princípios de civilidade, as virtudes humanas, a importância do governo, suas formas, a Constituição Federal, os símbolos nacionais e, até mesmo, noções sobre as relações internacionais.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Orfanato comungou as ideias de república e nação que a sociedade brasileira ensaiava, inclusive por estar em consonância com a instrução pública do estado de São Paulo. Segundo Souza (1998), no limiar do século XX a escola, no Estado de São Paulo, buscava apresentar aos alunos as noções básicas para formação do cidadão republicano, compreendendo o cidadão em relação ao estado e à organização política, os símbolos nacionais, noções sobre o governo, principais deveres e direitos, deveres para com a pátria, deveres dela para com o cidadão, os primeiros elementos de civilidade.

Conforme Regulamento do Orfanatrofio (1901, p.2)¹⁶⁰, o artigo 11¹⁶¹ no Instituto:

¹⁶⁰ O regulamento publicado em italiano, em 1901, por Padre. Faustino Consoni apresenta as diretrizes gerais do Instituto tanto para a seção masculina como a feminina. Esse documento encontra-se no Arquivo do Instituto Cristóvão Colombo-Ipiranga, São Paulo.

¹⁶¹ No regulamento traduzido cf. Arquivo do orfanato Ipiranga, o artigo 11 (em italiano) passa ser o art. 12.

Aos órfãos será dada a instrução da primeira carta, senão a quarta classe elementar, a norma do regulamento do Estado de São Paulo, e junta a idade de dez anos, terão eles ensinado, segundo a respectiva inclinação, um dos seguintes trabalhos – tipógrafo, marceneiro, ferreiro, lateiro, alfaiate, sapateiro, padeiro, agricultor. Todos os órfãos indistintamente frequentaram a escola de música.¹⁶²

Depreende-se, portanto, que o Orfanato cumpria a missão evangelizadora da Igreja Católica e exercia o papel social e político da elite paulistana assistindo aos órfãos e desvalidos, oferecendo-lhes ensino de primeiras letras e de profissionalização. Portanto, o projeto da elite paulistana imprimia o ideário romanizador explícito na carta encíclica *Rerum Novarum* e, nesse contexto, verificou-se que tais práticas basearam-se em determinados princípios que perduraram ao longo dos anos nessa instituição.

Ao concluir o quarto ano primário, o aluno aprovado poderia escolher ingressar em algum curso profissionalizante. Entre os doze e dezessete anos, era possível matricular-se, de acordo com a predisposição física e aptidão intelectual, realizar as atividades das oficinas. Tal predisposição, de certo modo, era investigada e orientada, anteriormente, para garantir a escolha mais adequada à vocação e também às exigências das oficinas. Os meninos lá chegavam ainda bem juvenzinhos como pode-se confirmar:



1899 — Um dos primeiros grupos de órfãos, vendo-se as religiosas no seu hábito primitivo.

Figura 3: Meninos do Orfanato Ipiranga

¹⁶² “agli orfani sarà impartita la istruzione delle prime lettere, sino allá quarta-classe elementare, a norma dea Regolamenti dello Stato di S. Paolo, e raggiunta l’età di dieci anni verrà loro insegnato, secondo la rispettiva inclinazione, uno dei seguenti mestieri: -tipógrafo;-falegnane; -ferrario, lattonaio; -sarto; -calzolaio; -panettiere; -agricoltore. Tutti gli orfani indistintamente frequentaranno la scuola di musica.”

Analisando os históricos, imprensa e fotos, infere-se que, desde seus albores, o Instituto¹⁶³ do Ipiranga preocupou-se em dotar seus alunos de conhecimentos profissionais; essa confirmação não significou a realização completa das intenções, visto que eram muitas as dificuldades para a efetividade das mesmas. Contudo, à medida que as maquinaria para as oficinas foram adquiridas e o espaço físico foi adequando-se aos ofícios, a produção também aumentou e, entre elas, a marcenaria, a tipografia e a arte sacra sobressaíram. Economicamente, as oficinas contribuíram para a manutenção do Orfanato e, também, para a formação profissional dos meninos.

Com a modernização das máquinas, paulatinamente, a aprendizagem se atualizava, implementando, assim, a mão-de-obra especializada para as futuras indústrias de São Paulo. Quanto à oficina de arte sacra, sob a direção de artistas do ramo, produziam-se variados artigos como sacrários, lucernas e suportes trabalhados no estilo da arte moderna¹⁶⁴. Percebeu-se, no trabalho com a profissionalização das crianças, dois agravantes que diminuía a possibilidade de maior desenvolvimento das oficinas. O primeiro era o fato de o aprendiz não possuir idade para o exercício dos ofícios e as leis trabalhistas exigirem regulamentação da situação; o segundo, o alto custo do material usado para ensinar, considerando também que os aprendizes nem sempre aproveitavam todo material, gerando custos que o Orfanato não podia manter. Esse é um dado muito interessante e que, de certo modo, dificultava a efetividade do trabalho.

O acervo de fontes iconográficas do Orfanato é muito vasto e facilitou a compreensão de como o projeto profissionalizante consolidou-se para os meninos no Orfanato, além de confirmar a participação de fato dos alunos nas mesmas.

Os históricos do Orfanato apresentam as oficinas como diversificadas e os equipamentos parecem atender às exigências daquele momento em formar o profissional para o mercado industrial da capital. Essa é uma das conclusões a que se chegou neste trabalho.

¹⁶³ Conforme Histórico do Orfanato, em 1952 a instituição passou a denominar-se Instituto Cristóvão Colombo.

¹⁶⁴ REVISTA COMEMORAÇÃO DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO – SETUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO, 1965.



Figura 4: Oficina de Alfaiataria – Orfanato Cristóvão Colombo



Figura 5: Oficina de Marcenaria – Orfanato Cristóvão Colombo

Já a condição para permanência nas oficinas, de certa forma, relacionava-se ao comportamento, à disciplina dos alunos que deviam obediência ao seu mestre. A disciplina também era exigida em relação ao material utilizado, às ferramentas e às máquinas, sob a responsabilidade de cada aluno; em outras palavras, era a disciplinarização do trabalho. Além disso, a obediência deveria ser observada para com os diretores e para com as demais pessoas do Orfanato, visto que esses mantinham salvaguardados o direito de intervir e até mesmo expulsar meninos “indisciplinados, indecorosos, desonestos, indolentes e que não manifestavam boa vontade para o trabalho” (INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, Regulamento da escola profissional).

Buscando compreender o cotidiano do Orfanato, evidenciou-se um dado interessante e comum naquela época: a ênfase ao patriotismo, aos deveres cívicos, ao cultivo das práticas ou rituais cívicos, materializados na organização exemplar da banda musical. A Furiosa, apelido dado pelas crianças, alegrava o Orfanato nos rotineiros ensaios e em todos os momentos festivos, mudando completamente a rotina diária. Era sempre questão de prestígio compor a equipe da Furiosa e isso exigia disciplina e vontade de participar dos eventos festivos.

Outro documento analisado, o regulamento interno do Orfanato, expressa a ideia de que, nas práticas educativas cotidianas, havia uma preocupação em educar as crianças a partir da disciplinarização não só do corpo, mas da mente, das ações para consigo mesmo e para com o próximo. Nessa perspectiva, observou-se que, além dos professores, as crianças também contavam com o acompanhamento dos assistentes ou prefeitos, como são denominados no regulamento interno do Orfanato, que tinham papel fundamental na vida das crianças: dar andamento às atividades cotidianas com ordem. Recentemente, presenciando a rotina do Instituto, notou-se que essa estrutura se mantém até os dias atuais, nas seções feminina e masculina do Orfanato. Além das aulas e das atividades regulares, existe a figura do monitor ou monitora, ou assistente.

Desse modo, a atuação dos mesmos partia, em primeiro lugar, do bom exemplo. Conseqüentemente, cuidavam para o bom cumprimento de todas as regras, tanto as internas, quanto aquelas que se referiam ao convívio do homem em sociedade. Assim, o trabalho do assistente era bem amplo, pois buscava atender aos internos nos mais diversos momentos, como no recreio, na igreja, no refeitório, no dormitório e até mesmo nos passeios.

Os princípios básicos do trabalho no Orfanato pautavam-se na ordem, na correção com docilidade e caridade e, no castigo, se necessário. Combatia-se o ócio, desejava-se manter, em um só grupo, o cultivo do respeito e da devoção, do silêncio, da unidade, da oração, da vigilância e da moral. Todos esses conceitos estavam embebidos pelos princípios e pelas bases da instrução pública do estado de São Paulo no período em evidência, visto que tinha como fito a formação da ordem, da civilidade e do progresso.

Aspecto, indiscutivelmente, presente em escolas masculinas daquela época também se evidenciava no Orfanato, como a prática de esportes e a aula de educação física, com o objetivo de desenvolver valores sociais, estéticos e espirituais. Isso se confirma no texto em comemoração dos sessenta e cinco anos do Orfanato:

a educação física tempera e fortalece os corpos, educa o espírito e adentra-o às mais altas vitórias. Cultiva a dignidade e a harmonia do corpo humano, desenvolve-lhe a saúde, o vigor, a agilidades e a graça. Fortificando o corpo, torna-o sadio, disposto e robusto. Desperta o sentido e domínio de si. Vai mais longe: desenvolve as faculdades da inteligência e educa a vontade. (REVISTA COMEMORAÇÃO 65 ANOS DE ORFANATO, 1965, p.11)

As atividades físicas aparecem como forma de disciplinarização do corpo e da mente, pois os Padres e as Irmãs acreditavam que educando o corpo, educa-se a mente. Essa e outras práticas são evidenciadas ao longo dos anos no Orfanato, com o objetivo, também, de educar para adequar os indivíduos na sociedade a qual se inserem. Souza (1998) confirma que a educação física tinha como função moralizar e higienizar, desenvolver a coragem, o patriotismo, a agilidade e a robustez dos educandos.

Como se afirmou anteriormente, a seção das meninas esteve sempre sob a responsabilidade das Irmãs com a direção de uma Superiora. Enquanto isso, o diretor tratava dos assuntos e ofícios de cunho religioso e administrativo.

Observou-se que às meninas foi proposto currículo bem à moda do que se educou a mulher no Brasil desde a colonização. A elas seria ministrada uma instrução necessária à vida prática com finalidade de formar boas artistas, boas pessoas de serviço, boas donas de casa e boas mães de família (FRANCESCONI, 1973)¹⁶⁵. As boas artistas referem-se aos trabalhos manuais que seriam ensinados sob a orientação de professores da área. Essas são as orientações do artigo treze do regulamento em evidência. Como a foto evidencia, era considerável número de meninas que desde a tenra idade moravam no internato. Elas também concluíam o quarto ano primário.



Grupo de orfãs em 1906

Figura 6: Meninas no Orfanato Vila Prudente

Depois de toda formação proposta e do tempo que as meninas permaneciam no Orfanato, a Superiora, em nome do conselho de Damas, procurava alocações para as mesmas em casa de senhoras abastadas da sociedade paulistana. Ao completarem dezessete anos, recebiam enxoval completo e um dote na importância de 1.500\$00, conforme artigo do estatuto publicado no Diário Oficial¹⁶⁶.

¹⁶⁵ “alle orfanelle sara data la instruzione necessria allá vita pratica com lo scopo de farne delle buono artista, ottime persone de servízio, donne di cada e esemplari madri de famiglia.”

¹⁶⁶ JORNAL DIÁRIO OFFICIAL DE SÃO PAULO. São Paulo, s/nº, 1897.

Feitas essas considerações, ressalta-se que a seção feminina funcionou no Orfanato do Ipiranga de 1895 a 1904, sendo que, nesse último ano, inaugurou-se o Orfanato de Vila Prudente, gerando, portanto, a separação definitiva da seção masculina da feminina. O corpo docente e orientações das atividades do Orfanato contavam com a participação das Irmãs, porém, os padres continuavam administrando as questões financeiras e patrimoniais.

Neste capítulo, buscou-se compreender o modelo educacional próprio do Orfanato e apreender seus principais elementos, suas continuidades e suas discontinuidades e, nesse contexto, afirma-se que, em sua singularidade, o mesmo manteve, a partir da separação com o Orfanato do Ipiranga, os padrões educativos e pedagógicos vividos anteriormente. Continuou com a preocupação de integrar ou reintegrar à sociedade as menores ali deixadas, possibilitando-as formação necessária para o trabalho.

Em geral, as meninas eram internadas com sete ou oito anos, cursavam as primeiras letras e dedicavam-se aos afazeres domésticos como bordados, tricô, lavanderia, cozinha e arranjos de casa:

Desde logo, são iniciadas na Educação para o Lar. Levantam - se cedo, fazem sua “toilete”, tomam café e a seguir cuidam da ordem e limpeza da casa. Como são muitas, em pouco tempo tudo está no seu devido lugar. Às 8 horas, juntamente com alunas externas, freqüentam as aulas de curso primário, visto as mesmas pertencerem a outra faixa de idade. Após o almoço e recreio dirigem-se para as salas de estudos, onde, sempre presente, uma irmã as orienta devidamente, não só nos afazeres escolares, como lhes ensina trabalho – manual, malharia, etc. (REVISTA COMEMORAÇÃO 75 ANOS, 1970)

Confirmou-se, portanto, por meio da citação acima, o ritual cotidiano das meninas sob a orientação das Irmãs, tendo como objetivo formá-las, disciplinarmente, para enfrentar o mundo do trabalho. As fontes iconográficas e o histórico do Orfanato confirmam essa prática, principalmente, a partir de 1901, ano em que Pe. Consoni assume a direção do Orfanato.

Em função das atividades de costura, bordado e outros trabalhos produzidos pelas meninas e pelos meninos, a direção do Orfanato organizava regularmente bazares nos quais o material produzido era vendido à comunidade. A quantia arrecadada era revertida para o próprio Instituto. Pode-se afirmar que esses ensinamentos estavam, efetivamente, em consonância com o projeto de civilidade da nação brasileira e com os ideais da nascente República. Sendo assim, o

contato com o trabalho para aquelas crianças órfãs significava a aprendizagem de um ofício, o início de uma profissão que as possibilitaria integrar-se à sociedade.



Figura 7: Oficina Corte e Costura – Orfanato Cristovão Colombo Vila Prudente - 1906



Figura 8: Oficina de Lavanderia – Orfanato Cristóvão Colombo - Vila Prudente - 1906

Outra atividade comum e muito reforçada nos históricos analisados é a preocupação com o teatro e, nesse sentido, programavam-se shows periódicos, tanto para desenvolver o lado social das crianças quanto para chamar a atenção e a estima dos benfeitores, atraindo, conseqüentemente, maiores recursos financeiros para ampliação manutenção das atividades artísticas.

Outros aspectos a respeito do Orfanato chamam a atenção, tais como os primeiros assistidos por essa instituição nos primeiros anos de trabalho. Pelo primeiro regulamento o Orfanato atenderia às crianças italianas e de outras nacionalidades e isso se verifica, em 1904, de acordo com o resumo das matrículas/nacionalidades apresentado a seguir:

Quadro 16 - Resumo matrícula/nacionalidade - Orfanato Cristóvão Colombo (1904)

Nacionalidade	Sexo masculino	Sexo feminino
Italiani	81	51
Brasiliiani	40	31
Portoghese	12	03
Altre nazioni	08	06
Totali	141	91

Fonte: FRANCESCONI (1973).

Os dados ainda confirmam que o Orfanato atendia crianças da mais tenra idade até quinze e dezesseis anos, como se vê:

Quadro 17 - Resumo matrícula/idade no Orfanato Cristóvão Colombo (1904)

Idade	Sexo masculino	Sexo Feminino
Da 1 a 5 anni	28	16
Da 6 a 10 anni	36	29
Da 11 a 15 anni	38	32
Sopra i 15 anni	39	15
Totali	141	91

Fonte: FRANCESCONI (1973)

Os dados sistematizados pelo Orfanato¹⁶⁷ demonstram a consolidação das atividades das Irmãs e Padres Scalabrinianos ao longo dos anos na cidade de São Paulo. Em evidência, o recorte até os anos quarenta, período de interesse para esse estudo.

¹⁶⁷ FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1995.

É importante compreender, também, de que forma a Congregação mantinha todas essas atividades e quais recursos eram utilizados. Pôde-se perceber que houve a intervenção do governo do estado de São Paulo no que se refere ao trabalho desenvolvido no Orfanato, como comprova o relatório enviado por Pe. Faustino Consoni ao Ministério Exterior de São Paulo, em 31 de março de 1905,¹⁶⁸. No relatório de 1904, as dificuldades financeiras encontradas pela Congregação para desenvolver os trabalhos propostos por Pe. Marchetti foram apresentadas às autoridades competentes e contou também, com ajuda dos benfeitores paulistanos desde os primórdios, confirmando o que dispunha o regulamento de 1904, artigo 1º sobre o fato de que essa instituição seria mantida por doações da comunidade.

Para melhor compreender como o Orfanato conseguiu vencer tais limitações, recorre-se às informações, anteriormente apresentadas, como a doação do terreno pelo Conde Dr. José Vicente de Azevedo, também doador da capela e do material para construção do primeiro prédio. A seção feminina foi construída na Vila Prudente com a doação do terreno por Dona Maria do Carmo Cipariza Rodrigues e, além desses, os Irmãos Fachi¹⁶⁹ que doaram outro terreno ao lado do já existente, além de auxiliarem Pe. Marchetti no início da construção.

Contribuíram com ajuda financeira e moral os senhores condes de Prates, o Conde Antonio Lara e sua esposa Francisca de Toledo Lara, Conde Rodolfo Crespi, Conde Francisco Matarazzo, Comendador Antonio de Camillis, Artur Lavieri, Comendador João B. Scuracchio, Comendadores Giogi, grandes industriais, grandes autoridades. Sumariamente, essas ilustres figuras representam um segmento da elite paulistana e também a Legião Brasileira de Assistência. Importante acentuar aqui a consonância do fazerem caridade entre as famílias de bem, pequenos, médios proprietários, industriais. A carta encíclica *Fin Dalla Prima*¹⁷⁰ orienta sobre a obrigação dos ricos proprietários católicos fazerem caridade e ajudarem os pobres e indigentes segundo o preceito evangélico. Desse modo, arregimentar forças materiais, doações, caridades, era um ensinamento cristão convalidado pelo Papa. Pessoas ilustres sentiam-se bem confortados porque contribuíam com seus dotes, segundo os preceitos evangélicos.

Mesmo diante de grandes limitações, o Orfanato, nas duas seções, conquistou o reconhecimento da comunidade paulistana e, principalmente, de outras congregações ou missões

¹⁶⁸ FRANCESCONI, 1973.

¹⁶⁹ Irmãos Falchi, grandes industriais da cidade de São Paulo/SP. Instalaram uma fábrica de chocolates em Vila Prudente proporcionando ofertas de empregos a italianos, espanhóis e portugueses.

¹⁷⁰ Carta encíclica publicada em 18 de dezembro de 1903 pelo Papa Pio X expôs todo ordenamento da ação popular cristã (IGREJA CATÓLICA, 2002).

religiosas que, também, estavam na Capital. Chama atenção sobre esse aspecto a publicação no Estandarte Catholico, promovida e dirigida pelos monges beneditinos:

Porém, por mais zelosos que sejam os padres de S. Carlos, na pregação da palavra divina e na administração dos santos sacramentos, as meninas de seus olhos são os dous orphanatos. Quem escreve estas linhas não exita em declarar que não conhece estabelecimentos congêneres nenhuns, em parte alguma, que correspondam tão bem e tão imediatamente às grandes, contínuas e urgentes necessidades que diariamente se apresentam, quer entre os colonos nesta capital, centro industrial immenso, duma população fluctuante e heterogênea! Nestas duas casas Christovam Colombo a infância abandonada, sem distinção de idade, de cor ou de nacionalidade, acha um asylo seguro e immediato. Parece mesmo que quanto mais pobre e desamparada a criança é, tanto maior é o seu título para nellas ser recebida. (São Paulo, 1904, Anno VI)

A manifestação dos mesmos em função do reconhecimento do Papa Pio X pode ser constatada em carta autografada e enviada por faxsimile aos Missionários de São Carlos, publicada, também, no mesmo jornal:

A carta do santo Padre Pio X, cujo fax-simile nos honramos em publicar nesta edição, não é, para esta já tão florescente – embora novíssima – Congregação, um simples signal de benevolência; é mais; é como uma aprovação apostólica da grande obra a que ella se dedica; é um encômio que o Representante de Jesus Christo na terra profere sobre o resultado já alcançado; é um incitamento poderoso para que os infatigáveis missionários continuem, alegres, na sua difficil tarefa. (São Paulo, 1904, Anno VI)

Conforme se observa no quadro a seguir, o Orfanato, ao longo dos anos, efetivou seu trabalho em São Paulo para atender crianças abandonadas.

Já em 1919, Padre Marcos Simoni¹⁷¹ passou a ser o novo diretor do Orfanato visto que Padre Faustino Consoni, ex-diretor, tornou-se reitor da Igreja de Santo Antonio no centro de São Paulo. Durante sete anos de sua gestão, Simoni enfrentou muitos problemas, principalmente, em 1925, quando o número de internos elevou-se em função da epidemia de gripe espanhola que se alastrou pelo estado de São Paulo. Ele também se preocupou em instalar novas oficinas e melhorar o prédio construindo outro pavilhão.

¹⁷¹ Conforme Histórico da Congregação, o Padre Marcos Simoni, italiano, ingressou na Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos em 1890 e foi ordenado padre em 1985 por João Batista Scalabrinini.

Quadro 18 - Resumo matrícula/internos Instituto Cristóvão Colombo – Ipiranga e Vila Prudente (1909-1940)

Ano	Meninos	Meninas	Total anual
1909	56	19	75
1910	87	18	105
1911	52	34	86
1912	78	30	108
1913	68	41	109
1914	35	25	60
1915	51	31	82
1916	46	31	77
1917	68	35	103
1918	121	62	183
1919	108	57	165
1920	75	28	103
1921	109	30	139
1922	100	38	138
1923	165	67	232
1924	182	85	267
1925	210	68	278
1926	64	34	98
1927	65	25	90
1928	89	20	109
1929	62	24	86
1930	61	38	99
1931	37	13	50
1932	42	20	62
1933	32	28	60
1934	48	12	60
1935	42	24	66
1936	40	37	77
1937	51	27	78
1938	30	29	59
1939	42	29	71
1940	50	20	70
Total	2346	1079	3425

Fonte: REVISTA FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS

Posteriormente, observou a passagem do Pe Domingos Canestrini¹⁷², pelo Orfanato como diretor de 1925 a 1928, buscando uma gestão reformista e a elaboração de um projeto de

¹⁷²Pe. Canestrini, italiano, natural de Cloz, ordenou-se sacerdote em 1917, foi nomeado Superior do Scalabrinianos em 1925 e diretor do Orfanato (REVISTA FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1995).

reconstrução e de ampliação da secção masculina. Por motivos de doença afastou-se de suas atividades e foi substituído por Padre Santo Bernardi¹⁷³. Este, muito jovem ainda, porém dotado de bondade e querer¹⁷⁴, conseguiu reunir cada vez mais um número crescente de benfeitores e colaboradores para tornar concreto o mais arrojado projeto: a construção de mais quatro andares, oferecendo capacidade quatro vezes mais de atendimento que o anterior. O novo prédio foi concluído e inaugurado em 1945. Pode-se observar que a ação scalabriniana em São Paulo permanece até os dias atuais em pleno funcionamento, inclusive com ampliação de suas casas, abrigos, entre outros trabalhos. Um dado atual é a transferência legal do Orfanato de Vila Prudente¹⁷⁵, em seus aspectos administrativos e patrimoniais, para a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. A direção Geral dos Missionários de São Carlos e a direção Geral das Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas estabeleceram, de comum acordo, por meio da Carta de Doação, pontos importantes para o processo que tramitou de 1989 a 2004, que se efetivasse, conforme processo histórico de doação, publicado em 30/06/2005 por Irmã Oneide Helena Potrich, Superiora Provincial.

4.2 O Colégio São Carlos, atual Colégio Nossa Senhora Medianeira – um recorte pelo estado do Rio Grande do Sul

A vinda da Congregação e a consolidação de sua ação educacional no Brasil foram impulsionadas pelo movimento restaurador da Igreja católica, que, também, influenciou a chegada de outras congregações na segunda metade do século XIX. É importante ressaltar que o movimento de europeização da Igreja permeou o processo de instalação e de efetivação das Congregações e, nesse sentido, o Rio Grande do Sul – Estado celeiro de imigrantes (AZZI) –, foi, efetivamente, influenciado pelo clero, formado por padres italianos e de outras nacionalidades.

Pode-se afirmar que o trabalho pastoral, educacional e religioso desenvolvido pela Congregação Scalabriniana, especialmente pelas Irmãs, em algumas cidades do Rio Grande do

¹⁷³ Pe. Bernardi natural de Longa, Itália, ordenou-se padre em 1925 e em 1928 tornou-se diretor do Orfanato.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Cf. Documento de doação o Orfanato de Vila Prudente passa a ser chamado de “Casa Madre Assunta”. Em homenagem a ela que preconizou o projeto feminino do carisma scalabriniano no Brasil.

Sul, também contribuiu para consolidação do projeto de romanização. À medida que enfatizavam, em suas atividades, a doutrina cristã, reforçavam o modelo tridentino e os ideários ultramontanos, por meio dos ensinamentos sacramentais e da pregação dogmática, prática muito comum na cultura italiana. Esse é o principal motivo de tanto empenho por parte dos padres scalabrinianos em relação à instalação das Irmãs junto às colônias no Rio Grande do Sul, objetivando preservar a cultura italiana em suas escolas. A questão, *italianidade*, na missão scalabriniana, esteve sempre acima de outros interesses, e Azzi (1988) afirmou ser esse um entrave em relação à expansão da Congregação no Brasil. Todavia, a especificidade da missão scalabriniana era o imigrante italiano.

As Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas chegaram em Bento Gonçalves, em fevereiro de 1915, para fundar uma escola paroquial, movidas pelo desejo de tornar real o ideal do cofundador Pe. Marchetti, de ir ao encontro do outro em Minas, em Espírito Santo, na Argentina (FRANCESCONI, 1973), enfim, por todos os lugares onde fosse possível.

Importante lembrar que a história do município de Bento Gonçalves está intimamente ligada à chegada dos imigrantes italianos que lá se instalaram, em meados do século XIX, nas colônias de Dona Isabel e Conde'Eu. O trabalho italiano e a dedicação no preparo da terra fizeram com que a cidade de Bento Gonçalves se desenvolvesse, principalmente, com a produção da cultura de videira. Em toda República Velha, o Rio Grande do Sul, em geral, expandiu economicamente devido ao desenvolvimento agrícola e industrial. Bento Gonçalves¹⁷⁶, em 1915, já prosperava e até os dias atuais destaca-se na economia do país.

É relevante considerar, ainda, que as colônias italianas, em geral, foram dominadas pelo universo cultural da Igreja Católica, por meio de seminários e noviciados, de internatos e colégios. Esses foram os primeiros instrumentos de recrutamento de futuros religiosos entre colonos italianos, mecanismos para instruir os filhos de famílias mais abastadas, comumente mantidas pelas mesmas. Assim, essas escolas muito contribuíram para a formação da mão-de-obra especializada de que a nação brasileira precisava. Em tese, a Igreja Católica influenciou tanto as questões religiosas, como os rumos políticos, econômicos e culturais das comunidades italianas no Brasil. Além disso, outras Congregações, como Irmãs do Puríssimo Coração de

¹⁷⁶ Bento Gonçalves é a capital brasileira de uva e vinho e o maior e mais expressivo pólo moveleiro do Estado (ANPAF, 2008).

Maria e Irmãs de São José mantinham suas escolas em funcionamento também no Rio Grande do Sul.

Considerando-se as reflexões anteriores a respeito das instituições escolares ou educativas, optou-se por adotar a inferência de Werle (2004, p.19) em relação às pessoas que, comumente, contribuem e esforçam-se para a criação e fundação de uma determinada instituição. Todavia,

a instituição é transpassada e constituída por relações de poder, vinculada à figura de uma pessoa principal, inaugural, que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la e a seus “herdeiros” que interpretam o ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais.

Então, convidadas por Pe. Enrico Poggi¹⁷⁷ e com a autorização de Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo e também do arcebispo de Porto Alegre, as Irmãs chegaram em Bento Gonçalves. Para a nova tarefa, Madre Assunta¹⁷⁸ enviou a Madre Lúcia Gorlin, a Irmã Borromea Ferrasi¹⁷⁹, a Irmã Josefina Oricchio, a Irmã Maria de Lourdes Martins e a Irmã Joanhina de Camargo, que, até então, exerciam suas atividades no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo.

Em carta de monsenhor Luís Mariano de Rocha¹⁸⁰ ao arcebispo de Porto Alegre, nota-se que a nova escola a ser fundada em Bento Gonçalves foi recomendada às mais tradicionais famílias da cidade. A promessa era de uma educação sólida, uma instrução segundo os dogmas da Igreja romana, consolidando-se, assim, o projeto do Papa Leão XIII, expresso na *Encíclica Sapientiae Christiane*¹⁸¹,

cuidar da mocidade, uma obra que nunca se fará bastante: [...]quando se trata da boa educação da juventude, nunca o trabalho é demais, por muito que ele seja. Nesse ponto são dignos de admiração universal muitos católicos de várias nações que, com grande despesa e maior constância, criaram escolas para a educação de seus filhos. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.407)

¹⁷⁷ Missionário genovês que exerceu missão durante 30 anos no Brasil e muito colaborou para a expansão da obra scalabriniana (SIGNOR, 2005, p.210).

¹⁷⁸ Conforme histórico da Congregação, Madre Assunta era a Superiora do Orfanato Cristóvão Colombo de Vila Prudente/SP, naquele momento.

¹⁷⁹ Ex-interna do Orfanato Cristóvão Colombo, Irmã Borromea Ferraresi tornou Superiora Geral da Congregação das Irmãs (1935-1951). Em seu governo empenhou-se realizar um projeto expansionista. Nos anos 30, Madre Borromea autorizou abertura do Colégio Santa Teresa, em Ituiutaba Minas Gerais (REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANA, 1995).

¹⁸⁰ Vigário Geral de Bento Gonçalves (SIGNOR, 2005, p. 195.)

¹⁸¹ Escrita por Leão XIII, publicada em 10 de janeiro de 1890 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

Com esse propósito, imbuídos pelo princípio de levar a instrução e a fé à juventude, padres scalabrinianos e Irmãs scalabrinianas trilharam os caminhos da educação, em busca da propagação da fé cristã. Referindo-se, ainda, à *Sapientiae Christiane*, Leão XIII determina, como obrigação universal, professar e propagar a doutrina da Igreja: “a primeira aplicação desse dever é professar, clara e constantemente a doutrina católica e propagá-la o mais que se puder.” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.407). Considera-se, então, esse momento o ponto de partida para a expansão das atividades missionárias das Irmãs de São Carlos Borromeo no Rio Grande do Sul, a primeira missão das Irmãs no estado.

A cidade parece responder, positivamente, em relação à efetividade das atividades educacionais das Irmãs em Bento Gonçalves, a Imprensa demonstrou muito bem a seriedade e a expansão do trabalho consolidado pelas mesmas, ao longo dos anos, na cidade e em outras cidades do Rio Grande do Sul, “[...] Mas por outro lado, começa por uma cidade, onde há 50 anos antes, neste mesmo mês, começa a germinar uma semente que mais tarde estender-se-ia por todo o Estado, formando a Província do Sul, das Irmãs Carlistas. Irmãs de São Carlos. Os cumprimentos do AVANTE (1965)”.

A historiografia específica da Congregação registra a presença e a atuação dos padres scalabrinianos nas colônias italianas desde os últimos anos do século XIX; e, nesse contexto, a nova missão das Irmãs no município riograndense causou certo entusiasmo por parte dos mesmos, principalmente pelo arcebispo de Porto Alegre, que as convidou para a implantação de outras instituições pelo Estado, inclusive o noviciado de São Carlos, em 1927¹⁸², objetivando atender ao aumento das vocações, ação extremamente difundida entre os scalabrinianos.

Desse modo, buscou-se, neste estudo, apreender os principais elementos que constituíram a gênese do Colégio São Carlos – primeira denominação – e sua projeção ao longo dos anos quarenta, como Colégio Nossa Senhora Medianeira. A intenção inicial era extrair dados que pudessem ajudar a historiar a instituição durante os anos trinta. Analisando-se os primeiros dados, optou-se por estender e projetar a investigação para as atividades do Colégio até os anos quarenta.

Ao interpretar o Colégio Medianeira, tentou-se, analisando o acervo encontrado, mergulhar na sua interioridade para explicar os fenômenos e a própria realidade educativa que

¹⁸² O noviciado de São Carlos foi instalado em Potim, SP (REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS, 1995).

dele emanava, envolvida pelos vários sujeitos do mesmo processo. Nesse sentido, buscou-se compreender as múltiplas relações existentes (i) no contexto de 1915 e das três décadas seguintes com (ii) a realidade local, regional e nacional e (iii) o Colégio Medianeira. De outra forma, considerando o Colégio uma totalidade pluridimensional, historiá-lo significou explicá-lo, integrá-lo e implicá-lo à realidade que o envolvia em uma dimensão meso e macro, à comunidade de Bento Gonçalves, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul e do Brasil, no contexto histórico, político, social e cultural da primeira República.

Objetivou-se, portanto, dar sentido histórico ao ciclo de vida do Colégio em dimensão mais ampla, sem escapar às particularidades locais, por sinal, carregadas de significados. De acordo com Buffa e Nosela (1961, p.19), “para historiar uma instituição é preciso definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores”. Só foi possível compreender o significado, o sentido e a intenção do Colégio, relacionando-o, também, à realidade maior, com as questões de âmbito mais amplo que o determinaram. Assim, pôde-se compreender sua identidade, a que, o porquê e para que veio, ou seja, foi instalado.

Para alcançar os objetivos delineados, analisou-se o acervo disponível, rastreando o significado do projeto educativo, da intenção e da concepção de educação, de homem e de sociedade, veiculados pelo Colégio durante os anos demarcados para este estudo. Trabalhou-se com o pressuposto de que o Colégio, como uma entidade orgânica e comunicativa, foi construído em uma ambiência de contradições, de práticas, de sonhos e de incertezas em torno de um mesmo projeto educativo, considerando-se que os seus sujeitos agiam a partir da materialidade no qual se inseriam. Seguindo esse pressuposto, pode-se afirmar que o Colégio, de cunho católico, elaborou um projeto educativo para preservar a italianidade, a cultura italiana e a fé católica. Ao mesmo tempo, pretendeu contribuir para a formação da sociedade brasileira, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul, no período em que a República se consolidava e desenvolvia um projeto de moralização da sociedade.

Acima de tudo, a intenção, nesta investigação, foi compreender e interpretar a educação praticada pelo Colégio naquela sociedade – a origem, a gênese, a procedência do público alvo, os valores culturais – e, conseqüentemente, as possíveis interferências desses aspectos no projeto educativo do Colégio. O Medianeira levou para Bento Gonçalves o ensino católico, focando o imigrante italiano, possivelmente, as meninas católicas, procurando despertar, entre as mesmas, a

vocação e a missionaridade. Desse modo, pode-se afirmar que foi possível apreender o sentido daquilo que o Colégio formou, educou, instruiu e criou; o sentido exclusivo de ser, sua particularidade.

Pertinente à discussão é o fato de que o Medianeira instalou-se em Bento Gonçalves no momento em que o Rio Grande do Sul estava em poder de um grupo dirigente, tinha o objetivo de modernizar o Estado e, por isso, a Educação ocupava relevante lugar nos debates daqueles que ensejavam consolidar o projeto republicano. Também é importante considerar que republicanizar não era um projeto só do Rio Grande do Sul, mas dos republicanos; no entanto, não existia, ainda, uma política educacional nacional. A educação era a via para o conserto do país, para dar forma ao mesmo e a República ensejava uma nação moderna e desenvolvida, sobretudo, disciplinada, pois a ordem levaria ao progresso. A proposta educacional baseava-se em educar física, intelectual e moralmente os jovens para que a ordem fosse mantida e todos os cidadãos estivessem conscientes de seu papel e exercessem plenamente a cidadania. Segundo Corsetti (1998, p.1) “uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhorar garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social”.

Nesse contexto, o Partido Republicano Rio Grandense elaborou um projeto de modernização, baseado na matriz ideológica positivista, propondo a moralização de sociedade por meio da educação, construindo um imaginário social, utilizando-se das palavras, dos símbolos, dos rituais, das comemorações, das festas cívicas, dos desfiles, dos auditórios e de outras atividades em que o amor à nação e o desejo de vê-la melhor fossem sempre suscitados. Há de se registrar, ao lado desse projeto, a presença da Igreja, mesmo que, contraditoriamente, contribuindo para a conformidade da nação, da Pátria Amada, de Deus. Por isso, essa questão deve permear as discussões aqui arroladas sobre a instalação do Colégio das Irmãs em Bento Gonçalves, RS.

Segundo os históricos consultados – historiografia específica, revistas comemorativas –, as Irmãs chegaram a Bento Gonçalves com o objetivo de acolher e de manter a fé e a nacionalidade das famílias de imigrantes italianos, especificamente. Esse seria o fito – abraçar os imigrantes, desprovidos de pátria, de família, de condições materiais e de sustento espiritual -, mantê-los unidos a uma só fé, a uma só nação. E, com essa missionaridade, o Colégio

desenvolveu suas atividades, durante a primeira República, sem deixar de lado a instrução pública brasileira, principalmente, a formação do pleno cidadão.

As Irmãs iniciaram as atividades do ano letivo de 1915 com matrícula de cinquenta e quatro alunos no ensino primário, vinte e nove meninas e vinte e cinco meninos. Esse número manteve-se por alguns anos, mas se observou relativo aumento a partir da década de vinte. O livro de matrícula dos primeiros alunos do Colégio evidencia a presença de filhos de famílias italianas que, uma vez instaladas em Bento Gonçalves, melhoraram suas condições econômicas e de trabalho, dentre elas, Marcato, Barberena, Pasquetti, Schlichting, Ponticelli, Gasparri, Casagrande, Gusi, Valduga, Sonza, Bertani, Favini, Allegretti, Giovanini, Durigon, Baso, Arioli, Alessandrin, Torriani, Farina, Ferrareto, Peressutti, Mnaica, L'Orisoni, Battochio, Pasquali, Baldi, Bacin, Grando, Lonsetti, Tedesco, Cappeli, Frediani, Fural, Reali, D'Arrigo¹⁸³.

Quadro 19 - Resumo Matrícula – Colégio Nossa Senhora Medianeira (1915-1950)

Anos	Ensino Primário	Complementar	Ginasial	Normal
1915/1920	428	-	-	-
1921/1925	651	-	-	-
1926/1930	664	-	-	-
1931/1935	558	-	-	-
1936/1940	673	-	-	-
1941/1945	918	272 ¹⁸⁴	-	-
1946/1950	738	-	640	60 ¹⁸⁵
TOTAL	4.630	272	640	60

Fonte: HISTÓRICO COLÉGIO N. SENHORA MEDIANEIRA (1945).

A questão do ensino primário nas colônias, segundo Corsetti, esteve em pauta nas discussões sobre a instrução pública brasileira, uma vez que as mesmas efetivaram suas atividades em língua pátria, e não em língua portuguesa; logo, a ênfase não seria a nação brasileira, como pretendia o projeto republicano. O colégio ensinava italiano, mas o currículo esteve acordado ao projeto de republicanização. O Curso complementar aparece no Quadro, a partir dos anos 40; esse aspecto será tratado posteriormente.

¹⁸³ Primeira turma de alunos (1915) conforme Histórico Nossa Senhora Medianeira.

¹⁸⁴ O curso Complementar teve duração de apenas quatro anos (1941/1944)

¹⁸⁵ Trabalhou-se com matrículas de 1949 a 1950.

A princípio, as Irmãs foram instaladas em “[...] uma casa velha de madeira, com três mesas, cinco camas brancas e cinco colchões de palha. E nada mais. Cadeira não tinha. O sr. Paqueti foi buscar umas na Igreja” (HISTÓRICO DA COLÉGIO, 1945). Evidencia-se, assim, que as condições estruturais para o funcionamento do Colégio não eram satisfatórias.

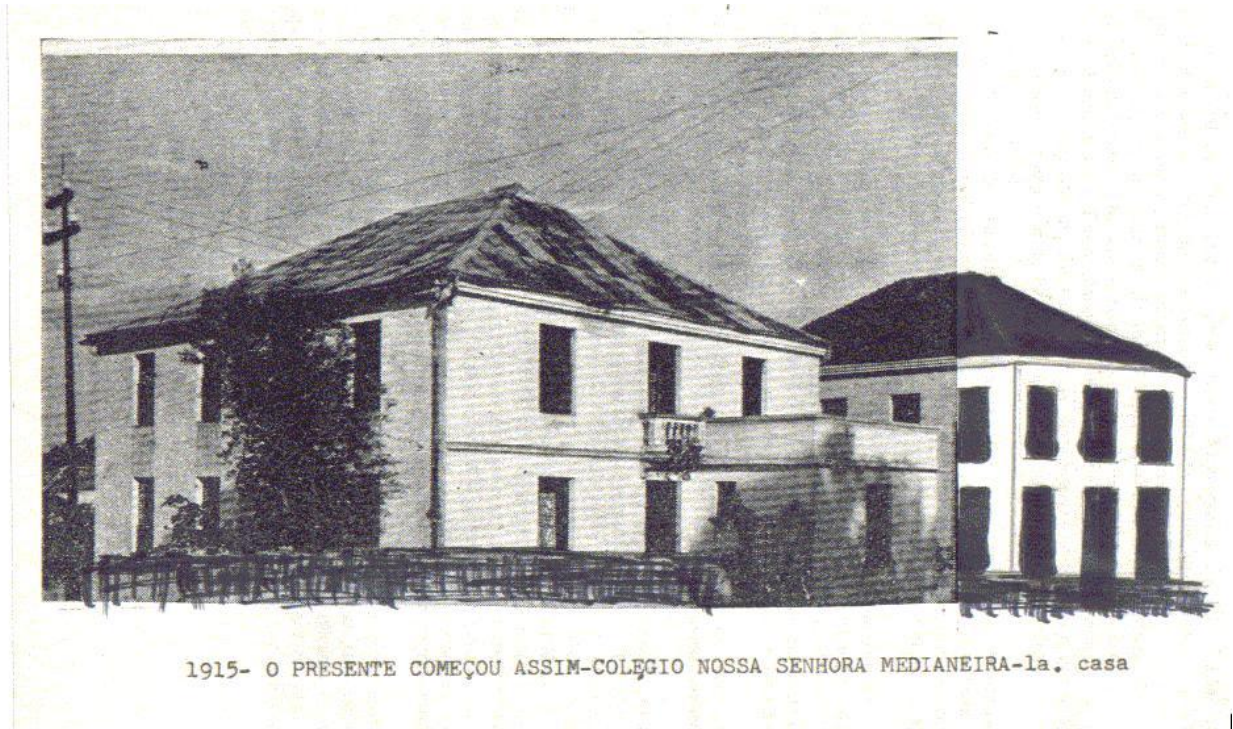


Figura 9: Primeiro prédio – Arquivo Colégio N. S. Medianeira Bento Gonçalves – 1915

À medida que o número de alunos matriculados foi crescendo, houve a necessidade de condições físicas mais adequadas para o atendimento dos mesmos, dadas às exigências educacionais veiculadas pelas autoridades educacionais daquele momento. O vigário de Bento Gonçalves, Pe. Henrique Poggio adquiriu um terreno e deu início à construção do novo prédio. Em apenas dois anos, a construção do Colégio consolidou-se, transformando em realidade o sonho de ter um espaço adequado à educação das crianças católicas. A essas crianças era recomendada a educação sólida, cujo princípio fundante seria o catolicismo, sobretudo as práticas culturais italianas, por meio das quais seria possível preservar a nacionalidade e o contato com a pátria distante. Nesse contexto, Bento Gonçalves concentrava dois grandes núcleos italianos.

Inicialmente, o Colégio ofereceu o curso primário e as atividades eram ministradas em italiano, por exigência do consulado italiano, com o objetivo de preservar o sentimento de italianidade na colônia. São expressivas as afirmações:

O carisma legado pelo fundador João Batista Scalabrini à Escola abriu caminhos para a integração das famílias migrantes em sua primeira e segunda gerações, pois a sociedade capitalista tem dificuldades em permitir a integração de novas famílias em seu seio. No início do século passado foi mais fácil, visto que, quase a totalidade era migrante. A ânsia de desbravar terras, ganhar dinheiro, fazer sucesso era o perfil desse povo. Manter sua cultura, costumes, crenças e mais, sua religiosidade foi um dos objetivos das primeiras Irmãs educadoras. Os valores de partilha, de solidariedade, da ajuda mútua eram marcantes na vida dos alunos, bem como das famílias que acolheram as Irmãs. (Histórico Colégio Scalabriniano N.S. Medianeiro, 1945)

As orientações pedagógicas da própria Congregação contemporizam a presença de princípios cristãos em seu cotidiano, objetivo maior da infiltração de Congregações religiosas em meio ao povo, suscitando vocações, signatários. Além do currículo comum, ofereciam-se aulas de trabalhos manuais e de piano, práticas voltadas para educação feminina. O histórico do Colégio ressalta o quadro docente formado quase na totalidade por Irmãs, com exceção de algumas contratações. Nesse sentido, o trabalho, também, voltou-se para as atividades vocacionais com maior ênfase. Assim, o histórico do Colégio acentua a contribuição das Irmãs para transformação do Rio Grande do Sul em um celeiro de boas e numerosas vocações.

Considerando o posicionamento teórico de Sanfelice (2006, p. 25) de que a concepção de fonte foi ampliada, as “fontes iconográficas muito contribuem para interpretação de pesquisas dessa natureza” e, nesse sentido, a fotografia do primeiro prédio do Colégio permite compreender sua precariedade e a necessidade de adequação da estrutura física às exigências pedagógicas modernas, para formar o cidadão da República e, mais especificamente, para formar a mulher republicana, uma vez que, ao longo dos anos, o Colégio passou a atender meninas católicas, vocacionadas à religião. Havia, de um lado, as meninas de classe social mais abastada, que iam se formando dentro dos princípios cristãos, para serem professoras – as normalistas – e, de outro, as meninas menos abastadas, ordeiras e cuidadosas, futuras boas donas de casa.

Já a fotografia seguinte anuncia amplo espaço para atividades físicas, recreação e socialização, plenamente em consonância com a instrução pública brasileira, principalmente no que se refere às escolas normais – responsáveis pela formação de professores –, que deveriam

preparar bem, fisicamente, os futuros docentes para o exercício do magistério. Assim, a educação física, a ginástica, exercia papel fundamental na preparação de um corpo saudável, belo, forte, disciplinado, civilizado, com todos os quesitos para se formar um cidadão republicano, que viria substituir o corpo dos brasileiros, doente, feio, fraco e raquítico (CARVALHO, 1997).

Ressalta-se, ainda, sobre a instrução pública brasileira, que, na República, a descentralização do ensino persistia. Como não havia uma política educacional nacional, o Rio Grande do Sul, influenciado pelos positivistas, idealizou um projeto que objetivava formar o homem republicano, em detrimento do que se tinha – uma nação que não se consolidava, apenas um amontoado de gente. Em relação às orientações pedagógicas para os professores, em escolas particulares, nas atividades propriamente de sala, em suas disciplinas, “importa que o ensino da língua, da história e da geografia pátrias seja revitalizado, venha saturado de intenso e fecundo sentido nacional, capaz de despertar o sentimento cívico, criando motivos superiores de amor à pátria” (CIRCULAR 12.498, 1939)¹⁸⁶. O Rio Grande do Sul empenhou-se na nacionalização da educação no Estado e determinou, em função disso, que nenhuma escola poderia ter diretores estrangeiros ou professores que não dominassem a língua materna.

Essa concepção enfatiza a necessidade de valorizar e relembrar tudo o que o país possuía. Para que esse objetivo fosse atingido, o professor deveria assumir postura contrária à

cômoda e perniciosa indiferença pelo que é nosso, ao esquecimento culposos das homenagens devidas aos nossos heróis, ao desconhecimento completo do nosso território, se substitua a consciência de que, além de vivermos sobre o mesmo solo riquíssimo, temos uma só língua, uma só tradição e uma só lei. (CIRCULAR 12.498, 1939).

O sentimento de nação deveria ser, cotidianamente, construído por todos cidadãos, inclusive pelos estrangeiros que aqui viviam, para formar a nação da ordem, do progresso e do desenvolvimento.

Para que, entretanto, exista verdadeira sinergia nacional, impõe-se que os nossos irmãos de todas as origens se sintam participar da intimidade de nossas afeições, que a reflexão sobre as nossas coisas e a nossa gente não apenas desperte o sentimento de patriotismo, mas traga-lhes novas forças, afim de que a vontade de cada um e a ação individual se integre na comunidade nacional. Não

¹⁸⁶ Conforme Circular nº 12.498 de 1º de agosto de 1939, assinado pelo Secretario de Educação e Saúde Pública J.P.Coelho de Souza da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública de Santa Catarina.

alcançará essa finalidade a imposição fria das leis de nacionalização, como não integrará na vida nacional a aprendizagem sem encantamento da língua e da história ou a visão panorâmica desvitalizada das nossas terras. A fusão da individualidade na alma da pátria só se realizará quando se estabelecerem fundamentos nas forças afetivas. (CIRCULAR 12.498, 1939).

Para que o projeto de nacionalização se realizasse, seria necessário que todos os professores do Estado e das escolas particulares atuassem de forma motivadora em todas as atividades, em sala, extra-sala, na recreação, nas bibliotecas, no clube de leitura e recomendava-se,

insistentemente, se empenhem os professores pela criação de um ambiente escolar nacional, mediante a ornamentação das salas de aula, do hall dos corredores, das salas de refeição, nas escolas sob sua fiscalização. Paisagens nossas, reproduções de obras de arte dos nossos pintores e escultores que tenham por motivo assuntos brasileiros[...] das nossas cidades construirão decoração interessante capaz de contribuir para a grande obra de nacionalização. (CIRCULAR 12.498, 1939)

Os professores deveriam, ainda, obrigatoriamente, ensinar as disciplinas de nacionalização – português, história e geografia pátrias – e civismo, sendo, necessariamente, professores da própria escola, brasileiros natos e devidamente habilitados para tal. O Estado riograndense arregimentou forças para que tudo se realizasse e o marco dessas ações é a presença do Delegado de Ensino, do Inspetor Geral como agente fiscalizador, sobretudo controlador.

Retomando a fotografia anterior, nota-se a presença de símbolos, como os dois tipos de uniformes – escuro e branco –, quiçá, a marca divisória entre internas e externas, ou seja, a distinção entre noviças e não-noviças. Outros dados não esclarecem a diferença. Cruzando os mesmos com outras informações, depreende-se a presença de alunas internas, futuras aspirantes, haja vista a ênfase à vocação naquele Estado.



Figura 10: Pátio do Colégio N.S. Medianeira – Arquivo Colégio N.S. Medianeira – anos 40

De frente para o pátio, observa-se a biblioteca, espaço também fundamental para formação dos alunos. Nos anos quarenta, o Colégio atua com o Curso Complementar para formação de professores e, posteriormente, o Curso Normal propriamente dito.



Figura 11: Biblioteca do Colégio N.S. Medianeira – anos 40 –
Arquivo do Colégio N.S. Medianeira

De acordo com as exigências legais, criou-se, em 1941, o Curso Complementar de formação de professores primário, porém o prédio não era adequado às exigências daquele momento.

Passaram-se anos. Em 1938, por ocasião dos vinte e cinco anos de fundação da Província, o então vigário Cônego Antonio Záttera, hoje atual bispo de Pelotas, satisfeito pelos progressos que o colégio apresentava, e pelos benefícios, que, dele vinha recebendo, tomou a si engrandecê-lo, com a criação de uma Escola Complementar, para a formação de professoras, satisfazendo assim também as necessidades da população, que ora, era uma das mais progressistas da região. Inicialmente sozinho, mais tarde ajudado pelos srs. Tenenete Brasilino Araújo e Major Belo Amorim, deram os primeiros passos. Na primeira entrevista com o Sr. Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza, tudo eram esperanças. Mas, dificuldades sem conta começaram a surgir. O prédio não satisfazia às exigências de um curso secundário, a reforma que se premeditava, não aconselhava a abertura. A vontade férrea porém, da trindade abnegada, não se cansou. Após algumas reformas no prédio deixando-o exclusivamente para aulas, requereu-se a visita do fiscal para a aprovação. Nada se obteve, sem a certeza de construção mais adequada. Foi então que o Revmo. Cônego pediu a Revma. Madre Geral, autorização para a construção do mesmo. Vinda a licença de Roma, comprado o terreno e iniciada a obra, foram falar pessoalmente com o Dr. Coelho Sousa que se achava em férias em S. Francisco. Tamanha era a confiança na Providência, que já uma centena de moças aguardavam preparadas para o exame de admissão. E... numa noite memorável, véspera da festa do Coração de Jesus, 14 de julho de 1940, um telegrama expedido de S. Francisco pelo Cônego Záttera, anunciava a abertura aprovada. Recebida a visita do Dr. Sílvio Silveira dos Santos e tudo achado conforme, foi enviada a fiscal, que deveria proceder aos exames das candidatas. Assim em 1941 a Escola Complementar sob o patrocínio de N.S. Medianeira começava a funcionar. As obras sob a direção do Revmo Cônego Záttera cresciam e em um ano apenas erguia-se o magestoso edifício num dos melhores recantos da cidade, com todos os requisitos da construção pedagógica moderna. (HISTÓRICO COLÉGIO N.S. MEDIANEIRA, 1945)

Desse modo, o novo prédio, atendendo às exigências daquele contexto, passou a contribuir para a formação das moças riograndenses, sobretudo cumprindo o objetivo da Educação Brasileira de formar professoras/normalistas. Nesse sentido, o ensino primário organizado em cinco anos, passou a ser escola de aplicação e de experimentações das atividades didáticas do curso complementar de formação de professores para o ensino primário. Oferecia-se além do currículo comum, orientações trabalhos manuais e piano, voltados para educação feminina, sobretudo para as alunas que deviam ser solidamente formadas “nas virtudes preceituadas pela doutrina católica, condição fundamental tanto para a salvação individual,

quanto para torná-la um centro irradiador de catolicismo e ter um ornamento cultural compatível com lugar social que ocupa, ou ocupará na sociedade” (MANOEL, 2008, p.93). Esse é o matiz da educação feminina católica no Brasil: alocar essas moças, pobres ou ricas, em seus devidos lugares. Nesse contexto, à menina pobre, possivelmente órfã, caberia a educação profissionalizante, voltada para os trabalhos manuais e para a economia doméstica, pois o mundo do trabalho as esperava. Já as meninas de posse teriam seu espírito colorido com conhecimentos apropriados à sua posição social; logo, educar meninas de classe abastada significava ensiná-las, poli-las, socializá-las, orná-las e oferecer-lhes o fundamento cultural necessário, à altura da classe social a que pertenciam.

Abre-se um parêntese para retomar as reflexões sobre os sujeitos que influenciam, contribuem, lutam e esforçam-se para a fundação e a criação de alguma instituição de qualquer caráter. Aqui, especificamente, uma instituição escolar confessional. Em pesquisas dessa natureza, buscar interpretar esse significado, de certa forma auxilia a compreensão da finalidade da instituição e sua razão de ser. Assim, destaca-se a figura de Dom Antonio Zattera, como símbolo quase do Sagrado, do mito fundador, na celebração solene de inauguração do novo prédio do Colégio N. S. Medianeira, ritual muito comum no período. O Hino inaugural apresentado pelos alunos expressa:

Sob o amparo da Virgem Maria, Medianeira das Graças de Deus, mais um novo colégio irradia sobre Bento os favores dos céus. Oh! Cantemos um hino de glória a essa virgem de glória sem par! Fique impressa pra sempre a memória de quem soubesse a glória lhe dar. Dom Antonio, vossa mão benfeitora bendizemos com nobre efusão. (JORNAL AVANTE, 1944).

Dom Antonio ocupou papel relevante para consolidação da obra scalabriniana em Bento Gonçalves. Como figura eclesiástica, trabalhou para a cristianização de Pelotas e região, viabilizando a construção de escolas e paróquias, “trazendo o verde ramo de oliveira àquele rebanho” (AVANTE, 1944). Acordado aos pressupostos de Nosella (2001, p.5), aproveitou-se, de modo geral, de todo acervo disponível,

Como um maestro de orquestra que ora dá a vez a um instrumento musical, ora a outro, na execução de uma única música, extraí expressões de um depoimento, outras de outro, trechos de reportagem de jornais e de documentos para, de um conjunto de tantos pequenos textos, formar uma única história.

E, então, analisando o histórico do Colégio, observou-se, que, com a extinção da Escola Complementar, em 1945, a instituição passou a funcionar e denominar-se Ginásio Feminino Nossa Senhora Medianeira. De caráter exclusivamente feminino, o curso ginásial, estruturado em quatro séries, conforme a instrução pública, oferecia, para a formação das meninas de Bento Gonçalves, português, latim, francês e inglês, com ênfase nas línguas e literaturas; além de história geral e do Brasil, geografia, ciências, matemática, desenho, trabalhos manuais, economia, educação física, canto orfeônico e economia doméstica. Observou-se, pelo quadro de professores consultado, a presença relevante de Irmãs nas primeiras séries e a participação de padres para as aulas de latim. O quadro acima evidencia um currículo tradicional, literário comum às escolas confessionais, além das práticas de religiosidade, orações, missas, comemorações, santos, padroeiros, enfim, objetivo primeiro da educação ultramontana.

Já em 1948, criou-se, por convênio do Estado, o Curso Normal de formação de professores primários – que começou a funcionar em 1949 –, passando a Escola denominar-se Escola Normal Nossa Senhora Medianeira. O decreto federal 484, de fevereiro de 1942, validou “os convênios com Escolas Normais considerando que o Estado tem dever em materiais de educação ampara a iniciativa particular, quando bem orientada” (COLÉGIO N. S. MEDIANEIRA). Outros relatórios também evidenciam a subvenção estadual em relação à Escola Normal Medianeira.

Nas questões relacionadas ao currículo, entrevê-se a formação de professores conforme as orientações da instrução pública dos anos quarenta, cujo quadro curricular constituía-se de aulas de português e literatura, matemática e estatística, estatística aplicada, física, química, anatomia e fisiologia humana, sociologia, biologia geral e educacional, psicologia, didática, desenho, artes aplicadas, puericultura, música, canto e iniciação à cultura, educação física, higiene e educação sanitária, filosofia da educação e história da educação, distribuídas em quatro anos.

Entende-se, a partir desses componentes curriculares apresentados, um curso voltado para a formação do professor em nível médio, mantendo profícua relação com as reformas educacionais propostas pelo Estado Novo, mais especificamente com as Leis Orgânicas que, por sua vez, cumpriam com a tarefa de consolidar o ensino profissionalizante no Brasil. E, nesse

sentido, o Curso Normal atenderia à parcela de famílias dos setores médios da população que desejavam aprimorar a educação de suas filhas (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006).

Com relação às práticas pedagógicas para formação das moças, futuras educadoras, as fontes iconográficas auxiliam e enriquecem as interpretações dos documentos, afirmando que a educação era voltada para a formação do caráter, do aperfeiçoamento da pessoa, da abertura do coração para a virtude e para a gentileza. Nessa perspectiva, o educador desenvolveria no educando o que está envolto no recôndito do coração e faz florescer as sementes e os germes não só das virtudes naturais, mas ainda aqueles germes felizes e aquelas sementes de virtudes sobrenaturais que foram inseridas como Batismo em nossa alma (REVISTA EDUCAÇÃO, 2000).

A concepção de educação estava fundamentada nos princípios religiosos para que pudesse abrir os corações das alunas para Deus, despertando o espírito de solidariedade, igualdade, fraternidade e civilidade, formando, assim, pessoas capazes de viver em sociedade e contribuir para o bem estar da mesma. Formaria, acima de tudo, pessoas capazes de viver em sociedade, de trabalhar, de obedecer, de honrar e de construir uma sociedade saudável, dentro dos princípios acima. A primeira foto abaixo demonstra como as práticas disciplinares do corpo ocupavam papel importante na formação das futuras professoras. Como abordado, anteriormente, a ginástica era a forma mais eficaz de educar o corpo, prepará-lo para ser professora, trabalhar o ritmo, o tempo, o espaço, o movimento, enfim, todas essas atividades educam e disciplinam.



Figura 12: Professoras e alunas do Colégio N.S. Medianeira – Arquivo CSEM

O Histórico do Colégio apresenta estatística de que, até os anos noventa, o Colégio teria atendido 32.023 estudantes, entre primário, ginásio e normal, entendendo que o Curso Normal, extinto em 1970, também sofreu influência do ideário desenvolvimentista, ensino voltado para a profissionalização obrigatória, disposta pela Lei Diretrizes Bases 5692/71. Nesse âmbito, ao longo dos anos, o Colégio atendeu ao ensino de 1º e 2º graus, oferecendo diversos cursos profissionalizantes, como auxiliar de laboratório de análises químicas, auxiliar de patologia clínica, desenhista, mecânico-auxiliar, desenhista de decoração e auxiliar e magistério.

Atualmente, denominado Colégio Scalabriniano Medianeira, o Colégio tem por missão a formação integral da pessoa humana, por meio da construção do conhecimento, fundamentada no respeito à dignidade, nos princípios da fé cristã, na solidariedade e no carisma scalabriniano (MANUAL DA FAMÍLIA MEDIANEIRA, 2003), diretriz que tem norteado o redimensionamento de toda rede ESI – Educação Scalabriniana Integrada. Citando trecho do histórico, o Colégio, sob os auspícios da Virgem Santíssima que o guarda e por ele vela, será sempre uma colméia laboriosa na grei de nossa santa Igreja (HISTÓRICO COLÉGIO MEDIANEIRA, 1945).

A foto abaixo permite compreender a dimensão das atividades desenvolvidas no Colégio, tendo em vista as instalações físicas apresentadas no momento.



Figura 13 – Colégio Scalabriniano Medianeira – Arquivo Colégio N.S. Medianeira, 2003

As fontes encontradas sobre o Medianeira, no arquivo da própria instituição, são bem diversificadas – documentos, relatórios, autorizações, normatizações – e observou-se a frequência de autorizações para os cursos, as averiguações em relação às condições físicas, móveis, laboratórios, biblioteca, ressaltando sempre a figura do Inspetor. Nesse sentido, as observações feitas por Corsetti (2004) são relevantes em relação à hierarquia e à centralização, como a marca registrada na organização educacional riograndense nesse período. A figura do Inspetor é muito presente, ele era o responsável pela imediata direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, os diretores, os professores e demais funcionários do setor. Desse modo, afirma-se que a centralização era a necessidade de manter tudo sob controle do Estado, um monitoramento em prol do projeto de republicanização, a que se propunham as autoridades riograndenses.

Inferre-se, após a análise dos documentos e outros materiais históricos no texto apresentados, que as Irmãs fundaram o Colégio na proeminência do projeto republicano, mais especificamente no projeto educacional riograndense. Desse modo, contribuiu para civilizar e preparar parte do povo brasileiro para o progresso da nação. No Colégio, também, esteve presente cotidianamente o trabalho vocacional e o intento de restaurar os princípios católicos; entretanto, os documentos revelam as ingerências do Estado, por meio das autoridades competentes em suas atividades.

4.3 A presença scalabriniana em Minas Gerais – o Colégio Santa Teresa

A Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo adentrou o estado de Minas Gerais, no final dos anos 30, sob a responsabilidade da Província de Nossa Senhora Aparecida, instalada na capital de São Paulo. Considerando-se as fontes encontradas, procurou-se dar um significado histórico ao Colégio, interpretando seu fazer escolar, construindo, assim, seu percurso histórico. Em 1939, ano da fundação do Colégio, o município de Ituiutaba sobressaiu-se no contexto econômico mineiro, e até mesmo brasileiro, visto que o desenvolvimento agrícola do município foi muito satisfatório. A cidade foi intitulada capital do arroz, aspecto responsável pelo

crescimento populacional e urbanístico da cidade. Ao se instalar em Ituiutaba,¹⁸⁷ Minas Gerais, as Irmãs de São Carlos Borromeo não trabalharam com imigrantes, como aconteceu no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo, e no Colégio Medianeira, no Rio Grande do Sul.

O Censo demográfico¹⁸⁸ do município, por religião, apresenta e confirma também a hipótese inicial de que os habitantes da cidade, quase na sua totalidade – 99% em total de 33.239 habitantes –, eram católicos romanos. Nesse sentido, a criação de um Colégio confessional na cidade era fundamental para a recuperação e a preservação dos princípios religiosos, projeto de restauração católica nos anos 30. Segundo Azzi (2008), é necessário compreender o conceito de sacralização da sociedade, para entender esse período: a ideia de sacralizar a sociedade subjaz ao projeto pastoral da hierarquia, denominado de restauração; um intento em reaver todo tipo de privilégio, outrora perdido pela Igreja católica. Esse projeto, compreendido como um conjunto de ações, contou com apoio, orientações e diretrizes da Cúria Romana. Como se assinalou no capítulo II, Dom Sebastião Leme – na ocasião bispo em Olinda – exerceu papel significativo nesse período, conduzindo o projeto de restauração no Brasil, elaborando um projeto pastoral, delineado na carta pastoral de 1916, em cujo teor, lia-se na intenção de transformar a República em um Estado religioso. Entende-se que o propósito era combater o Estado moderno, a laicidade, o protestantismo e qualquer concepção que denotasse irreligião ou ateísmo.

Mais explícita ainda era a relação desse projeto com o romanismo, ou ultramontanismo, e com a Igreja Católica Apostólica Romana, modelo supremo de fé cristã, a ser seguido piamente. Para a efetivação desse projeto, as Congregações religiosas e suas instituições tiveram um papel preponderante, além da imprensa e outros mais. Baseando-se nessa reflexão, buscou-se compreender os motivos que explicam a instalação do Colégio Santa Teresa, na pequena cidade de Ituiutaba, relacionando-a a alguns documentos pontifícios, dentre eles a carta encíclica *Christi Nomen*¹⁸⁹, na qual se evidencia profícua preocupação com o serviço social direcionado ao povo católico.

Segundo essa encíclica, “já faz muito tempo que isso se tornou objeto das nossas preocupações e da nossa solicitude. Por isso nunca deixamos de favorecer as ajudas recolhidas entre os povos católicos” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.593). Assim, a carta determinava aos

¹⁸⁷ Ituiutaba situa-se no Pontal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais – Brasil.

¹⁸⁸ Censo Demográfico (IBGE, 1950, p.80).

¹⁸⁹ Leão XIII dispõe sobre a origem e desenvolvimento do empenho missionário. Escrito em 24 de dezembro de 1894 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

religiosos e às religiosas, às congregações e às outras instituições católicas a dedicação ao serviço social. Nessa perspectiva, as Irmãs fundaram o Colégio Santa Teresa e, logo em seguida, o Centro Social Leão XIII, também em Ituiutaba. Embora o município vivenciasse um período áureo na economia agrícola, o homem do campo perdia seu espaço de trabalho em função da substituição das atividades agrícolas pela pecuária que se deu, paulatinamente, ao longo dos anos quarenta e cinquenta. Desse modo, as Irmãs atuaram no Centro Social Leão XIII desenvolvendo o trabalho pastoral e social com desempregados e trabalhadores rurais frutos desse processo.

A Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas foi convidada pelo bispo da diocese de Uberaba¹⁹⁰ a visitar Ituiutaba e verificar a possibilidade de instalação de um Colégio para atender às crianças católicas da cidade. Fortunato Morelli¹⁹¹, padre da Matriz de São José, interveio nesse pedido, afirmando ser muito importante a instalação de uma escola que ensinasse a partir dos princípios da Igreja. Interessante apresentar as anotações referentes à alocação feita por Morelli, por ocasião da festa de Santa Teresa, a padroeira do Colégio:

Dia de Santa Teresa, 12/11, antes da cerimônia o reverendíssimo Padre Vigário fez breve e belíssima alocução contando o porquê de ter sido Santa Teresa escolhida para patrona desta casa. Relembrou que um ano antes, com misto de temor e esperança subia a colina de Vila Prudente em procura de Irmãs para Ituiutaba. Em poucas palavras expôs seu plano à reverendíssima Madre Geral que se achava na Casa Matriz e depois de estabelecido o contrato necessário, foram lhe concedidas as Irmãs. Eis porque tendo se passado isso no dia de Santa Teresa recebeu este Colégio esta celestial Padroeira. (FATOS NOTÁVEIS, 1939)

Destarte, a instalação do Colégio Santa Teresa, inserido no contexto da educação brasileira, vinculou-se às discussões dos anos trinta entre intelectuais, leigos e religiosos. Ressalta-se, nesse contexto, a presença de algumas reformas educacionais em Minas Gerais, sobretudo a luta ideológica travada pelo Movimento dos Pioneiros da Educação, em âmbito nacional. Esse movimento buscava dar vida e intensidade à escola obrigatória, pública, gratuita e laica, dever do estado e direito de todos, em detrimento da escola confessional, de tradição dogmática, conservadora e reacionária. Assim sendo, é importante recuperar, sumariamente,

¹⁹⁰ O Bispo diocese de Uberaba era Dom Alexandre Guimarães, conforme histórico do Colégio.

¹⁹¹ Na época, Pe Morelli membro da Congregação Estigmatina, atuante na Matriz de São José, incentivou a comunidade para criação de um colégio confessional. Pe Morelli nasceu em Sivezzano, Itália. Morreu em Campinas em 1980. Cf. Histórico do Colégio.

algumas questões que influenciaram, direta ou indiretamente, a criação e o funcionamento do Colégio Santa Teresa em Ituiutaba.

Os anos trinta foram marcados pela Revolução Liberal, e também, pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização; logo, era necessário propiciar a reconstrução nacional, objetivo tão almejado pelo Governo Provisório. Para isso, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, visando difundir e intensificar o ensino público, além de organizar o ensino comercial, necessidade premente da sociedade brasileira, uma vez que as reformas do ministro Francisco Campos voltaram-se para a organização do ensino superior. Em meio às reformas da Associação Brasileira de Educação – ABE, articularam-se discussões sobre um possível Plano Nacional de Educação, resultando, posteriormente, nos apontamentos publicados na forma de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Esse documento traduzia a necessidade de solucionar o pior entre tantos problemas vividos pela sociedade brasileira – a educação. “Na hierachia dos problemas nacionaes, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional” (Manifesto, 1932)¹⁹², e, para tamanha realização, a escola deveria ser pública, laica, gratuita, obrigatória e coeducativa. Acredita-se que, a partir dos anos trinta, travou-se, em torno da educação brasileira, efervescente debate teórico-metodológico, demarcado por esses matizes políticos. No entanto, é interessante para a discussão sobre o ensino confessional e sobre as instituições educativas católicas, o embate entre católicos e liberais.

Os primeiros buscaram consolidar, nesse período, a restauração católica no Brasil, por meio de colégios, escolas, hospitais e associações oferecendo a educação conservadora, tradicional. Organizaram-se como instituição capaz de participar das discussões constitucionais de 1933, ocupando espaço no debate constitucional, na tentativa de restabelecer o relacionamento Estado/Igreja interrompido pela Constituição de 1891. Como resultado da atuação em tais discussões, os católicos obtiveram a institucionalização do ensino religioso, em caráter facultativo, na escola pública, provocando, assim, intensos debates entre intelectuais católicos e liberais. Entende-se que o projeto educativo católico estaria combatendo a infiltração do socialismo e do comunismo no Brasil. Logo, a proposta curricular a ser trabalhada pelas escolas deveria enfatizar o espírito patriótico e a moral cristã – uma associação de civilidade, disciplina, ordem, consciência e perfeição –, aspectos de um bom cidadão religioso. Embora tal proposta

¹⁹²GHIRALDELI JUNIOR, 2006.

curricular revelasse paradoxal à posição de Campos, signatário do escolanovismo, atendia às reivindicações da Igreja. Eram comuns esses acordos entre a burguesia industrial e a Igreja, dada à necessidade de uma política autoritária diante das transformações que vinham ocorrendo (SAVIANI, 2007).

Já o segundo grupo buscou a democratização da escola a partir do ideário escolanovista. O movimento caracterizou-se pela renovação educacional pautada na unicidade da escola pública, essencialmente laica, gratuita, obrigatória e coeducativa, sobretudo com um modelo de educação autônomo e descentralizado. Do ponto de vista pedagógico, os norteadores do currículo seriam o respeito pelo desenvolvimento psicológico, os interesses e as aptidões. Assim, estabeleceu-se o debate entre duas concepções de educação diametralmente opostas – a tradicional e a renovadora.

Além dessa questão, observou-se, nesse contexto, a disputa entre o ensino público e o privado, situação posta a partir dos artigos de 150 a 154 da Constituição de 1934. Os referidos artigos, além de incentivar a ampliação das escolas privadas ou particulares, oficializavam o apoio da União às mesmas, por meio da isenção de impostos. Essa Constituição, de caráter efêmero, foi substituída pela de 1937, que não privilegiou a educação pública popular, desobrigando o Estado da manutenção e da expansão do ensino público e incentivando a ampliação da rede privada de ensino. No entanto, duas questões importantíssimas permearam o processo de instalação e consolidação do Colégio Santa Teresa em Ituiutaba – instituição de caráter confessional e privado. Os escritos acentuam que, em maio de 1939, as Irmãs protocolaram o requerimento na Prefeitura Municipal, reivindicando a subvenção municipal para a fundação e a manutenção do estabelecimento (Fatos Notáveis/ Crônicas, 1939). Nas fichas individuais de matrícula das crianças observou-se situações em que a subvenção era feita por meio de bolsas, isentando o Colégio dos impostos com a Prefeitura.

Afirma-se, neste estudo, que foram dois os motivos que levaram a Congregação Scalabriniana instalar-se na cidade. Primeiro, para consolidar o objetivo da Igreja de restaurar e propagar a fé e educar a juventude dentro dos ensinamentos cristãos, convalidando a luta ideológica das escolas confessionais no Brasil. Segundo, para atender à classe social elitizada da cidade e região, mais precisamente às filhas dos latifundiários.

No final de 1938, por solicitação do Pe. Morelli e do Bispo de Uberaba, a Madre Borromea Ferraresi, Superiora Geral da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, chegou à cidade para verificar as condições em que o Colégio seria instalado.

Contava-se com o apoio do Pe. Conrado Stefani¹⁹³ e da Olegária Ribeiro Chaves¹⁹⁴ para organização do prédio, dos imóveis e de toda infraestrutura para as novas instalações do Colégio. Dona Olegária, oficialmente, transferiu a Escola Menino Jesus de Praga para o Colégio Santa Teresa, conforme documento registrado em 02 de maio de 1939, publicado no Ofício da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais.

O Colégio Santa Teresa, sem fugir à tradição das cidades do interior de Minas Gerais, instalou-se ao lado do Largo da Matriz, bem no centro da cidade. Entretanto, as condições materiais não eram as melhores e, durante os dois primeiros meses, houve adaptações e ajustes para o melhor funcionamento das atividades educativas.



Figura 14: Primeira casa onde funcionou o Colégio – 1939 – Arquivo Santa Teresa

O Histórico do Colégio explica que as Irmãs não possuíam recursos financeiros suficientes para ampliação do espaço físico do Colégio, porém puderam contar com a ajuda de um grupo de Senhoras Católicas que se empenharam na reforma do Colégio e lançaram a

¹⁹³ Também membro dos estigmatinos, atuava na Matriz de São José em Ituiutaba, naquela época.

¹⁹⁴ Ex-aluna do Colégio Normal Nossa Senhora das Dores em Uberaba, Minas Gerais. Proprietária da Escola Menino Jesus de Praga, Membro da Associação de Senhoras Católicas de Ituiutaba. Preocupada com a educação das meninas, lutou muito para a vinda das Irmãs.

Campanha das Senhoras de Boa Vontade em Prol das Obras do Colégio Santa Teresa¹⁹⁵, destinada a angariar recursos necessários para construção do prédio novo. Nesse entremeio, as adaptações foram feitas para que as aulas tivessem início logo no início do ano letivo de 1939.

Analisando a fotografia anterior e a abaixo, observa-se a reforma do prédio, convalidando, portanto, outras informações dos históricos:



Figura 15: Prédio adaptado 1940 – Arquivo Colégio Santa Teresa

Observou-se que a reforma foi provisória e importava, para a época, a construção do novo prédio como parte da construção da sociedade moderna; um projeto republicano, sobretudo projeto dentro da pedagogia moderna e ao mesmo tempo um sonho dourado das alunas e das famílias católicas da cidade. Com esse entendimento, afirma-se que a instalação do Colégio representou o desenvolvimento, o progresso e a confirmação da sociedade católica, essencialmente cristã; o início das atividades da Congregação demarcou o cuidado com as crianças a serem educadas em uma única ética religiosa.

¹⁹⁵ Isso significava uma nova postura da mulher católica burguesa na área social. Funcionavam como agremiações femininas e dentre elas Ligas de Senhoras Católicas (1923) reformulada em 1936, Associação das Senhoras Brasileiras (1921), dentre outras (AZZI, 2008).

Situado em lugar privilegiado da cidade, pode-se dizer que esse prédio, o pardieiro, deveria ser substituído pelo palácio, o prédio próprio para a cidade, idealizado pela elite republicana (FARIA FILHO, 2000). Abaixo apresenta-se uma das alas do majestoso prédio idealizado pelas Irmãs em Ituiutaba, a concretização dos sonhos dourados das meninas-moças que lá estudavam. A arquitetura seguia o padrão de outros prédios de instituições confessionais do período, dadas as intenções e as finalidades de todas elas. Naquele momento, o prédio traduzia aquilo que a sociedade o imprimia. As considerações abaixo ajudam a clarear essa concepção:

Sabemos que é possível educar em qualquer lugar, até mesmo em chão batido, sem cobertura e sem móveis. Mas uma escola é muito mais que isso, e o edifício escolar sabemos todos, pode facilitar ou dificultar a aprendizagem, a convivência, o desenvolvimento dos alunos. Em suma os espaços educam. (BUFFA, 2007)

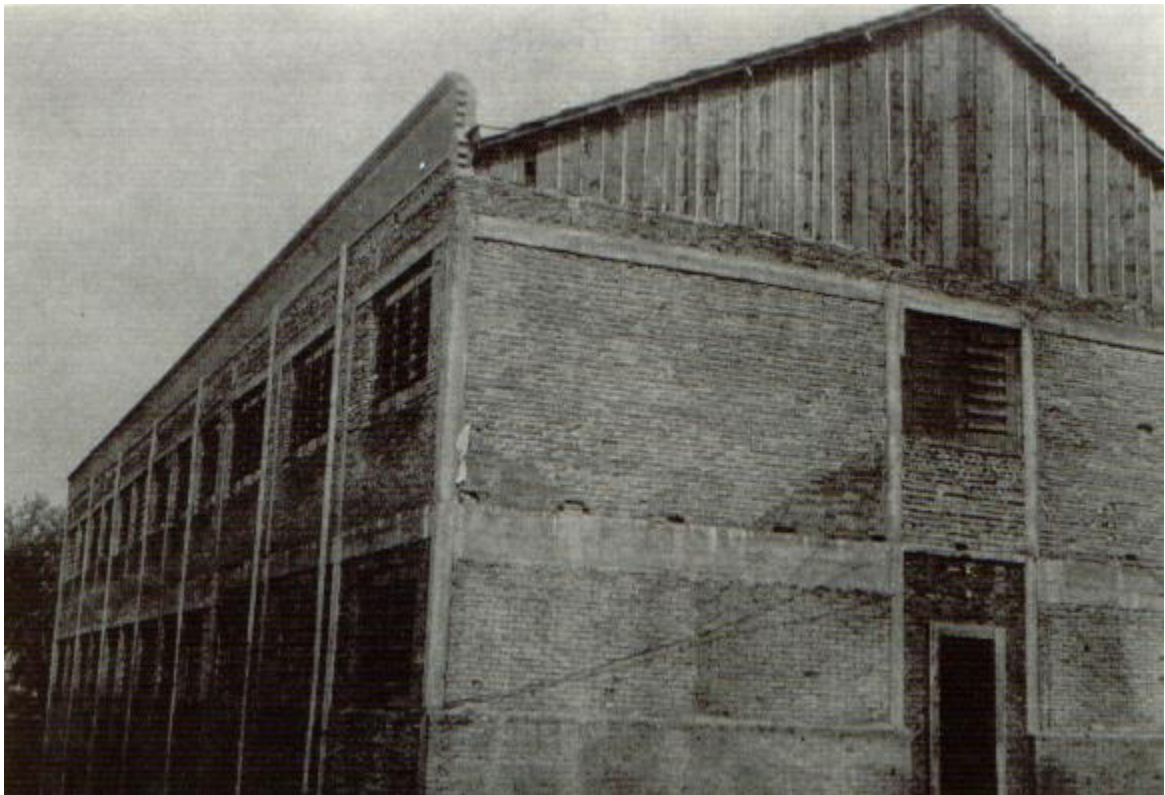


Figura 16 – Construção do 1º pavilhão – Arquivo Santa Teresa.

Aproveitando as elaborações teóricas da autora, é importante atentar para a linguagem arquitetônica, ou melhor, para a linguagem poética do prédio, pois são símbolos e representam

valores. No caso do Colégio Santa Teresa, o prédio representou o ideário da Congregação, da Igreja Católica e do Estado Moderno e Republicano. Conforme documentos consultados, o projeto foi elaborado por arquiteto famoso¹⁹⁶, contratado em São Paulo, capaz de elaborar uma planta que atendesse às exigências de um Colégio confessional, com aposentos para internas, banheiros de fácil vigilância, longas escadas e corredores, amplas salas, espaço adequado às atividades físicas, área de lazer, ampla biblioteca, laboratórios e sanitários, conforme exigências da Lei Educacional. Os móveis atendiam às necessidades pedagógicas daquele momento – carteiras de madeira pura, envernizadas e pesadas, além de lousas que cobriam toda a parede. O conjunto desse projeto expressou uma finalidade social, principalmente, de sacralidade.

Interessante ressaltar a parceria entre as Irmãs e os padres estigmatinos, que, naquele momento, criaram o Colégio São José¹⁹⁷, Colégio dos Padres para atender aos meninos. Entre padres e irmãs, ambos com objetivos bem semelhantes, houve troca de favores em função do andamento da construção do novo Colégio Santa Teresa. As Irmãs ministravam aulas para os meninos e os Padres gerenciavam as obras do Colégio. Marcas do trabalho dos padres estigmatinos no Colégio foram evidenciadas em diversos momentos nos documentos acessados. Observou-se, nessas afirmações, que havia esforço comum entre Irmãs e Padres para consolidar o trabalho religioso: “tendo encerrado o primeiro semestre, iniciaram-se as férias, tendo antes as crianças feito o santo retiro, pregado pelos reverendíssimos Padres Fortunato e Guilherme” (FATOS NOTÁVEIS, 1939). Ainda, no dia 26, o reverendíssimo Pe. Vigário veio fazer uma Conferência para os meninos, onde continuou a série de explicações sobre a liturgia, explicando as cores dos paramentos. (FATOS NOTÁVEIS, 1939).

Objetivando compreender melhor a Instituição, é interessante, neste estudo, lançar um olhar mais perspicaz sobre a prática pedagógica. Os mestres, considerados os melhores da cidade, ensinavam não só a ler e a escrever, como também os princípios da Igreja, a vida como cristãos, a obediência e a disciplina. Nas anotações diárias registradas como Fatos Notáveis ou Crônicas, percebeu-se a participação dos estudantes em rituais sagrados nos dias festivos da Igreja. Como se vê, a coroação de N.S. foi feita na paróquia e alunas do Colégio, vestida com túnicas brancas, à guisa de virgens cristãs da antiguidade, e 5 meninos, vestidos de coroinhas à guisa de pequeninos

¹⁹⁶ A construção foi projetada por Guilherme Gurilhing, engenheiro residente em São Paulo/SP (OLIVEIRA, 2003).

¹⁹⁷ O Colégio São José foi objeto de estudo de COSTA, 2001.

cardeais, abrilhantaram a solene cerimônia (1939). Esses momentos eram comuns no cotidiano do Colégio, visto que a localização da Igreja – ao lado do Colégio – facilitava esse envolvimento.

Depreendia-se também, como objetivo do Colégio, oferecer o ensino preparatório para que os alunos pudessem prosseguir os estudos com qualidade. As professoras eram as próprias Irmãs, além da contratação de outras renomadas na cidade. As irmãs passavam pelo noviciado da Congregação e, depois, especializavam-se para atuarem seus Colégios e Escolas. Quando chegavam à cidade eram alvo de comentários, principalmente, porque significavam a vinda da professora da capital para ensinar as meninas das grandes famílias da região. Na edição do dia 08/01/39 o Jornal de Ituiutaba, dava ao povo da circunvizinhança a notícia de nossa chegada lançando um rasgado elogio aos nossos trabalhos missionários e, no mesmo dia, eram lançados na cidade os primeiros folhetins, prospectos, propagandas do Colégio (FATOS NOTÁVEIS, 1939). Eram verdadeiras autoridades no ofício de ensinar.

Em suas atividades diárias as Irmãs, ocupavam-se em ensinar os princípios cívicos e patrióticos, aspecto importante para a nação brasileira nesse período, visto que os ideais de Pátria, Nação estavam sendo plantados e cultivados em todo país, em função do Estado Novo. A educação sedimentava-se baseada na formação do indivíduo, da personalidade e, nesse sentido, a educadora era a peça fundamental para esse processo. Algumas atividades extraescolares do Colégio sanata Teresa convalidavam essa idéia; como se vê, no dia 24 de julho de 1939, a convite da Congregação Mariana que acabava de adquirir a estação de rádio propaganda em Ituiutaba, um grupo de meninos e meninas do Colégio cantou no microfone o hino nacional e a Ave Maria (FATOS NOTÁVEIS, 1939).

Ainda a respeito dos rituais de que as alunas comumente participavam durante os anos de estudos no Colégio, havia um compromisso, por parte dos alunos e professores, de participar das atividades em dias santos, feriados e domingos, compromisso de ir à capela diariamente, fazer orações coletivas, assistir às missas e participar delas aos domingos e em todas as comemorações da escola. Assim, algumas passagens dos Fatos Notáveis são verdadeiros depoimentos que validam essas intenções, como:

no dia 15 de agosto, festa de Assunção de N.Senhora, precedida de novena solene em que as Irmãs iam ao altar cantar as ladainha e cântico a Nossa Senhora. Dia de Festa. 58 crianças, preparadas no Colégio receberam N.S. pela 1ª vez. O espetáculo foi lindo e encantou a todos. Às 10 horas, o coro do Colégio cantou na Abadia a missa da Matiole. À tarde, antes da procissão, depois de

serem fotografadas no Colégio, as crianças subiram para renovação solene das promessas do Batismo e receberam o escapulário do Carmo. (FATOS NOTÁVEIS, 1939)

O conjunto dos relatos descritos em Fatos Notáveis auxilia a compreensão de que, durante os anos aqui propostos para investigação, o grupo de Irmãs do Colégio objetivou formar a menina católica, a cidadã católica e, posteriormente, a mulher e a professora católica, com o curso de normalista. Parece salutar referendar essas afirmações com as elaborações de Manoel (2008, p.93) a respeito da educação feminina e da Igreja no Brasil, uma face conservadora dessa história, cujo objetivo maior era

formar na prática das virtudes o amor, o espírito com o saber humano. [...] a educanda deve ser solidamente formada nas virtudes preceituadas pela doutrina católica, condição fundamental, tanto para a salvação individual, quanto para torná-la um centro irradiador do catolicismo, e ter um ornamento cultural compatível com o lugar social que ocupa, que ocupará na sociedade.

Inicialmente, o Colégio atendia, aproximadamente, sessenta estudantes: as meninas – externas e internas – e os meninos – alguns matriculados na Escolinha Menino Jesus de Praga que migraram para o Colégio Santa Teresa. Além disso, a Irmã Letícia Negrizzolo¹⁹⁸ e as Senhoras Católicas fizeram matrícula, a domicílio, de crianças católicas e de outros credos. Observando-se o livro de matrícula encontram-se nele registrados nomes de nobres famílias tijuquinas. Ao aguçar o olhar sobre os itinerários percorridos por esses sujeitos pôde-se definir, claramente, o objetivo educacional do Colégio, pois os meninos encontraram-se, ao longo dos anos, em cargos de liderança política, alguns seguiram os caminhos da advocacia; e as meninas formaram-se normalistas, tornaram-se missionárias ou exerceram o sacramento do matrimônio.

A questão do internato também é relevante. As alunas que estudavam no Colégio, nessa condição eram filhas de famílias abastadas ou não. Essas últimas prestavam seus serviços às Irmãs, na lida da Casa e no cotidiano do Colégio e, comumente, dedicavam-se ao noviciado, as denominadas aspirantes. Interessante lembrar que a forma internato não é uma exclusividade da educação católica; na educação jesuítica, teve a função de preparar os homens para exercerem a direção da sociedade, conforme os preceitos do catolicismo tridentino, sobretudo para isolar a criança de todo contato com o mundo moderno.

¹⁹⁸ Letícia Negrizzolo foi diretora do Colégio por quarenta anos. Histórico do Colégio.

Ao terminarem seus estudos, as alunas, fortalecidas de tal modo, voltariam a esse mundo sem serem corrompidas por ele. Portanto, na visão de educação ultramontana, a mulher, por ser presa mais fácil do mal, devia estar sob constante vigilância para resguardar sua pureza (MANOEL, 2008). Assim se justificam o rigor, a disciplina, o silêncio, o recolhimento, as regras e o conservadorismo expressivo entre elas, verificado a partir da análise dos históricos, do regimento e das orientações pedagógicas do momento.

Com essa concepção, o Colégio atendia ao internato e também ao semi-internato. A iconografia abaixo apresenta um grupo de alunas internas acompanhadas por uma Irmã em horário livre:



Figura 17: Internas em horário livre – anos 40 – Arquivo Colégio Santa Teresa

Reitera-se a função do Colégio de atender Ituiutaba e região, de acordo com os princípios da educação cristã e da instrução pública mineira e brasileira. O quadro abaixo delineia sua consolidação nos anos 40 e define um currículo voltado para a educação feminina.

Quadro 20 – Resumo / Matrícula Colégio Santa Teresa (1939-1950)

Anos	Ensino Primário	Masculino	Feminino
1939	53	30	23
1940	103	60	43
1941	73	-	73
1942	74	-	74
1943	80	-	80
1944	57	-	57
1945	98	-	98
1946	81	-	81
1947	96	-	96
1948	105	-	105
1949	115	-	115
1950	133	-	133
Total	1068	90	978

Fonte: COLÉGIO SANTA TERESA (1940).

O quadro apresenta maior fluxo de alunos a partir da metade dos anos quarenta, justificando a ampliação do Colégio para a formação de professoras, visto que os meninos migraram para o Colégio São José, em busca da formação sacerdotal, ou para o mais jovem Colégio Marden¹⁹⁹. Quanto aos conteúdos ministrados no ensino primário, verificou-se o enfoque maior em português e matemática. O Colégio buscava formar “com base”, os alunos de séries iniciais – jardim ao quarto ano primário. Pareciam atraentes as aulas de geografia, história e ciências. Já o civismo, marca indelével do período, era cultuado por meio de rituais, de festividades e de comemorações cívicas no pátio do Colégio, na Igreja, na praça da Matriz, na rua, com pomposos desfiles e apresentações físicas junto ao batalhão do Tiro de Guerra da cidade. Formar o aluno para a civilidade era a uma exigência da própria República, bem como a educação física que visava ao preparo do corpo para a obtenção de uma mente sã, disciplinada, ordeira e obediente. O controle do corpo, então, era uma virtude a ser desenvolvida pelos alunos do Colégio. A tríade dessa formação baseava-se no catolicismo, no civismo e no conhecimento preparatório.

Nas salas de alfabetização, observou-se a presença da prática pedagógica do método global, o que a diferenciava das práticas do Grupo Escolar de Villa Platina²⁰⁰, nesse contexto, o

¹⁹⁹ Ver OLIVEIRA, 2004.

²⁰⁰ RIBEIRO; SILVA, 2003.

maior representante do ensino público mineiro. Relendo os históricos do Colégio, percebeu-se a existência de certa rivalidade entre a escola pública e a privada, discussão pertinente naquele momento, como pontuou-se anteriormente.

Além do ensino com base em português e matemática, havia o interesse em preparar os alunos religiosamente e oferecer-lhes subsídios para ingressar em curso ginásial do Marden, ou em outros colégios renomados da região. Como se ressaltou, o Colégio São José, instituição estigmatina, dedicou-se a preparar meninos para a vida religiosa. Nesse contexto, o Colégio Santa Teresa, realmente, pôde consolidar a missão a que se propôs em Ituiutaba – a educação feminina, a disseminação da fé e o estímulo às vocações.



Figura 18: Séries Iniciais anos 40

Analisando-se os documentos, como fontes históricas e de orientações pedagógicas scalabrinianas, evidenciou-se a presença dos ensinamentos scalabrinianos enquanto diretriz para a educação das crianças no Colégio, com o objetivo de formar pessoas mais humanas, de caracteres firmes diante da sociedade e da Pátria. Assim, a ação educativa pautava-se na disciplina, na ordem, na obediência, no silêncio e na responsabilidade. Procurou-se entrever se o diálogo poderia ser usado nessa relação e o mesmo apareceu como uma ponte para que as crianças

pudessem refletir sobre suas atitudes e recomeçar suas atividades de maneira mais proveitosa. Para Scalabrini,

educar a criança é depositar a verdade, toda a verdade, na sua mente, desde a mais simples a mais elevada; é abrir o seu coração aos mais nobres sentimentos, aos da pureza mais delicada e da honradez mais pura, é fazer palpitar sua alma diante das palavras, Deus, Pátria, igualdade, fraternidade, tais como as consagra o Evangelho. (REVISTA EDUCAÇÃO, 2000, p.34)

Pode-se afirmar que com a concepção de educação conservadora e bancária (FREIRE, 2005) as Irmãs Scalabrinianas conduziram suas atividades no Colégio Santa Teresa no período investigado. Formar as meninas católicas embebidas pelos ensinamentos cristãos, pelo apreço aos rituais católicos, era o princípio norteador da Escola, como se pode observar na foto abaixo. A participação das alunas neste tipo de celebração era constante, segundo as anotações dos Fatos notáveis/Crônicas consultados (1939).



Figura 19: Celebração Corpus Cristi anos 40 Santa Teresa

Entende-se, portanto, que o Colégio transmitiu conhecimentos, produziu conhecimentos, imprimiu valores, concepções e princípios próprios da Igreja às suas alunas. Preocupação que Leão XIII levantava em alguns documentos, como na carta encíclica *Christi Nomen*:

(...) e depois multiplicar quanto mais possível os institutos onde a ciência e a disciplina católica serão ensinadas e harmonizadas com o gênio peculiar da nação. Portanto, é oportuníssimo abrir, onde seja vantajoso, casas especiais para a educação da juventude, colégios em número proporcionado à densidade da população, para que cada rito se possa exercer com dignidade e a difusão de seus livros melhores introduza todos os fiéis no conhecimento da verdade religiosa. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.595)

Os sucessores de Leão XIII, também, enfatizaram as questões relacionadas à como educação, à difusão dos ensinamentos católicos para jovens e crianças, à ampliação da rede de colégios, escolas e institutos, buscando dirigir os cetros educacionais em conformidade com a Ação Católica. Essas foram as diretrizes para o redimensionamento da Igreja no Brasil, principalmente nos anos 30 e, para sua real concretude era necessário implementar a Ação católica onde houvesse pessoas e, sendo assim, as Irmãs também constituíram parte desse projeto:

A convite do Exmo. Bispo diocesano que convocou em Uberaba representantes de todas as casas religiosas de sua diocese, para uma semana de Estudos sobre a Ação católica, partiram para a sede diocesana Irmã Superiora e Irmã Letícia. Lá chegando, fizemos uma visita de cumprimentos ao Exmo. Sr. Bispo e ficamos hospedadas no Colégio N.S. das Dores. De 08 a 13 com três conferências diárias feitas por Dom Alexandre; tivemos a oportunidade de ouvir a explicação teórica e prática da Ação Católica. (FATOS NOTÁVEIS, 1939)

O bispo, empenhado em disseminar as orientações dos documentos publicados nos últimos anos pelo Papa, convocou a representação de sua diocese e as Irmãs foram incluídas nesse processo. A anotação acima expressa significativo interesse das Irmãs em compreender as finalidades da Ação Católica como parte de um projeto explícito em várias cartas encíclicas, publicadas em função do atendimento às classes mais humildes – operários e camponeses –, e em combate ao comunismo, ao socialismo e ao liberalismo.

Sobre essa questão, a carta encíclica *Divini Redemptoris*²⁰¹ aprofundou informações sobre o comunismo ateu, orientando que “[...] é função da Ação Católica disseminar amplamente, por

²⁰¹ Publicada em 29/06/1931 por Pio XI (IGREJA CATÓLICA, 2004).

meio da propaganda oral e escrita, os princípios fundamentais que hão de servir para construção de uma ordem social cristã, como se depreendem os documentos pontifícios” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 593).

Compreende-se também que o Colégio consolidou-se como referência educacional para Ituiutaba e região e nos anos cinquentas, criou o Curso Normal que funcionou até os anos noventa, contribuindo, assim, para a formação de professores do município e região, além de outros estados e justificando a sua solidez até os dias atuais. Esses profissionais, ex-alunos do Colégio Santa Teresa, estão alocados, hoje, na área educacional, em diversas funções, contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira.

Do ponto de vista da discussão teórico-metodológica, salienta-se que, em relação às fontes encontradas, desde o pequeno folheto, o jornal, a propaganda, o histórico, o relatório, as anotações nos cantos dos documentos até o currículo, a historiografia específica, as orientações pontifícias e outras mais, todas foram analisadas com o propósito de construir e/ou reconstruir as marcas da Escola na formação de seus alunos. Em relação ao Orfanato, as fontes documentais e iconográficas, muito ricas em informações, possibilitam visualizar sua interioridade. Quanto ao Colégio Medianeira, os documentos são mais áridos, os relatórios são mais pontuais, depois de entrecruzados às outras fontes, como as iconográficas, histórico, imprensa possibilitaram construir o sentido histórico da instituição. O Colégio Santa Teresa preservou em seu acervo, composto por documentos, históricos, iconografia, os Fatos Notáveis ou Crônicas eram uma espécie de diário dos acontecimentos da instituição, comum às instituições confessionais. Essa fonte muito contribuiu para o preenchimento dos espaços históricos desta investigação. Importa exarar que, para chegar ao interior de qualquer instituição escolar todas as fontes devem ser consideradas, analisadas, para que, de forma crítica e reflexiva, o pesquisador possa reconstruir a essência de seu projeto social.

As três instituições apresentadas, cada uma em um contexto distinto, imbricadas em questões complexas, expressam o perfil, a finalidade, a intenção e o projeto que se dispuseram a realizar enquanto instituições religiosas voltadas para o ensino de crianças e de jovens. Não se pode negar que todas constituíram parte do projeto de restauração católica e estiveram a serviço da sociedade capitalista e do movimento de construção do Estado republicano no Brasil.

NOTAS CONCLUSIVAS

A intenção que norteia as considerações seguintes não é a de concluir, mas sim, considerando os objetivos propostos para a investigação e as formalidades que devem ser observadas neste tipo de construção textual, apresentar algumas notas depreendidas no percurso de realização desta pesquisa. Entretanto, em função das limitações e das lacunas deste estudo, pressupõe-se que o mesmo possa servir de ponto de partida para novas discussões no âmbito da história da educação, da história da Igreja e das instituições escolares. Desse modo, justificam-se as notas conclusivas.

Este trabalho se propôs a defender a tese de que a Congregação das irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas instalou-se no Brasil, impulsionada pelo movimento ultramontano e, ao mesmo tempo, engendrada pelo modo de produção capitalista na Europa e no Brasil. Marca indelével desse processo foi a criação e a consolidação das instituições escolares scalabrinianas, projeto que se desenvolveu atrelado às diretrizes da Igreja Católica, ao projeto scalabriniano e ao ideário republicano.

Para compreender a problemática proposta para a investigação, procurou-se, no início, interpretar o contexto social, econômico e político da primeira República, no período em que a Congregação instalou-se no Brasil e expandiu sua atuação, atrelada às relações com o projeto capitalista mundial.

Nesse período, o imperialismo atuou ferrenhamente na organização da economia mundial e o Brasil constituiu-se em uma das peças do jogo econômico, ainda que tênue, por não possuir capital próprio para participar do conjunto do sistema financeiro internacional. Desse modo, o capital estrangeiro agiu, intencionalmente, sobre o Brasil, impulsionando-o ao mundo moderno e ao desenvolvimento, oferecendo vultosos empréstimos, exercendo ingerências sobre o mesmo, em prol de seus interesses. Dessa forma, vislumbrou-se a projeção do Brasil no padrão de divisão internacional do trabalho e, em função disso, a República assistiu à elevação do país a primeiro exportador mundial da produção cafeeira, iniciando, dessa forma, o reles desenvolvimento industrial brasileiro, atrelado às amarras do capital internacional.

Nesse mesmo contexto, evidenciou-se o processo imigratório em massa, sobretudo de italiano, que, a partir da segunda metade do século XIX, chegaram ao Brasil, impulsionados pela

política de subvencionamento implementada pelo governo brasileiro, principalmente o paulista. Todo esse movimento decorreu do contexto sócio-econômico do período: a urbanização e o desenvolvimento geraram condições de pobreza na Europa e, nesse sentido, emigrar significou buscar novas possibilidades, principalmente na América. No Brasil, a proibição do tráfico de escravos, seguida da abolição em 1888, fez emergir a necessidade de se substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre nas fazendas de café. Assim, justificaram-se as ações elaboradas para atrair os imigrantes, aos quais se ofereciam trabalho nas fazendas de café, principalmente no estado de São Paulo, ou nos núcleos coloniais, no sul do país.

A estada ou permanência do imigrante nos núcleos coloniais ou nas fazendas de café foi marcada, muitas vezes, pelo descumprimento dos contratos feitos entre os fazendeiros e os trabalhadores; pela exploração do trabalho; pelo regime de escravidão; pelo endividamento contínuo dos imigrantes com fazendeiros - a começar com o adiantamento da passagem e das primeiras despesas com a instalação da família no Brasil. A investigação desse contexto permite afirmar que alguns imigrantes, apesar das limitações, foram bem sucedidos. Alguns fixaram morada no Brasil, estabilizados ou não; houve os que, com pequenas economias, regressaram ao país de origem. E ainda, aqueles que se instalaram na grande São Paulo, integraram-se à sociedade, compondo a urbanização da mesma, contribuindo para o desenvolvimento industrial e comercial, introduzindo conhecimentos técnicos ainda não dominados pelos brasileiros, no ramo da indústria têxtil, de óleos, de tintas, dentre outras.

Entendido esse contexto e suas implicações, depreendeu-se que a Congregação emergiu do mesmo processo, haja vista que o ideário do fundador – Scalabrini – era implantar uma instituição potencializada para abarcar e auxiliar os imigrantes italianos que, pelos motivos já elucidados, procuravam o novo continente. Ao compreender essa relação, pôde-se perceber intrínseca ligação entre o projeto scalabriniano e o movimento maior da Igreja – o ultramontanismo. Esse, prenhe de conservadorismo, objetivou tornar sólida a ligação da Igreja católica no Brasil com Roma e, mais que isso, ensejou que o direcionamento expressamente romano atingisse todos os segmentos da sociedade brasileira. Buscou-se, sobretudo, combater o mundo moderno, grande perigo para a salvação da alma, pois fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política (MANOEL, 2008). Segundo essa visão, o mundo novo era pervertido e desobedecia aos preceitos da Igreja Católica Romana. E o mais grave, “o mundo de Deus foi substituído pelo relógio de bolso, os homens deixaram de ser

homens para ser força de trabalho, capital variável. O Príncipe já não representava Deus na terra e prestava juramento de fidelidade à multidão” (MANOEL, 2008). Esse mundo foi, combativamente, negado pela Igreja por meio de suas instituições, inclusive pelas Congregações que chegaram ao Brasil nesse período, dentre elas a Congregação das Irmãs São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

Nesse sentido, imbuído por esses princípios, Scalabrini idealizou a Congregação para assistir o imigrante na América, principalmente, no âmbito espiritual, alimentando-o com os ensinamentos cristãos, com os sacramentos, fortalecendo-o diante das dificuldades de ordem material, nos desafios de um expatriado. O grande objetivo dessa Congregação era auxiliar o imigrante de modo que ele vivenciasse o processo de adaptação à nova pátria sem perder a fé e a confiança em Deus - que o havia criado a sua imagem e semelhança - e, ainda, preservar a Itália e sua cultura na nova terra.

Desse modo, percebe-se a coexistência de dois projetos distintos, porém, relacionados – o projeto de romanização e o scalabriniano. Ambos se encontravam na mesma direção, uma vez que a ideia central era ressacralizar a sociedade, converter o homem republicano em homem religioso, católico, obediente às leis da Igreja Católica. Mais que isso, buscava-se cristianizar o povo, de modo que a religião católica fosse a única via espiritual e moral capaz de formar o homem ordeiro, correto e cidadão. Logo, a religião católica precisava ser, oficialmente, brasileira. As cartas encíclicas (1895-1940), promulgadas pelos Papas Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI e, analisadas nesta investigação convalidam, em suas orientações, o ideário romanizador e restaurador supracitado, já que a Igreja Romana implementou um projeto, a Igreja, no Brasil, acatou-o, ratificando-o, por meio de ações que garantissem o estabelecimento do mesmo – especificamente no que se refere ao acolhimento das congregações européias que aqui chegaram.

O projeto scalabriniano, embebido por esse ideário, consolidou-se no Brasil por meio de suas instituições escolares, pastorais e sociais, em um período em que a sociedade passava por transformações econômicas muito significativas e, conseqüentemente, mudou as relações de trabalho. Percebe-se que a ação educacional scalabriniana materializou-se nesse contexto e, a partir dele, objetivou-se formar um determinado tipo de homem, para uma determinada realidade. Com base nesse pressuposto, historiaram-se três instituições escolares da Congregação Scalabriniana, tentando descobrir o sentido histórico e social de cada uma delas.

As três instituições eleitas para a pesquisa - Orfanato Cristóvão Colombo (seção masculina – 1895) e (seção feminina – 1904), Colégio Medianeira (1915) e Colégio Santa Teresa (1939), consubstanciaram, em períodos diferentes, as concepções ideológicas católicas, atenderam a realidades distintas e contribuíram para formação de uma mesma sociedade.

Buscando compreender a gênese do Orfanato, pode-se afirmar que o mesmo, fundado em 1895, ano em que os italianos chegaram em grandes levadas ao Brasil, foi instituído com o propósito de cuidar da criança imigrante, órfã e abandonada pelas ruas da grande cidade. Do ponto de vista do projeto scalabriniano, cuidar dessa criança significava educá-la de acordo com os princípios religiosos, assistindo-a espiritualmente para que, fortalecida, pudesse enfrentar os desafios do abandono, da expatriação, sem perder a fé na Igreja Católica; significava, ainda, assisti-la materialmente - fornecendo moradia e alimentação - e até mesmo acompanhamento psicológico. Essa ação religiosa, educacional e social tinha como pressupostos as diretrizes de João Batista Scalabrini, por sua vez, consubstanciadas às orientações da Igreja Romana - projeto de romanizar, cristianizar universalmente os homens, restaurar todos em Cristo para formar o homem religioso, a sociedade do bem e da ordem.

Esse objetivo, cujo teor deveria orientar a ação scalabriniana, tinha como base o ultramontanismo, movimento enfatizado no final do século XIX, no Brasil, caracterizado pelo combate veemente ao mundo moderno, ao racionalismo, ao anarquismo, ao liberalismo, ao comunismo e a qualquer outra seita anticatólica, alicerçada em princípios filosóficos modernos. O ultramontanismo postulava a ideia de formar o homem em uma outra perspectiva, sólida, inalterável, incorruptível, derivada da moral única e verdadeira, revelada por Deus e ensinada pela Igreja à humanidade (MANOEL, 2008).

Do ponto de vista do projeto republicano, cuidar da infância abandonada, no Orfanato, significou educá-la conforme os princípios de civilidade, de disciplina, da ordem, do trabalho, do progresso e do desenvolvimento. De certa forma, significou higienizar a sociedade, fazer a limpeza necessária para sarar a ferida da indolência, da vagabundagem, para transformar o amontoado de povo em nação. As crianças que perambulavam pela cidade incomodavam a ordem e a decência social, era então, necessário recolhê-las antes que infectassem a ambiência ou fossem contaminadas pelos males corruptíveis.

A partir dessas elucidações, pode-se afirmar que ambos os projetos coabitaram os anos republicanos no Orfanato. Educaram-se as crianças órfãs ou abandonadas – italianas e de outras

nacionalidades cuidando-se da essência religiosa, assistindo-as e alimentando-as material e espiritualmente. Formaram-nas para exercer o papel de bom cidadão, ordeiro, obediente, tranquilo, na ótica do homem católico, mas, sobretudo, formaram o homem para o mundo do trabalho. Os meninos, além do primário, especializavam-se em um dos ofícios escolhidos – marceneiro, alfaiate, mecânico e outros –; logo que se formavam eram encaminhados e recomendados às pessoas de bem para prestação de serviços, munidos de todas as ferramentas necessárias para o exercício do ofício escolhido, ou iniciavam seu pequeno negócio, abriam pequenas oficinas especializadas. As ex-crianças abandonadas deixavam para trás o quadro de indolência para compor o novo quadro da sociedade trabalhadora paulistana. As meninas, via de regra, tiravam o primário e, em seguida, aprimoravam seus dotes domésticos, eram modeladas para serem boas moças, futuras donas de casa, ordeiras, responsáveis, encaminhadas também às famílias burguesas paulistanas para servir, com esmero, o seu ofício de doméstica, costureira, lavadeira; enfim, os ofícios considerados femininos. A instituição católica, como Orfanato, cumpria, assim, bem o seu papel de reformador, ou re-educador da criança abandonada.

Trilhando o percurso das instituições, o Colégio Medianeira (1915), diferentemente do Orfanato, não atendeu a criança abandonada, mas ofereceu educação para as crianças italianas, concentradas nos núcleos coloniais de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Colégio, em sua essência, emergiu dos princípios scalabrinianos, do carisma propriamente da Congregação, ao atender o imigrante, expatriado, acolhendo-o na religiosidade e na italianidade. O objetivo principal dessa instituição era fortalecer o vínculo com a língua e a cultura italianas, sobretudo com a fé tridentina e a Igreja romana. Não só os ensinamentos religiosos eram imprescindíveis, como também a língua, a cultura e a tradição italianas.

Não obstante, o Colégio N.S. Medianeira inseria-se no contexto do Brasil republicano, período em que as lides políticas majoritárias arregimentavam forças para reconstruir e/ou republicanizar a sociedade, torná-la moderna e desenvolvida. O ensino primário era a condição mínima para republicanização e, com esse propósito, o Colégio iniciou suas atividades sem, contudo, excluir de seu projeto o investimento na vocação religiosa. Essa permeava as atividades cotidianas, suscitando os corações missionários e religiosos.

Toda criança da primeira República, necessariamente, precisava ter contato com a pedagogia moderna, ser formada para colaborar com o desenvolvimento da nação. O Estado riograndense, por sua vez, embasado pela concepção de ensino positivista, enveredou-se pelo

projeto pedagógico da ordem e da disciplinarização, de modo que todo o Estado respirou República, sobretudo as escolas, em suas atividades cívicas, comemorativas, em rituais e solenidades.

De todo modo, o Estado riograndense estabeleceu critérios aos quais todas as escolas, sem exceção, obedeceram, inclusive o Medianeira, formando o homem cidadão brasileiro. Esse homem deveria valorizar o amor à Pátria, à cultura, à arte e à língua brasileira ainda que fosse um italiano. O lema, brasilidade em tudo e em todos, constituiu-se a principal concepção educacional do período, imbuído pelo ideário de nacionalização. Durante os anos quarenta, quando o Colégio implantou o curso de normalistas, a intenção voltou-se para a formação da mulher burguesa, católica, ordeira, disciplinada e/ou da mulher pobre, católica, ordeira, disciplinada e trabalhadora ou da religiosa-missionária, pois o trabalho com as vocações esteve sempre presente no propósito de formar mais Irmãs.

Na análise do processo de construção histórica do Colégio Santa Teresa, em Minas Gerais, fundado no final dos anos trinta, observam-se alguns aspectos em comum com as outras instituições investigadas, contudo, percebeu-se que as ações desenvolvidas o aproximaram mais do Colégio Medianeira, visto que a cidade ituiutabana também buscava consolidar a República, o moderno e o novo. A chegada de um Colégio, constituído por professoras formadas na metrópole, era algo fascinante para a população tijucana, naquele tempo, porém, privilégio para poucos. O Colégio, à princípio, atendeu a classe mais abastada da cidade e região, em regime de externato e internato, o que possibilitou perceber a presença de alunas menos favorecidas financeiramente. A turma inicial constituía-se de meninos e meninas, pois, por força da ocasião, o Colégio abrigou alunos de outra instituição. Em seguida, o Colégio manifestou-se mister em formar a mulher republicana, oferecendo às meninas o ensino primário por excelência, de acordo com as exigências pedagógicas e com o mais atual método de alfabetização da época. A educação feminina, para formação de futuras professoras ou missionárias, foi se delineando ao longo dos anos com a efetividade e seriedade do trabalho das Irmãs.

Do ponto de vista religioso, o Colégio, fundamentalmente, católico foi instalado em Ituiutaba a pedido das famílias latifundiárias e das autoridades católicas, no período em que a Igreja buscava para o seu interior a participação da comunidade. As senhoras católicas da cidade muito se esforçaram para que as Irmãs Scalabrinianas, realmente, se fixassem na cidade e oferecessem às meninas moças a educação confessional, balizada, prioritariamente, nos

ensinamentos ultramontanos. Essa educação pautada na disciplina, em primeiro lugar, baseou-se no pressuposto de que a mulher, presa fácil do mal, precisava estar em constante vigilância. Nessa direção, o Colégio desenvolvia o espírito de obediência, disciplina, silêncio e escuta, como parte fundamental de sua formação. Observou-se, portanto, que as meninas mais abastadas seguiam seus estudos, formavam-se normalistas ou casavam-se. As meninas de menor condição financeira seguiam os caminhos da religiosidade, tornavam-se missionárias da Congregação ou atuavam em outros segmentos religiosos. Quanto ao projeto scalabriniano, percebe-se que Ituiutaba, em 1939, não convivia com o processo imigratório e, nesse sentido, o Colégio não consolidou efetivamente os objetivos do fundador quanto ao carisma, porém, ficou evidente a preocupação em seguir os ensinamentos e a concepção de educação do mesmo.

Finalmente, entrecruzando as três instituições, é possível definir a ação educacional scalabriniana, no Brasil de 1895-1940: cuidar da infância abandonada, cultivar o carisma scalabriniano, trabalhar com a vocação, educar a mulher professora, instruir o homem para o mundo do trabalho, sobretudo, colaborar para construção da sociedade católica republicana brasileira. Esses seriam os objetivos consolidados no Brasil pelas Irmãs, tendo em vista os três contextos distintos e as regiões diversas nas quais as instituições se instalaram.

O caminho seguido para desenvolver este estudo, bem como a redação do texto, possibilitou ainda uma visão mais ampla das múltiplas questões que estão por aprofundar. Uma delas é a localização e o levantamento das fontes sobre o Colégio Santa Teresinha, dada a importância do Colégio para o contexto dos anos 20, em São Paulo. Outras instituições scalabrinianas, fundadas a partir dos anos quarenta, com enfoque na formação de professores e na gestão também merecem atenção e aprofundamento. De todo modo, há muito o que investigar sobre a ação scalabriniana no Brasil, visto que essas discussões não se esgotaram aqui, dadas as limitações e a natureza deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANDRADE, Mariza Guerra. **A educação exilada – Colégio Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARAÚJO, José Carlos. **Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. **A vida religiosa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

_____. A emigração italiana e os primórdios da obra scalabriniana no Brasil (1884-1904). **A Igreja e os Migrantes**, v.1. São Paulo, Paulinas, 1987.

_____. A fixação da emigração italiana e a implantação da obra scalabriniana no Brasil (1904-1924). **A Igreja e os Migrantes**, v. 2. São Paulo, Paulinas, 1988.

_____. A crise da cristandade e o projeto liberal. **História do Pensamento Católico**. v. 2. São Paulo, Paulinas, 1991.

_____. A Igreja e o menor na história social brasileira. **História do Pensamento Católico**. São Paulo, Paulinas, 1992.

_____. O Altar Unido ao Trono – um projeto conservador. **História do Pensamento Católico**, v. 3. São Paulo, Paulinas, 1992.

_____. O Estado leigo e o projeto ultramontano. **História do pensamento Católico**.v. 4. São Paulo, Paulus, 1994.

_____. A Neocristandade – um projeto restaurador. **História do Pensamento Católico**. v. 5. São Paulo, Paulus, 1994.

_____. A aculturação dos italianos e a consolidação da obra scalabriniana no Brasil (1924-1951). **História do pensamento Católico**. v. 3. São Paulo, Paulinas, 2000.

_____. **História da igreja no Brasil: Terceira Época – 1930-1964.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, Pe. Manoel. **A igreja no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora e Obras Gráficas À noite.

BARRETO, Célia de Barros. **O Brasil monárquico: o processo de emancipação.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: Das origens a 1889.** 5.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

_____. **História sincera da República: De 1889 a 1930.** 6.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1991.

BONI, Luís Alberto. **Presença italiana no Brasil.** Porto alegre, 1987.

BORGES, Paulo Humberto Porto. **Fotografia, história e indigenismo e representação.** Campinas: Unicamp, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRESOLINI, Ema. **Educação: novos tempos, novos caminhos.** Caxias do Sul: MSCS, 2001.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al (Org). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Associados, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da História.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano: estrutura e poder e economia.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. (História da Civilização Brasileira).

CARTA PASTORAL. **Episcopado Brasileiro aos fiéis da igreja do Brasil.** São Paulo: Typografia a vapor de Jorge Seckeler & Cia, 1890.

_____. **Carta Pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência, 1922.** Rio de Janeiro: Pap. E Typografia Marques, Araújo e Cia, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial/Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume – Dumará, 1996.

_____. **Os bestializados, o rio de Janeiro e a República que não foi.** 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CASTRO, Zília Ozório de. Antecedentes do regalismo pombalino. In: _____. **Estudos de Homenagem a João Francisco Marques.** v.1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. p 321-331.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária.** Rio de Janeiro: Fundação Persa Abramo, 2000.

COMPÊNDIO VATICANO II – as constituições, decretos e declarações. São Paulo: Vozes, 1967.

CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo – a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930).** 1998. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1998.

_____. Modernidade e modernização no Rio Grande do Sul: a expansão da escola pública (1889-1930). **Revista Educação,** Rio Grande do Sul, v.5, n. 9, jul/dez. 2004.

COSTA, Marcelo Alves da. **A Ação dos estigmatinos em Ituiutaba.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2001.

CROUZET, Maurice. O século XIX: as civilizações não européias o limiar do século XIX. In: **História Geral das Civilizações.** 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. Tomo VI.

_____. A época contemporânea: o declínio da Europa o mundo soviético. In: **História Geral das Civilizações.** 2. ed. São Paulo: Difusão Européia, 1961. Tomo VII.

CUNHA, Alexandre Sanches. **Todas as Constituições brasileiras**. Campinas: Boook Seller, 2001.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: Católicos e liberais. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1984.

DELFORNO, Zulmira. **Identidade Espiritual das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinians)**. São Paulo: Loyola, 1990.

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

DICIONÁRIO MARTINS FONTES italiano/português. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. (Volume XXXIII).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Brasília: MEC, 2002. (Caderno da TV Escola).

_____. Expansão do café e política cafeeira. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: Estrutura de poder e economia (1889-1930) 8. ed. Rio de Janeiro: Betrand Barsil, 2004. v. 1.

FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FRANCESCONI, Pe. Mario. **Inizi Della Congregazione Scalabriniana** (1886-1888). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1969.

_____. **Storia della Congregazione Scalabriniana**: Lê peime missioni nel Brasile (1888-1905), Roma: Centro Studi Emigrazione, 1973. v. 3.

_____. **Storia Della Congregazione Scalabriniana**: Storia interna della Congregazione (1896). Le missioni nel Brasile (1905-1919). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1974. v. 4.

_____. **Storia della Congregazione Scalabriniana: Il primo do poguerra (1919-1940).** Roma: Centro Studi Emigrazione, 1975. v. 5.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Saão Paulo, Paz e Terra, 2005.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores Rurais em Ribeirão Preto.** Franca: UNESP, 1997.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana:** jornalista, político e educador. 1986. Tese (Doutoramento em Educação) – Progra ma de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HOBSBAUW, Eric J. **Sobre a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **A era do capital** (1848 – 1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

_____. **A era dos impérios** (1875 –1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005c.

_____. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico:** Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. (História da Civilização Brasileira).

IGREJA CATÓLICA. Papa (1831-1878: Gregório XVI e Pio IX) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus,1999.

_____. Papa (1903-1922: Pio X e Bento XV) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. Papa (1922-1939: Pio XI) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Papa (1878-1903: Leão XIII) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2005.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e História da Educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. 1996. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. (Org.). **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. ; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago.2006. HISTEDBR (2008) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art3_22e.pdf - >. Acesso em: out. de 2008.

_____. Introdução. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago.2006. HISTEDBR (2008) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art3_22e.pdf ->. Acesso em: out. de 2008.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na Sociologia do conhecimento. 12.ed. São Paulo: Cortez,1998.

LUSTOSA, Oscar F. **A presença da igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1947.

_____. **Reformistas na Igreja do Brasil – Império**, São Paulo, Boletim nº 17, 1977.

_____. **A Igreja católica no Brasil república**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para História das Instituições Educativas**: entre a memória e o arquivo. [S.l.: s.n.], 1996. Mimeo.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. In: GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

MANOEL, Ivan Aparecido. **No centenário da Rerum Novarum: a doutrina católica sobre o capitalismo**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARIANGÁ (2008). Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/>. Acesso em: 21 jul. 2008.

_____. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Revista Acta Scientiarum : Human And Social Sciences**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARIANGÁ (2008). Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/> Acesso em: 21 jul. 2008.

_____. **O pêndulo da história**: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

_____. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. Maringá: Eduem, 2008.

MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In: Freitas. M. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARIA, Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes. v. 1.

_____. A Lei Geral de Acumulação Capitalista. In: _____. **O Capital**: Crítica da Economia Política, O processo de produção do capital. 7. ed., 1982. (Livro I).

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Santana. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. I. (Livro I).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de Saguarema**: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MOURA, D. Odilão. **As idéias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al. (Org). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Editores Associados, 2007.

NÓBREGA, Apolônio. **Dioceses e Bispos no Brasil**. [S.l.: s.n.].

NOSELA, Paulo. **O Centro Universitário de Jaraguá do Sul**: uma história de ousadia e determinação. Rio de Janeiro: UNERJ, 2001.

_____. ; BUFFA, Éster. **Schola Mater**: a antiga escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFscar, 1996.

_____. ; _____. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigações. **EccoS**, São Paulo, v.7, n.2, p.351-368, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: CARDOSO, Fernando Henrique. et al. **O Brasil republicano**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Betrand Barsil, 2004. v. 1.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M. **Memória e história educacional**: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Vera Cruz de Moraes. **Tudo pela pátria**: a história do Instituto “Marden” 1933-1945. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

PASIN, José Luiz. **Os Barões do café**. Aparecida: Editora Santuário, 2001.

PASTORAL COLETIVA. Pastoral coletiva do episcopado brasileiro. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1900.

PAULO II, João. Código de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 1987.

PETRI, Kátia Cristina. Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária Rural. **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, São Paulo, n. 2, jun. 2005. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2008). Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/>. Acesso em: 08 ago. 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUIDORT, João. **Sobre o poder régio e papal**. Tradução de Luís A. de Boni. Petrópolis: Vozes, 1989.

RIBEIRO, Betanaia Laterza Oliveira. SILVA, Elizabeth Farias. **Primórdios da Escola Pública Republicana no Trângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003.

RIZZINI, Irene. **A Institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso Histórico e Desafios do Presente. São Paulo: Loyola, 2005.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Luiz César B. **A primeira guerra mundial**. São Paulo: Atual, 1994.

SALVADOR, Carlos Corral et al. **Dicionário do Direito Canônico**. São Paulo: Loyola, 1993.

SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 8, out. 2002. (HISTEDBR) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Kleber%20Trevisam.doc>. Acesso em: 24 de abr. 2008

_____. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, n. especial, ago. 2006. HISTEDBR (2008) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_10html>. Acesso em: 24 abr. 2008.

_____. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura. et al. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Iverson Poletto dos. A Sociedade promotora de imigração: formação e influência In **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, São Paulo, n. 25, set. 2007. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2008) Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/-59k->. Acesso em: 15 ago. 2008.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line** Campinas, n. 8, out. 2002. HISTEDBR (2008) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_10html>. Acesso em: 24 abr. 2008.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Isabel Moura. et al. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2007b.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Caxias: Centro de Estudos de pastoral migratória, Universidade de Caxias, 1979.

SCAMPINI, Pe. José. **A liberdade religiosa nas constituições brasileiras**. [S.l.: s.n.].

SCHELBAUER, Analete Regina; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A Instrução pública nos documentos parlamentares**: fontes para a história da educação brasileira (1891-1928). HISTEDBR (2008). Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_10.html>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SERVI, Maria de Lourdes. **Pão, educação e Trabalho**: Orfanato Cristóvão Colombo e a educação profissionalizante de crianças na cidade de São Paulo (1895-1930). 2007. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas**, 1895-1934. Brasília: CSEM, 2005.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Barsil, 2004. v. 1.

SODRÉ, Nelson Verneck. **História da Literatura Brasileira**: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das idéias religiosas no Brasil**. São Paulo: Grijabo, 1968.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. Tradução de Maria Rosário Fabri. São Paulo: Novel – Instituto di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

WARREN, Dean. A Industrialização durante a Velha República. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Barsil, 2004. v.1.

WERLE, Flávia Obino Correa. História das instituições escolares: de que se fala? In LOMBARDI, JOSÉ Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ZAGHENI, Guido. **A idade Contemporânea**: Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

ZAMORA, Maria Helena. **Para além das grades**: elementos para transformação do sistema socioeducativo. São Paulo: Loyola, 2005.

SITES ACESSADOS

CERIS - “Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais” - Disponível em: <www.ceris.caicbr.org.br.2007>. Acesso em: 15 ago.2008

COLÉGIO MACKENZIE. Disponível em: <www.mackenzie.br10283.html>. Acesso em: 21 out.2008.

CPDOC - “Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil” Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav>. Acesso em: 23 set. 2008

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Nova Veneza**. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/sdr/criciuma/municipio_novaveneza.htm>. Acesso em: 12 set. 2008.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". **Glossário**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em: 05 ago. 2008.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". **Glossário**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado.htm> . Acesso em: 08 ago. 2008.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". **A Instrução Pública nos Documentos Parlamentares: Fontes para a História da Educação Brasileira (1891-1928)**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_10.html>. Acesso em: 10 out. 2008.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_10html> Acesso em: 12 set. 2008.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Origem**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/italianos/regorigem.html>>. Acesso em: 12 set.2008.

JORNAL USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp666/pag04.htm>>. Acesso em: 10 ago.2008.

LIBERO BRASILEIRO Disponível em: <www.digilander.libero.it/brasileiro/histórico.htm>. Acesso em: 11 nov. 2008

MONTFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL Disponível em: <www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra>. Acesso em: 25 ago. 2008

MSCS - Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. **Histórico dos Centros Scalabrinianos de Promoção do Migrante – Cesprom.** Disponível em: <http://www.msos.org.br/servicos.asp?cod_conteudo=129>. Acesso em: 21 ago. 2008

REVISTA HISTÓRICA - Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária e Trabalho Rural.** Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/>>. Acesso: em 10 set. 2008.

VATICANO. Disponível em <www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_19971109_scalabrini_po.html>. Acesso em: 21 jul.2008.

VERITATIS. Disponível em: <www.veritatis.com.br>. Acesso em 21 out.2008

DOCUMENTOS

Centro Studi. Lettere. Scith. Vol 5. Congregazione Scalabriniana, Roma, 1980.

Centro Studi. Scalabrinini e l'ê migrazione moderno. Scritti e carteggi. Società Editrice Internazionale, Torino, 1905.

COLÉGIO ELEMENTAR NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Orientações aos professores do Curso.** Bento Gonçalves, 1943.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Alocução proferida em 28/06 de 2005 por ocasião da homenagem na Câmara dos vereadores.** Bento Gonçalves, 2005.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Certificado de Conclusão Ginásio da Escola Normal N.S. Medianeira.** Bento Gonçalves: 1956.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Decreto Federal n. 484 de 04/02/1942.** Bento Gonçalves, 1942.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Estatística alunos (1915/1966).** Bento Gonçalves, 1966.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Estatuto da Associação das Ex-alunas da E. Normal N.S. Medianeira.** Bento Gonçalves, s/d.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Histórico do Colégio N. S. Medianeira.** Bento Gonçalves, 2000.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Histórico do colégio N.S. Medianeira Manuscrito.** Bento Gonçalves, 1961.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Histórico do Colégio N.S. Medianeira.** Bento Gonçalves, 1970.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Histórico do Colégio Scalabriniano N. S. Medianeira.** Bento Gonçalves, 2006.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Listagem de diretores e professores do Colégio datilografado,** Bento Gonçalves, 1947.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Manual da Família Medianeira.** Bento Gonçalves: 2003.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Síntese dos Fatos Históricos do Colégio N.S.Medianeira.** Bento Gonçalves.

COLÉGIO SANTA TERESA. **Atestado de autorização de funcionamento da Prefeitura Municipal de Ituiutaba,** Ituiutaba: 1957.

COLÉGIO SANTA TERESA. **Histórico do Colégio Santa Teresa.** Minas Gerais: 1955.

COLÉGIO SANTA TERESA. **Livro de Matrícula I:** Colégio Santa Teresa (1939-1942), Ituiutaba: 1942.

COLÉGIO SANTA TERESINHA. **Histórico do colégio Santa Teresinha.** São Paulo: 1995.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Diploma Ensino Primário Orfanato Christovam Colombo.** São Paulo: 1930.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Histórico do Orfanato (Ipiranga e Villa Prudente).** São Paulo: 1965.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Impresso de divulgação da Escola Profissional de Artes e Ofícios do Orfanato Christovam Colombo,** São Paulo: 1906.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Programa de Ensino Primário I a IV ano do Orfanato Cristovam Colombo.** São Paulo: 1901

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Regolamento Orfanotrofio Cristoforo Colombo**, São Paulo: 1897/1901.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. **Regulamento da Escola Profissional de Artes e Ofícios**. São Paulo: 1906.

JORNAIS E PERIÓDICOS

CADERNO SOBRE EDUCAÇÃO: IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS. Província Nossa Senhora Aparecida, São Paulo, 1996/1999.

FOLHA DE ITUIUTABA, Ituiutaba, 1943.

FOLHA DE ITUIUTABA, Ituiutaba, 1952, ano XI, n. 556.

FOLHA DE ITUIUTABA, Ituiutaba, 1955, ano XIV, n. 718.

JORNAL DIÁRIO OFFICIAL DE SÃO PAULO, São Paulo, 1897, s/n.

JORNAL ESTANDARTE CATHOLICO, São Paulo, 1904, anno VI.

REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS (1895-1995). São Paulo: Loyola, Edição Histórica, 1995.

REVISTA CENTENÁRIO DE ITUIUTABA. Ituiutaba: Egil, Edição especial, ano1, n. 1, 2001.

REVISTA CENTENARIO. Roma: MSCS, pubblicazione única, 2005.

REVISTA CENTO E DEZ ANOS A SERVIÇO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS (1895-2005). Caxias do Sul: Lorigraf, publicação única, 2005.

REVISTA CINCOENTENÁRIO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS, 1895/1945. Bento Gonçalves, 1945.

REVISTA COMEMORAÇÃO DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO – 75 ANOS DE SERVIÇO AO MENOR. São Paulo: Tipografia do Instituto Cristóvão Colombo, 1897/1901.

Revista Comemoração do Instituto Cristóvão Colombo – setuagésimo aniversário. São Paulo: Tipografia do Instituto Cristóvão Colombo, 1965.

REVISTA EDUCAÇÃO SCALABRINIANA, UM NOVO CAMINHO A PERCORRER. Porto Alegre: Renascença, 2004.

REVISTA EDUCAÇÃO. Província Nossa Senhora Aparecida, São Paulo, 2000.

REVISTA FESTAS JUBILARES DOS CEM ANOS DO INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. São Paulo: Loyola, 1995.

ANEXOS

ANEXO B – Decreto de criação do Instituto Cristovão Colombo

INSTITUTO CRISTOVÃO COLOMBO

ORFANATO CRISTOVÃO COLOMBO

FUNDADO EM 8.12.1895

SOC. CIVIL (1957) - REG. TIT. DOC. 1.º OF. S. P. N.º 1232/36

NOVA DENOMINAÇÃO 30-3-1953

SOCIEDADE FRANCISCANA (L.ª. CORAL) - IPIRANGA

RUA DR. MARIO VICENTE, 1.103 - FONES: 63-1233 63-4287

GRUPO FAMILIAR - SILVA - PRUDENTE

RUA ORFANATO, 303 - FONES: 63-1233

DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA

FEDERAL - DECRETO 62752/68

ESTADUAL - DECRETO 37613/60

MUNICIPAL - DECRETO 7884/68

REGISTRADO NO

CONSELHO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL - 21059/66

SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO - 27

I. N. P. S. - 21-903-66063-01

C. G. C. (MIN. FAZ.) - 60.581.817/0002-00

INSCR. EST. - 101.736.907

I. S. Q. N. (PREP.) - 7208-7 (S. FEEL) - 6126-6 (S. MASO.)

SINDICATO ENT. HIL - REGISTRO 110

IMP. RENDA - 217.336

SEGURO - OTCS N. 21-10/13111 (MATE. 15-5638)

OBS. Inscrição Estadual - Isento

ANEXO C — Regulamento do Orfanato Cristovão Colombo

ORPHANATO CHRISTOVAM COLOMBO

S. PAULO (BRAZIL)



O Orphanato „Christovam Colombo“ fundado em S. Paulo no dia 15 de Fevereiro do anno de 1865 pelo fallecido Padre José Marchetti, Missionario Apostolico da Congregação de S. Carlos de Piacenza (Italia), é dirigido e mantido pelos Padres da mesma Congregação os quaes, conformando-se com as leis de outras instituições congeneras do Estado de S. Paulo, e ratificada a personalidade juridica exigida pelas leis do paiz, submeteram a sua existencia ao seguinte:

REGULAMENTO

Art. 1. — O Orphanato sustenta-se com os recursos procedentes de esmolas, esmolas, doações, doações legadas etc. solicitadas pelos Padres Missionarios de S. Carlos de Piacenza, e chamadas a sua direcção e a sua administração.

Art. 2. — Os esmolas que se realisarem superiores ás exigencias da vida e da instrucção dos orphãos mantidos no estabelecimento, serão destinados ao augmento dos edificios de propriedade do Orphanato e ao maior desenvolvimento das diversas applicações ao arto e offiças em elle existentes. Satisfecitas estas exigencias o excedente constituirá o patrimonio do collegio.

Art. 3. — O Orphanato compoe-se de duas seções: a do sexo masculino confiada á direcção dos Padres Missionarios de S. Carlos e dos Professores e Mestres das officinas expressamente contractadas, e a do sexo feminino confiada pelas Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, congregadas com os Missionarios de S. Carlos.

Art. 4. — A admissão dos orphãos está expressamente confiada ao Reverendo Padre Director da Asylo, conforme as disposições estabelecidas no presente Regulamento.

O numero dos orphãos será limitado á capacidade dos edificios de que dispõe o Orphanato.

Art. 5. — No Asylo serão admitidos o recolhido *potestavelmente* instrucção, educação e manutenção os meninos e meninas que se acharem nas seguintes condições:

- a) orphãos de pais e de mãe casadas legitimamente;
- b) de condição pobre e privados de toda classe de auxilio;
- c) de perfeita constituição physica;
- d) menores de idade de 11 annos;
- e) de qualquer nacionalidade, mas absolutamente do religion catholico, apostolico, romano.

Art. 6. — Terão preferencia os orphãos de immigrants fallecidos nas Pátrias, e nos casos de epidemia.

Art. 7. — O fallecimento das paes, a pobreza, a idade e a perfeita constituição physica serão

providos por certidões das autoridades competentes e da visita medica feita pelo facultativo de confiança da Direcção do Orphanato.

Art. 8. — É reservado ao arbitrio de uma commissão formada pelo Revdo. Padre Provincial da Congregação de S. Carlos, Director e Sub-Director do Asylo, a faculdade de receber meninos ou meninas, que tendo em vida um dos paes, achem-se em condições de pobreza meritória da consideração do Instituto.

Art. 9. — Para as admissões de que trata o artigo precedente é necessario apresentar na primeira quinzena dos mezes de *Janeiro, Abril, Julho e Outubro*, os requerimentos instruidos com os documentos do art. 7.

A Commissão reunirá as suas sessões no fim de cada trimestre do anno, para deliberar do merito dos requerimentos acima ditos.

Art. 10. — Os Orphãos destinados a occupar os lugares a que tem direito o Ex.ºma Góverno do Estado, ou qualquer outra Instituição beneficente do Orphanato, serão dispensados de apresentar os documentos do art. 5. mas terão a obrigação de submeter-se ás observações physicas feitas pelo medico.

Art. 11. — Os orphãos que por mau comportamento não se corrigirem com os meios civis e piedosos prescritos pelo Regulamento interno, serão entregues ás autoridades Policiaes do Paiz com o fim de ser applicados a qualquer trabalho, ou serão entregues aos parentes e protectores que pediram a sua admissão no Orphanato.

Art. 12. — Aos orphãos será dada a instrucção das primeiras letras até a 4. classe elemental, á norma dos Regulamentos das escolas do Estado de S. Paulo, e chegados á idade de 10 annos, receberão o ensino de um dos seguintes officios:

Typographos — Carpinteiros — Ferreiros e Serralheiros — Alfaiates — Sapateiros — Padeiros — Agricultores.

Todos os orphãos sem distincção nenhuma terão Noção do musica.

Art. 13. — A orphã será dada a instrucção necessaria á vida pratica para se constituirem perfeitas costureiras, pessoas gratas e boas mães de familia.

Art. 14. — As direcções das officinas serão confiadas á mestres que offercerão ao Collegio as melhores garantias e vantagens.

Art. 15. — Os orphãos e as orphãs não poderão sair do Orphanato se não no dia em que forem entregues aos parentes ou ás pessoas autorizadas pelas autoridades competentes, que são os Juizes dos orphãos.

A idade da sahida nunca será menor de 18 annos.

Art. 16. — Os orphãos de ambos os sexos, chegados á idade acima dita, sairão do Orphanato guiados pela protecção dos Directores da mesma e das Damas de Caridade expressamente eleitas dentre os Beneficentes do Instituto.

Art. 17. — Aquelles entre os orphãos, que chegados á idade de 18 annos, preferirem ficar no Asylo, tendo capacidade e bom comportamento, terão a preferença na direcção das officinas ou nos lugares de operarios.

Art. 18. — Aos parentes, tutores e amigos dos orphãos será concedida a visita no primeiro Domingo de cada mez desde 11 horas da manhã até ás 5 horas da tarde.

Art. 19. — O Estabelecimento ficará aberto todos os dias ás visitas das Autoridades, dos Beneficentes ou das Damas de Caridade, que desejarem conhecer das condições moraes, materiaes e hygienicas do Instituto.

S. Paulo, Abril de 1901.

O VICE DIRECTOR
PADRE MARCOS SIMONI

O DIRECTOR
PADRE FAUSTINO KONSKI

VISTO E APROVADO
O PROVINCIAL
PADRE DOMINGOS VENTINI

ANEXO D – Regulamento da Escola Profissional do Orfanato Cristovão Colombo

ESCOLA PROFISSIONAL do Orfanato Cristovam Colombo

Ao aluno que concluir o curso de ensino primario e lhe for conferido o Diploma de aprovação, será facultado o ingresso na Escola Profissional, instituida no Orfanato Cristovam Colombo.

De preferência serão admitidos os alunos internos da Instituição e os que forem verdadeiramente orfãos e abandonados.

A matricula será acessivel ao candidato que tiver atingido a idade de 12 anos completos e menor de 17 anos, que possuir capacidade fisica e aptidão mental para o trabalho a realizar.

Antes da admissão ao Curso Profissional, seja o aluno, como o tutor ou responsavel, deverão assinar o «Compromisso de Perseverança», na referida Escola Profissional, até o candidato completar 18 anos de idade.

Para escolha da profissão, ao começar as aulas será feita observação psicologica de cada aluno para comprovar sua inteligencia e aptidões afim de lhe dar uma conveniente orientação para escolha do curso mais adequado à vocação e capacidade proprias, atendendo outrossim às exigências e capacidade das oficinas.

Terminado o prazo constante do Compromisso, o Orfanato pagará ao aluno um peculio cuja importância será calculada em relação à atividade e ao comportamento do mesmo.

O aluno que por sua vontade ou por instigação do seu tutor ou responsavel, deixará o Orfanato antes do prazo estipulado, ou for expulso pela Diretoria, perderá todo e qualquer direito ao peculio.

Não será permitido efectuar despesas sem prévia autorização do Diretor do Orfanato, devendo o aluno solicita-la de cada vez.

Ao aluno de comportamento moral e profissional irrepreensivel, será permitido visitar seus parentes, sair a passeio, ou comparecer em diversões honestas, todas as vezes que conseguir do seu Diretor a devida autorização.

Todo aluno é responsavel pelas ferramentas, maquinas e material que lhe for entregue e responderá pelo dano causado.

Durante o periodo de trabalho nas oficinas, o aluno não executará, sob pretexto algum, serviço que não lhe for exigido pelo seu mestre, devendo exclusivamente a este obedecer no que se refere ao seu officio.

Não deverá porem esquecer que tambem deve obediência, respeito e submissão aos Directores do Orfanato.

A Diretoria do Orfanato poderá expulsar o aluno de comportamento irregular e indisciplinado, que cometer atos indecorosos e desonestos e manifestar indolência e má vontade ao trabalho.

ANEXO E – Jornal Avante Colégio Nossa Senhora Medianeira

Enquete:

Quem são as Irmãs?

- Para mim, as irmãs representam a 2.ª mãe porque elas me ensinaram as melhores coisas.
(Solange)
- As irmãs representam a responsabilidade.
(Marian)
- Pessoas de responsabilidade que nos ensinam o caminho do Bem.
(Sônia)
- Pessoas que ensinam e educam, ensinam, fazem tudo o que é necessário.
(Sônia Dalla Corte)
- Exemplo de boas moças, que dedicam sua vida religiosamente, para melhor servir a Cristo.
(Solange)
- Representam a sabedoria, pelo ideal. Educação pela bondade, seus sentimentos pelo ensino, tudo representam para nós, desde o dia que tomamos o lugar para ser nossas mestras.
(Jeane)
- Elas representam para mim uma alegria intensa e sabedoria e responsabilidade sobre os nossos estudos.
(Célia)
- Para mim, elas representam o orgulho do Colégio e das alunas também, porque com elas aprendo bastante e cada vez melhor; elas representam para mim a minha segunda mãe, porque são muito compreensivas.
(Heloisa)

ALUNAS DO 5.º ANO

- As Irmãs são boas professoras, e tudo o que pedimos elas nos dão, ensinam muito bem, coisas bonitas. São simpáticas e amáveis.
(Maria Inês)
- As Irmãs para mim são as minhas segundas mães, que sabem por nós que nos ensinam. Elas são muito queridas.
(Magali)
- Eu acho que elas são boas, para nós, principalmente a Irmã Diretora. As Professoras são boas quando nos dão aulas e nós, alunos, devemos ser bons para corresponder sua amizade.
(Mar e Isabel)
- São as segundas mães, que ensinam o bem, a escrever e ler. Elas ficam a tarde inteira a nos ensinar.
(Leonice)
- As Irmãs são amáveis e boas, sinceras para conosco, nos ensinam coisas bonitas, nos cuidam como uma mãe.
(Célia)
- As Irmãs são pessoas bondosas que só nos ensinam o bem, e que só trabalham para que nós consigamos vencer e ser alguém na vida.
(Simone)
- São boas para conosco, carinhosas, estudam para nos ensinar, são sinceras.
(Vera Beatriz)
- Elas nos ensinam para aprendermos, elas são nossas professoras, também nos ensinam o Catecismo e coisas bonitas.
(Marta Helena)
- As Irmãs são professoras muito boas. Elas são boas também para nossas mães.
(Ligia Maria)

ALUNAS DO 3.º ANO PRIMÁRIO



ENTREVISTA REALIZADA COM A PRIMEIRA ASPIRANTE DA PROVÍNCIA DO SUL — IRMÃ CÂNDIDA.

Muitas são as flores que desabrocham para o culto de Deus.

Vamos encontrar uma delas no ano de 1916, quando o Ordem Missionário começava seus primeiros passos vacilantes rumo à perpetuação da obra de Deus. Santa Gonçalves serviu de terra fértil para a edificação dessa obra, dando CATARINA LUNELLI (natura de S. Valentim) parcela que contribuiu com toda uma vida de dedicação, para a construção do edifício Missionário.

Ela nos conta de sua ansiedade em fazer o noviciado na cidade de SÃO PAULO, de sua alegria ao receber o consentimento da família, e parte no dia 24 DE MARÇO DE 1916 para o encontro com o Jardim de sua vida. Ao perguntarmos qual foi o DIA MAIS FELIZ DE SUA EXISTÊNCIA, volta seus olhos com anuidades e renovada felicidade para o DIA DA VESTIÇÃO DO HÁBITO; dia da entrega de suas pétalas para a permissão de novas flores. IRMÃ CÂNDIDA (seu nome religioso) depois de permanecer TREZE ANOS em SÃO PAULO, volta à sua terra natal em companhia das cinco primeiras Irmãs que foram designadas para a província do Sul.

Em seu novo lar, uma casa de madeira despida (situada atrás da antiga Adega Dreher na rua Marechal Floriano), Quatro cadeiras vazias e quatro camas fôcos as receberam, mesmo assim sentiam-se fortes para o sacrifício que iria iniciar, pois haviam preparado em seus corações um lar de amor.

Começaram, então, a ensinar as crianças que até então desconheciam as letras. Irmã Cândida ajudava as demais nas suas nobres atividades e recorda-se dos primeiros alunos JOSÉ BALDI e ANTÔNIO BALDI.

E assim, aos poucos crescia a congregação que em poucos anos perfaz o número de dezessete Irmãs, dedicando-se às mais variadas tarefas a serviço da próxima; enquanto Irmã Cândida dedicava-se a TRABALHOS MANUAIS, contribuindo com o mínimo para a realização de uma outra obra máxima.

Assim foi Irmã Cândida, uma flor como o nome bem diz cujo perfume de simplicidade e de doação regou os caminhos de seu apostolado.

Hoje vamos encontrá-la no HOSPITAL DR. BARTHOLOMEU TACHINI num dia tão igual ao ano de 1916, que se não fosse seus cabelos brancos a acentuarem a passagem dos anos, não acreditaríamos sua marcha do tempo.

Obrigada, Ir. Cândida, que sua última pétala derrame na mão do "ETERNO JARDINEIRO".

Só se atiram pedras às árvores
carregadas de frutos.

ANEXO F – Primeira turma de alunos do Colégio Nossa Senhora Medianeira

Colégio Nossa Senhora Medianeira	
PRIMEIRA TURMA DE ALUNOS - 1915	
1 -	Clara de Almeida
2 -	Clara de Almeida
3 -	Clara de Almeida
4 -	Clara de Almeida
5 -	Clara de Almeida
6 -	Clara de Almeida
7 -	Clara de Almeida
8 -	Clara de Almeida
9 -	Clara de Almeida
10 -	Clara de Almeida
11 -	Clara de Almeida
12 -	Clara de Almeida
13 -	Clara de Almeida
14 -	Clara de Almeida
15 -	Clara de Almeida
16 -	Clara de Almeida
17 -	Clara de Almeida
18 -	Clara de Almeida
19 -	Clara de Almeida
20 -	Clara de Almeida
21 -	Clara de Almeida
22 -	Clara de Almeida
23 -	Clara de Almeida
24 -	Clara de Almeida
25 -	Clara de Almeida
26 -	Clara de Almeida
27 -	Clara de Almeida
28 -	Clara de Almeida
29 -	Clara de Almeida
30 -	Clara de Almeida
31 -	Clara de Almeida
32 -	Clara de Almeida
33 -	Clara de Almeida
34 -	Clara de Almeida
35 -	Clara de Almeida
36 -	Clara de Almeida
37 -	Clara de Almeida
38 -	Clara de Almeida
39 -	Clara de Almeida
40 -	Clara de Almeida
41 -	Clara de Almeida
42 -	Clara de Almeida
43 -	Clara de Almeida
44 -	Clara de Almeida
45 -	Clara de Almeida
46 -	Clara de Almeida
47 -	Clara de Almeida
48 -	Clara de Almeida
49 -	Clara de Almeida
50 -	Clara de Almeida
51 -	Clara de Almeida
52 -	Clara de Almeida
53 -	Clara de Almeida
54 -	Clara de Almeida

ANEXO G — Folha de Ituiutaba nº 556

Redator: V

ANO XIV nº 3

Homenageada pelas Missões de seu fundador D. João

Palestra da sra. Izaura

Com a presença de autoridades civis e eclesásticas e pessoas gradas do nosso meio, realizou-se em Ituiutaba, no dia 1.º do corrente mês, a homenagem, programada pelas missionárias de São Carlos Borromeu, ao seu fundador D. João Batista Scalabrini, comemorando assim a 50.ª aniversário de sua morte.

As solenidades constaram de uma missa festiva celebrada às 7,30 horas, na igreja Matriz, e de uma hora de arte no salão nobre do Colégio Santa Teresa, sobressaindo-se vários números artísticos levados a efeito pelos próprios alunos do educandário.

Durante o ato solene a sra. Izaura Franco Junqueira, ilustre dirigente da Ação Católica local, pronunciou interessante palestra, que publicamos na íntegra, abaixo:

As Irmãs Missionárias de S. Carlos Borromeu, que dirigem a Escola S. Teresa, celebraram felizmente o 50.º da morte de seu fundador, D. João Batista Scalabrini, Bispo de Placência.

Figura inconfundível de Apóstolo e bispo, de projeção universal, foi cognominado: o orgulho do Episcopado italiano, o primeiro cidadão de Placência, o Apóstolo e o Mártir dos Emigrantes, o anjo das Missões Colombianas, Seráfico promotor do culto eucarístico e o devoto apaixonado da Imaculada!

Por estes títulos já podemos vislumbrar a grandeza dessa

alma talhada para os ideais elevados, trazendo no olhar a limpidez dos Lagos de Como, seu rincão natal, e nas veias, a correr-lhe o sangue dos artistas e heróis da imortal Itália.

Criança ainda salientava-se pela aplicação e piedade às ascensões futuras.

Sacerdote, atirou-se sem reserva ao campo do apostolado. Amou a todos com amor puro, incessante e verdadeiramente sacerdotal.

E a imprensa, registrava a voz de Pícinelli: "Quando, após 60 anos, ainda se conserva lúcida na memória a figura dum Pároco, é sinal evi-

dente, incontestável, que esse cura foi um sacerdote de Deus, um pastor de almas."

As emmentes missionárias de Scalabrini, tornas de Scalabrini, S. S. S. a reconhecer o valor elevando-o, Sede Episcopal de Contagem então 25 de. — Sua atuação não pode ser num volume. I apostolado exple

Cuidou antes catecismo, pois na catequese que a grandeza. Convoquei o primeiro Catecismo, ministrando vários bispos.

Nessa ocasião, de Colombia afirmou que foi C. Colônia do descobrimento do Mundo, foi D. história dos Conquistadores."

E o então rei do Pontífice Pio mandando nossa vistas, oferecendo Scalabrini, uma cruz apontamos a to Apóstolo do Cat

Sua atividade os campos sociedade não conhecedores restritos. fins de sua Diocese eram os pátria onde escultural para os vian obrigados no estrangeiro. ção contrangia-que indo em buscorpo ver-se-lam

Eis a **PRESENTE** mais cabida
pela sua **SAUDE** e de sua fam

UM



ANEXO H — Folha de Ituiutaba nº 718

Veraldo Setimo Moreira
718 PS 21
FOLHA DE ITUIUTABA

Missionárias de São Carlos Borromeu a memória do João Batista Scalabrini

por Francisco Junqueira

inestimável, de que é um verdadeiro Deus, um genuíno e almas." Estas virtudes passadas, levaram Scalabrini a reconhecer-lhe o do-o, em 1876, a pai de Placência, 10 35 anos de idade, nesta data de ser enfiada a. Exerceu um esplendor! Nos dias de tudo, do mais sabia, que é e que se alheia de um povo, primeiro Sínodo, na Itália, reus-bispos. sã, o ex-Núncio afirmou: — "O Colombo na história do Novo D. Scalabrini, na Congresso Cate-

reinato Soberano IX: — "Afirmar a identidade de quem a D. Scalabrini, e todos, como o Catecismo. de abraçou todos sociais. Sua caridade limites — os eram os conhecidos, como res- sã, o ex-Núncio afirmou: — "O Colombo na história do Novo D. Scalabrini, na Congresso Cate-

çada
nília

pão do espírito. Surgiu-lhe a luz na alma, a ideia de não abandonar o emigrante. E fundou a Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeu para a assistência do emigrante no estrangeiro. Ele mesmo, pessoalmente visitou os Estados Unidos da América e do Brasil, para certificar-se do trabalho de seus filhos e para atualizar-lhes as operações. Seu diário nos reserva as impressões mais honestas que teve de nossa Pátria. Admirou a Guanabara, proclamando-a única no mundo. Ficou encantado com a natureza em festas, aqui. — Habitado a ver a Europa, boi- parte do ano revestido de neve, numa impressão clara do sono e repouso, admirou-a profundamente, por estar em S. Paulo em pleno inverno a achar os campos e florestas garridamente vestidos de verde. Mostrou tanta simpatia ao Brasil, que estudou o português antes de empreender sua viagem para cá e a todos encantou com sua pronúncia quase nacional.

Ficou-lhe fenda na alma a saudade deste povo bom e hospitaleiro. No seu sentir. Visitou S. Paulo, Paraná e R.G. do Sul. Entrevistou-se com o chefe da tribo indígena de Tibagi, e enviou-lhe depois, um sacerdote afim de catequisar os selvícolas.

Mártir dos emigrantes, disse-lhe, pois nas suas visitas aos centros emigratórios foi tal a soma de sacrifícios que dispendeu, e de tal forma debilitou-lhe a saúde e agravou-lhe o mal que logo após, ocasionou-lhe a morte. Efetivamente, de retorno à Itália, em contato com a visita ao Brasil, foi a Roma relatar ao Sumo Pontífice os resultados de seus labores e logo em seguida, submetido a delicada intervenção cirúrgica, não resistiu e na manhã de 1.º de Junho de 1905, quando o orbe católico celebrava as glórias da Ascensão do Senhor, D. Scalabrini voava ao céu, seguido pelo cortejo de suas virtudes peregrinas e de seus méritos infundidos.

Por 30 anos governou sua diocese. Almejou constantemente uma Itália reconciliada com a Igreja. Quis a religião e a Pátria harmoniosamente unidas nas suas instituições.

com termo em 18 de abril de 1938 o encaminhou para a Sagrada Congregação dos Ritos, no ano seguinte.

Agora tudo depende do Juízo da suprema autoridade da Igreja. Não tardará, porém, o dia em que D. Scalabrini receberá sua justa glorificação e se lhe decretar as glórias dos altares.

Seu espírito, porém, revive em seus inumeráveis filhos e filhas espalhados pelo velho e novo mundo.

Suspensa que foi a emigração italiana ao Brasil, continuaram as Irmãs Missionárias de S. Carlos Borromeu a desenvolver sua atividade em favor de outras classes necessitadas sobretudo no campo educacional e de assistência. Por diversas dioceses do Brasil elas estendem os efêlvios da caridade de D. Scalabrini.

Ituiutaba desde 1939, habituou-se a ver o trabalho despretencioso, mas, constante das Missionárias Scalabrinianas. De seu espírito de desprendimento e sacrifício era magnífico atestado o deficiente prédio que por longo tempo as abrigou. O novo prédio em construção, bem alto testemunha o ardente amor que essas religiosas votam à terra tijuana e o desejo imenso que as impele pelo bem da nossa infância e juventude.

Rendamos pois, presados leitores, a homenagem justa e merecedora a estas abne-

gadas Irmãs que, por largos anos vivem entre nós.

A quem devemos tão preciosa joia, senão a D. Scalabrini, hoje lembrado, em saudosa memória, no 30.º de sua morte?

Prestando às Irmãs o apoio de que carecem em face de uma obra monumental para a formação moral de nossos filhos teremos cumprido o dever de bons ituiutabanos.

Ao cultuarmos a memória de D. Scalabrini saudamos com respeito as suas abnegadas filhas aqui radicadas. Não medem elas esforços e nunca se esmorecem diante das maiores dificuldades que por tantas vezes se lhes apresentam.

Que o seu venerável fundador, lá do céu, lhes envie presuroso, uma bênção paternal neste dia, e faça da Escola S. Tereza uma das glórias de nossa Ituiutaba.

Lutando sempre contentes,

são as missionárias: — inas do dever.

Não lhes falte jamais o rio dos filhos de S. do Tijuco para que, apó vejam germinar a sem crescer e tornar-se arvo- gante.

A estas grandes bendi- ras, a nossa gratidão se unites.

— Monsenhor Scalabrini, houve a nossa ce de gratidão neste venerando e, das al- onde paira o teu som- deia também teu o- de bondade para esta- daço de Brasil. Itui- ba, que, na pessoa de- filhas cultua a tua mória!

Ituiutaba, 1.º de Junho de 1955.

João R. Amaral e Sra.

Clotilde Figueira

Participam aos amigos e parentes e com- da-os para assistirem à benção nupcial de seus filhos

NANCIARA e BRAZ

a realizar-se no dia 18 de junho, às 18 horas na Igreja Matriz desta cidade.

Os noivos receberão os cumprimentos na porta da igreja.

Ituiutaba, Maio de 1955

Rua 24

Rua 40

Tômbola pro-Joquei Clube AVISO

A diretoria do Joquei Clube de Ituiutaba avisa aos portadores de bilhetes da tômbola em benefício da entidade e a todos em geral que o respectivo sorteio correrá impreterivelmente, pela Loteria Federal, na próxima extração de S. João.

Avisa, outrossim, aos encarregados da venda de bilhetes fazerem as prestações da conta, etc.

Indústria e Comércio "Marabá" Ltda.

Fábrica de ladrilhos, caixa d'água, colunas, pias, balaustrês, e granitos em geral, tubos de cimento armado para rede de água em todas as dimensões — Anexo: depósito de materiais para construção.

Representante do Cimento PONTE ALTA

Avenida 21, n. 1.510 — Caixa Postal, 11.0